



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

KAROLINA DE ALMEIDA CALADO

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS NA MÍDIA INDEPENDENTE: vozes,
temáticas e estratégias argumentativas**

Recife
2019

KAROLINA DE ALMEIDA CALADO

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS NA MÍDIA INDEPENDENTE: vozes, temáticas
e estratégias argumentativas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

C141n Calado, Karolina de Almeida
Narrativas jornalísticas na mídia independente: vozes, temáticas e estratégias argumentativas / Karolina de Almeida Calado. – Recife, 2019. 199f.

Orientador: Heitor Costa Lima da Rocha.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

Inclui referências.

1. Narrativas jornalísticas. 2. Mídia independente. 3. Financiamento da mídia. 4. Espaço público. 5. Democracia. I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2019-87)

KAROLINA DE ALMEIDA CALADO

**NARRATIVAS JORNALÍSTICAS NA MÍDIA INDEPENDENTE: vozes, temáticas
e estratégias argumentativas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Aprovada em: 25/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dra. Giovana Borges Mesquita (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dra. Paula Reis Melo (Examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Karl Heinz Efken (Examinador externo)
Universidade Católica de Pernambuco

Ao meu pai, Antonio de Almeida Calado (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Heitor Rocha, que orientou este trabalho com zelo, cuidado e maestria, sendo também afetuoso e ao mesmo tempo exigente durante todo o período da pesquisa.

Ao PPGCOM, por ter aberto suas portas para o meu projeto, e aos seus prestativos funcionários, José Carlos, Cláudia e Roberta, pelos importantes auxílios burocráticos e pelas conversas descontraídas.

Aos professores Alfredo Vizeu, Cristina Teixeira e Isaltina Gomes, pelas relevantes contribuições durante as disciplinas cursadas.

À Capes, pela bolsa que me proporcionou dedicação exclusiva à pesquisa.

Às amigas e amigos encontrados durante a pós-graduação, que me propiciaram trocas valiosas e amizade, especialmente Ana Paula Bandeira, Dirceu Góes, Luciana Pereira e Ticianne Perdigão.

Aos professores presentes em minha banca de qualificação, Giovana Mesquita, Karl Heinz Efken e Paula Reis, pelas fundamentais e criteriosas sugestões direcionadas ao meu trabalho.

Ao jornalista Laércio Portela, do Marco Zero Conteúdo, e à jornalista Marina Dias, da Agência Pública, por desprenderem tempo para me conceder entrevista.

Ao Seu Manoel e família, à Dona Maria e Amanda Barbosa, por toda acolhida gentil em Recife.

Aos profissionais do Serviço Integrado de Saúde (SIS), Bianca Pontes, Danielle Figueiredo, Júlio Lins e Luciana Castro, que com sua política de cuidado, permitiram que eu conseguisse uma formidável harmonia nos últimos anos.

Aos amigos da vida, principalmente Viviane Moraes, uma amiga-vizinha, que está sempre por perto trazendo ânimo, alegria e cumplicidade. Além de Edclécia Moraes, Tiago Madureira, Jean Cerqueira, Lígia Caldas e Maria Valois, por toda a rica amizade.

À minha mãe Tereza Calado, pelo amor, pela compreensão e pelo suporte necessário durante o Doutorado. Ao meu pai Antonio Calado (*in memoriam*), que me deu as condições possíveis e o incentivo para que eu pudesse seguir os rumos da pós-graduação. À minha irmã Karina Calado, que é fonte de estímulo e inspiração, desde sempre. Ao meu cunhado Leonardo Bastos, que buscou deixar esta caminhada mais leve, com seu bom humor. À madrinha Ana, pela presença constante. À minha sogra

Vera Lúcia Cândido e ao Maurício, pela torcida e pelo apoio. À Dorinha, pela prestatividade. Aos primos Agostinho e Edgar, pelo carinho.

Ao meu companheiro Inã Cândido, por ter sido meu suporte emocional, pelo aprendizado proporcionado durante as nossas longas conversas, por vibrar com os avanços na escrita da minha tese, pela compreensão, pelo amor e por todo o auxílio incomensurável.

A Deus, por tudo!

“O trabalho da mídia independente”, disse Marcos [subcomandante do Exército Zapatista de Liberação Nacional], “é contar a história da luta social no mundo”. Marcos prossegue dizendo que os ativistas de mídia lutam para abrir espaços dentro dos monopólios dos meios de comunicação de massa (para forçá-los a reconhecer as notícias dos movimentos sociais) e, ao mesmo tempo, para continuar a desenvolver uma rede de mídia e de informações independentes. (DOWING, 2002, p. 304)

RESUMO

O presente estudo problematiza como as narrativas jornalísticas, oriundas da mídia independente, incluem os temas e as vozes das demandas sociais. Na direção desse problema formulado, objetivamos analisar as estruturas das narrativas jornalísticas presentes nos sites dessa mídia, com o propósito de identificar nos textos a abertura dada às temáticas sociais e à pluralidade de vozes. A partir do modelo de Motta (2013), elencamos as categorias de análise “narradores”, “temáticas” e “personagens” e as aplicamos nos três veículos independentes escolhidos: Agência Pública, Jornalistas Livres e Marco Zero Conteúdo. Para tanto, coletamos 186 conteúdos, no período de março a agosto de 2016, tendo como acontecimento-intriga o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Nossos resultados mostram que os veículos da mídia independente têm uma relação distinta com os ideais de imparcialidade e objetividade; e possuem os seus próprios enquadramentos, visíveis em estratégias utilizadas pelos narradores para gerar efeitos de sentido a partir de recursos linguísticos, inclusão de temáticas e de personagens específicos. Essa evidência aponta para a confirmação da hipótese inicial: a mídia pesquisada, de modo estratégico, procura abordar assuntos não pautados pela grande mídia e insere um número acentuado de personagens que refletem as distintas realidades do Brasil e do mundo. Por fim, ancoramos nossa análise nos seguintes autores que abordam a narrativa jornalística, suas nuances e o modo de fazer um jornalismo ativista, tendo em vista a dimensão cívica do espaço público: Motta (2013), Prudêncio (2009b), Entman (1993), Habermas (1997), Young (2012), Fraser (2002) e Honneth (2003).

Palavras-chave: Narrativas jornalísticas. Mídia independente. Financiamento da mídia. Espaço público. Democracia.

ABSTRACT

The present study questions how journalistic narratives from independent media include the themes and voices of social demands. In the direction of this problem, we aim to analyze the structures of the journalistic narratives present in the independent media sites, with the purpose of identifying in the texts the openness given to social themes and to the plurality of voices. Based on the model by Motta (2013), we list the analysis categories “narrators”, “themes” and “characters” and apply them in the three independent vehicles chosen: Agência Pública, Jornalistas Livres and Marco Zero Conteúdo, from which we collected 186 contents, from March to August 2016, with the thematic clipping Brazil’s former president Dilma Rousseff’s impeachment. Our results show that independent media vehicles have a distinct relationship with the ideals of impartiality and objectivity; and have their own framings, visible in strategies used by the narrators to generate meaning effects from linguistic resources, inclusion of themes and specific personages. This evidence points to the confirmation of the initial hypothesis: the researched media, strategically, seeks to address issues not covered by the mainstream media and inserts a large number of characters that reflect different realities in Brazil and around the world. Finally, we anchor our analysis in the following authors who discuss the journalistic narrative, its nuances and the way of doing journalism based on activism: Motta (2013), Prudêncio (2009b), Entman (1993), Habermas (1997), Fraser (2002) and Honneth (2003).

Keywords: Journalistic narratives. Independent media. Media financing. Public place. Democracy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	MÍDIA INDEPENDENTE: RECONHECIMENTO, REDISTRIBUIÇÃO E ESFERA PÚBLICA.....	24
2.1	RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO.....	24
2.2	MÍDIA E ESPERA PÚBLICA.....	29
2.3	O MODELO DE JORNALISMO CÍVICO E A OPINIÃO PÚBLICA.....	38
3	QUESTIONANDO OS IDEAIS BASILARES DO JORNALISMO.....	42
3.1	JORNALISMO: DIFERENÇAS E CARACTERIZAÇÕES EM DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS.....	42
3.2	OBJETIVIDADE NO BRASIL: QUESTÕES TÉCNICAS.....	45
3.3	OS CONCEITOS.....	50
3.4	OS PROBLEMAS NOS CONCEITOS.....	59
4	MÍDIA INDEPENDENTE: FINANCIAMENTO E PROCESSOS HISTÓRICOS.....	67
4.1	FINANCIAMENTO COLETIVO.....	67
4.2	AS ATUAIS CONFIGURAÇÕES MERCADOLÓGICAS NA COMUNICAÇÃO DIGITAL.....	74
4.3	A MÍDIA RADICAL E A INTERNET.....	78
4.4	DISTINGUINDO CONCEITOS MÚLTIPLOS.....	81
4.4.1	Popular e alternativa.....	81
4.4.2	Ativista.....	86
4.4.3	Independente.....	89
5	AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: SEUS CONCEITOS E SUAS ESTRATÉGIAS PARA GERAR EFEITOS DE SENTIDOS.....	92
5.1	AS VOZES PRESENTES DA NARRATIVA.....	96
5.2	OS SETE MOVIMENTOS DO MODELO DE ANÁLISE DA NARRATIVA JORNALÍSTICA.....	105
5.3	AS CATEGORIAS DE ANÁLISE A PARTIR DA FIGURA DO NARRADOR.....	111
5.3.1	Categorias de análise.....	112
5.4	ENQUADRAMENTOS NARRATIVOS NA MÍDIA INDEPENDENTE.....	113

6	A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: ESTRATÉGIAS E ENQUADRAMENTOS EM TRÊS DIFERENTES VEÍCULOS.....	120
6.1	JORNALISTAS LIVRES.....	121
6.1.1	Os narradores.....	123
6.1.2	As temáticas.....	135
6.1.3	As personagens.....	140
6.2	MARCO ZERO CONTEÚDO.....	145
6.2.1	Os narradores.....	148
6.2.2	As temáticas.....	154
6.2.3	As personagens.....	156
6.3	AGÊNCIA PÚBLICA.....	160
6.3.1	Os narradores.....	162
6.3.2	As temáticas.....	167
6.3.3	As personagens.....	168
7	CONCLUSÃO.....	175
	REFERÊNCIAS.....	180

1 INTRODUÇÃO

O estímulo para desenvolver a presente pesquisa se inicia em 2014. Naquele ano, estávamos no final do mestrado¹ quando lemos uma notícia² de demissão em massa de funcionários do “Jornal do Commercio”, de Pernambuco. Esse jornal fazia parte do nosso objeto. Pesquisamos a adaptação de seu conteúdo para o *tablet* e analisamos como esse novo formato poderia gerar um inovador modelo de negócio, com narrativas mais dinâmicas e resultados rentáveis. Ficamos impactados com o fato de valorizarmos com nosso trabalho aspectos de um veículo que, preocupado com os lucros, não parecia se importar com os profissionais que naquele momento desligava de sua empresa.

Ao justificar tal atitude por conta do momento pelo qual passavam as empresas de mídia no Brasil e a necessidade de modernização, o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação incorporara dois discursos convenientes para os grandes veículos: crise financeira e convergência profissional. Ambos se complementam. Ao dizer que o veículo está passando por uma crise, esclarece o motivo de demissões e solicita dos profissionais que restam na redação eficácia em uma lógica de trabalho multitarefa de 24/7 (24 horas por dia, nos sete dias da semana). Nessa lógica, cada jornalista deve ter capacidade de atuar em várias linguagens e nos mais distintos temas. Para o jornalista, precarização do trabalho; para a empresa, lucro em cima da mão de obra qualificada.

Começamos a refletir, então, sobre formas de jornalistas fugirem desse cenário, de modo autônomo com foco no bem coletivo. Primeiramente, pensamos no jornalismo associado ao empreendedorismo social³, mais próximo da economia

¹ CALADO, Karolina de Almeida. Narrativas jornalísticas no tablet: aspectos estruturais em produtos de notícia, com estudos de caso do O Globo a Mais e Jornal do Commercio. Recife, 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

² A dor deles não aparece no jornal: demissões no JC empobrecem o jornalismo pernambucano. Disponível em: < <http://ombudspe.org.br/a-dor-deles-nao-aparece-no-jornal-demissoes-no-jc-empobrecem-o-jornalismo-pernambucano/> > Acesso em 09 de janeiro de 2019.

³ Para Dornelas (2007) o empreendedor social pode ser considerado um tipo de empreendedor, tendo como objetivo principal construir uma sociedade melhor para as pessoas. “Tem um desejo imenso de mudar o mundo criando oportunidades para aqueles que não têm acesso a elas. Suas características são as dos demais empreendedores, mas a diferença é que se realizam vendo seus projetos trazerem resultados para os outros e não para si próprios” (2007, p.13-14).

solidária⁴. Depois, nessa busca por algo que fizesse mais sentido, fazendo leitura e pesquisa sobre esse assunto, encontramos alternativas pautadas na doação, na participação social⁵ e na autonomia dos profissionais da comunicação. Evidenciamos novas narrativas jornalísticas contemporâneas elaboradas por jornalistas independentes. Este termo “independente”⁶ utilizado em nossa pesquisa se refere à autonomia financeira em relação ao modo de financiar a sua produção jornalística. Na perspectiva aqui apropriada, isso acontece quando o veículo ou o jornalista não depende de anúncio publicitário de governos e empresas, e recorrem a editais⁷ e fundações⁸ que financiam o jornalismo com o foco em causas diversas ou lançam mão de financiamento coletivo, seja na lógica *crowdfunding*⁹, seja na simples doação por parte dos leitores.

Nos veículos de comunicação do segmento de financiamento coletivo, há independência em relação a anúncios publicitários e à audiência, pois a preocupação é com a causa, a exemplo de uma denúncia a ser investigada ou uma questão que mereça ser debatida pela sociedade. Baseadas nesse modelo, várias iniciativas têm surgido no Brasil e no mundo, com os mais diversos formatos, a exemplo do premiado site “Nexo Jornal”, que tem funcionado por meio de assinatura; ou o “Amazônia Real”, que recebe doação de usuários, embora tenha também recursos provenientes de fundações. Em nossa pesquisa, nos centraremos

⁴ A economia solidária é pautada na cooperação, na sustentabilidade e no consumo consciente, entre outras coisas, atua politicamente, sendo “um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos”. (CIRANDAS, 2019). Disponível em: < <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria> > Acesso em 30 de janeiro de 2019.

⁵ Essa participação na mídia independente se dá de diversas formas, desde a envio direto de conteúdos até a contribuição financeira.

⁶ Como veremos a seguir, esse termo traz consigo sua contradição, pois não existe uma independência plena. Os veículos, narradores e personagens estão comprometidos com seus próprios enquadramentos. A autonomia se torna relativa.

⁷ Várias entidades como como Fundo Brasil de Direitos Humanos, Fundo Socioambiental Casa, entre outros lançam editais com a intenção de financiar projetos em prol de suas causas. Inclusive, o Marco Zero Conteúdo foi contemplado com editais dessas organizações.

⁸ A Ford, a OAK, a Open Society, entre outras, são fundações que financiam, de modo institucional, o jornalismo independente. O dinheiro repassado pode ser usado para pagamento de despesas diversas como aluguel de salas, energias, transporte.

⁹ *Crowdfunding* é um tipo de financiamento coletivo pautada na recompensa. Um exemplo de plataforma brasileira bem-sucedida é o Catarse. Disponível em: < <https://www.catarse.me/> > Acesso em 30 de janeiro de 2019.

em três veículos independentes: Agência Pública de Jornalismo Investigativo, Jornalistas Livres e Marco Zero Conteúdo.

Procuramos neste estudo uma categorização que permitisse compreender a abertura à diversidade temática e à pluralidade de vozes já que o problema impulsionador do projeto fazia o seguinte questionamento: como as narrativas jornalísticas, oriundas da mídia independente, incluem os temas e as vozes das demandas sociais? A nossa hipótese norteadora afirmava que essa mídia, de modo estratégico, procura abordar assuntos não pautados pela grande mídia e insere um número acentuado de personagens que refletem as distintas realidades do Brasil e do mundo.

Objetivamos, a partir do problema elencado, analisar as estruturas das narrativas jornalísticas presentes nos sites da mídia independente, com o propósito de identificar nos textos a abertura dada às temáticas sociais e à pluralidade de vozes. Ao encontro deste, estipulamos alguns objetivos específicos: a) categorizar as reportagens por temáticas e aplicar o modelo de análise pragmática proposto por Gonzaga Motta (2013); b) observar quais as falas presentes nas narrativas; e c) reunir fundamentos teóricos que expliquem a presença das reivindicações sociais nas narrativas analisadas.

Justificamos nossa abordagem temática por entender que o modelo de sustentação financeira com base na publicidade, muitas vezes, inibe a capacidade de desenvolver determinados temas que possam gerar discussão e, conseqüentemente, uma mudança social. Inclusive, em entrevista com representantes dos veículos Marco Zero Conteúdo e Agência Pública, houve a afirmação de ambos que o fato de não receber dinheiro mediante anúncio possibilita uma maior liberdade, uma maior independência editorial.

A justificativa para centrarmos nossa análise no processo narrativo do conteúdo se dá porque entendemos que a narrativa é capaz de desvendar o tipo de jornalismo que é feito pelo veículo, suas características e intenções. Acreditamos que essas narrativas independentes, construídas em moldes diferenciados, podem desenvolver, intencionalmente, formas mais efetivas de debate, ou tornar mais visíveis os problemas sociais ao possibilitar que distintas vozes contribuam com sua fala na formação de uma opinião pública mais plural.

Nessas iniciativas independentes, há um processo democrático incutido que se inicia na discussão de temas não pautada pela mídia tradicional, na inclusão de vozes diversas, na proposição de pautas por qualquer usuário, no financiamento de sites, reportagens e projetos, além da possibilidade de escolha sobre quais propostas¹⁰ serão financiadas pelo grupo. Há um engajamento por parte desses participantes em relação às causas ou temáticas envolvidas, de modo que eles se tornam os próprios divulgadores, comentadores das reportagens e financiadores dos projetos.

O percurso metodológico desta pesquisa se inicia em 2015, quando começamos a monitorar os veículos que seriam nosso objeto de estudo. A princípio eram oito¹¹, quatro do jornalismo convencional e quatro da mídia independente. Seria uma análise comparativa. No entanto, vimos que seria inviável a análise dessa quantidade citada, tendo em vista o aprofundamento do estudo.

Chegamos a sondar alguns sites que funcionavam por doações ou financiamento coletivo, mas percebemos que grande parte deles versava sobre uma temática exclusiva ou não tinha uma periodicidade diária, a exemplo do “Aos Fatos” que faz um jornalismo segmentado sobre política no modelo *fact-checking*¹². Após revisões no projeto inicial, propomos uma análise com foco restrito no jornalismo desenvolvido exclusivamente pelo financiamento coletivo, no entanto, observamos que, com o perfil pautado na abordagem de temas diversos, esse tipo é ainda pouco recorrente, por ser desafiador ter uma periodicidade de projetos bem-sucedidos sem intervalo entre campanhas (HUNTER, 2015). Além do financiamento coletivo, os grupos de mídia aqui pesquisados recebem dinheiro de organizações que financiam a mídia independente com foco nos direitos humanos, seja através de editais, seja por meio acordos formalizados. Exceto poucos grupos, a exemplo do Jornalistas Livres que realizou um único financiamento em 2015. Acreditamos que, por conta de seu formato voltado para a colaboração livre, não seja necessário a remuneração de profissionais e por isso esse veículo não tenha recorrido a outros financiamentos.

¹⁰ Os apoiadores da Reportagem Pública, no projeto de *crowdfunding*, podem votar na pauta que desejam ver executada pela Agência Pública.

¹¹ Agência Pública, Outras Palavras, Vi o Mundo, Mídia Ninja, Uol, Globo, R7 e Terra.

¹² Modelo de jornalismo baseado na checagem de informações e na investigação.

Ao perceber a escassez de veículos com temáticas diversas que funcionassem, exclusivamente, pelo financiamento coletivo, a partir de março de 2016, propomos que o nosso objeto estaria relacionado ao tipo de mídia que não funcionasse por meio de anúncio publicitário, pois seria interessante perceber se havia diferença na abordagem de conteúdo. Começamos, então, a monitorar diariamente os veículos elencados para análise: Marco Zero Conteúdo, Jornalistas Livres e Agência Pública, ao mesmo tempo em que coletamos seu conteúdo. O critério para escolha dos mesmos foram os seguintes: ter uma periodicidade ao menos semanal, não possuir anúncio publicitário e incluir temas diversos.

Paramos a coleta em junho de 2016, após 4 meses, e fomos analisar o material coletado. Reunimos todas as matérias dos três veículos, que, diariamente, iriam surgindo entre os meses de março, abril, maio e junho daquele ano. Ao todo, foram 173 conteúdos que se dividem entre vídeo, galeria de fotos ou, até mesmo, poemas, além de grandes reportagens ou pequenas notícias, dependendo do perfil e narrador do veículo. No entanto, focamos nossa análise em artigos, notícias e reportagens.

Para coleta, utilizamos o site agregador de notícia “Digg Reader”¹³ que permitia organizar os RSS (*Really Simple Syndication*) dos respectivos veículos, de modo que, cotidianamente, era possível visualizar as atualizações de conteúdo de cada site. No segundo momento, utilizamos o site “Diigo”¹⁴ que arquivava as matérias na íntegra e possibilitava grifos e comentários, facilitando, assim, o nosso processo de análise.

O material encontrado tratava de assuntos diversos, desde a divulgação de eventos de teatro até os danos que políticas brasileiras podem provocar na região da Savana Africana. Elencamos, então, categorias para análise dos temas mais abordados e chegamos à conclusão que o assunto mais discutido e aprofundado dos três veículos estudados era o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. O número de reportagens era maior quando comparado a outros temas e achamos que tal temática merecia nossa investigação, uma vez que poderíamos aprofundar melhor o estudo da narrativa. Do total do *corpus* citado, 62 matérias eram diretamente sobre o *impeachment*, sendo que, das 34 sobre o tema “manifestação” sua grande maioria era também sobre atos relacionados ao *impeachment*. Matérias

¹³ Agregador de notícia que teve suas atividades finalizadas em março de 2018.

¹⁴ Diigo. Disponível em: < <https://www.diigo.com/> > Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

sobre “pedaladas fiscais”, “Caso Cunha”, “Leitura Crítica da Mídia”, “Operação Lava-jato” e “Questões Indígenas”, de algum modo, se relacionam e inter cruzam ao *impeachment*.

Essa foi uma temática que permeou tanto a grande mídia como grupos da mídia independente no ano de 2016. No período da coleta, os protestos contrários e favoráveis ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff se intensificaram. Esse tema abordado pela mídia refletia o cenário social, a partir de uma divisão nacional entre grupos pró e contrário a esse processo. Na internet, os grupos da mídia independente agiram combatendo os discursos de movimentações favoráveis aquele processo.

Dada a relevância, decidimos focar nossa análise no *impeachment* e elegê-lo como acontecimento-intriga. Após leitura das reportagens sobre essa temática, identificamos que muitos outros assuntos que antes pertenciam a outras categorias temáticas estavam a ele interligados, a exemplo de questões indígenas, desigualdade social ou racismo. Ampliamos, então, o período de coleta até 31 de agosto de 2016, dia da votação que resultou na perda do mandato de Dilma Rousseff. Nesses dois meses excedentes, coletamos apenas reportagens sobre esse assunto citado, totalizando um corpus com 46 matérias da Agência Pública, 123 do Jornalistas Livres e 17 do Marco Zero Conteúdo.

Ressaltamos que o acontecimento-intriga *impeachment* é apenas o tema do nosso enquadramento analítico. A partir dele, nossa intenção é analisar como se estrutura a narrativa nos veículos estudados, mas poderia ser qualquer outro tema, pois não pretendemos fazer uma análise discursiva, uma vez que o modelo pragmático é suficiente para atender a investigação do problema de pesquisa citado. Após ter chegado ao tema a ser estudado, nos apropriamos do modelo de análise da narrativa jornalística proposto por Motta (2013).

O modelo pragmático apresentado por Luiz Gonzaga Motta (2005) é capaz de relacionar cada ponto de sentido no texto: o enredo, a personagem, o narrador, a intriga, entre outras unidades. A partir dele, desenvolvemos o processo de desconstrução da narrativa, para entender o encadeamento lógico e a função de cada peça. A coerência entre os elos é, para Claude Bremond (2011), o que determina a narrativa; e, em nosso estudo é observada na recomposição da

história¹⁵: “para reconstituir de forma coerente uma narrativa jornalística, o analista precisa observar a continuidade e justaposições temáticas a partir da recorrência de um mesmo tema nas notícias isoladas” (MOTTA, 2005, p. 4). Os encaixes podem mostrar “aspectos interessantes das estratégias jornalísticas e dos efeitos de sentido pretendidos: retardamento do desfecho, ritmo da narração, explicações causais e outras atitudes organizativas do texto que vão indicar como ele pretende ser compreendido pelo receptor” (MOTTA, 2005, p. 5).

Após observar os episódios ou encadeamentos lógicos das reportagens abordadas em cada veículo, elaboramos uma planilha onde organizamos por título e data todas as publicações. Voltamos novamente para as narrativas com intuito de verificar a presença de fontes, as pistas deixadas pelo narrador para marcar seus posicionamentos e a forma como construía personagens a partir de estratégias argumentativas. Identificamos, também, como o tema de fundo ou os assuntos interligados eram abordados nas narrativas.

Observamos os sete movimentos propostos por Luiz Gonzaga Motta: 1º - Compreender a intriga como síntese do heterogêneo; 2º - Compreender a lógica do paradigma narrativo; 3º - Deixar surgirem novos episódios; 4º - Permitir ao conflito dramático se revelar; 5º - A personagem, metamorfose de pessoa a *persona*; 6º - As estratégias argumentativas; e 7º - Permitir o florescimento das metanarrativas (MOTTA, 2013). Porém, focamos nossa análise nos três últimos movimentos, pois nosso objetivo era analisar a pluralidade de vozes e a diversidade temática nas narrativas dos veículos abordados.

Ao encontro do objetivo, o estudo possui dois níveis: um, descritivo; e o outro, exploratório, a partir de duas abordagens: a primeira, quantitativa, com o propósito de saber quais eram e quantas vezes algumas dessas estruturas se repetiam; e a segunda, qualitativa, para analisar como se estruturam tais

¹⁵ “Estória” e “história” possuem significados diferentes, conforme Gonzaga Motta aponta. “Utilizo a palavra estória para designar a narrativa cuja produção é mais inventiva que realista, e cuja intenção é remeter o leitor às subjetividades do mundo da fantasia; e utilizo a palavra história para me referir à narrativa cuja produção é referencial, e cuja intenção é remeter o leitor ao referente objetivo a fim de produzir o efeito de veracidade. Essa distinção facilita a compreensão da exposição. 13 tem condições de sugerir pautas; e há aqueles que conseguem se posicionar em um patamar hierárquico de destaque, possuindo liberdade de contrariar os interesses de seus superiores sem sofrer as sanções negativas peculiares à área” (MOTTA, 2013, p. 13). No sentido atribuído por Motta, utilizaremos o termo “história” neste estudo.

narrativas e como se apresentam, a partir da base que a sustenta (temáticas, personagens, narradores).

Em decorrência de uma necessidade de obter mais informações sobre o funcionamento do veículo em relação aos seus aspectos financeiros e operacionais, após a análise dos dados, realizamos uma entrevista aberta com o jornalista Laércio Portela, um dos fundadores do Marco Zero Conteúdo, e com a coordenadora de comunicação da Agência Pública, a jornalista Marina Dias. Não fizemos com representantes do grupo Jornalistas Livres, pois encontramos dificuldades¹⁶ de contato com os mesmos.

Estruturamos nossa tese em um capítulo introdutório, quatro capítulos teóricos, um capítulo de análise e o capítulo conclusivo com as considerações e recomendações para futuras pesquisas, conforme detalhamento a seguir.

Após esta introdução, temos o segundo capítulo destinando à discussão teórica, onde apresentamos a “esfera pública” de Habermas (1997) e a Teoria do Reconhecimento a partir da discussão de Axl Honneth (2003), Nancy Fraser (1992, 2002, 2012) e Iris Marion Young (2006, 2009, 2012). Nesse, questionamos o porquê de determinados grupos de comunicação incluírem os temas das demandas sociais e trazemos as contribuições de Habermas (1997) com o modelo de iniciativa externa, a partir do qual os grupos da periferia social conseguem “furar as barreiras” que a estrutura de poder coloca à participação dos setores marginalizados, possibilitando, assim, construir deliberações progressistas. Axl Honeth (2003) afirma que os grupos injustiçados, que se veem na condição de desiguais, entram na luta por reconhecimento e nós percebemos que a mídia independente atua nesse sentido, de reconhecer e de validar em suas narrativas, a inclusão de vozes de grupos socialmente excluídos, em condição de subjugação. Por exemplo, a presença de pessoas de movimentos LGBT, negras e indígenas em movimentos contrários ao *impeachment* é fator positivo de distinção em reportagens dos Jornalistas Livres.

¹⁶ Tentamos diversas vezes através de e-mail, telefone e redes sociais uma entrevista com os responsáveis deste veículo, mas não obtivemos resposta.

Nancy Fraser (2002) problematiza a Teoria do Reconhecimento¹⁷ dizendo que a transformação não acontece por, simplesmente, reconhecer os indivíduos como iguais, mas deve-se pensar na redistribuição. Com base em sua reflexão, percebemos que, dentro da abordagem dos veículos de mídia independente, além do reconhecimento das reivindicações das pessoas das esferas minoritárias, há a preocupação com o fator renda. Podemos citar que, na narrativa do *impeachment*, está explícito que a perda do mandato da presidente da República na época, Dilma Rousseff, acarretaria em problemas econômicos, especialmente para as classes menos favorecidas. O Marco Zero Conteúdo e os Jornalistas Livres enfatizavam que, pessoas do campo, comunidades indígenas, mulheres negras ou pessoas da periferia conseguiram ascender economicamente a partir dos governos Lula e Dilma, e a possibilidade de *impeachment* seria uma ameaça para tais grupos.

Associados ao reconhecimento, trouxemos a discussão da importância da comunicação independente para construir uma esfera pública mais ampla, que considere as vozes diversas (HABERMAS, 1997; MAIA, 2002).

No terceiro capítulo, nós abordamos os conceitos de objetividade e imparcialidade, além de discutirmos o processo de migração de um jornalismo pautado em interesses políticos para um jornalismo fundamentado em valores relacionados à objetividade e imparcialidade (RIBEIRO, 2002; HOHLFELDT, 2001). Após problematização desses conceitos, nós utilizamos autores que buscam desconstruir tais ideais (YOUNG, 2012; GENRO FILHO, 1996; VIZEU e ROCHA, 2012).

Iniciamos esse capítulo contando um pouco a história da mídia independente, e mostramos que os atores sociais se articulam em determinados períodos históricos para promover um outro tipo de comunicação resistente pautada em bens comuns, no âmbito das novas condições de trabalho e contra os abusos da classe dominante. Obedecemos a uma cronologia contextualizada, situando o leitor no tempo e no espaço (PERUZZO, 1998; SODRÉ, 1999).

Na imprensa oitocentista, existiram vários modelos de jornais que eram pautados no ativismo, sendo favoráveis à abolição da escravatura ou à

¹⁷ Mais informações sobre a Teoria do Reconhecimento podem ser encontradas no quarto capítulo.

independência do Brasil, contra os abusos da coroa e contra o predomínio de portugueses em Pernambuco. O *Typhis Pernambucano* e o *Sentinela da Liberdade* liderados, respectivamente, por Frei Caneca e Cipriano Barata, são alguns dos exemplos (SODRÉ, 1999). Durante a ditadura civil e militar, houve ainda a imprensa nanica, que tinha como viés a liberdade de expressão (KUCINSKI, 1991; PERUZZO, 1998).

No quarto capítulo, nós apresentamos as primeiras formas de financiamento coletivo registradas na história, evidenciadas por Felitti e Corrêa (2015), além de Träsel e Fontoura (2012). Problematizamos esse tipo de financiamento, suas primeiras experiências, suas contribuições ao jornalismo e os limites que impedem os avanços almejados (HUNTER, 2015; CABRERA, 2014; AITAMURTO, 2011; DONINI, 2014). Também mostramos que tais possibilidades de financiamento só foram possíveis com movimento proporcionando pelo *crowdsourcing*, segundo Howe (2006), ou seja, devido à lógica das multidões colaborativas na Internet. Ainda, incluímos a problematização acerca da publicidade nos veículos de comunicação a partir da perspectiva de Castells (2013).

Como existem vários formatos de veículos de comunicação que funcionam por meio do financiamento coletivo ou sendo financiados por meio de fundações, nós detalhamos os conceitos de mídia independente, comunicação popular, mídia alternativa e mídia ativista no sentido de apontar, de modo associativo, quais as características desses em relação aos veículos aqui analisados. O veículo Jornalistas Livres possui um viés pautado na comunicação popular e na mídia ativista (PERUZZO, 1998; PRUDÊNCIO, 2009b). O Marco Zero Conteúdo se volta ao jornalismo investigativo, embora na cobertura do *impeachment* tenha se mostrado mais analítico, elaborando uma crítica à grande mídia e atuando enquanto ativista. A Agência Pública fundamenta seu projeto de jornalismo com base na investigação, mas milita em prol dos direitos humanos, tornando-se também ativista. Na cobertura do *impeachment*, colocou seu enfoque nos assuntos factuais do dia a dia do Congresso Nacional.

No quinto capítulo teórico destinado às narrativas jornalísticas, propomos uma interligação entre o conceito de narrativa, o modelo metodológico de Luiz Gonzaga Motta (2013) e as categorias de análise

utilizadas em nossa tese. Trata-se de um capítulo teórico que especifica a estrutura das narrativas jornalísticas a partir da ação do narrador que almeja provocar determinados efeitos de sentido ao incluir vozes diversas e ao trazer temas específicos em suas reportagens.

Trazemos também a perspectiva do enquadramento/quadro/*frame* necessário para a construção da narrativa. Ao enquadrar uma história, estamos adequando-a a partir do nosso quadro cognitivo, e o percurso escolhido revelará nossa vontade e anseio para ser compreendido de uma forma peculiar. Se por um lado, temos um enquadramento que é inerente a nossa condição humana, também temos enquadramentos intencionais, quando a narrativa almeja provocar determinados efeitos de sentido no leitor, seja o senso de engajamento, seja uma indignação, etc.

O tempo todo observamos a mídia influenciando a construção social da realidade, desenvolvendo sua textualidade a partir da persuasão. Nesse sentido, é importante considerar a necessidade de a mídia independente também ser partidária e criar enquadramentos junto à sociedade que possam contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, usando seu enfoque para, valorativamente, agir em prol de informações que atendam a interesses coletivos, que contribuam com a mudança social. São esses tipos de enquadramentos que boa parte da mídia independente busca trazer.

O enquadramento definido delimita a cobertura jornalística e, geralmente, os tipos de vozes que serão incluídas na narrativa. Na análise da narrativa, é importante observar a atuação de cada fonte que se transforma em personagem, como se articula e se desenvolve naquele espaço de poder e quais as intencionalidades do narrador, visíveis a partir da utilização de dados, figuras de linguagem ou dêiticos espaço-temporais¹⁸.

Mapeamos dentro da perspectiva da narrativa jornalística quem são essas personagens incluídas pelo narrador, como se dá a migração de pessoa à persona; como os narradores trazem à narrativa jornalística os heróis e vilões, entre outras personagens que auxiliam os mesmos a confirmarem os sentidos previamente estabelecidas. Analisamos também, dentro da nossa

¹⁸ Definidos por Gonzaga Motta (2013) como “elementos espaço-temporais do discurso que concorrem para situar o enunciado e os sujeitos no ato da comunicação, e proporcionar referências no momento e no lugar em que ele ocorre” (MOTTA, 2013, p. 158).

perspectiva analítica, como se dá a inclusão de temas, dentro da narrativa do *impeachment*.

No sexto capítulo, nós separamos a análise dos três veículos, uma vez que os mesmos são distintos, apesar de haver algumas semelhanças na sua forma de fazer conteúdo e de financiamento.

O sexto capítulo está destinado às considerações finais.

2 MÍDIA INDEPENDENTE: RECONHECIMENTO, REDISTRIBUIÇÃO E ESFERA PÚBLICA

2.1 RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

Compreender o que leva determinados grupos de mídia independente a incluir as vozes e os temas plurais dos mais variados grupos presentes na sociedade é uma questão que persegue a nossa pesquisa. Para tanto, uma das explicações teóricas que encontramos se dá a partir da noção de *reconhecimento* de Axl Honneth (2003) associada à *paridade de participação* de Nancy Fraser juntamente à discussão de *categorias desajustadas* de Iris Marion Young. Unimos a essas perspectivas a discussão de mídia e esfera pública realizada por Habermas (1997) e Rousiley Maia (2002).

A proposição inicial da perspectiva de Honneth (2003) se pauta no indivíduo que se percebe desigual e injustiçado, necessitando, portanto, de reconhecimento para ser incluído socialmente. Entendemos que essa inclusão identitária pode ser desenvolvida a partir da luta de movimentos sociais junto à mídia independente, a qual encontra na noção de esfera pública habermasiana a possibilidade de pautar suas demandas e gerar um debate público, por meio de questões como defesa dos direitos humanos e da democracia. Os grupos de mídia que participam do nosso objeto priorizam o reconhecimento identitário dos grupos socialmente excluídos e associam sua percepção à noção de redistribuição, conforme cita Nancy Fraser.

A inclusão do outro na comunidade de acordo com o teórico alemão Axl Honneth (2003) acontece a partir do que ele denomina por reconhecimento, ou seja, a partir de Hegel¹⁹, ele elabora uma compreensão das relações em sentido

¹⁹ A luta por reconhecimento em Hegel é descrita por Axl Honneth. "Hegel defende naquela época a convicção de que resulta de uma luta dos sujeitos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade uma pressão intra-social para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade; trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente a vida social desde o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da respectiva medida institucionalizada de progresso social e, desse modo, conduz pouco a pouco a um estado de liberdade comunicativamente vivida, pelo caminho negativo de um conflito a se repetir de maneira gradativa (HONNETH, 2003, p. 29-30). Mais a frente, em seu texto, Honneth complementa: No entanto, na obra de Hegel, o programa assim esboçado nunca chegou a ir além do limiar de meros esquemas e projetos; na Fenomenologia do espírito, com cujo término Hegel encerra sua atividade de escritor em Jena, o modelo conceitual de uma "luta por reconhecimento" já volta a perder seu significado teórico marcante (HONNETH, 2003, p. 30).

horizontal e firmadas na alteridade. Além de Hegel, o autor (2003) se baseia em George Mead para fundamentar as ações dos indivíduos na intersubjetividade, com ela, acredita ser possível diminuir os conflitos sociais relacionados a desigualdade quando se promove o reconhecimento na esfera individual e coletiva. Somente a partir do reconhecimento identitário mútuo é que as relações se fortalecem e acontece o que o autor chama de autorrealização. Portanto, não há condições de exercer o uso público da razão quando suas condições de igualdade estão suplantadas pela injustiça. Segundo Honneth, após o reconhecimento individual e identitário a pessoa poderá desenvolver outros aspectos de sua vida, como a autoestima, mas ele somente se concretiza a partir da organização das lutas sociais.

Habermas descreve a capacidade de grupos se agruparem enquanto sociedade civil ou movimentos sociais para reforçarem sua própria identidade, passando por uma fase de auto-identificação e autolegitimação e depois uma *"identity-politics"*, procurando sempre certificar-se de sua identidade. Podemos tecer um paralelo entre Honneth e Habermas porque na comunicação intersubjetiva para entendimento mútuo, o sujeito é visto como igual e, portanto, desenvolve reconhecimento. A relação de Habermas com Honneth é visível em vários aspectos, especialmente porque ambos reconhecem no indivíduo um sujeito capaz de se organizar enquanto grupo para reivindicar por direitos, por uma comunicação plural e reconhecimento individual. "Porém, a influência política que os atores obtêm sobre a comunicação pública tem que apoiar-se, em última instância, na ressonância ou, mais precisamente, no assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos" (HABERMAS, 1997, p. 95-96). Habermas (1997) entra em defesa dos direitos da liberdade individual e versa sobre a necessidade de se preservar o direito à propriedade, entre outros, "direitos da personalidade, liberdades de crença e de consciência, liberalidade, sigilo da correspondência e do telefone, inviolabilidade da residência, bem como a proteção da família, caracterizam uma zona inviolável da integridade pessoal e da formação do juízo e da consciência autônoma" (HABERMAS, 1997, p. 101).

A perspectiva do reconhecimento, para Honneth (2003), possui três dimensões: amor, direito e solidariedade. Na primeira dimensão do reconhecimento, o "amor", está em oposição a questão da violação e maus tratos, não necessariamente físicos, mas de autorrespeito, a exemplo da psíquica. A segunda promove o autorrespeito e é baseada no direito moderno. Nela, os indivíduos são

iguais e dotados de direitos fundamentais, justificando que “só sob as condições em que direitos universais não são mais adjudicados de maneira díspar aos membros de grupos sociais definidos por status, mas, em princípio, de maneira igualitária a todos os homens como seres livres” (HONNETH, 2003, p. 195). A terceira estabelece que exista uma vida em comunidade com valores de referência construídos e avaliados de forma intersubjetiva, que gerem uma espécie de “estima social”. “A autocompreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, conforme a medida em que cooperaram na implementação de valores culturalmente definidos” (HONNETH, 2003, p. 200).

A estima social resultará nas relações de autoestima, “sentimento de valor próprio”, autoconfiança e autorrespeito, contribuindo para a simetria das relações sociais entre sujeitos individualizados, “estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum” (HONNETH, 2003, p. 210). Para Honneth (2003) só é possível desenvolver um relacionamento positivo quando não há relações assimétricas e experiências de desrespeito que resultarão em um autorrelacionamento negativo. “É por isso também que só as relações sociais que tínhamos em vista com o conceito de 'solidariedade' podem abrir o horizonte em que a concorrência individual por estima social assume uma forma isenta de dar, isto é, não turvada por experiências de desrespeito” (HONNETH, 2003, p. 211). O autor conclui que as relações de desrespeito precisam estar pautadas na luta por reconhecimento. As características da simetria, associada à situação ideal de fala e à discussão ética, por um lado, e da assimetria, identificada nas interações sociais autoritárias e não dialógicas que produzem pseudo-consensos e, conseqüentemente, uma comunicação sistematicamente distorcida, evidenciam como os atos de fala podem ser considerados positivos, no primeiro caso, ou negativo, no segundo.

Para Honneth, o direito moderno trouxe de contribuição para os indivíduos o desejo pela autorrealização a partir do reconhecimento. A autorrealização dos indivíduos tem no direito um forte aliado, uma vez que esse direito possui o ideal de igualdade contra privilégios. O sistema jurídico busca atuar em prol da vontade, ou seja, dos interesses da maioria. Diferentemente das sociedades tradicionais

calçadas no ideal do que ele chama de *status*, em que as pessoas só teriam merecimento ao direito caso fossem reconhecidas como parte da vida social de sua comunidade. Dessa forma, os indivíduos quando passam a ter noção de que são sujeitos do direito, sujeitos jurídicos, passam a desenvolver seu autorrespeito.

Por isso, nos últimos séculos, em unidade com os enriquecimentos que experimenta o *status* jurídico do cidadão individual, foi-se ampliando também o conjunto de todas as capacidades que caracterizam o ser humano constitutivamente como pessoa: nesse meio tempo, acrescentou-se as propriedades que colocam um sujeito em condições de agir autonomamente com discernimento racional uma medida mínima de formação cultural e de segurança econômica. Reconhecer-se mutuamente como pessoa de direito significa hoje, nesse aspecto, mais do que podia significar no começo do desenvolvimento do direito moderno: entretantes, um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso. (HONNETH, 2003, p. 193)

As três esferas do desrespeito podem afetar a autoconfiança e a integridade dos sujeitos, especialmente em situações de subjugação ou ameaça, ou quando são submetidos ao sentimento de desigualdade. Entretanto, segundo Honneth, é por passarem pela experiência do não reconhecimento e experiências negativas que os indivíduos são estimulados a lutar por reconhecimento. “Toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política” (HONNETH, 2003, p. 224). Se o desrespeito atua na privação de direitos, a integridade social é ameaçada. Para Honneth (2003), o reconhecimento em suas três esferas atua para gerar relações mais positivas e simétricas que promovem autoconfiança, autorrespeito e autoestima.

Nancy Fraser, por outro lado, complexifica a questão e diz que as injustiças sociais não são sanadas a partir, apenas, de reconhecimento. Fraser teme que a luta por reconhecimento em termos apenas identitários sejam levados a desenvolver uma busca da valorização identitária, como o fim em si mesmo. Então, ela considera que deva haver a luta pelo reconhecimento junto a luta por redistribuição, e constrói uma teoria fundamentada na *paridade participativa*. A autora busca trazer à tona o questionamento sobre grupos socialmente excluídos que, de algum modo, carece da

redistribuição, a exemplo de mulheres negras e pessoas de distintas orientações sexuais que são afetadas no plano econômico em decorrência de suas identidades.

Já no texto “categorias desajustadas”, Iris Young tece algumas críticas a Nancy Fraser ao dizer que é necessário não pensar numa política redistributiva como superior ao processo de reconhecimento, uma vez que as questões são pautadas no âmbito cultural e econômico. “Uma solução teórica mais apropriada seria conceituar questões de justiça envolvendo reconhecimento e identidade como tendo inevitavelmente fontes e consequências econômicas, sem por isso serem redutíveis à dinâmica do mercado ou à exploração econômica e privação” (YOUNG, 2009, p. 203).

Uma vez que não é possível combater as injustiças sociais focando em apenas um dos fatores citados, não se pode restringir apenas ao quesito material ou apenas ao quesito de identidade. E ela explica o motivo de essa divisão, quando feita, provocar ainda mais desigualdade, reificação, substituição e falso reconhecimento.

O reconhecimento não pode estar desvinculado das questões econômicas relacionadas à “distribuição”, “divisão do trabalho”, “injustiças de exploração”, “privação” e “controle social do trabalho”. Para Young e Fraser, isto acontece quando o reconhecimento é percebido como um fim em si mesmo. “A solução, entretanto, é reconectar as questões de economia política com as de reconhecimento. Deveríamos mostrar como o reconhecimento é um meio para, ou um elemento na igualdade econômica e política” (YOUNG, 2009, p. 197).

Nancy Fraser propõe um tipo de paridade de participação como solução para a falta de reconhecimento e redistribuição, essa proposição requer que todos as pessoas interajam como pares. A autora elenca duas condições para que haja possibilidade de haver tal paridade. “Primeiro, deve haver uma distribuição de recursos materiais que garanta a independência e 'voz' dos participantes. Esta condição impede a existência de formas e níveis de dependência e desigualdade econômicas que constituem obstáculos à paridade de participação” (FRASER, 2002, p. 13).

A luta por reconhecimento, ainda no contexto de globalização deve ser problematizado, pois é quando as culturas não são vistas como processos de interação, pelo contrário, há separatismo, intolerância ou autoritarismo, levando Fraser a descrever essa situação como “o problema da reificação”. “Necessitamos

de uma concepção não-identitária que desencoraje a reificação e promova a interação entre as diferenças, o que significa rejeitar as definições habituais de reconhecimento” (FRASER, 2002, p. 14).

No processo de reconhecimento pensado por Fraser, os grupos que são vistos de forma distorcida devem questionar tal imagem, geralmente resultado de uma perspectiva da cultura dominante. Para Fraser, não devem acolher tais imagens, pelo contrário, devem propagar imagens que reflitam sua autorrepresentação. “Depois de remodelar a sua identidade colectiva, devem exibi-la publicamente de forma a ganhar o respeito e a consideração da sociedade em geral” (FRASER, 2002, p. 15).

Fraser propõe um “modelo de estatuto” que é uma ideia alternativa para o reconhecimento, uma vez que ela enxerga o reconhecimento como estatuto social. “Nos casos em que tais padrões constituem os atores como pares, capazes de participar ao mesmo nível que os outros na vida social, então, podemos falar de *reconhecimento recíproco* e de *igualdade de estatuto*”. Ela pondera que é possível ter uma ideia de falso reconhecimento, quando há subordinação por vias de “padrões institucionalizados de valor cultural”, que para Fraser “ocorre quando as instituições sociais regulam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação” (FRASER, 2002, p. 16). Dessa forma, para Fraser, é interessante haver uma ideia bidimensional de justiça levando em consideração reconhecimento e distribuição, e que o reconhecimento não seja visto como uma política de identidade e sim de estatuto para não correr o risco da reificação. Ainda, é importante levar em consideração ambas as questões, de forma complementar. “O resultado é uma concepção bidimensional de justiça que abrange *tanto* a distribuição *como* o reconhecimento, sem reduzir um aspecto ao outro” (FRASER, 2002, p. 20).

2.2 MÍDIA E ESPERA PÚBLICA

Ao discutir a questão da representatividade democrática de grupos socialmente excluídos, Young fala da necessidade de reconfiguração da visibilidade midiática limitada a grupos privilegiados. “A igualdade política pode requerer a garantia de acesso à mídia aos grupos de interesse com poucos recursos, ou a limitação da capacidade dos grupos mais abastados de dominar os canais de influência pública” (YOUNG, 2006, p. 197). Portanto, ela acrescenta, “os grupos

sociais devem ser reconhecidos e incluídos em sua especificidade nos processos comunicativos democráticos” (YOUNG, 2006, p. 188).

Nesse sentido, com base em Habermas (1997), Rousiley Maia (2002) afirma que os movimentos sociais devem se articular para propagar suas causas e influenciar aqueles que podem decidir sobre suas questões. Habermas esclarece que, na *ação comunicativa*, os indivíduos possuem capacidade, nas situações de crise, para intervir enquanto sociedade civil na agenda dos meios de comunicação massivos; pois a sociedade civil “compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política (HABERMAS, 1997, p. 99). O núcleo da sociedade civil, diz Habermas, é onde os discursos circulam e sua articulação é importante para melhorar as formas de vida das pessoas: “esses designs discursivos refletem, em suas formas de organização, abertas e igualitárias, certas características que compõem o tipo de comunicação e em torno da qual se cristalizam, conferindo-lhe continuidade e duração” (HABERMAS, 1997, p. 99).

Habermas (1997) aponta que a situação ideal de fala foi possível em diferentes contextos e esferas públicas. A noção dessa se origina ainda no século XVII e XVIII quando a burguesia emerge e instaura um tipo de diálogo no ambiente público que prevê interesses políticos e particulares. Inicia-se, então, um “culto” ao privado e, associado a este, vem o ideal de individualidade e posteriormente ideais liberais que põem em xeque os desmandos da monarquia. Cria-se, a partir de então, o direito privado e o interesse pelos rumos da política. As pessoas são convencidas a fazer o uso público da razão em um contexto facilitado pela explosão de jornais que fundamentam a esfera pública literária, onde se discute os assuntos em ambientes públicos, como clubes e cafés.

Esse autor vê na opinião pública, resultante do debate oriundo da esfera pública, uma via para alterar os esquemas de dominação pela sua capacidade de influenciar parlamentares e governantes, tribunais, entre outros. Entretanto, Jürgen Habermas (1997) atenta para o fato de que somente podem exercer influência publicitária aqueles que são autorizados pelo sistema político, exceto no “modelo de iniciativa externa”, segundo o qual: “às forças que se encontram fora do sistema político, as quais impõem o tratamento formal utilizando-se da esfera pública

mobilizada, isto é, da pressão de uma opinião pública” (HABERMAS, 1997, p. 113).

O autor explica:

o modelo da iniciativa externa aplica-se à situação na qual um grupo que se encontra fora da estrutura governamental: 1) articula uma demanda; 2) tenta propagar em outros grupos da população o interesse nessa questão, a fim de ganhar espaço na agenda pública, o que permite; 3) uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente. (HABERMAS, 1997, p. 113-114)

A esfera pública relacionada à ação comunicativa²⁰ se torna um espaço de luta por influência. “A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana” (HABERMAS, 1997, p. 92). As pessoas atingidas formam uma comunidade de comunicação estabelecida pela esfera pública, a qual Habermas diferencia da esfera privada: “(...) do ponto de vista histórico, o nexo entre esfera pública e privada começou a aparecer nas formas de reunião e de organização de um público leitor, composto de pessoas privadas burguesas, que se aglutinavam em torno de jornais e periódicos” (HABERMAS, 1997, p. 98).

Sua compreensão de “esfera pública” é basilar para a deliberação. Nessa concepção, os atores sociais são livres e agem para eleger o melhor argumento, o qual pode ser revisto, uma vez que o melhor argumento se torna uma verdade temporária. Então, é buscado o consenso resultante de uma comunicação entre iguais, de forma participativa e racional, ou seja, a despeito das desigualdades estruturais, existe uma discussão ética quando a deliberação não é definida pelo poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as grandes corporações do mercado.

A esfera pública ainda “pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em

²⁰ Habermas (1997) divide sua compreensão acerca da sociedade em *sistemas funcionais* e *mundo da vida*. O primeiro diz respeito ao processo burocrático com que o sistema é regido e o segundo funciona por meio de trocas simbólicas em que é validado um conjunto de regras a partir da comunicação possível através da linguagem. É no mundo da vida que a ação comunicativa acontece. Há uma normatividade construída e atualizada pelos membros da comunidade de comunicação. Essa normatividade gera uma série de preceitos que permitem aos indivíduos se desenvolverem de forma mais plena. A facticidade da vida social e normatividade, portanto, estão em constante tensão.

opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92). Portanto, “a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana” (HABERMAS, 1997, p. 92).

Diversos membros, dos mais variados grupos veem na esfera pública uma chance de dar visibilidade as suas questões, a exemplo da Anistia Internacional ou Greenpeace, inclusive nos dias atuais. Esses têm, nesse espaço, uma possibilidade de agendamento de suas demandas. “Os papéis de ator, que se multiplicam e se profissionalizam cada vez mais através da complexidade organizacional, e o alcance da mídia, têm diferentes chances de influência” (HABERMAS, 1997, p. 95). Outros grupos também se projetaram em esferas públicas especiais.

Habermas coloca que há muito ceticismo em relação à abertura da mídia, se de algum modo a esfera pública influencia a mídia, uma vez que os meios não funcionam com abertura para determinados segmentos da sociedade, pelo contrário, atuam para tornar suas imagens ainda mais difusas. O autor acrescenta que, nessa situação reificada, a esfera pública não está morta, mas apenas “em repouso”, “pois, a partir do momento em que acontece uma mobilização, as estruturas sobre as quais se apoia a autoridade de um público que toma posição começam a vibrar. E as relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político podem sofrer modificações” (HABERMAS, 1997, p. 113).

Assim, Habermas enfatiza que há possibilidade de, mesmo diante de tantas exclusões, a sociedade civil conseguir romper barreiras e tematizar suas questões, especialmente em contexto de crise, quando a mesma toma “consciência da crise da periferia”. Os atores, segundo Habermas, conseguem mudar o sistema político e sua forma de resolver seus problemas, “pois apesar da diminuta complexidade organizacional, da fraca capacidade de ação e das desvantagens estruturais, eles têm a chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político” (HABERMAS, 1997, p. 114-115).

É na sociedade civil, que ele denomina de “periferia”, que esses temas tomam impulso e circulam em clubes, universidades, cafés, entre outros, resultando em movimentos sociais que têm a capacidade de “dramatizar contribuições” para resultar em visibilidade midiática. Esses movimentos:

Têm condições de encenar e de dramatizar as contribuições, fazendo com que os meios de comunicação de massa se interessem pela questão. Pois, para atingir o grande público e a 'agenda pública', tais temas têm que passar pela abordagem controversa da mídia". Uma vez que para chegar no público e assim construir a "agenda pública", é necessário que haja mediação midiática. Às vezes é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas para que os temas consigam ser escolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo do sistema político e superando os programas cautelosos dos 'velhos partidos'". (HABERMAS, 1997, p. 115-116)

Desse modo, os indivíduos participam de uma comunidade de comunicação e são estimulados como cidadão para a vida pública por meio da intersubjetividade. Habermas ressalta que, nesse processo, a "linguagem natural" dos cidadãos gera entendimentos de interesse coletivo que constituem a esfera pública, a qual a partir da visibilidade e comunicação pode influenciar governantes. "Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado" (HABERMAS, 1997, p. 107).

A interação dos sujeitos – incluindo nesta as interações promovidas pela mídia - assume a função de lançar mão de atos de fala visando a coerção, a manipulação, numa comunicação para atingir determinados fins, ou seja, numa linguagem perlocutória quando prima pela manipulação, ou no sentido contrário quando busca o entendimento, numa linguagem ilocutória, em prol da compreensão. Quando a ação estratégica para determinados fins, de forma técnica passa a conduzir interações que deveriam ser conduzidas por processos dialógicos mediados pela linguagem, tem-se o que Habermas denominou de colonização do mundo da vida: "mecanismos sistêmicos suprimem formas de integração social, mesmo nas áreas em que a coordenação dependente do consenso não pode ser substituída, ou seja, onde a reprodução simbólica do mundo da vida está em questão" (HABERMAS, 1997, p. 196).

Porém, Habermas não é ingênuo, ele não deixa de colocar em questão as influências existentes entre os poderosos. Ele distingue dois grupos na esfera pública: atores que saem da esfera pública, mas que a constituíram, e atores que veem na esfera pública apenas uma oportunidade de se aproveitar da mesma, a exemplo dos grupos que fazem parte do sistema de funções no sistema político.

Entretanto, o autor ressalta que num sistema de esfera pública aqueles que se aproveitam desta para fins específicos não podem revelar isso publicamente, pois podem perder sua credibilidade. A opinião pública não pode ser comprada ou manipulada, de forma descarada, sob o risco de perderem sua credibilidade. Habermas diz que a esfera pública pode validar a opinião pública de acordo com o processo de legitimidade. “Essa circunstância pode ser esclarecida pelo fato de que nenhuma esfera pública pode ser produzida ao bel-prazer” (HABERMAS, 1997, p. 96-97). O autor acrescenta:

Tal é o caso, por exemplo, de grandes grupos de interesses, bem organizados e ancorados em sistemas de funções, que exercem influência no sistema político através da esfera pública. Todavia, eles não podem usar manifestamente, na esfera pública, os potenciais de sanção sobre os quais se apoiam quando participam de negociações reguladas publicamente ou de tentativas de pressão não-públicas (...) as opiniões públicas que são lançadas graças ao uso não declarado de dinheiro ou poder organizacional perdem sua credibilidade, tão logo essas fontes de poder social se tornam públicas. (HABERMAS, 1997, p. 97)

Nesse sentido, Habermas afirma não ser possível verificar se as pessoas que atuam em uma determinada comunicação o fazem de forma autônoma, ou em consonância com os mecanismos de poder. “No entanto, é possível, ao menos, precisar a questão quando se parte da ideia de que os processos públicos de comunicação são tanto mais isentos de distorções quanto mais estiverem entregues a uma sociedade civil oriunda do mundo da vida” (HABERMAS, 1997, p. 108).

De acordo com Habermas, é importante observar se tais atores estão na esfera pública para se aproveitar dela ou se estão de forma participativa a fim de que ela possa ser formulada. “É necessário observar se eles são sensíveis às ameaças que envolvem os direitos de comunicação, e se estão dispostos a ir além da defesa dos próprios interesses, levantando barreiras contra formas camufladas ou escancaradas de exclusão e de repressão de minorias e de grupos marginalizados” (HABERMAS, 1997, p. 109). Tendo em vista que, “para os movimentos sociais, é questão de vida ou morte a possibilidade de encontrar formas solidárias de organização e esferas públicas que se permitem esgotar e radicalizar direitos e estruturas comunicacionais existentes” (HABERMAS, 1997, p. 109).

O autor acha que os sinais de movimentos sociais são fracos para despertar a reação dos que estão posicionados em lugares de tomada de decisão. As iniciativas dos sujeitos são sensíveis e importantes, “porém os sinais que emitem e

os impulsos que fornecem são, em geral, muito fracos para despertar a curto prazo processos de aprendizagem no sistema político ou para reorientar processos de decisão” (HABERMAS, 1997, p. 106-107). Isso em face das barreiras colocadas pela estrutura de poder contra o ingresso das posições da periferia na discussão pública.

Jürgen Habermas (1997) distingue três tipos de esferas públicas posicionadas em sociedades complexas: a esfera pública episódica - caracterizada pelo encontro na rua, bares, entre outros; a esfera pública da presença organizada – possíveis encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas; e a esfera pública abstrata - produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente).

O autor coloca que a centralidade dos meios de comunicação se deve à complexidade da mídia e o aumento do capital, mencionando que o grupo composto pelos repórteres e proprietários das organizações empresariais e a sua política editorial são responsáveis por controlar os termos que se tornarão acessíveis à esfera pública, pois em suas mãos estão o poder de decisão. “Os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e associações, têm normalmente menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios” (HABERMAS, 1997, p. 109-110). Todavia, ele afirma que os meios estão sujeitos à avaliação e pressão seletiva.

Por outro lado, Habermas afirma que há uma “despolitização da opinião pública” porque os veículos agem de acordo com os interesses publicitários e buscam entreter, fragmentar contextos e personalizar assuntos que deveriam ser objetivos, a despeito de estarem expostos à cobrança da audiência pela repetidamente proclamada autocompreensão normativa dos veículos, que prescreve a “organização de uma imprensa livre”, relacionada à política deliberativa, buscando assegurar que “os meios de massa devem situar-se como mandatários de um público esclarecido, capaz de aprender e de criticar; devem preservar sua independência frente a atores políticos e sociais, imitando nisso a justiça” (HABERMAS, 1997, p. 109-112).

A partir dessa perspectiva, o autor defende a prevalência da liberdade de imprensa e de opiniões. “A liberdade de imprensa, do rádio e da televisão, bem como o direito de exercer atividades publicitárias, garantem a infraestrutura medial da comunicação pública, a qual deve permanecer aberta a opiniões concorrentes e representativas” (HABERMAS, 1997, p. 101).

Habermas acredita ainda que os veículos conseguem se firmar numa orientação em prol da equidade de temas oriundos dos mais variados atores possíveis, podendo esses se tornar legítimos na política. Esse processo inibe os meios de funcionarem sempre a partir da influência político-publicitária. “Segundo esta ideia, os atores políticos e sociais podem ‘utilizar’ a esfera pública, porém, somente na medida em que forem capazes de fornecer contribuições convincentes para o tratamento dos problemas percebidos pelo público ou inseridos na agenda pública por consentimento dele” (HABERMAS, 1997, p. 112-113). Porém, Rousiley Maia pondera que seria ingênuo se pensássemos que a mídia é capaz de colocar em evidência os problemas sociais de forma equânime, uma vez que a cobertura procura destacar o sistema político e a “agenda político governamental” da elite política. Ela acrescenta que os fóruns cívicos midiáticos, muitas vezes, são usados para colocar em xeque assuntos pertinentes à elite política. Para a autora, é preciso disputar esses espaços de visibilidade midiática conforme interesses, pois não há como ter uma deliberação em uma sociedade sem a mediação midiática, uma vez que parte da mídia a discussão para outros espaços sociais. A mídia é também responsável pela interação entre os atores sociais.

Habermas diz que, enquanto os meios de comunicação pautarem seus conteúdos a partir de fontes poderosas e bem organizadas, preferindo também estratégias publicitárias, as quais, segundo Habermas “diminuem o nível discursivo da circulação pública da comunicação, os temas em geral serão dirigidos numa direção centrífuga, que vai do centro para fora, contrariando a direção espontânea que se origina na periferia social” (HABERMAS, 1997, p. 114). O autor coloca que é necessário que os meios de comunicação incluam todos os membros de uma sociedade, tornando-se uma “figura abstrata”, afirmando que ficarão visíveis os papéis dos outros atores sociais e espectadores da galeria da opinião.

Rousiley Maia (2002) defende que, frente a distintos jogos, influências e autonomias em relação a poderes como legislativo, executivo e judiciário é preciso enxergar na mídia um importante meio para a democracia, uma vez que ela dá visibilidade a questões que aguçam o debate democrático. A autora acrescenta que o jornalismo pode ser “agente de mobilização” porque é capaz de gerar “conhecimento político” e “engajamento cívico”. “Por este critério, podemos considerá-lo bem-sucedido se encoraja a aprendizagem sobre a política e as questões públicas, se estimula o interesse e a discussão dos cidadãos, motivando o

público a participar através dos canais disponíveis para a ação cívica” (MAIA, 2002, p. 5).

Maia lembra que há, pelo menos, três funções políticas do jornalismo nas sociedades democráticas: “a) aparelho de 'vigilância' para as liberdades políticas e civis; b) fórum para o debate pluralista; e c) agente de mobilização para a participação cívica” (MAIA, 2002, p. 4).

No quesito “fórum para o debate pluralista”, a autora acredita que a “esfera pública” de Habermas é ainda muito importante tanto por tratar da questão do debate entre Estado e cidadãos ou como espaço de ação comunicativa, a qual pode proporcionar a deliberação de assuntos em pauta na agenda política.

Maia defende que, mesmo sob diversos questionamentos sobre sua legitimidade por questões políticas, de interesses comerciais e deficiência democrática, apenas a mídia (mesmo com diversas deficiências) é capaz de atuar de forma determinante em prol da deliberação pública. “Somente ela pode preencher algumas funções cruciais para o exercício ampliado da deliberação pública, nas sociedades complexas” (MAIA, 2002, p. 5).

Sobre o processo de mediação que extrapola a visão de que a mídia é manipuladora, Rousiley Maia explica que existe uma tensão no campo que envolve questões mercadológicas e empresariais, bem como de ética profissional e colaboração com os diferentes atores sociais. Na primeira situação, a autora não deixa de enfatizar que a autonomia dos grupos midiáticos é relativa por conta de tensões de ordem organizacional e econômica ou de ordem normativa em relação à ética. No campo relacionado à tensão de ordem organizacional e econômica e de relações de interesse, Rousiley Maia problematiza que, nas sociedades complexas, não deve se ater a revelar enquadramentos que privilegiem determinados atores políticos. Deve, por sua vez, refletir as vozes que estão presentes no universo plural que permeia toda a sociedade, marcada pela diversidade política e cultural.

Para Maia, deve haver uma situação de mídia policêntrica que demonstre a concorrência de perspectivas, em que a mídia apresenta óticas políticas alternativas. A segunda tensão revela dilemas relacionados à questão ética do profissional jornalístico, ela pondera que os princípios que regem a profissão têm como fundamento a impessoalidade e a transparência e coloca uma série de expectativas direcionadas aos profissionais de mídia, o porquê de essa desempenhar um papel político na democracia. “Ainda que a imprensa livre fique muito aquém de seu

ideário liberal, as funções normativas de vigilância e de atuação como fórum cívico para o debate pluralista continuam amplamente aceitas” (MAIA, 2002, p. 7). Corroborando o argumento de Habermas, a autora diz que, dados alguns valores morais pertinentes à profissão, os jornalistas se veem obrigados a pautar determinados assuntos de interesse público. Cabendo ao público, também, examinar se tais profissionais não estão utilizando tamanho espaço para interesses particulares.

2.3 O MODELO DE JORNALISMO CÍVICO E A OPINIÃO PÚBLICA

Um exemplo bastante pertinente que merece destaque neste capítulo é a ideia de Jornalismo Cívico que associou movimentos sociais, mídia e esfera pública. A partir dele, projetos resultantes da participação coletiva foram colocados em prática por meio da mediação de veículos de comunicação. Esse tipo de jornalismo é capaz de mobilizar a comunidade para a ação social, mediação de conflitos, proposição de resolução e promoção da atuação direta na sociedade

O Jornalismo Cívico surgiu nos Estados Unidos, em âmbito local, e viu sua emergência ser consolidada em 1998. Segundo Traquina (2015), esse jornalismo se deu por conta de frustrações em relação a campanha eleitoral para presidente dos Estados Unidos e porque o público estava cada vez mais distante dos assuntos políticos e das próprias personagens políticas (TRAQUINA, 2015, FERREIRA, 2012).

As práticas do jornalismo cívico foram pioneiras na Georgia (EUA), em 1988, no jornal local *Columbus Ledger Enquirer*. “o jornal abandonou o seu papel tradicional de observador desligado e assumiu um papel de ativista na tentativa de melhorar a qualidade de vida na comunidade” (TRAQUINA, 2015, p. 295). Nelson Traquina diz que esse jornal fez sondagem para saber os anseios da comunidade e ouviu 85 cidadãos em pesquisa. Os resultados foram divulgados, diariamente nesse veículo. O jornal ainda organizou encontros e piqueniques, os quais resultaram no movimento “Unidos Para Além de 2000” que buscava enfrentar questões problemáticas relacionadas às crianças e adolescentes, bem como, ao racismo.

Outro importante veículo foi o *Charlotte Observer*, que buscou intervir por meio de reportagens na cidade com altos índices de criminalidade, em 1994. “O jornal contratou uma pessoa para coordenar as relações com as comunidades e organizou encontros com os residentes. Igualmente publicava páginas de ajuda para

cada bairro e solicitou contribuições financeiras, oportunidades de emprego e bens e serviços” (TRAQUINA, 2015, p. 295). A ação ocasionou diferentes resultados, entre os quais, centro de recreio em um determinado bairro e diminuição de crimes violentos.

De acordo com Traquina, 200 projetos de jornalismo cívico foram realizados de modo a perceber a “agenda dos cidadãos”, com várias técnicas de auscultação e financiados por instituições como *Poynter Institute*, o *Pew Center for Civic Journalism* e o *Project on Public Life and the Press*.

Nelson Traquina se diz cauteloso em relação ao formato desse tipo de movimento. Ele vê pontos positivos, sobretudo, no que diz respeito a discussão sobre a responsabilidade jornalística frente aos problemas públicos, uma vez que o atual modelo se tornou cada vez mais mercantilista. Também considera este relevante por questionar “(...) a busca frenética de notícias, a postura cínica com a vida política, a dependência excessiva nas fontes oficiais, e a desatenção flagrante para com os cidadãos enquanto participantes ativos na vida pública” (TRAQUINA, 2015, p. 303).

Há, certamente, um embate profundo entre autores favoráveis ou contrários ao Jornalismo Cívico. Gil Baptista Ferreira (2012), por exemplo, ao abordar o jornalismo cívico, denominando-o de público, busca trazer à tona alguns limites relacionados a sua execução. Para este autor, torna-se destoante a concepção do jornalista enquanto messias, capaz de transformar realidades, por motivos relacionados ao desprendimento de profissionais nas redações, divergência de funções e possibilidade de marketing pessoal de uns indivíduos em detrimento dos demais. Pondera também que tais concepções buscam nivelar todos enquanto cidadãos no mesmo patamar de igualdade, não levando em consideração as diferenças e desigualdades entre os indivíduos.

Diferentemente de Traquina (2015) e Ferreira (2012), Davis Merrit, foi um dos jornalistas que mais acreditaram nesse tipo de proposta, percebia que a democracia estava atrelada ao jornalismo, sendo, portanto, o jornalista uma peça chave para promover a consciência cidadã, desde que o atual modelo jornalístico passasse por uma transformação, especialmente no que diz respeito à objetividade, uma vez que, para ele, a objetividade serve para gerar extremos polarizados

Para Merrit (1995), mais importante do que o simples fato de noticiar era preciso se envolver e intervir na vida pública, gerando boas transformações, além de

direcionar ao jornalista a responsabilidade de provocar a participação cidadã. Nesse sentido, ao encontro de Robert Park (2008) e Edward Ross (2008), para Elisabeth Noelle-Neumann (2003) o funcionamento inadequado do jornalismo para com a opinião pública pode legitimar o desvio quando não condena com veemência as transgressões desenvolvidas por eles, conforme veremos abaixo.

Robert Park (2008) afirma que a opinião pública é mediada pelos meios de comunicação, uma vez que eles criam o “desejo coletivo” e um “dever político” ao mobilizar a comunidade para a ação. Dessa forma, a opinião pública é direcionada para a ação e é resultado do debate das perspectivas múltiplas do público. Park ressalta que, se as pessoas envolvidas não participam da discussão para formar a opinião pública, essa opinião pública não existe,

pois a opinião pública, que funciona como uma mente numa sociedade livre, é o produto da discussão. Por sua vez, a discussão surge de diferentes interpretações que diferentes indivíduos, diferentes partidos políticos e grupos dão aos eventos. (...) Sempre que, em qualquer sociedade política, a diversidade de interesses e pontos de vista na interpretação das notícias tornar-se tão intensa a ponto de inviabilizar a discussão, então não haverá mais nenhuma opinião pública, pelo menos nenhuma opinião pública eficaz (PARK, 2008, p. 76)

Ao encontro de Park (2008), Elisabeth Noelle-Neumann (2003) afirma que a perspectiva do debate pode partir da concepção do consenso, em que um argumento pode sobressair em relação aos demais e tornar-se válido. A autora (2003) explica que a opinião pública pode gerar um controle social em relação aos desvios de governos e atores sociais, a partir do momento em que a estratégia do isolamento pode ser uma ameaça da sociedade para com os indivíduos que agem contrariando o consenso da maioria.

A opinião pública como controle social busca garantir um nível suficiente de consenso social sobre os valores e os objetivos comuns. Segundo este conceito, o poder da opinião pública é tão grande que não pode ser ignorado nem pelo governo nem pelos membros individuais da sociedade. Este poder procede da ameaça de isolamento que a sociedade dirige contra os indivíduos e os governos desviados, e do medo do isolamento devido à natureza social do homem. (NOELLE-NEUMANN, 2003, p. 287)

Nesse sentido, a autora problematiza que mesmo que o consenso não contemple a opinião de todos, a perspectiva da opinião pública como controle social prevê que todos podem ser afetados pelo isolamento e, portanto, a ameaça é

constante. Por exemplo, um governo pode cair de seu cargo caso esteja em desacordo com o que almeja a opinião pública.

O conceito de uma opinião pública racionalmente configurada se baseia na ideia de um cidadão informado e capaz de formular argumentos razoáveis e de realizar juízos corretos. Esta concepção se centra na vida política e nas controvérsias políticas. A maior parte dos autores que empregam este conceito reconhecem que só um pequeno grupo de cidadãos informados e interessados participa realmente nessas discussões e juízos. Porém o conceito de “opinião pública como controle social” afeta a todos os membros da sociedade. Como a participação no processo que ameaça com o isolamento e provoca o medo do isolamento não é voluntária, o controle social exerce pressão tanto sobre o indivíduo, que teme o isolamento, como sobre o governo, que também tornar-se isolado e finalmente cairia sem o apoio da opinião pública. (NOELLE-NEUMANN, 2003, p. 287)

Para ampliar as perspectivas do consenso, Noelle-Neumann (2003) explica que o jornalista precisa ter múltiplos pontos de vista, apresentá-los para a comunidade e priorizar sempre que possível os enquadramentos não retratados nos veículos. “Esta mudança de perspectiva deveria ser possível ao menos ocasionalmente, pois é necessário praticá-la. Então os jornalistas não se enganariam sobre os efeitos de sua profissão com os argumentos de que 'o que é escrito é realmente certo' e 'o público o achou interessante’” (NOELLE-NEUMANN, 2003, p. 195)

No próximo capítulo, abordaremos os conceitos basilares do jornalismo: imparcialidade e objetividade, bem como toda a problemática de sua origem, seu uso e sua função ideológica. Trazemos também alguns exemplos de produção jornalística que tiveram suas bases na militância durante a nossa história.

3 QUESTIONANDO OS IDEAIS BASILARES DO JORNALISMO

3.1 JORNALISMO: DIFERENÇAS E CARACTERIZAÇÕES EM DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS

O percurso cronológico da história da mídia apresentado por Peter Burke e Asa Briggs mostra que a partir da Idade Média com a prensa de Johannes Gutenberg, em meados do século XV, houve uma difusão extraordinária de conhecimento que até então só era possível, em pequena escala, através de manuscritos ou cartas. A prensa permitiu um maior acesso à informação entre as poucas pessoas letradas existentes durante as várias décadas que sucederam à origem desta ferramenta. Sendo somente a partir do processo de letramento de pessoas comuns, ou seja, grupos que não estavam atrelados ao clero da igreja católica, que um processo de acesso à informação em larga escala começou a ser instaurado. O acesso ao conhecimento estava atrelado até então, ao clero que monopolizava os textos, não fazendo questão de ensinar o processo de leitura aos leigos. A difusão de conhecimento estava restrita à oratória através de sermões, bem como à iconografia e às pinturas nas igrejas em formato de narrativas. Conforme as pessoas foram sendo estimuladas ao letramento com a alfabetização e os sermões de Martinho Lutero, a partir da Reforma Protestante, elas foram se apropriando da leitura e, em consequência, começaram a ler não só a bíblia, como outros escritos.

As cartas, os manuscritos e os primeiros jornais do início da modernidade mostraram seu cunho publicista. Dos narradores, segundo Nilson Lage “(...) se esperavam orientações e interpretação política. Os jornais publicavam, então, fatos de interesse comercial e político, como chegadas e partidas de navios, tempestades, atos de pirataria, de guerras ou revolução” (LAGE, 2006, p. 4).

Com intencionalidade, os publicistas também noticiavam aspectos da vida de príncipes e reis ou mesmo assuntos administrativos da nobreza. Posteriormente, adquiriram também um caráter educativo, quando jornais mostraram às donas de casa informações de comportamento ou conteúdo com foco na vida campesina. “(...) diferentes periódicos dirigiam-se a públicos díspares, inclusive de camponeses (para quem se destinava *La Feuille villageoise*)” (BRIGSS; BURKE, 2006 p. 104).

Havia, nesse registro feito pelos autores, direcionamento da informação por meio de específicas intencionalidades. Tal argumento também é considerado por

Nilson Lage, ao propor pelo menos três fases distintas de atuação do jornalista: publicista, educativa e testemunhal. “Se os séculos XVII e XVIII foram os do jornalismo publicista e o século XIX o do jornalismo educador e sensacionalista, o século XX foi o do jornalismo-testemunho” (LAGE, 2006, p. 21).

No período em que a esfera pública burguesa se consolida em países como França e Inglaterra, havia também a motivação particular de trazer à tona a discussão de uma classe interessada nos rumos políticos e econômicos de seu país. “Os impressos também foram importantes para atrair pessoas e para a consequente ampliação da esfera pública. Em 1641, estavam em circulação mais de 20 mil cópias do *Grande protesto* do Parlamento contra o regime de Carlos I” (BRIGSS e BURKE, 2006 p. 104). O apelo à liberdade de imprensa se tornou forte nesse século XVII, pedia-se a “liberdade de imprimir sem licença” em uma fase marcada pela clandestinidade em função da censura. “No início do período moderno a censura da mídia, sobretudo por heresia, sedição ou imoralidade, era uma grande preocupação das autoridades dos estados e das igrejas europeias, fossem elas católicas ou protestantes” (BRIGSS; BURKE, 2006 p. 56).

O ideal de liberdade que, logo depois, sedimentou a corrente filosófica de autores como Voltaire (1694-1778) e Rousseau (1712-78), teve uma importante influência dos jornais. Somente nos últimos seis meses da Revolução Francesa, cerca de 250 jornais foram criados (BRIGSS; BURKE, 2006). Décadas mais tarde, no Brasil, influenciados por ideais iluministas, diversos movimentos abolicionistas e separatistas surgiram. Portanto, a imprensa que agita a ordem tem seus rastros no passado brasileiro: mais recentemente, na ditadura civil e militar, com o jornalismo feito pela imprensa nanica, e nas produções desenvolvidas cerca de um século antes, na chamada imprensa oitocentista, possível a partir da Lei de Imprensa, em maio de 1808. Lembramos que antes disso era proibida qualquer impressão de livro ou papéis avulsos segundo a Carta Régia de 1747, e quem transgredisse a regra sofria severas sanções a exemplo de prisão e exílio, uma vez que qualquer impressão tinha um caráter herético e passava por três tipos de censuras: episcopal, inquisitorial e régia (SODRÉ, 1999).

Após a autorização de impressão, instalaram-se oficinas da Impressão Régia, posteriormente chamada de Tipografia Nacional. Nasceram, então, os primeiros jornais: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808 - 1822), um jornal de quatro páginas, semanal e bissemanal, que publicava atos oficiais, notícias sobre príncipes europeus

e informações sobre a família real; e o *Correio Braziliense* – periódico clandestino impresso na Inglaterra e contrabandeado para o Brasil -, que possuía de 72 a 140 páginas e abordava política, arte, literatura e ciências, além de atuar em defesa do livre comércio e do abolicionismo (SODRÉ, 1999). Nessa época, não se poderia publicar conteúdo contrário ao governo, aos bons costumes ou à religião.

Nas primeiras décadas do século XIX, porém, surgem diversos jornais contrários aos abusos da coroa portuguesa, ao governo, ao comércio de escravo e ao oligopólio de terras e estabelecimentos sob o controle dos portugueses. À frente de importantes revoltas como a Revolução Pernambucana, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira estiveram jornais importantes como o *Sentinela da Liberdade* (1823-1835), criado pelo jornalista Cipriano Barata, e o *Typhis Pernambucano* (1823-1824), uma criação do jornalista Frei Caneca.

Guiados por ideais iluministas de Rousseau e Montesquieu, esses intelectuais juntamente a outros como Borges da Fonseca e Líbero Badaró, com *O Repúblico* (1930-1955) e *O Observador Constitucional* (1929-1932), construíram uma política liberal, em defesa da república e da liberdade. Tais ideais foram duramente repreendidos com a prisão de Cipriano Barata e até mesmo a morte, a exemplo de Frei Caneca e Líbero Badaró. Nessa época, surgiram muitos jornais contrários à Coroa, denominados de pasquins, os quais possuíam características próprias como epígrafe, pseudônimos, cunho satírico e trajetória efêmera. Também havia muitos jornais da ala conservadora.

A imprensa brasileira, que tinha um objetivo político até então, passou por uma fase literária e política e, em meados do século XX, passou pela transição dos ideais positivistas de transcrição da realidade por meio da notícia, com a ilusão positivista da distinção absoluta entre informação e opinião. Na ditadura civil e militar de 1964, em um outro contexto, surgem outros jornais com ideais de liberdade de expressão, com denúncia contra a censura e contra as violações dos direitos individuais, a exemplo de “*O Pasquim*”, *Versus*, *Opinião*, *Movimento*, *Coojornal*, entre outros. Segundo Bernardo Kucinski, no período de 1964 a 1980, em média, 150 jornais surgiram e desapareceram. “Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico” (KUCISNKI, 1991, p. 5).

Para Kucinski (1991) surgiram dois tipos de jornalismo, um mais voltado para a crítica, à liberdade de expressão e ao autoritarismo; e o outro, mais voltado para a articulação da esquerda e atuação contra o regime militar. A brevidade desses jornais se deu por distintos problemas: questões administrativas e financeiras ou divergências internas, a exemplo do *Coojornal* que funcionava como uma cooperativa de jornalistas.

As intencionalidades encontradas mediante análise em jornais, seja na imprensa burguesa, no período colonial, ou na ditadura militar, podem ser observadas em diferentes níveis, bem como, nas diferentes narrativas encontradas também nos dias atuais. O formato muda, o contexto é outro, mas permanecem os interesses pessoais e profissionais daqueles que veem na notícia um instrumento de poder. Procurando desvencilhar do jornalismo político de outrora, o jornalismo atual age com novas ferramentas para parecer ser imparcial e objetivo, mas no jogo político da intersubjetividade não é possível se separar do conjunto de valores e códigos pessoais e profissionais.

3.2 OBJETIVIDADE NO BRASIL: QUESTÕES TÉCNICAS

Ana Paula Goulart Ribeiro (2002) mostrou que a imprensa brasileira se transformou em seus aspectos técnicos e profissionais, na década de 1960, começando a incorporar o modelo norte-americano a partir de um novo padrão discursivo, o qual, aos poucos, foi tendo mais autonomia do universo literário e político, uma vez que essas esferas escreviam bastante para os jornais. Desse modo, o ideal da objetividade foi sendo construído através de formatos técnicos de redação, a exemplo do *lead*. “As novas regras se impuseram aos chamados gêneros informativos (notas, notícias e reportagens) e passaram a marcá-los pela impessoalidade, pelo distanciamento enunciativo em relação ao universo de referência” (RIBEIRO, 2002, p. 1-2).

A origem do jornalismo informativo nos Estados Unidos se deu, já no século XIX, a partir da popularização dos jornais com a chamada *yellow press*, fenômeno marcado por narrativas sensacionalistas. Entretanto, para Ribeiro (2002, p. 7), somente entre as décadas de 20 e 30 do século passado, a objetividade se tornou o conceito profissional mais importante do jornalismo daquele país.

Neste momento, os jornais se tornam grandes empresas de mídia e incorporam a publicidade, possibilitando um barateamento no preço do periódico.

Tais jornais têm o I Congresso Pan-americano de Jornalismo, na cidade de Washington (EUA), em 1926, como o início da profissionalização fundamentada na objetividade. Nessa ocasião, sugeriram critérios para a criação da Sociedade Interamericana de Imprensa que mediava a relação de países latino-americanos com os Estados Unidos. “Participaram 14 representantes brasileiros, entre eles, Gilberto Freire (representando o *Diário de Pernambuco*), Edgard Leuenroth (que foi por conta própria), Nestor Rangel Pestana (pelo *Estado de S.Paulo*)” (RIBEIRO, 2002, p. 7).

Sobre a questão da influência norte-americana, Ribeiro (2002) aponta que, nesse congresso, profissionais da imprensa dos Estados Unidos procuraram mostrar o jeito de se fazer um jornalismo considerado bom. “Recomendavam aos redatores o cuidado de não exprimir nos textos a sua opinião pessoal, de não comentar a notícia. A proposta era o uso de uma linguagem absolutamente transparente, por trás da qual se apresentasse o fato íntegro” (RIBEIRO, 2002, p. 8). O discurso apresentado estimulava que, se o jornalista utilizasse uma linguagem objetiva, não haveria direcionamento e ficava ao cargo do leitor formar sua própria opinião.

Em abril de 1861, a primeira notícia em formato de pirâmide invertida foi escrita pelo jornal norte-americano *The New York Times*. Mais tarde, em meados do século XX, periódicos da América Latina já publicavam textos nesses moldes, pois recebiam notícias de agências norte-americanas (GENRO FILHO, 1996). Aqui no Brasil, o jornalista Pompeu Sousa é considerado o primeiro jornalista a escrever uma notícia obedecendo o *lead*, em 1950. Nessa época, nasce na imprensa brasileira a figura do *copy-desk*, profissional incumbido de revisar e reajustar os textos conforme o padrão de escrita vigente (RIBEIRO, 2002, p. 8).

Esse modelo de escrita noticioso surgiu, provavelmente, de acordo com Genro Filho, para atender um novo público de leitores que almejavam textos curtos, e porque seria mais fácil incluir anúncios chegados de última hora, já que esse formato preza pelas informações mais importantes em seu início. Genro faz várias críticas a esse padrão, considerando-o ideológico. “Essa nova estrutura da notícia não foi planejada para chamar o leitor à reflexão, mas apenas 'para informá-lo superficialmente, para adormecê-lo, fazê-lo indiferente e evitar que pense” (GENRO FILHO, 1996, p. 115).

Esse ideal objetivo não foi introduzido pela imprensa brasileira de modo integral, segundo Ribeiro (2002). Aconteceu aos poucos e de modo distinto. A

objetividade reforçou as “noções diversas como a da imparcialidade da informação, a da responsabilidade social e a da honestidade do profissional” (RIBEIRO, 2002, p. 14). Porém, o modelo do jornalismo informativo fundamentado na objetividade foi se tornando majoritário e se impondo aos demais.

A autora (2002) lembra que a década de 60 do século passado foi o momento em que o modo de fazer jornalismo informativo calcado na objetividade foi efetivamente estabelecido. Caracterizado pela concentração empresarial do ramo em detrimento do fechamento dos pequenos diários políticos. “Sob as novas condições do mercado, os ideais da objetividade e da neutralidade suplantaram os da opinião e do julgamento crítico” (RIBEIRO, 2002, p. 15).

Nesse período, por conta da repressão da ditadura militar, os jornais passaram a investir na apresentação moderna de seus conteúdos. “Por outro lado, em meio à censura à imprensa, a defesa da objetividade e da responsabilidade social do jornalismo era, por parte de alguns profissionais, um ato essencialmente político, de resistência, e de construção afirmativa da identidade” (RIBEIRO, 2002, p. 14-15).

Para Ribeiro (2002), as décadas de 50 e 60 constituíram o período em que o jornalismo informativo passou a ter uma autonomia e um campo próprio, separado da política e da literatura, com uma linguagem discursiva própria, no qual, a modernidade estava atrelada a reformas em jornais e adaptação aos padrões estabelecidos pelos Estados Unidos. “No contexto dos anos 50-60, significava conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes, significava fazer do seu discurso uma 'fala autorizada' e transformar a imprensa em um ator social reconhecido” (RIBEIRO, 2002, p. 15).

Entretanto, para Ana Paula Goulart Ribeiro (2002), mesmo com a incorporação do modelo norte-americano pautado no cunho informativo, o jornalismo não conseguiu deixar a política de lado, não houve naquele momento uma independência plena. Ela explica que o estímulo ao modelo de objetividade não foi suficiente para autonomizar o campo em relação a política, pois “(...) as grandes crises do período democrático e o papel da imprensa na sua emergência e desenrolar (desde ao dramático suicídio de Vargas até a da posse e deposição de João Goulart) demonstram que, pelo menos até 64, os jornais não cessaram de atuar na cena política” (RIBEIRO, 2002, p. 15) Inclusive, de forma geral, o jornalismo nunca deixou de atuar nessa cena. De acordo com a autora, a política não estava

apenas explícita na linha editorial a partir de enquadramentos e opiniões, mas na forma de conduzir os acontecimentos.

A discussão teórica que emerge de vários autores sobre o sentido atribuído à objetividade por profissionais e manuais da imprensa brasileira nos indica uma distorção em relação à origem do conceito epistemológico, formulado nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, a objetividade deu seus primeiros passos em um contexto de desenvolvimento científico cujos ideais positivistas foram basilares para se construir um modelo tecnicista de escrita, e novos valores jornalísticos (RIBEIRO, 2002; SPONHOLZ, 2008).

As distintas pesquisas sobre o sentido da objetividade jornalística desenvolvidas por Antonio Hohlfeldt (2001), Ana Paula Goulart Ribeiro (2002) e Líriam Sponholz (2008), envolvendo consulta a livros didáticos, manuais e entrevistas à jornalistas, concluíram que há uma multiplicidade de associações sobre o que significa tal termo e, que, atualmente, o mesmo pouco tem a ver com a sua epistemologia. Cada profissional entrevistado ou lido, em suas considerações, demonstrou associar a objetividade a diversos outros conceitos, a exemplo de pluralidade, imparcialidade ou mesmo à técnica redacional: clareza, coesão e eficácia do *lead*.

No seu relato de pesquisa, Sponholz (2008) explica que todas as vezes em que os jornalistas disseram ser impossível a objetividade no jornalismo, normalmente, os mesmos estavam se referindo ao conceito de neutralidade. “A noção mais frequentemente associada a objetividade é a de neutralidade: em 16% das declarações sobre o tema, os entrevistados falam sobre não tomar partido, não expor a própria opinião, não dizer o que pensam” (SPONHOLZ, 2008. p. 72).

A objetividade na ciência e no jornalismo é compreendida pela sua capacidade de apreender e reproduzir a realidade tal como ela aparece. Esta compreensão sugere que se deixe de lado a subjetividade, ou seja, que a apreensão e reprodução da realidade esteja livre de juízo valorativo. O conceito epistemológico, na perspectiva jornalística, é norte-americano e surgiu em um contexto de supervalorização da ciência *hard*, na qual havia uma crença acerca da possibilidade de acesso à verdade e à descrição da realidade. Nessa perspectiva, havia a orientação sobre a supressão de valores, ou seja, seria possível descrever a realidade como ela é, sem atribuir nenhum valor.

Em sua pesquisa, Sponholz (2008) diz que a objetividade não estava, na maior parte do tempo, associada ao sentido acima mencionado. “Só 3% das afirmações recorrem a ideias como aproximar-se o máximo possível da verdade ou da realidade. Isso significa que os repórteres ouvidos neste estudo raramente entendem objetividade como uma questão epistemológica” (SPONHOLZ, 2008. p. 72). Entretanto, Independentemente da compreensão ou não dos jornalistas sobre a discussão epistemológica sobre a verdade, existe um conceito que considera a validação de proposições eleitas consensualmente como verdade, conforme apontarão Habermas (2004), Rocha (2007) e Schudson (2003).

Liriam Sponholz (2008) afirma ser compreensível o modo como os jornalistas brasileiros percebem a objetividade, uma vez que eles receberam o modelo do *lead* juntamente ao ideal de objetividade e ao mesmo tempo em que foram estimulados a desenvolver novas técnicas de redação. Desse modo, o conceito de objetividade sobre a apreensão e o conhecimento da realidade deu lugar a ideia tecnicista “pode-se dizer, portanto, que esses jornalistas ainda seguem as pegadas dos pioneiros do *lead*. Com a construção histórica do conceito no Brasil, objetividade tornou-se sinônimo de texto compreensível” (SPONHOLZ, 2008. p. 74).

A objetividade foi bem recebida por boa parte dos jornalistas brasileiros, a exemplo de Alberto Dines, pois ela chegou com a promessa de um jornalismo informativo, sem o comprometimento ideológico das esferas políticas e literárias, as quais, comumente, escreviam para os jornais. Ana Paula Goulart Ribeiro (2002) mostra que muitos profissionais viram na objetividade uma forma de defender a sua própria profissão. Havia críticas sobre a forma como se utilizava da “livre escrita” para defender interesses pessoais e políticos. “É muito comum encontrar nos relatos reclamações em relação ao mal preparo cultural e ético dos profissionais da imprensa da primeira metade do século” (RIBEIRO, 2002, p. 8).

O novo modelo técnico estabelecia o *lead* e a lógica da pirâmide invertida como padrão, a partir de então, o jornalismo foi se firmando na objetividade, tanto enquanto valor quanto em técnica, e se tornando mais independente dos interesses políticos, econômicos e literários. O resultado foi a crescente credibilidade e destaque profissional (RIBEIRO, 2002, p. 9.)

Os ideais de objetividade e imparcialidade tão aclamados pela imprensa brasileira e mundial, e bem-aceitos em meados do século passado pelos profissionais da imprensa, foram também criticados por diferentes estudiosos da

área, a exemplo de Adelmo Genro Filho. Para este autor, esses conceitos representam os ideais da classe dominante, a qual vê na objetividade a possibilidade de sobreposição de interesses particulares de determinados grupos como interesse global. “Ora, sabemos que, numa sociedade dividida em classes, a universalidade sempre se manifesta mediada por interesses particulares” (GENRO FILHO, 1996, p. 88). Embora Genro não descarte por completo o ideal da objetividade, pois ressalva que, “certamente que há um 'grão de verdade' na ideia de que a notícia não deve emitir juízos de valor explícitos, à medida que isso contraria a natureza da informação jornalística tal como se configurou modernamente” (GENRO FILHO, 1996, p. 23).

3.3 OS CONCEITOS

Adelmo Genro Filho afirma haver uma relação sujeito-objeto. O sujeito é produzido pelo objeto, bem como, produz o objeto. “Ou seja, o homem não só escolhe o seu destino ao atuar objetivamente sobre o mundo, mas também transforma o mundo à medida que escolhe seu destino, pois ele mesmo - corpo e espírito - é parcela desse mundo” (GENRO FILHO, 1996, p 187).

A narrativa jornalística no modelo independente não está preocupada com as questões comerciais e, como consequência, com a quantidade de pessoas que estão se informando; mas, com o texto e com a conscientização que pode produzir a partir do seu recorte, dos adjetivos, das pessoas que pode utilizar como fonte para gerar efeito de sentido.

A materialidade textual de novas narrativas independentes reflete aspectos que dizem respeito ao universo objetivo e subjetivo dos indivíduos, ou seja, das intersubjetividades pertencentes ao mundo da vida, as quais compõem a realidade fundamental e eminente dos homens (SCHUTZ; LUCKMANN, 2001).

Berger e Luckmann tratam da dicotomia na discussão sobre a objetividade e subjetividade e evidenciam que tal questão deve ser ampliada pelo viés estrutural que compõe a realidade objetivada. Quando nascemos, encontramos estruturas já postas, tipificadas, institucionalizadas e legitimadas. Somos orientados pelas leis e sofremos sanções quando confrontamos o *establishment*. No processo de constituição das instituições de leis e regras, há controle e historicidade. As instituições levam um tempo para se estabelecerem e não surgem de repente, elas são produtos históricos e agem de modo controlador ao requererem “padrões de

conduta predefinidos”, não admitindo desvios possíveis (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 66).

A realidade da vida cotidiana é ensinada para os indivíduos em um certo ordenamento. A realidade aparece para nós de forma objetivada. Esse conjunto de regras existem independente da apreensão dos indivíduos em relação a ele. “A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me, de forma contínua, as necessárias objectivações e determina a ordem em que esta adquire sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim” (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 33-34).

Ao trazer à tona o conceito da tipificação, os autores (2004) ressaltam que não apenas tipificamos indivíduos, mas instituições e tudo aquilo que será institucionalizado. O indivíduo está impregnado de objetividade desde o seu nascimento em decorrência de tudo o que está posto, porém, ao mesmo tempo em que é enquadrado em padrões e papéis sociais, também estrutura as instituições. A objetividade do mundo institucional é construída pelo homem, através da objetivação. Eles também ressaltam que a objetividade expressa nas instituições não pode ser vista desvincilhada da experiência humana. Os autores ponderam também que a relação entre homem (na coletividade) e mundo social é sempre dialética (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 72).

Para Berger e Luckman, por conta do compartilhamento com os demais indivíduos, podemos dizer que a realidade da vida cotidiana é o mundo da intersubjetividade e que a atitude natural é semelhante à consciência do senso comum, é algo partilhado por muitas pessoas (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 35). Quando os indivíduos nascem, estão imersos em um universo exterior já consolidado por práticas sociais. Segundo Schutz e Luckmann (2003), eles reagem conforme a atitude natural: não indaga o tempo todo o porquê de praticarem ações deste ou daquele modo. Eles são também subjetividade porque tem a capacidade de formular suas próprias compreensões sobre o universo já criado. Os homens também constroem o ambiente no qual vivem a partir da sociabilidade. “(...) Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade das suas formações socioculturais e psicológicas. (...) A humanidade específica do homem e a sua sociabilidade estão entrelaçadas de maneira inextricável. O *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*” (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 35).

Portanto, para Berger e Luckman (2004), há uma relação entre a subjetividade e a objetividade. A vida cotidiana, por si só, já surge para os indivíduos

como uma interpretação por eles feita. Eles utilizam a subjetividade para dar sentido e fazer conexões. “(...) A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e, de modo subjetivo, dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 31).

A discussão proposta por Berger e Luckmann evidencia a relação entre a objetividade e a subjetividade, e a impossibilidade de denominarmos os indivíduos como objetivos ou subjetivos, de maneira dual, uma vez que a nossa própria consciência é formada socialmente como “realidade objetivada”, ao mesmo tempo em que poderá ser identificada enquanto “realidade subjetiva”. Isso não significa dizer que o indivíduo não desenvolva uma perspectiva singular que evidencie sua ação no mundo, o ato de interpretar, por exemplo, representa parte dessa ação.

Os indivíduos sendo “objetivos” a partir da socialização primária podem, a qualquer momento, romper com alguns dos preceitos previamente estabelecidos e gerar transformações que nascem da sua subjetividade. Berger e Luckman lembram que na relação dos sujeitos com outros sujeitos nasce uma situação de intersubjetividade.

Habermas também estabelece uma ponte entre a objetividade e a intersubjetividade. Quando um indivíduo se refere a algo externo, “lá fora”, está se referindo a um fenômeno do entendimento de todos, uma vez que o mundo da vida é um mundo partilhado. Essa percepção se separa da compreensão de sujeito transcendental, noção em que o indivíduo constrói seu próprio mundo da vida. Essa relação social partilhada que considera o outro como capaz de compreensão, por possuir faculdade racional, gera o entendimento mútuo. Nesse sentido, esse tipo de entendimento está relacionado a um único mundo objetivo. “O entendimento mútuo não pode funcionar sem que os envolvidos se refiram a um único mundo objetivo e estabilizem, com isso, o espaço público intersubjetivamente partilhado, do qual pode se descolar tudo de meramente subjetivo” (HABERMAS, 2004, p. 244-245).

A construção da sociabilidade coletiva ao encontro da perspectiva individual minimiza a pretensão de haver um indivíduo capaz de transcrever a realidade, conforme almejado pelos ideais científicos e jornalísticos positivistas acerca da objetividade. Crenças sobre a exclusão do juízo de valor na ciência e no jornalismo ainda são encontrados nos dias atuais.

Ao encontro de Habermas, Heitor Rocha desmistifica a capacidade de o ser humano conseguir transcrever a realidade de modo integral, sem subjetivações.

“(...) A realidade com a qual confrontamos nossas proposições não é uma realidade ‘nua’, mas já, ela própria, impregnada pela linguagem” (ROCHA, 2007, p. 174)

Já na perspectiva de Adelmo Genro Filho, para se fazer um jornalismo objetivo seria necessário ter acesso ao todo, a uma realidade íntegra e totalizada, como o indivíduo só acessa uma parte dessa totalidade, ele defende ser impossível tal pretensão. Para o autor não é possível conhecer nem ao menos uma parte da realidade, pois, para tanto, seria necessário conhecer todo o universo e suas relações com as partes que a compõe. Genro argumenta que a objetividade possui um valor ideológico, capitalista, segundo o qual a universalização das ideias ganha um espaço considerável.

Adelmo Genro Filho também situa no tempo e no espaço o quanto o jornalismo passou a sofrer as influências das teorias do jornalismo que, baseadas em ideais positivistas acerca da compreensão da ciência, afirmava ser possível se distanciar da opinião ou do cunho valorativo. Passou-se, então, a predominar teorias como a funcionalista, que seguia modelos formais e matemáticos de natureza empírica, depois da I Guerra Mundial. Essas concepções se tornaram hegemônicas tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina.

Nesse sentido, para Heitor Rocha (2007), a objetividade no jornalismo teve sua origem no pensamento positivista da ciência do século XIX, “(...) arvorando-se de ter por objeto o que realmente é ‘enquanto cientificamente válido’, ou seja, reduzindo a ciência ao empiricamente verificável” (ROCHA, 2007, p. 171). Essa veracidade foi considerada necessária justamente para legitimar seu campo frente ao cientificismo das ciências exatas.

O autor (2007) lembra que a ideologia incutida no posicionamento da objetividade, com a escrita impessoal, exclusão do juízo de valor e uso de aspas, isenta o profissional de sua responsabilidade. Essa postura é um respaldo para agir de modo impessoal frente aos interesses da classe dominante. Do mesmo modo, Miguel e Biroli (2010) acrescentam que a mídia atua para viabilizar o discurso da classe dominante, pois como os jornalistas pertencem a essa classe, é visível que os enquadramentos sejam reflexos da mesma (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 68). Portanto, o valor-notícia relevância, atribuído ao que é importante ou não de se noticiar, reflete os anseios dessa classe social (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 69)

Luiz Gonzaga Motta também se aproxima do valor-notícia relevância para associar a questão dos critérios de noticiabilidade. E ressalta a ética que molda o

fazer notícia. Ele afirma que os jornalistas somente abordam determinados assuntos, porque esses transgridem alguns dos preceitos construídos pela sociedade, sejam eles jurídicos ou moral. Portanto, aquela notícia não está estampada nas páginas de jornais à toa, ela transgride regras. “(...) A notícia representa sempre uma ruptura em relação a algum significado estável. Nenhuma notícia está nas páginas e telas sem que haja uma razão ética ou moral que justifique seu relato” (MOTTA, 2013, p. 205-206).

A crença de que o jornalismo transparece a realidade e não opina revela sua postura parcial, “o uso de técnicas precisas de descrição do real, ao retirar do jornalista parte do seu poder de manobra como codificador, retira-lhe também parte de sua responsabilidade. Não é o repórter quem fala e escreve, e sim a realidade por ele espelhada” (ROCHA, 2007, p. 172).

Essa isenção da responsabilidade apontada por Heitor Rocha (2007) pode ser observada tanto do ponto de vista ideológico, corroborado por Miguel e Biroli; quanto técnico, associado à blindagem proposta por Gaye Tuchman. “Atacados devido a uma controversa apresentação dos 'fatos', os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 2016, p. 112).

Para Tuchman, por exemplo, a objetividade tem um caráter operacionalizador da atividade jornalística, ao mesmo tempo em que age no sentido de resguardar o jornalismo da crítica, sendo importante para evitar prejuízos de diferentes formas. Primeiramente, pode evitar incorrer em alguma difamação, pois para a autora há distintos tipos de leitores: interessados, aqueles que possuem algum envolvimento com o material noticiado; e os leitores comuns. Se, por acaso, os leitores interessados observarem algum prejuízo aos seus negócios em decorrência da notícia, poderão entrar com ação judicial por difamação, o que poderá gerar multa e também ausência de repórteres em audiência judicial.

A objetividade conforme já colocada por Antonio Hohlfeldt (2001) é ainda associada à capacidade do jornalismo de ser portador da verdade. Essa crença acredita ser possível, através de técnicas redacionais, espelhar a realidade, o que se torna “uma expectativa social reificada de consumir os produtos jornalísticos como se fossem a própria realidade e não uma representação simbólica” (ROCHA, 2007, p. 172).

A ideia de verdade é problematizada por Habermas, o qual questiona formulações absolutas que não levam em consideração as proposições do interlocutor na comunidade de comunicação. Para este autor, a verdade será posta em um processo de validade intersubjetiva, na qual uma proposição será considerada verdadeira após os argumentos de outros interlocutores serem considerados falsos ou insuficientes. A validade de um argumento será medido como se fosse um concurso, vence o melhor. “A argumentação tem a forma de um concurso que visa aos melhores argumentos a favor de ou contra pretensões de validade controversas e serve à busca cooperativa da verdade” (HABERMAS, 2004, p. 249-250). Assim, eleger-se o melhor argumento, de modo consensual: “(...) um enunciado seria verdadeiro precisamente e somente se pudesse resistir, sob os exigentes pressupostos pragmáticos dos discursos racionais, a todas as tentativas de invalidação, ou seja, se pudesse ser justificado numa situação epistêmica ideal” (HABERMAS, 2004, p. 46).

Ao trazer à tona a importância e envolvimento da linguagem no processo construtivo de validade de um argumento, Habermas pondera que a verdade só poderá ser explicada a partir de opiniões. “E, como a verdade de opiniões ou sentenças só pode, por sua vez, ser explicada com o auxílio de outras opiniões e sentenças, não podemos fugir à ascendência de nossa linguagem” (HABERMAS, 2004, p. 46). Ainda, o saber, por sua vez, é por natureza linguístico. “Nosso saber compõe-se de proposições ou juízos, as unidades elementares que podem ser verdadeiras ou falsas; por causa de sua estrutura proposicional, o saber é, por natureza, linguístico” (HABERMAS, 2004, p. 46). Portanto, os argumentos serão desenvolvidos a partir do jogo discursivo e é nesse mesmo jogo que eles podem ser refutados, negados ou aceitos.

Heitor Rocha coloca que a confiabilidade informativa só poderá ser confirmada por meio da força discursiva que se consegue desempenhar, ou seja, pela capacidade de, por meio do discurso, fundamentar os enunciados proferidos (ROCHA, 2007, p. 177).

Ao questionar o ideal de verdade não consensual, no sentido absoluto, pregado por segmentos científicos e jornalísticos positivistas, Alfredo Vizeu e Heitor Rocha (2012, p. 99) apontam que a pretensão verificacionista da verdade e realidade tem sido refutada pela comunidade científica desde a década de 1960. Embora, ainda, observamos a exaltação de determinados grupos pelo pressuposto

da verdade como correspondência e pela exatidão científica por meio da mensuração.

Luiz Gonzaga Motta discute os conceitos de objetividade e subjetividade nos meios de comunicação e mostra o quanto é problemática a obediência a tais critérios. Segundo este autor, tais critérios são ideais estipulados e estimulados pela grande mídia com intuito de camuflar a intencionalidade, ou seja, têm uma função ideológica, como observam Piaget e Garcia sobre a ideologia epistêmica sempre existentes em todas as épocas da história da ciência, conforme citados por Vizeu e Rocha (2012). Da mesma forma que a ideologia epistêmica em cada época histórica indica ao cientista quais os problemas merecedores da atenção da ciência e quais as teorias capazes de os explicar. Dessa maneira, os enquadramentos temporais orientam a produção da notícia pelo jornalista. O repórter narra, escolhe fontes, edita sua fala, inclui e exclui dados, mas finge que não narra. Estipula quais dados e falas são do outro. Conduz na reportagem determinados efeitos de sentido, finge que sua demarcação é verdadeira, que se aproxima da realidade.

Vizeu e Rocha questionam essas proposições, bem como, a teoria do espelho, a qual explica que “as notícias são como são porque a realidade assim as determina”. Essa concepção é responsável por difundir a possibilidade de neutralidade e objetividade, inclusive, a partir do modelo redacional técnico, o *lead*. Ao citar Genro Filho, os autores acrescentam: “Neste contexto de emancipação das amarras da teoria positivista do espelho, localiza a origem da confusão teórica e semântica da 'objetividade jornalística' na 'própria ideologia que emana positivamente das relações de produção capitalistas, da reificação que está na base dessa ideologia’” (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 107).

Vizeu e Rocha (2012) ampliam a discussão e defendem uma objetividade possível. Acreditam na possibilidade da não supressão de informações fundamentais e com detalhes básicos. “As várias faces de um acontecimento devem ser apresentadas. Na construção da notícia é preciso estar sempre atento para que aspectos da realidade não sejam ocultados nem silenciados. Os textos têm que buscar uma objetividade possível, tomando-se cuidado em não alterar textos e documentos” (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 92-93). Nesse sentido, fazem mais recomendações técnicas e acreditam ser importante a metodologia para o rigor, uma vez que se evita a ambiguidade da informação. Por fim, os autores denunciam a precarização da informação em prol da audiência (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 93).

Para Adelmo Genro, quando o jornalismo aceita a impossibilidade da objetividade, ele o faz acreditando ser essa uma limitação ou sinal de impotência humana. No entanto, a leitura deveria ser a seguinte: “perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade” (GENRO FILHO, 1996, p. 111). De acordo com este autor, o material dos fatos é algo objetivo, pois sua existência não depende da ação dos sujeitos, mas lembra que quem confere significado a essa objetividade são os sujeitos e que a realidade objetiva é indeterminada e que, assim como o universo é probabilístico, a sociedade também é. Os sujeitos também podem construir a objetividade a partir de determinações subjetivas.

Adelmo Genro Filho (1996) reconhece, em parte, os motivos pelos quais se almejam ter uma notícia que não emite juízo de valor, pois afirma que isso vai de encontro à natureza da informação jornalística moderna. Embora também afirme que o juízo de valor acompanhe a “própria forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos, bem como na constituição da linguagem (seja ela escrita, oral ou visual) e no relacionamento espacial e temporal dos fenômenos através de sua difusão” (GENRO FILHO, 1996, p. 23).

Os fatos jornalísticos são recortes, dizem muito sobre uma perspectiva, mas Adelmo Genro (1996) ressalta que, num movimento de evitar a influência do subjetivismo e relativismo, é pertinente demonstrar que se trata de uma matéria objetiva, “ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo” (GENRO FILHO, 1996, p. 111). A menor unidade de significação do jornalismo é a notícia, para tanto, se utiliza de fatos, fatos estes jornalísticos. Há, no jornalismo, “uma maneira própria de perceber e produzir 'seus fatos'. Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas” (GENRO FILHO, 1996, p. 112).

Michael Schudson (2016) afirma não ser válida a separação entre os fatos e os valores, pois os fatos são declarações das pessoas sobre o mundo, não são o próprio mundo, não são aspectos do próprio mundo como acreditavam os jornalistas da Primeira Guerra Mundial. As formas discursivas se dão no jogo ativo das relações interpessoais no mundo, a partir das quais, são geradas convenções explicativas através do que veem ou do que falam. Os fatos são afirmações consensualmente

validadas. “Fatos, aqui, não são aspectos do mundo, mas afirmações validadas consensualmente a respeito dele” (SCHUDSON, 2010, p. 17). O autor continua:

“A crença na objetividade é apenas isto: a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores. Fatos, nesta perspectiva, são declarações sobre o mundo aberta a uma validação independente. Eles se colocam além das influências distorcedoras de quaisquer preferências pessoais. E os valores, nesta perspectiva, são as predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo; em última análise, eles são vistos como subjetivos e, portanto, sem sustentação legítima sobre outras pessoas. A crença na objetividade é uma confiança nos “fatos”, uma desconfiança dos “valores”, e um compromisso com a segregação de ambos” (SCHUDSON, 2010, p.16).

Schudson (2010) ao problematizar o conceito de objetividade no jornalismo questiona o porquê da discussão desse conceito ser tão familiar nas críticas aos meios de comunicação, tanto pela presença quanto pela ausência desse princípio. O autor faz um mapeamento dos tipos de jornalismo existentes durante as várias décadas do século XX e descreve que esse passou pelas fases político-partidária, factual, literária com o *new Journalism*²¹ e investigativa a partir do caso *Watergate*²². Com o passar dos anos, os códigos profissionais do jornalismo foram se modificando e gerando aproximações e distanciamentos em relação à objetividade.

Para Schudson (2010), o motivo de o jornalista ter incorporado a objetividade nas redações vai além da justificativa de Tuchman (2016). Ao questionar se os repórteres teriam a crença na possibilidade da objetividade porque isso evitaria problemas para o seu campo individual e profissional, ele, apesar de considerar essa questão plausível, indica que o peso maior é a relação da empresa e seu viés político e ideológico, ou seja, para o veículo não é interessante ter problemas com anunciantes ou políticos.

O autor também pergunta sob qual perspectiva poderia um jornal escrever, ele responde não saber, mas que, mesmo assim é importante os jornalistas enquanto investigadores confiarem em si mesmos, nos outros e no mundo, ao mesmo tempo em que desconfiam de todos, e que é fundamental os jornalistas estarem comprometidos com a verdade consensual, pois a construção social da realidade passa também por esses profissionais e as convicções destes, refletem

²¹ Um tipo de jornalismo literário surgido na década de 60, nos Estados Unidos, que tinha como premissa a liberdade de escrita. Nomes como Gay Talese, Tom Wolfe e Truman Capote foram consagrados pelo estilo literário de escrever grandes reportagens.

²² Escândalo político investigado pelos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, publicado pelo jornal *The Washington Post*.

nas convicções das pessoas e da sociedade. A verdade, nesse sentido, é dependente da construção coletiva, ou seja, da validação intersubjetiva da comunidade de comunicação como concebe a teoria consensual da verdade no paradigma construtivista.

3.4 OS PROBLEMAS NOS CONCEITOS

Os discursos de neutralidade, imparcialidade e objetividade servem para, em tese, autorizar os jornalistas a falarem sobre qualquer assunto e, inclusive, expressarem juízo de valor, uma vez que possuem legitimidade e são portadores da verdade incontestável não mais por terem acesso a toda a realidade, mas por propagarem a ideia de acesso a parte da realidade, de forma fidedigna, segundo Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2012). Essa autorização permite que o discurso midiático se torne o portador de uma moral que atinge a todos como se fosse o bem comum coletivo. Assim, o jornalista se torna portador de um consenso inexistente, uma vez que não é possível ter um público homogêneo.

A discussão realizada por tais autores elucida um dos aspectos do ideal de objetividade, o de o jornalismo possuir a função de simular discursos hegemônicos fingindo não ter nenhuma pretensão. “Entendemos a objetividade como um dispositivo que tem papel central na legitimação de discursos hegemônicos no jornalismo, na apresentação de julgamentos como fragmentos de realidade transpostos para o noticiário” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 25).

Biroli e Miguel (2012) também questionam a ideia de que as escolhas e enquadramentos feitos pelos jornalistas são realmente óbvios. “Outros recortes são possíveis, mas aquele que o jornalismo apresenta é o que se impõe como importante, tanto por seu impacto junto ao público quanto porque os jornalistas não vacilam na crença de que são dotados da capacidade de selecionar os fatos verdadeiramente dignos de relato” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 25).

O jornalismo atua em um sistema de efeito da realidade na produção da notícia que caminha para apagar as disputas. “Nesse sentido, a verdade pode ser entendida como o resultado de um 'trabalho moral' que forja um consenso, permitindo que os julgamentos apareçam como fatos” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 29).

Sob o pretexto da imparcialidade, muitos jornalistas, especialmente da grande mídia, estabelecem uma condição com a audiência de “intocáveis” e “intocados”, ou

seja, eles não possuem o autointeresse percebido no âmbito do público ou do cenário político. “Isso não os levaria a pensar da posição de ninguém, mas da posição de todos, produzida a partir do acesso privilegiado à totalidade” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 30). Os jornalistas estão acima dos conflitos e sua voz parte de uma perspectiva dominante e universal. “O afastamento da própria individualidade e das perspectivas e crenças que a definem não levaria à ausência de valores, mas à mobilização de valores tidos como universais e, como tal, justos. Os valores que estão na base da seleção e compreensão dos fatos seriam os valores do público” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 31). Os autores acrescentam que a voz imaginada pelos repórteres, que pensam transmitir, é a voz da hegemonia, de todos. “E não seriam, portanto, objeto de conflito ou disputa. A objetividade é, portanto, efeito de duas ficções simultâneas: a suspensão do jornalista como indivíduo socialmente posicionado e a transformação do público em coletivo moral homogêneo” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 30). Há ainda a ocultação da influência da política editorial do veículo.

A visão homogênea e universal de que é possível ser a voz de todos, não leva em consideração os conflitos e, portanto, pode gerar ainda mais exclusão, uma vez que as divergências se tornam difusas. Por existirem relações assimétricas, a atuação do jornalismo como imparcial atua para legitimar as desigualdades de falas. Essa concepção também legitima a permanência de privilegiados, da classe dominante, enquanto a classe dominada é desfavorecida e continua sem espaço de fala. Além do mais, a crença na possibilidade de não tomar partido, por si só, já revela um partido. “(...) o jornalismo objetivo não deixou de ocupar a função de partido, mesmo que não se vincule a um partido político: representa interesses e perspectivas sociais específicos, estabelece mediações entre as instituições políticas e os cidadãos, procura impor visões de mundo e forjar consensos.” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 40). Portanto, um pseudo-consenso, haja vista que produzido num processo de comunicação distorcido, excludente.

Se o argumento da atribuição do jornalismo como espelho da realidade já não se sustenta, a suspensão de valores e julgamentos permanece presente entre acadêmicos, jornalistas e editores. Entretanto, “mantém sua força, também, o entendimento de que os julgamentos presentes no noticiário, quando são assim reconhecidos, correspondem a valores sociais compartilhados e não conflitivos. Seriam, assim, a expressão da opinião pública, codificada como bom senso

informado” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 41). Os autores criticam a crença na separação entre fato e a opinião no jornalismo, sendo o primeiro superior, ou seja, a capacidade de descrever apenas fato em si ser sinônimo de um bom jornalismo.

Sobre a moral presente no jornalismo, os autores defendem que o sentido da objetividade atua não apenas como possibilidade de valor hegemônico universal: “objetividade e imparcialidade são, nesse sentido, dispositivos que permitem ocultar o trabalho moral realizado pelos jornalistas” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 41).

Os valores sociais hegemônicos são basilares nos enquadramentos do jornalismo da grande mídia. “Em outras palavras, a matéria dos fatos são os julgamentos, e não o contrário. Naturalizados e objetivados, os padrões de valores assumidos pelo jornalismo são a base para posições que não aparecem como tomada de partido, mas como a expressão da própria realidade” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 41). Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli denunciam que, mesmo na condição de julgadores, os jornalistas construíram uma ideia de si mesmos como críticos imparciais. Portanto, esses profissionais “expressam posições políticas e valorativas específicas que são, no entanto, apresentadas como a expressão de uma crítica que resguarda valores que seriam os de 'todos nós'” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 41). Os autores (2012) concluem que o jornalismo “dissimula, portanto, o fato de ser um ator político e funcionar, nesse sentido, como partido - independentemente de sua relação com partidos políticos específicos” (BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 42).

Iris Young (2012) a partir de sua crítica ao conceito de imparcialidade, afirma que este tem suas origens no iluminismo ao buscar tratar todos os indivíduos como iguais. Sua ponderação afirma que a crença nesse ideal não leva em consideração as profundas desigualdades estruturais que prejudicam o processo de paridade entre os membros de um campo social. A comunicação, atuando nesse sentido, geralmente serve para reproduzir desigualdades sociais e econômicas.

A autora denuncia que isso não só não é possível como é capaz de servir a uma ideologia, a qual foi responsável por excluir durante a história vários indivíduos não considerados parte da unidade homogênea: mulheres, crianças, homossexuais, negros, entre outros como os pobres e assalariados. Iris Young faz uma grande reflexão sobre o cunho normativo que permeia a imparcialidade e separa o público do privado, como se fosse possível; e traz à tona a teoria do agir comunicativo, a partir da qual, há nitidamente um esforço de Habermas para separar do conjunto de normas universais, aquele que diz respeito ao bem comum influenciado por Kant e o

que diz respeito aos sentimentos, à categoria do privado. Esse tipo de compreensão não aborda, eventualmente, o tipo de privado que remete ao direito individual de tornar ou não público aquilo que diz respeito ao indivíduo em si.

Fundamentado na ideia de razão moral calcada no iluminismo, a imparcialidade, segundo Young, estabelece que diferença, particularidade e corpo sejam deixadas de lado em nome da universalidade que o “domínio público da política” exige. “Aqui, contudo, afirmo que o ideal moderno do público cívico é inadequado. O tradicional domínio público da cidadania universal tem operado para excluir pessoas associadas ao corpo e ao sentimento – principalmente mulheres, negros, índios norte-americanos e judeus” (YOUNG, 2012, p. 171).

Não é possível colocar em questão todos os pontos de vista. Young pondera que é problemática a crença na possibilidade de se partir de um lugar e, mesmo assim, incluir todas as vozes possíveis, uma vez que há posição social ou lugar de fala. Esse tipo de concepção poderá, perfeitamente, ser associado à expectativa de que, jornalistas coloquem em uma notícia, todas as vozes das demandas sociais, imputando ao jornalista o lugar de justo e imparcial conforme ela argumenta. Isso realmente não é possível. Young (2012) desconstrói a ideia de imparcialidade argumentando que esse ponto de vista diz respeito a uma proposição iluminista, calcada nos ideais republicanos, a partir da qual existe uma vontade geral onde as pessoas se distanciam do seu cunho valorativo. A autora argumenta que esse ponto de vista está fundamentado na concepção de separação entre o público e privado. Uma concepção que acredita ser possível, por exemplo, o indivíduo separar o “imparcial” e “universal” do bem comum e da vontade geral em relação aos desejos, corpos e sentimentos particulares.

Há no conceito de imparcialidade uma dicotomia entre “universal e particular”, “público e privado”, “razão e paixão”. Para a autora, esse tipo de concepção é responsável por separar inclusive homens de mulheres e também por trazer a discussão para o Estado a partir da noção de burocracia estatal calcada no conceito de imparcialidade, em que os atores políticos da administração pública são capazes de atuar de forma imparcial sem levar em conta seus próprios interesses. Tal aspiração é impossível, porque o raciocínio moral deve revelar os contextos que particularizam as filiações dos atores sociais. O ideal de imparcialidade “mascara as formas pelas quais as perspectivas particulares de grupos dominantes reivindicam universalidade e colabora para justificar estruturas hierárquicas de decisão”

(YOUNG, 2012, p. 171). Portanto, a clivagem geral da imparcialidade entre atores numa hipotética igualdade de condições é um mito da ideologia liberal/idealista, pois não se pode ser imparcial quando interesses particulares poderosos usurpam o interesse coletivo, público.

Por conta de uma razão universal, Young afirma que há uma tendência a unificar, comparar e totalizar a identidade, não levando em consideração a pluralidade e heterogeneidade dos sujeitos, com experiências corporais e perspectivas distintas. “Podem ser comparados em certos aspectos, mas a semelhança não significa que sejam idênticos, e o semelhante só pode ser notado pela diferença. A diferença, no entanto, não é alteridade absoluta, ausência completa de relação ou atributos comuns” (YOUNG, 2012, p. 172). A autora conclui que, “a ironia da lógica da identidade é que, ao procurar reduzir o diferentemente semelhante ao mesmo, transforma o meramente diferente no outro absoluto” (YOUNG, 2012, p. 171).

Outro ponto colocado por Young (2012) é que, na busca pela imparcialidade, o desejo e a afetividade sejam expulsos, pois não há lugar para paixões e sentimentos em um ambiente que preze pela vontade geral, pela unidade, pela “única subjetividade moral transcendental”. Por conta dessa perspectiva, “como já leva em conta todas as perspectivas, o sujeito imparcial não precisa levar em conta outros sujeitos que não ele próprio, a cujos interesses, opiniões e desejos deve prestar atenção” (YOUNG, 2012, p. 175).

O desejo de unificar as diferenças gera exclusão, pois constrói uma categoria universal na qual os diferentes não se encaixam. “A diferença se torna, assim, uma oposição hierárquica entre o que está dentro e o que está fora da categoria, valorizando mais o que está dentro do que o que ficou de fora” (YOUNG, 2012, p. 175).

A razão moral universal exclui desejos e sentimentos, reduzindo-os apenas ao âmbito privado da subjetividade, mas os mesmos continuam latentes nos indivíduos. Sendo impossível estar numa condição imparcial, em que se deixe de lado suas particularidades. O ponto de vista é sempre situado.

A autora (2012) desconstrói a possibilidade de estabelecer uma empatia se os indivíduos estão situados em diferentes posições sociais. É preciso levar em consideração diferenças como raça, etnia, gênero e classe. Se os indivíduos

pudessem mesmo, com trajetórias diversas, estabelecer uma empatia completa não haveria distinção entre as posições sociais dos indivíduos.

Young (2012) reconhece que Habermas compreendeu da melhor forma possível uma razão moral voltada para a pluralidade dos sujeitos. Em seu modelo de *ação comunicativa*²³, ele deixa claro que não é possível estabelecer tal comunicação se os sujeitos estiverem em uma situação de desigualdade²⁴; o mesmo acredita na condição individual de qualquer pessoa atuar em condição de igualdade, sem que a partir de uma ação estratégica um determinado indivíduo atue para subordinar ou anular o outro.

A hierarquia necessita ser desestruturada e “as estruturas de decisão justas devem, portanto, ser democráticas, garantindo voz e voto a todos os grupos particulares envolvidos nessas decisões e por elas afetados” (YOUNG, 2012, p. 194). Portanto, a solução para a autora é que os democratas participativos reconheçam e promovam a inclusão do público heterogêneo, para que o mesmo possa ter espaço para expressar desejos e necessidades particulares (YOUNG, 2012).

Ao encontro de Iris Young, Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli criticam o fato de a imparcialidade e a objetividade estarem associadas a um ideal universal. “O discurso jornalístico assume, assim, uma perspectiva olimpiana. Ele é imparcial porque reconstrói o todo incorporando as diferentes partes. Mas é também capaz de falar em nome de valores universais – o progresso, a ética, a democracia” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 68). E denunciam também que a imparcialidade como característica de um bom ou mau jornalismo não permite que seja discutido o

²³ Este é um ideal, mas a situação ideal de fala concebida por Habermas não implica na ilusão utópica de que todos teriam as mesmas condições, mas como referência para aferir o nível de inclusão e/ou exclusão, no limite funcionando como critério para distinguir semanticamente entre uma interação comunicativa dialógica, ética, ou quando não se pode deixar de reconhecer a relação comunicativa como uma violência, um esquema de dominação em que o discernimento do dominado não é levado em conta.

²⁴ Habermas diz que é na racionalidade comunicativa para o entendimento mútuo que os sujeitos reelaboram suas *pretensões de validade*, em que há normatividade construída pelo público a partir de discussões igualitárias sem exclusão, e sujeitos redimensionam o *mundo da vida*. O autor acredita na possibilidade de os sujeitos construírem no processo dialógico aquilo que consideram válido, em prol de uma vida com menos subordinação e opressão. Na ação comunicativa, o sujeito é capaz de elaborar suas questões e estabelecer um diálogo mútuo. As desigualdades são reconhecidas por Habermas, ao ponto de ele defender que, em situações de crise, há a possibilidade de iniciativas externas à estrutura de poder se posicionarem contra as barreiras impostas e, a partir da participação da periferia, conseguirem conquistar posições contrafactuais ou contra-hegemônicas, obrigando a mídia a reenquadrar seus posicionamentos (HABERMAS, 1997).

enquadramento, as tendências e os silenciamentos resultantes desta apreensão (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 69).

Os autores (2010) também consideram uma farsa a *Fairness Doctrine*, nos Estados Unidos, que estabeleceu a imparcialidade como regra entre os anos 1949 e 1997 no jornalismo do país, pois a atitude de ouvir os dois lados não leva em consideração determinados setores da sociedade. Nas notícias sobre política, por exemplo, ressoam vozes pertencentes aos maiores partidos e as informações divulgadas refletem o sistema partidário (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 60).

Miguel e Biroli (2010) defendem que, se a mídia é um espaço das diferentes perspectivas, ela deve escutar os vários lados em questão para que o público tenha acesso a distintos tipos de valores e consiga, por ele mesmo, formar a sua própria opinião. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 64)

A imparcialidade, ao mesmo tempo em que é valorizada como qualidade do jornalismo e referência para a democracia e justiça, é colocada como fator de opressão pelos autores. “A imparcialidade, como valor-guia, colabora para a ocultação dos lugares de enunciação dos discursos e das redes de diferenciação que os caracterizam e fazem com que circulem por determinados espaços e sejam aceitos como verdadeiros” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66). Para Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli, por exemplo, a exclusão da mulher do noticiário político ou a sua inclusão estereotipada gera silenciamento de sua voz naquele espaço.

Os autores veem problema na imparcialidade ser vista como valor para se chegar à objetividade. Na concepção deles, ouvir os dois lados não é suficiente para gerar uma comunicação plural, pois há distintos grupos sem espaço de fala. Quando a mídia fala em pluralidade não está falando de um “não lado”, mas de um lugar que evidencia determinadas falas. Tal posicionamento também não leva em consideração o conflito existente nas relações sociais, reforça a opressão e não questiona o porquê de certas vozes serem evidenciadas. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 67)

De modo semelhante à perspectiva de Young, ao criticar a neutralidade e a imparcialidade, Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2010) afirmam que tais ideais agem no campo ideológico. A imparcialidade, por exemplo, reflete o ideal de Estado neutro, o qual é suficientemente capaz de legitimar processos burocráticos e a hierarquia de poder, e transformar a perspectiva de grupos privilegiados em um ideal universal, corroborando assim, com a opressão de classes menos favorecidas.

Nesse processo, há unificação e totalização das perspectivas, e a pluralidade é negada. Não se admite diálogo com indivíduos contrários ao posicionamento vigente, e os mesmos são transformados no “outro absoluto”. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66)

A possibilidade de desenvolver um jornalismo não mais pautado nesses ideais consagrados pela grande mídia, de forma independente em termos de política editorial e de financiamento se tornou possível a partir da Internet e de formatos diversos de financiamento, conforme veremos no próximo capítulo.

4 MÍDIA INDEPENDENTE: FINANCIAMENTO E PROCESSOS HISTÓRICOS

4.1 FINANCIAMENTO COLETIVO

No início do século XXI, o financiamento coletivo se torna um importante meio para as pessoas concretizarem ideias em comum. No entanto, partindo da perspectiva das “vaquinhas”, a colaboração em rede não é um fenômeno recente, quem nunca participou ou soube de contribuições voluntárias para ajudar alguém necessitado, contribuiu com rifas solidárias ou, ainda, se fez presente em um bazar com objetivos beneficentes?

Os autores Guilherme Felitti e Elizabeth Saad Corrêa (2015) contam que, em 1881, o escultor francês Frédéric Auguste Bartholdi começou a projetar a estátua que representava a Libertas, deusa romana da liberdade, para presenteá-la ao povo estadunidense. Após chegada aos Estados Unidos, a mesma ficou armazenada durante um ano por falta de interesse dos governantes da época em construir sua base, foi então que o jornalista Joseph Pulitzer, em seu jornal *The World*, fez uma campanha para arrecadar fundos em prol da construção da base da estátua, feita de granito e concreto. Em 1885, 100 mil dólares foram conseguidos a partir da doação de 120 mil pessoas. Houve, então, uma forma de financiamento coletivo mesmo sem ter se dado esse nome para tal ação (FELITTI; CORRÊA, 2015, p. 8).

Nesse sentido, Marcelo Träsel e Marcelo Fontoura (2012) estabelecem uma relação entre o financiamento coletivo e o micromecenato utilizado no século XV, denominado por mecenato artístico. Baseado na discussão de Kohn, os autores (2012) concordam que a Web 2.0 facilitou a relação entre artistas e mecenas, a partir do momento em que é muito mais fácil encontrar um maior número de mecenas interessados em oferecer dinheiro em um espaço como a Rede Mundial de Computadores. Eles reconhecem que a expressão “micromecenato” não é muito utilizada, sendo mais usual “*crowdfunding*”, “microfinanciamento” ou “financiamento coletivo”.

O termo *crowdfunding* foi criado pelo blogueiro Michael Sullivan, em 2006, “na tentativa de explicar um novo projeto seu que lidava com vídeos produzidos para internet. Ao apresentar o projeto chamado “*fundavlog*”, Sullivan juntou as palavras em inglês “*crowd*” (multidão) e “*funding*” (financiamento)” (FELITTI; CORRÊA, 2015, p. 3). Felitti e Corrêa acrescentam que, embora o projeto de Sullivan não tenha dado certo, ele se tornou o pai do nome cunhado para identificar plataformas de

financiamento coletivo.

O financiamento coletivo tem sido utilizado com o intuito de arrecadar dinheiro para campanhas políticas nos Estados Unidos desde 2000. Em 2008, U\$ 272 milhões foram conseguidos para a campanha de Barack Obama a partir da doação de aproximadamente 2 milhões de doadores (HOWE, 2009). Nesse segmento político, mas não para fins eleitorais, aqui no Brasil, em abril de 2016, a então presidente Dilma Rousseff foi afastada para o processo de *impeachment*, estando proibida de usar a aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), exceto o trecho de Brasília para Porto Alegre; foi feita, então, uma campanha no Catarse a partir da qual foram reunidos R\$ 791.996, um valor recorde segundo o próprio site, ultrapassando uma meta de R\$ 500.000, a partir da doação de 11.471 pessoas. O dinheiro arrecadado se destinou a viagens de Rousseff pelo país intencionando conscientizar as pessoas sobre conjuntura do quadro político daquele momento.

Outras formas de financiamento coletivo se deram ao longo dos anos, a exemplo de arrecadação de dinheiro para realização de shows, teatro, filmes, entre outros. Em paralelo a este movimento que impulsionou as redes com a colaboração entre indivíduos de objetivos em comum, surgiram diferentes plataformas, a exemplo do site KickStarter, criado em 2009, nos Estados Unidos, que se tornou o principal em âmbito internacional nesse segmento. Até setembro de 2018, ele conseguiu arrecadar quase US\$ 4 bilhões em mais de 150 mil projetos. “(...) A relevância do KickStarter fez com que o dinheiro repassado pela plataforma ultrapassasse em abril de 2012 a cifra distribuída pelo governo norte-americano para financiar a produção cultural por meio da National Endowment for the Arts” (FELITTI; CORRÊA, 2015). Felitti e Corrêa (2015) ponderam que, por meio do KickStarter, um documentário financiado coletivamente foi premiado em festivais de cinema. “‘Blood Brother’ [2013], documentário que acompanha o envolvimento de um jovem com crianças órfãs após seus pais morrerem em decorrência da AIDS, na Índia, levantou 9,1 mil dólares no KickStarter e ganhou os prêmios Grand Jury Prize e Audience Award for U.S. Documentary” (FELITTI; CORRÊA, 2015, p. 9).

No Brasil, diversas plataformas surgem a partir desse movimento. O primeiro foi o “Vakinha”, em 2009, seguido pelo “Catarse”, site criado em 2011 por um grupo de amigos, o qual se tornou hoje o maior site de financiamento coletivo brasileiro. Há vários sites com focos de financiamentos diferenciados, a exemplo de realizações pessoais, ajuda para cirurgias, entre outros.

O Catarse funciona por meio de metas como a “tudo ou nada”, por meio da qual os idealizadores do projeto estabelecem uma meta em que só conseguirão o dinheiro se atingirem o valor integral, se não alcançarem, devolvem todo o dinheiro reunido aos doadores; e a meta flex, uma modalidade em que os idealizadores ficam com qualquer quantia arrecadada, independentemente de ter atingido a meta. Há também a opção de um financiamento coletivo permanente, através de assinaturas. Na categoria jornalismo, vários projetos foram viabilizados a partir desse site. Somente em 2017, sete deles atingiram a meta “tudo ou nada”, conseguindo mais de 100 % do valor estabelecido, totalizando R\$ 150 mil; e na meta flex, três conseguiram mais de 100%, totalizando R\$ 230 mil. Nesse ano referido, foram 563 projetos entre todas as categorias que tiveram mais de 100% da meta atingida.

Junto ao *crowdfunding* surge a discussão do *crowdsourcing*. Jeff Howe (2006) explica que novas configurações se colocam diante da mídia a partir da web 2.0. Os processos de interação e a formação de coletivos com interesses em comum propiciaram o desenvolvimento de grupos que produzem conteúdos espontâneos que são aproveitados por profissionais da grande mídia. O autor faz referência a vários grupos criados a partir da integração de conteúdos elaborados pela multidão, a exemplo de bancos de dados de fotografias. Esse movimento resultou em uma crescente abertura para as diversas fontes, ou seja, qualquer usuário se torna uma potencial fonte de imagem ou informação. Jeff Howe (2006) pondera que não se trata de terceirização e sim de *crowdsourcing*, e se torna cada vez mais comum a busca por fontes específicas, especialmente no jornalismo. Facilitados por um novo *modus operandi*, esse tipo de ação acontece na internet porque existe uma inédita forma de interagir nesse meio, a partir de uma cultura da convergência.

Nos processos em que os meios de comunicação e as pessoas no cotidiano se unem dentro da mesma rede, Manuel Castells propõe que se trata de uma Sociedade em Rede Global, ou seja, “(...) aquela cuja estrutura social é composta de redes activadas por tecnologias digitais de comunicação e informação baseadas em microeletrônica”(CASTELLS, 2013, p. 58). Segundo ele, a “estrutura social” pode ser denominada pelos “acordos organizativos humanos na relação com a produção, o consumo, a reprodução, a experiência e o poder expressos por uma comunicação significativa codificada pela cultura” (CASTELLS, 2013, p. 58).

A participação dos indivíduos em rede gerou resultados positivos para o jornalismo, a exemplo das novas formas de financiamento de mídia. O primeiro

deles foi o “Oh My News”, jornal coreano que surgiu em 2000. Esse, por sua vez, recebia doações de leitores conforme eles gostassem das narrativas. Outro exemplo é o jornal salvadorenho El faro, que em 2015 conseguiu US\$ 26 mil de colaboração financeira. Seu foco está em temas como corrupção, imigração, impunidade, entre outros. Em 2016, jornalistas desse veículo ganharam o “Prêmio García Márquez de Excelência” (ABRAJI, 2016; CALADO, 2016). Outro exemplo é o caso do jornalista estadunidense Christopher Albritton que pediu a contribuição dos leitores de seu blog “Back to Iraq”, para custear suas reportagens durante a Guerra do Iraque. Ao todo, US\$ 15 mil foram arrecadados em 2002 (TRÄSEL; FOUTOURA, 2012, p. 42). No Brasil, há várias campanhas de sucesso pautadas no interesse público e na doação coletiva, especialmente voltadas para direitos humanos, trabalho escravo, política, especulação imobiliária, entre outros temas, a partir da ação de projetos como *Arquitetura da Gentrificação*, *Diário do Centro do Mundo*, *Cidade para as Pessoas*, *Aos Fatos*, *Agência Pública*, *Marco Zero Conteúdo* e *Jornalistas Livres*.

Portanto, devido ao seu crescimento e importância, o *crowdfunding* tem sido horizonte de pesquisa para vários estudiosos da comunicação de diferentes países, entre os quais, Estados Unidos, Espanha, Canadá e Brasil. É consenso entre os mesmos que o *crowdfunding* no jornalismo tem sido utilizado não apenas como um exercício de maior participação da população, mas também devido ao cenário de crise financeira que vem acompanhando as redações desde 2007. María Ángeles Cabrera (2014) afirma que o financiamento coletivo se estabelece em um período de crise financeira dos veículos de comunicação, de novas adaptações, convergência profissional e demissões. Tal financiamento, portanto, atua na redução dos danos causados pela crise.

Andrea Hunter (2015) coloca que o *crowdfunding* trouxe aos jornalistas uma oportunidade de desenvolver projetos com maior autonomia sem a necessidade de ter o aval da grande imprensa. Nesse sentido, Felitti e Corrêa (2015) acrescentam que “o crowdfunding adquire legitimidade social no ciberespaço sem a necessidade de recorrer a organizações midiáticas formais para atingirem visibilidade pública” (FELITTI; CORRÊA, 2015, p. 7). São, então, desenvolvidos projetos independentes considerados relevantes, a partir de uma menor ou nenhuma preocupação com critérios de objetividade e imparcialidade, tendo como foco o respeito e a autonomia do repórter. De acordo com Hunter (2015), nesse tipo de projeto, o jornalista é mais livre para advogar por determinados temas, bem como, expressar seu ponto de vista. Em sua discussão, ela estabelece uma relação entre autonomia e objetividade.

“Eles [os jornalistas] recorrem ao *crowdfunding* para serem financeiramente independentes da grande mídia e para financiar matérias que, de outra forma, acham que não seriam cobertas naquele espaço. Eles também se esforçam para permanecer autônomos de seus financiadores” (HUNTER, 2015, p. 273).

O *crowdfunding* permite que jornalistas *freelancers*, de modo antecipado, consigam pagar suas despesas, a exemplo de viagens, sem a preocupação sobre se a história será ou não vendida (HUNTER, 2015). No entanto, segundo Andrea Hunter (2015), os jornalistas que utilizaram modelos de *crowdfunding* dizem ser difícil conseguir financiar novos projetos. Por isso a necessidade de ter um valor inicial considerável para garantir as publicações almejadas.

María Ángeles Cabrera (2014) mostra que a maior parte das campanhas de *crowdfunding* propõe uma criação de um projeto jornalístico novo. No entanto, há outros veículos que têm se beneficiado dessa modalidade para reunir fundos para a sua sobrevivência, inclusive, para a criação de um produto jornalístico específico. Em muitos casos, o financiamento coletivo é utilizado como complementar a publicidade ou ao conteúdo pago. Porém, afirma Cabrera. “(...) se comprueba que el *crowdfunding*, como modelo de negocio, responde mejor a las necesidades de proyectos y empresas periodísticas de carácter pequeño o mediano, que a las grandes corporaciones o empresas mediáticas” (CABRERA, 2014, p. 18).

Ainda, de acordo com Cabrera (2014), geralmente, as pessoas investem em conteúdos que já são distintos dos veiculados pela grande mídia. Portanto, tal financiamento conta com o apoio da audiência que não se sente contemplada pela grande mídia. A autora (2014) mostra que o público, nesse sentido, apresenta algumas preferências em relação a conteúdos de qualidade e próximos das demandas sociais, a exemplo de jornalismo investigativo, jornalismo especializado e jornalismo “com forte compromisso social”. Cabrera (2014) acrescenta que o estímulo é justamente a produção de um conteúdo que difere daquele marcado pela falta de credibilidade e confiança.

Nesse sentido, uma das questões enfatizadas por Marcela Donini (2014) sobre o *crowdfunding* diz respeito ao fato de ele, por exemplo, colocar em evidência as crenças utilizadas para reforçar preconceitos e estereótipos, a exemplo da noção de não se fazer matéria sobre povos indígenas porque acha-se que não há uma preocupação sobre a vida desses povos por parte dos brasileiros. “(...) Tá aí Belo Monte, terceiro maior projeto da história do Catarse, e o Guarani Kaiowá, para

provarem o contrário” (2014, s.n). Marcela Donini (2014) acrescenta que quem doa está muito preocupado com a causa em si, pois, “(...) entre os projetos mais bem-sucedidos do Catarse, estão projetos especiais sobre a temática indígena, conforme destaca Felipe Caruso, responsável pela área de comunicação e imprensa do site” (DONINI, 2014, s.n).

Outra perspectiva sobre o *crowdfunding* no jornalismo é estudada por Tanja Aitamurto (2011). Ela propõe que esse tipo de financiamento está relacionado à participação com que os indivíduos estão dispostos a realizar, tendo em vista a abertura da web 2.0, numa lógica da inteligência coletiva, conceito explorado pelo francês Pierre Lévy. A participação através da doação de dinheiro dá aos indivíduos o senso de pertencimento à comunidade. Esse senso ameniza o desconforto de participar apenas quando se elabora algo, escreve, ou participa ativamente da produção de conteúdo. A autora acredita que quem doa deseja estabelecer uma crença na mudança. “(...) No entanto, embora exista um forte elemento de participação pública no *crowdfunding*, de acordo com minhas descobertas, doar não cria um forte senso de engajamento no processo real da história” (AITAMURTO, 2011, p. 443), uma vez que, para a autora, a doação se torna um fim em si mesmo (AITAMURTO, 2011). Por outro lado, Aitamurto (2011) também observa que a forma de doação se relaciona como uma espécie de termômetro que mede os temas mais caros para o público, ou seja, os que ele se sente mais estimulado a doar.

No sentido de elevar o debate democrático que a prática do financiamento coletivo traz, Marcela Donini fala das vantagens desses sistemas de doações: “(...) se considerarmos o jornalismo como um bem público, o modelo de doações faz mais sentido. (...) Ele não discrimina pagantes de não-pagantes (como os *paywalls*)” (DONINI, 2014, s.n). Para Donini (2014), “(...) se o jornalismo servir para cumprir a sua função democrática de elevar o nível do debate público, explicar temas complexos, fiscalizar os poderosos e melhorar a vida da população, ele tem de ser gratuito e distribuído de maneira mais ampla possível. A internet, no caso, é perfeita para isso” (DONINI, 2014, s.n).

Desta maneira, diferentemente do jornalismo feito pela grande mídia, manipulado por pressões comerciais e políticas desde o século XIX (HABERMAS, 1984), o compromisso das novas narrativas situadas em uma esfera pública mais democrática e cuja receita é oriunda do público interessado no projeto ou na temática demonstra ser centrado na discussão estimulada pelo coletivo. Sendo esse

um jornalismo de interesse público, diferentemente de ser de interesse do público (DONINI, 2014).

Temas excluídos do agendamento da grande mídia encontram abertura nos espaços alternativos jornalísticos, cuja base de sustentação é o financiamento coletivo (CALADO; ROCHA, 2017b). “Iniciativas de *crowdfunding* podem pluralizar a temática de reportagens jornalísticas; mais do que substituir o jornalismo que se faz hoje, essas iniciativas contribuem para uma sociedade mais democrática” (DOMINI, 2014, s.n.). Esse tipo de jornalismo que não tem financiamento publicitário desenvolve um jornalismo mais pautado na abertura de vozes plurais, vozes estas que são muitas vezes caladas pelos grandes veículos de comunicação.

Todavia, Marcela Donini (2014) não acha que a percepção do *crowdfunding* se dê a partir de uma ideia salvacionista, mas, segundo ela, é um campo de oportunidade para a viabilização de projetos tanto de profissionais que já se encontram no mercado, quanto dos que estão iniciando na área jornalística. Inclusive, as cifras de fundos arrecadados do *crowdfunding* não se assemelham de modo algum aos montantes da grande mídia. “O New York Times, por exemplo, só em negócios digitais, tem uma receita de US\$ 360 milhões ao ano. De 2009 a 2012, o Kickstarter arrecadou US\$ 2,23 milhões para 662 iniciativas de jornalismo bem-sucedidas” (DONINI, 2014, s.n.). No Catarse, plataforma brasileira, entre 2011 e 2013, “arrecadou R\$ 480 mil para 48 projetos jornalísticos, mobilizando 4.800 doadores, enquanto o faturamento bruto dos jornais do país ultrapassa R\$ 2 bilhões” (DONINI, 2014, s.n.).

Träsel e Fountoura (2012) consideram que, apesar da relevância das estratégias de produções jornalísticas independentes para pluralizar a informação e torná-la especializada a partir de uma diversidade temática, não há viabilidade para enquadrar o jornalismo como um todo nesse formato. Existe espaço para modelo alternativo, que demanda um tempo para apuração, tratamento e divulgação, assim como, há espaço para a notícia nos moldes factuais convencionais desenvolvida pela grande mídia (TRÄSEL; FOUNTOURA, 2012).

Erick Felinto (2012) questiona, ainda, se o movimento do *crowdfunding* atua para reforçar a autonomia das pessoas ou simplesmente para trazer à tona o sentido de multidão, de “seguir” apenas uma tendência, em uma visão de “maria vai com as outras”. Outro ponto colocado pelo autor é se o *crowdfunding* não passaria a servir aos interesses das grandes corporações, uma vez desenvolvido, o que perderia o

formato e o espaço alternativos. Ele pondera que o *crowdfunding* deve ser associado ao *crowdsourcing*, em que não se leva em consideração apenas a doação em si, mas o engajamento do público, ou seja, da participação enquanto indivíduo no processo comunicacional.

4.2 AS ATUAIS CONFIGURAÇÕES MERCADOLÓGICAS NA COMUNICAÇÃO DIGITAL

As grandes concentrações de mídia passam por um momento de perda da publicidade para empresas de tecnologia como Google, Yahoo! E, mais recentemente, Facebook, o que favorece a competitividade entre profissionais e veículos. “Conforme o relatório *The state of the news media* (PEW, 2011), no ano de 2010 a audiência de todas as mídias caiu nos Estados Unidos, com exceção da televisão por assinatura e Internet, cuja audiência cresceu 17,1%” (TRÄSEL; FONTOURA, 2012, p. 38-39).

De acordo com Marcelo Träsel e Marcelo Fontoura (2012), há uma crescente migração dos veículos de comunicação para a internet, entretanto, a publicidade não tem acompanhado esse movimento, o que resulta que a produção na internet não tem gerado o retorno financeiro necessário, ocasionado em demissões e má qualidade noticiosa. Marcela Donini (2014) defende que a crise não é no jornalismo e sim no modelo tradicional de negócio. “Um modelo no qual, enquanto os repórteres se dedicam a fazer jornalismo para vender o resultado desse trabalho, o departamento comercial vende a atenção do público atraído por esse conteúdo. Quem compra essa atenção são os anunciantes, que, até então, vem mantendo o jornalismo em pé” (DONINI, 2014, s.n.). A autora explica que essa crise se dá especialmente porque há uma perda de audiência e, conseqüentemente, uma perda da publicidade, uma vez que o anunciante está onde o público está e ainda não se sabe como faturar no meio online.

Por outro lado, Castells denuncia que os grandes meios de comunicação agora se tornaram também grandes meios de comunicação no espaço digital, isso se deve a sua capacidade de se ligar às corporações dominantes nesses espaços, a exemplo de Google e Facebook, ou seja, às redes que atuam globalmente na Internet. Essas comunicações se estabelecem na internet tanto em termos de produção quanto em termos de transmissão. Nesse processo, Castells também diz que a Web 2.0 e a Web 3.0 a partir de toda a sua configuração também

estabeleceram o que ele denomina de autocomunicação, ou seja, a partir das características da rede e sua capacidade de desenvolver conteúdos programados, configurando o sistema a fim de que, a partir da banda larga, gere de forma programada conteúdos a seu favor. Há exemplos de RSS, blogs interativos, entre outros (CASTELLS, 2013, p. 110).

Há um rastreamento do perfil dos usuários em rede, os quais atuam no sentido de ser útil para a publicidade. “Google, Yahoo, e outros sítios na Web usam uma combinação de relevância de palavras-chave, popularidade dos termos procurados, vínculos e outros sítios e o comportamento dos utilizadores finais para determinar a ordem dos resultados da busca” (CASTELLS, 2013, p. 147).

Manuel Castells chama de *Glooglerarquia*, o processo pelo qual as pesquisas no Google são apresentadas de forma hierárquica, a partir de conteúdos patrocinados, tornando-se também os mais visitados e passando a ser visíveis nos primeiros rankings de pesquisa por acesso. Essa postura dificulta que conteúdos não patrocinados e de outros idiomas sejam encontrados. Ele (2013) exemplifica que, através dos motores de buscas e alianças entre empresas como Google e outras empresas midiáticas que mapeiam o comportamento dos usuários, elas podem maximizar os lucros com a publicidade. “Por exemplo, em 2007, a NewsCorp assinou um contrato de 900 milhões de dólares com a Google para que aparecesse publicidade personalizada das suas empresas na Internet” (CASTELLS, 2013, p. 148).

O autor (2013) traz observações acerca do poder e da comunicação nas redes a partir da Internet, espaço onde as grandes corporações se apropriaram dos mecanismos e produções coletivas em benefício próprio. Castells (2013) acrescenta que a maioria dos blogs existentes são de uso pessoal, mas as empresas acabam utilizando blogs e canais em redes sociais para atingir o maior número de pessoas, de modo personalizado. Inclusive, empresas situadas em diferentes pontos do planeta e com diferentes abordagens, a exemplo de Al Jazeera, CNN, NTV do Quênia, France 24, TV3 da Catalunha, entre outros (CASTELLS, 2013, p. 112). Nesse cenário, o autor (2013) questiona o poder, a partir da relação assimétrica na qual uns se tornam subordinados a outros, em uma lógica de influência, de valor e de trabalho. Porém Castells (2013) deixa claro que nunca há uma relação em que os que estão submetidos não exerçam absolutamente nenhuma influência; ele diz que não há nunca um grau zero de influência. Há possibilidade de haver resistência e

transformação em relação ao processo de subordinação, uma vez que “as condições da relação mudam, o poderoso perde poder e no final dá-se um processo de mudança institucional ou de mudança estrutural, dependendo da amplitude das transformações das relações de poder” (CASTELLS, 2013, p. 41-42).

Em um cenário mundial em que grupos midiáticos demonstram o seu poderio em detrimento de pequenas empresas de mídia regionais, Castells (2013) vem desmistificar a ideia de que existam grupos de comunicação global. O que há, para esse autor, são grupos com estratégias globais a partir de sua capacidade de ligar-se às redes. Além disso, ele diz que os grupos de mídia locais estão cada vez mais decrescentes. “O que é global são as redes que ligam o financiamento, a produção e a distribuição dos *media* dentro de cada país e entre países. A *principal transformação organizativa da media é a formação de redes globais de empresas multimedia interligadas que se organizam em alianças estratégicas*” (CASTELLS, 2013, p. 119). A rede, explica Castells (2013), “é um conjunto de nós interligados. Os nós podem ter maior ou menor relevância para o conjunto de rede, de forma que os que são especialmente importantes se denominam 'centros' em algumas versões da teoria das redes”. Para este autor, “qualquer componente de uma rede ('centros' incluídos) é um nó, e a sua função e significado dependem dos programas da rede e da sua interação com outros nós da mesma” (CASTELLS, 2013, p. 52).

As empresas de mídia nacional e regional acabam fazendo acordos com as mega-empresas porque buscam ampliar seus mercados. Nesse sentido, Castells diz que o capital e a produção são globais, mas o conteúdo midiático acaba se adaptando à cultura local. “(...) De facto, os processos estão entrelaçados: só as redes globais podem controlar os recursos da produção de *media* globais, mas a sua capacidade para conquistar quotas de mercado depende da adaptação do seu conteúdo ao gosto das audiências locais” (CASTELLS, 2013, p. 119).

Com o processo de digitalização, é possível produzir e disseminar conteúdos em distintas plataformas de forma integrada, em uma rede global-local, através da tecnologia que contribui para a economia de sinergia. “Por economias de sinergia refiro-me àquelas em que a integração de plataformas e produtos podem produzir uma rentabilidade maior que a soma das partes invertidas, na fusão ou ligação em rede dessas plataformas ou produtos” (CASTELLS, 2013, p. 119).

No jogo político de influência do global para o local, Castells (2013) coloca em evidência algumas tendências midiáticas: concentração da propriedade;

convergência em diversas plataformas nas quais pode-se oferecer o mesmo produto ou vários conteúdos em apenas uma plataforma; e segmentação das audiências para conseguir trabalhar com a publicidade em termos de nichos. Para o autor espanhol, “o êxito destas estratégias é determinado pela capacidade das redes internas de media para encontrar boas economias de sinergia que aproveitam o ambiente de mudança das comunicações” (CASTELLS, 2013, p. 121).

A audiência torna-se fragmentada em prol da maximização dos lucros, paradoxalmente, os mesmos estão cada vez mais complicados justamente por conta da fragmentação. A saída tem sido produzir conteúdos para diferentes plataformas. Portanto, tem-se uma publicidade repartida. Há cada vez mais integração entre redes móveis, internet e a grande mídia (CASTELLS, 2013). Alianças com empresas como o Google e Yahoo! ajudam no processo de fragmentação da audiência uma vez que têm dados dos perfis dos usuários. “Em resumo, as empresas que formam o núcleo das redes de comunicação globais desenvolveram políticas de concentração de empresas, alianças entre empresas, diversificação de plataformas, adaptação à audiência e economias de sinergia com distintos graus de êxito” (CASTELLS, 2013, p. 132). Há, nesses negócios, uma grande margem de lucratividade. “Também, os rendimentos em publicidade na Internet estão a crescer mais ou menos seis vezes mais depressa que os rendimentos dos *media* tradicionais” (CASTELLS, 2013, p. 128). Por fim, Castells (2013) afirma que, em países com banda larga acessível implementada, a publicidade na internet chega a atingir 15% do mercado, a exemplo da Noruega e Dinamarca (CASTELLS, 2013, p. 128).

As empresas estão cada vez mais se aproveitando da lógica dos investimentos cruzados para potencializar seus mercados. “(...) Os protagonistas regionais estão a importar activamente conteúdo global e adaptá-lo ao gosto local, enquanto as organizações de media globais procuram parceiros locais para oferecer conteúdo adaptado às audiências” (CASTELLS, 2013, p. 132). Portanto, o oligopólio midiático também se estabelece nas redes. “Em 2005, 16 dos 20 sítios de notícias *online* mais populares, segundo a Nielsen/NetRatings, eram propriedades das cem maiores empresas de media por rendimentos gerados nos EUA em 2005” (CASTELLS, 2013, p. 130).

Nesse cenário, ainda há uma relação de oligopólio midiático exercido pelas agências de notícias que potencializam o desgaste das empresas locais e regionais. “A chave é a *sinergia*. A sinergia baseia-se na compatibilidade das redes que se

fundem. A produção funde-se, as propriedades não”. Essas agências possuem oligopólio e se tornam as principais fornecedoras de conteúdo para portais de notícias e grandes veículos. “As redes de fornecedores são fundamentais para o funcionamento das redes de multimídia. Estas incluem, entre outras, agências de notícias, agências de talentos e redes de mão-de-obra” (CASTELLS, 2013, p. 148).

Por outro lado, os grupos que conseguem se articular enquanto coletividade e visibilidade, promovem uma cultura participativa com base nas características da atividade online das mídias, gerando, por sua vez, ganhos positivos. Castells (2013) é enfático ao dizer que, assim como existe poder, existe também o contrapoder na sociedade em rede. “(...) O poder governa, o contrapoder combate. As redes processam os seus programas contraditórios enquanto as pessoas tentam encontrar sentido para a fonte dos seus medos e das suas esperanças” (CASTELLS, 2013, p. 89).

Enfatizando o poder da comunicação, Castells diz que é imprescindível que exista uma lógica da reprogramação no sentido de atuar nos meios de comunicação e gerar outros tipos de significados, transformar as opiniões das pessoas e combater o poder dominante na sociedade global em rede. “Na sociedade em rede, os discursos geram, difundem, debatem, internalizam e finalmente incorporam a ação humana, no âmbito da comunicação digital multimodal, incluindo os media e a internet. O poder na sociedade em rede é o poder da comunicação” (CASTELLS, 2013, p. 93).

4.3 A MÍDIA RADICAL E A INTERNET

As inúmeras práticas surgidas de modo alternativo são construídas a partir de um cenário específico no qual as formas de jornalismo tradicional se encontram. Há uma série de transformações ocorrendo na mídia hegemônica. Primeiro, existe um panorama de crise no modelo tradicional de negócio no qual as empresas se beneficiam desse discurso para demitir seus profissionais e gerar precarização do trabalho entre aqueles que permanecem na função. A segunda questão se refere à crise de credibilidade do jornalismo vivida pela grande mídia: caminhões são incendiados por manifestantes, repórteres são impedidos de fazer cobertura ao vivo e, quando a fazem, são muitas vezes pegos de surpresa com protestos contra a emissora na qual trabalham.

Surgem, a partir desse panorama, diferentes projetos de jornalismo independente com a colaboração de um público ávido por um conteúdo distinto daquele comumente produzido pela grande mídia. Esses projetos não apenas conseguem ser financiados pela coletividade como conseguem um peculiar engajamento. Especialmente, porque esse tipo de jornalismo se propõe a abordar pontos pertinentes caros à sociedade e aos grupos socialmente excluídos.

A discussão que emerge de John Downing no livro *Mídia Radical* nos mostra a importância de se ter uma mídia alternativa para contemplar os assuntos em decorrência da estrutura montada para censurar informações. Nesse sentido, “o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. Esse é o modelo da contra-informação, que tem um forte elemento da validade, especialmente sob regimes repressores e extremamente reacionários” (DOWNING, 2002, p. 49). O autor (2002) também mostra que é a mídia radical ou comumente chamada de independente ou alternativa quem difunde as demandas dos movimentos sociais ou primeiro quem articula os anseios dos mesmos.

De acordo com Downing (2002), diferentes suportes de mídia como livro, fita de áudio e vídeo foram utilizados em momentos históricos, como revolução iraniana de 1979; na ex-União Soviética e na Revolução Francesa. Do mesmo modo, o autor acrescenta, “(...) na revolução norte-americana, que se deu mais ou menos na mesma época em que se espalhava pela própria Inglaterra uma ardente antipatia por George III, (...) os volantes, panfletos e jornais contribuíram de maneira preponderante para aumentar a efervescência política” (DOWNING, 2002, p. 206). Nos Estados Unidos, há também registros de jornais trabalhistas e publicações em língua estrangeira, a partir de 1880, especialmente por conta da migração.

Potencializada pela comunicação em rede, a internet pode vir a ser uma esfera pública global dadas as suas configurações, por ser um veículo que possibilita uma audiência não apenas regional como internacional, com custo muito baixo, podendo ser participativa e interativa, permitindo que meios alternativos tenham voz. Ainda, a audiência possui um maior controle em relação à produção na internet. “Depoimentos, jornalismo freelance sem censura, relatórios de organizações de direitos humanos, vídeos e mídia interativa, fóruns de discussão multilíngues, reuniões de grupos de apoio e seções de estratégia política são

diariamente transportados, enviados, transmitidos, circulados e divulgados on-line” (DOWNING, 2002, p. 271).

A Internet também facilita a operacionalização de outros tipos de veículos alternativos, a exemplo do rádio, TV e jornal, como armazenamento, busca e disseminação de informação. Downing (2002) aponta para um fato interessante sobre a estratégia de vozes oriundas do ativismo social. Ele diz que, em vez de articuladores ativistas mediar as vozes em notícias e documentários, seria interessante dar o espaço para as mesmas se expressarem: “os articuladores dos movimentos sociais têm oportunidade de expressar-se diretamente por meio de documentos divulgados pela Internet. Isso suscita a questão de se podemos trocar a estratégia de dar voz aos que não têm voz pela estratégia de deixar as pessoas falarem por si mesmas” (DOWNING, 2002, p. 275).

O autor afirma que, “em consequência das atuais tendências socioeconômicas, os ativistas sociais estão cada vez mais na defensiva, lutando para proteger as liberdades civis e os direitos humanos, ao mesmo tempo em que contestam as políticas econômicas regressivas” (DOWNING, 2002, p. 275). São indistintas as barreiras que separam o ativismo popular da produção midiática, segundo Downing. No entanto, o autor também denuncia o fato de a internet também se vê ameaçada por finalidades mercadológicas e políticas estatais, constantemente, a partir de estratégias de *enclosure*, ou seja, cerceamento.

Um dos grandes exemplos do ativismo em rede se refere ao Exército Zapatista de Liberação Nacional, o qual conseguiu articulação midiática para atuar em rede e difundir as ações do movimento e negociações com o governo federal do México, através da internet, no início de 1994. Para o autor, a sociedade civil sentiu-se estimulada para dialogar, de forma participativa, com o EZLN.

A internet foi utilizada pelo EZLN para auxiliar as pessoas envolvidas com o movimento e para chamar a atenção de autoridades locais e internacionais. Ele conseguiu pautar suas demandas na rede de mídia, ganhou o respeito de políticos locais e apoio de pessoas em todo o mundo. “Como o EZLN congregava pessoas historicamente excluídas do discurso hegemônico por questões de gênero, posição social, social, condições econômicas, valores culturais e raça, o diálogo que iniciaram era, por definição, uma arena de inclusão radical” (DOWNING, 2002, p. 294-295). De acordo com Downing, o diálogo entre os zapatistas e contrapúblicos subalternos seguiu de forma constante justamente porque o EZLN reconhecia tais

grupos e tinha o desejo de integrar de modo interativo, a exemplo de negros, gays e lésbicas, mulheres trabalhadoras, entre outros.

4.4 DISTINGUINDO CONCEITOS MÚLTIPLOS DE MÍDIA

4.4.1 Popular e alternativa

Há distintas denominações sobre o modo de fazer um jornalismo diferenciado daquele produzido pela grande mídia. Ele pode ser comunitário, popular, alternativo, ativista, radical ou independente. O que caracteriza cada um deles é a configuração da participação, a veiculação e, até mesmo, o momento histórico em que se originou. Apesar de cada um possuir diferenças substanciais, é possível uma convergência e semelhanças que tornam difícil sua conceituação.

No jornalismo financiado pelo coletivo, podemos observar várias formas de fazer um jornalismo a partir da união, por exemplo, entre a comunicação popular e a alternativa. Se sob a luz dos conceitos há diferenciação, existe uma semelhança no desejo de inovar, de fazer algo diferente em relação ao conteúdo produzido pela mídia convencional.

Uma das conceituações sobre o jornalismo alternativo, “imprensa alternativa” ou “nanica” se refere aquele tipo produzido na época da ditadura civil e militar, na década de 70 e 80, com o objetivo de oferecer um outro ponto de vista em relação à grande mídia, que atuava sob os ideais ditatoriais dos governos vigentes, sob o crivo da censura imposta pelo regime e se utilizava do poder de informar para exaltar as ações do governo da época. O mesmo se propagou a partir de consideráveis tiragens e eram vendidas em bancas ou de mão em mão. Títulos como Pasquim (1969), Versus (1974), Coojornal (1975) e Movimento (1975) são alguns dos exemplos de destaque desse período. “Eram jornais dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam a um novo projeto social e preocupavam-se em informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica”. (PERUZZO, 2009, p. 53)

Conforme cita Cicilia Peruzzo (2009), muitos jornais sindicais também desenvolveram um papel alternativo, especialmente, a partir da greve no final dos anos 70 na região do “ABCD Paulista”. Tal imprensa se tornou expressiva com os jornais ainda existentes: *Tribuna Metalúrgica*, do sindicato dos metalúrgicos daquela

região, o *Folha Bancária*, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, além do *Sindiluta Diário*, do Sindicato dos Químicos. “Muitos outros pequenos veículos foram publicados nesse período, chegando-se a cerca de mil títulos em 1991, sem anunciantes nem assinantes, e também sem encalhes, a imprensa sindical, no Brasil, edita 20 milhões de exemplares ao mês” (PERUZZO, 1998, p. 121-122).

Entretanto, Peruzzo diz que não existe consenso em relação ao que se denomina por imprensa alternativa. “Uns entendem por ela só os jornais que tiveram origem especificamente nessa variante, como *Movimento* e *Posição*. Outros incluem nela os jornais de igrejas e de partidos. E há ainda os que acrescentam os jornais sindicais e comunitários” (PERUZZO, 1998, p. 121-122).

A autora pondera que, após o processo de redemocratização, houve uma descontinuidade da mídia alternativa em decorrência de uma maior liberdade de expressão de outros veículos com distintos posicionamentos ideológicos. Atualmente, essa comunicação se torna elementar e reconfigurada a partir de vários recursos tecnológicos disponíveis como canais de redes sociais, além de novos formatos e linguagens. Há uma produção descentralizada, em que é possível se tornar emissor e ter uma audiência em distintos espaços na rede, inclusive, para públicos segmentados de forma ampliada. “A facilidade com que cada cidadão pode se tornar 'jornalista' é incomparável a de períodos anteriores. A construção de blogs e websites é cada vez mais acessível. O YouTube divulga uma produção antes fadada a videotecas universitárias” (2009b, p. 139). Peruzzo (2009b) alerta também para o fato de que, não necessariamente por conta da disponibilidade na rede, sempre haverá uma contra-comunicação com um viés alternativo, comprometida com a justiça social e o bem comum. É possível estar naquele espaço, a exemplo de blogs, e buscar autopromoção e interesses individuais.

Já a comunicação popular é definida por estar relacionada a uma ideia de comunicação do povo. A palavra povo de onde vem o sentido do “popular” na comunicação pode ter diferentes significados, enquanto classe subalterna de luta, massa ou “como um conceito sempre em transformação que contém rica negatividade e está sempre em oposição aos que se apresentam como anti-povo, os opressores ou aqueles que contradizem as necessidades e interesses da maioria” (PERUZZO, 2009, p. 54).

Cicilia Peruzzo (1998) problematiza os significados da palavra povo que podem estar relacionados a tudo o que seria da massa ou do folclore, podendo ser

dirigida a grupos ou de modo massivo. Programas policiais, por exemplo, são chamados de programas populares. Inclusive, a autora questiona o próprio termo popular como sendo a “voz do povo”, quando grupos agem de forma autoritária, ou quando age de forma a incluir determinadas vozes, ou mesmo, pautada em uma verdadeira participação. Entretanto, a descrição vai muito mais além e, de acordo com a autora, diz respeito a um processo de comunicação democrática, onde há participação na gestão, produção e recepção. Ela (1998) também questiona o sentido de participação, ao discutir se há uma real participação dos indivíduos envolvidos no processo comunicacional; e argumenta que, em muitas situações, diferentemente do que se prega, não há uma verdadeira participação. Entretanto, no universo online, a participação se complexifica.

Nesse sentido, a autora acrescenta que o popular alternativo nasce a partir da ideia de povo e, enquanto união em grupo, luta em prol da cidadania e por mais direitos. Peruzzo (2009) argumenta que, dessa ótica, podem surgir outras possibilidades como o popular-folclórico ou o popular-massivo. Portanto, “a comunicação popular e comunitária pode ser entendida de várias maneiras, mas sempre denota uma comunicação que tem o 'povo' (as iniciativas coletivas ou os movimentos e organizações populares) como protagonista principal e como destinatário” (2009, p. 55). Por conta das configurações de suas lutas, os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária se assemelham.

Para Cicilia Peruzzo (1998) a comunicação popular não é recente, mas se consagrou apenas nas décadas de 70 e 80. “Em cem anos – de 1883 a 1983 -, de 1.312 títulos apenas 21 versavam sobre a comunicação popular ou alternativa, enquanto no final da última década este número subiu para 38, entre dissertações e teses, além de artigos e livros” (PERUZZO, 1998, p. 113). Nesse sentido, a comunicação surgida era dos movimentos coletivos, trazia uma abordagem diferente daquela feita pela grande mídia e “representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixa, cartazes, pôsteres, cartilhas etc” (PERUZZO, 1998, p. 115).

A comunicação popular está relacionada à difusão e desenvolvimento da educação popular, desenhada no desejo de ser uma abordagem libertadora e próxima da luta do povo, por melhores condições de sobrevivência e em defesa da vida. Ela surge, então, de forma significativa no contexto latino-americano de

opressão e dominação em que as classes dominadas se unem para se contrapor às formas opressoras e exigir a transformação do *status quo*, como movimento ou organização para a ação transformadora (PERUZZO, 1998).

Há várias formas de promover a comunicação popular, através da participação na produção de mensagens e diferentes tipos de produtos, no planejamento da configuração dos meios, entre outros. Uma das formas de participação colocada por Peruzzo (1998) diz respeito ao planejamento, concebido como relacionado à “participação no estabelecimento da política editorial, dos objetivos e da formatação de programas e veículos, assim como dos princípios de gestão e das formas de sustentação financeira, além de planos ou políticas globais de comunicação, em âmbito local, regional e nacional” (PERUZZO, 1998, p. 145).

Cicilia Peruzzo aborda também a participação popular na gestão dos meios de comunicação. De acordo com a autora, esta se refere ao fato de as decisões serem tomadas de forma coletiva em termos de administração, produção, planejamento e gestão do controle da organização comunicacional. “(...) Os níveis mais avançados postulam a permeação de critérios de representatividade e de corresponsabilidade, já que se trata de exercício do poder de forma democrática ou compartilhada” (PERUZZO, 1998, p. 145). A autora não deixa de contextualizar que essa comunicação precisa acontecer de forma participativa em canais abertos e sem obstrução, preservando a qualidade participativa por meio de uma metodologia que facilite tal processo.

Uma das características da comunicação popular é criticidade em seu conteúdo. Segundo Peruzzo (1998), “julga-se a realidade concreta, local ou mais abrangente, tanto em nível de denúncia descritiva quanto de interpretação ou de opinião, levando reivindicações, apelando à organização e à mobilização popular, apontando para a necessidade de mudanças” (PERUZZO, 1998, p. 156).

Um outro ponto também colocado por Peruzzo (1998) diz respeito à autonomia da comunicação popular em relação aos vários tipos de instituições, sejam privadas ou públicas. Essa autonomia está relacionada a uma independência financeira e técnica. Ainda, para a autora (1998), esse tipo de comunicação quebra a relação vertical entre emissor e receptor, dando a este último a possibilidade de também se tornar emissor.

Cicilia Peruzzo (2009) resume as formas de comunicação, tanto a comunicação popular quanto a alternativa e ainda a comunitária, como “expressão

das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do 'povo'. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o 'povo' como protagonista” (PERUZZO, 2009, p. 49). A autora ainda acrescenta que esse é um tipo de comunicação em que as pessoas veem nela uma possibilidade de construir novas pautas baseadas na perspectiva do grupo ao qual pertencem. “É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2009, p. 49-50).

Nos últimos anos, outras formas de contra-comunicação têm surgido tanto na escala macro, quanto na micro, em associações de bairro, ONGs, etc, são projetos que se aproximam do modelo comunitário e alternativo, que procuram atingir públicos distintos, a exemplo dos jovens. “(...) Podem assumir um misto de mídia comunitária e alternativa, numa dinâmica em que se descobre que a confecção de meios de comunicação pode mediar favoravelmente a melhoria da autoestima, despertar uma perspectiva profissional e a construção da cidadania em áreas carentes” (PERUZZO, 2009, p. 51).

Cicilia Peruzzo diz que a comunicação popular se tornou diversificada com o passar dos anos, fazendo uso, por exemplo, de outros meios como a internet, apropriando-se do entretenimento e uma pluralidade de realidades, entre outras formas de tornar o conteúdo mais atraente. Segundo Peruzzo (PERUZZO, 2009, p. 51), “(...) houve também a apropriação de novas tecnologias da comunicação e incorporação com mais clareza da noção do acesso à comunicação como direito humano”.

Peruzzo (2009b) considera relevante que a comunicação popular, alternativa ou comunitária possa atuar de modo colaborativo e lutar pela mudança do *status quo*, através de jornal, rádio ou internet, a exemplo de sites e redes sociais. Ela alerta, no entanto, que a comunicação alternativa possa acontecer sem necessariamente existir um vínculo com movimentos sociais e comunidades. “Parte da imprensa alternativa se diferencia da comunicação popular e comunitária por certo distanciamento dos movimentos sociais e comunidades, pois, em geral, é independente deles como meio de comunicação, ainda que haja vínculos ideológicos ou políticos” (PERUZZO, 2009b, p. 142).

Há, certamente, segundo a autora, uma pluralidade de ideias que circulam entre a imprensa cujo viés é comunitário, alternativo ou popular. São defesas distintas com diferentes abordagens e públicos. Cada uma parte de um comprometimento singular que privilegia determinadas enfoques e discussões, a exemplo da questão indígena, racial, literária, direitos humanos, etc. “Novas práticas atualizam as formas de comunicação de segmentos subalternos da sociedade e aprimoram as proximidades entre a comunicação popular e a comunitária, distinguindo-as, em algumas situações, da imprensa alternativa por seu caráter mais autônomo e independente” (PERUZZO, 2009b, p. 144).

Cicilia Peruzzo acredita que a internet, mesmo sendo utilizada para a promoção individual, possui um outro lado, pois impulsionou diferentes construções coletivas a partir não apenas do ativismo em rede, mas da construção coletiva e da capacidade de articular para aprender e disseminar diferentes aprendizados ou a tomada de conhecimento acerca do direito à comunicação, conforme já citado. A comunicação alternativa está viva e se utiliza dos recursos disponíveis para elevar as demandas das classes subalternas.

A autora (1998) também problematiza a coexistência dos dois tipos de comunicação, tanto a popular quanto a massiva, de maneira que cada uma exista independentemente da outra, uma vez que uma não supera a outra. Cada uma pode existir de forma a complementar a outra, cada uma com o seu foco e sua abordagem, seja de modo factual, incorporando entretenimento, seja o outro lado de modo ativista e trazendo crítica. Sua reflexão vai ao encontro de autores citados anteriormente, a exemplo de Trasël e Fontoura (2012), além de Donini (2014).

4.4.2 Ativista

De modo semelhante à perspectiva de Peruzzo (1998, 2009, 2009b), a comunicação ativista segundo conceituação de Kelly Prudêncio acontece quando os atores coletivos se juntam para atuar em prol de uma mudança social. A partir da ideia de *frame*, tais atores se mobilizam em prol de determinados recortes para gerar conscientização e conteúdo previamente estabelecidos. A ação coletiva se fundamenta entre os atores sociais na internet pela sua capacidade de mobilizar a rede e causar impacto em termos de opinião pública nos meios de comunicação convencionais.

De acordo com essa autora, a partir da internet, é possível estabelecer outra forma de comunicação, especialmente por conta das possibilidades que os atores coletivos têm de dar um novo enquadramento aos acontecimentos a partir da perspectiva dos mesmos. Tais atores utilizam os diversos canais na internet e atuam de modo independente com contra-informações, sem o crivo do *gatekeeping*, tornando-se, inclusive, fonte de informação para a grande mídia. Ao encontro de Downing, a autora discute a possibilidade de se ter uma competição de *frames* ou versões como algo democrático, em que se admite a possibilidade de um outro enquadramento como horizonte discursivo, sendo possível a convivência dos diferentes *frames*.

A partir de uma abordagem goffminiana, em que há um processo de encenação social, onde os atores sociais atuam a partir de dramatizações cotidianas, existe a experiência do *re-frame*, ou seja, de um novo enquadramento, a partir do qual se estabelecem rotinas produtivas semelhantes às da mídia para ressignificar o sentido das mesmas. “Quando a mídia ativista lança mão das rotinas produtivas e das convenções de um jornalismo padrão não significa que os seus produtores tenham 'cedido' a um mal necessário, mas que o trabalho de *re-frame* pressupõe um ajuste sobre um *frame* primário” (PRUDÊNCIO, 2009, p. 12).

Prudêncio (2009) também deixa claro que os ativistas informam, dão seu ponto de vista e, ao mesmo tempo, se reconhecem como tal, nesse sentido, o reconhecimento serve para conduzi-lo em suas ações. “A mídia ativista, enfim, abrange, portanto, a dimensão informativa da linguagem – como oferta de informações negligenciadas pela grande mídia – e também a sua intenção formativa – como mobilização e construção de uma unidade de luta política” (PRUDÊNCIO, 2009, p. 12).

A partir dessa perspectiva, a autora diz que, quando se escolhe o *frame*, também se escolhe o público. Após escolha do público, a mídia com foco no ativismo atua em prol da mobilização da opinião. Conseguem-se, então, melhores resultados em termos de difusão de informação e engajamento quando se aproximam do *frame* jornalístico. “Em outros termos, quanto mais 'profissional' a sua produção de informação, maior a penetrabilidade das suas questões na esfera pública. Por isso que a denominação mídia ativista é mais adequada para a comunicação dos movimentos sociais do que mídia alternativa” (PRUDÊNCIO, 2009, p. 13).

Prudêncio também acredita que os atores coletivos podem abrir espaço para que usuários, livremente, possam produzir conteúdo de forma que respeite o *frame*. A concepção de quadros no jornalismo mostra que a notícia trabalhada enquanto narrativa age para contribuir com a construção social da realidade e, assim como os grandes meios de comunicação agem para enquadrar a realidade com aspectos que consideram pertinentes para a definição de situação, os meios de comunicação ativista atuam de forma a gerar um contra-poder, com o intuito de construir sentidos distintos daqueles formulados pelo jornalismo convencional. Os grupos da comunicação independente demonstram estar alinhados aos temas oriundos das demandas sociais, geralmente, atuando para apresentar as temáticas ausentes dos grandes meios de comunicação. Esses veículos independentes, conforme cita Kelly Prudêncio, constroem seus próprios critérios de noticiabilidade, seus próprios quadros que, muitas vezes, partem de um reenquadramento dos acontecimentos já propagados pela grande mídia.

A partir de critérios intencionalmente criados como estratégias de contra-poder, o jornalismo ativista utiliza vários aspectos já consagrados pela grande mídia para legitimar seu conteúdo. Cada veículo independente possui o seu foco, conforme veremos na análise, mas predomina, geralmente, a apuração, a militância e a análise interpretativa.

Portanto, a mídia ativista tem uma preocupação em produzir conteúdos opinativos e engajados que expressam sua tendência temática. “Produzem 'quase-notícias', ou seja, mostram uma preocupação um pouco maior com informações referenciais do acontecimento narrado, em razão até das eventuais parcerias com a mídia 'crítica'” (PRUDÊNCIO, 2009, p. 14).

A autora também afirma que há um movimento da mídia ativista de distanciamento e aproximação em relação à mídia convencional. Ela se aproxima em determinados momentos, a exemplo dos formatos textuais, e se distancia em relação à objetividade. Prudêncio também denuncia que tais mídias ativistas não exploram as potencialidades da internet como deveriam, embora saibam e valorizem os recursos relacionados à participação e democracia no ambiente online. De acordo com a autora, há também um outro tipo de ativismo que associa a postura política aos padrões jornalísticos para difundir suas mensagens com um padrão de qualidade. “Defendem genericamente o pluralismo de vozes, especialmente

facilitado pela internet, mas delimitam mais claramente as fronteiras entre os objetivos políticos e os projetos de contra-informação” (PRUDÊNCIO, 2009, p. 15).

Outros grupos, conforme aponta Prudêncio, buscam apenas a propagação de notícias relacionadas ao movimento, não necessariamente colocando o enfoque na parte pedagógica da formação ou produção de conhecimento. Geralmente, defendem que “qualquer pessoa” possa produzir informações para seus sites, as quais serão submetidas ao crivo dos editores do veículo. Para a autora, “os websites acabam funcionando como agência ativista de notícias, a qual padroniza e orienta sua produção em todos os coletivos espalhados pelo mundo” (PRUDÊNCIO, 2009, p. 15). Assim, Kelly Prudêncio conclui que a mídia alternativa é importante para a mobilização da opinião pública, a partir do momento em que inclui temas que considera relevante para serem debatidos com a sociedade.

Os meios de comunicação da denominada grande mídia possuem uma importância peculiar para os movimentos sociais, segundo Prudêncio. Especialmente, por aqueles serem canais de difusão dos *frames* da mídia ativista quando esta consegue agendar suas pautas. Desse modo, a mídia ativista desenvolve um papel de agência de comunicação alternativa. “Praticamente todos os movimentos sociais contemporâneos utilizam a mídia estrategicamente como um espaço para obter visibilidade e debater suas demandas. É nesse espaço que os atores coletivos buscam inscrever no espaço público sua direção interpretativa” (PRUDÊNCIO, 2012, p. 7).

4.4.3 Independente

Já em relação ao conceito de jornalismo independente, Venício A. Lima questiona o que seria independente. Independente em referência ao quê? O autor traz a discussão sobre a autonomia financeira em relação às empresas e ao Estado, bem como independência ideológica, ou seja, “livre de qualquer sujeição, autônomo” (LIMA, 2010, p. 110). O mesmo faz uma série de problematizações sobre a falta de financiamento da mídia e a dificuldade que esses veículos têm de se manter produzindo sem uma política de auxílio financeiro.

Venício A. Lima contextualiza que, desde a época do Brasil Colônia, durante o tempo em que existiu, o jornalismo nunca teve uma autossustentação, sempre foi dependente do Estado. “Esta interdependência se materializa por meio de subsídios,

empréstimos bancários e financiamentos oficiais; de isenções fiscais, publicidade legal obrigatória ou publicidade oficial” (LIMA, 2010, p. 114).

O jornalismo vive uma constante ameaça a sua autonomia em decorrência da pressão do Estado e do poder econômico. Ele enfatiza que tal contexto se deve ao fato de existir uma autocensura no exercício da profissão. Não há nada escrito, mas os jornalistas internalizam determinados códigos a partir de interesses dos grandes conglomerados midiáticos. “(...) Pode-se afirmar com segurança, no entanto, que as limitações à independência e autonomia do jornalismo não se originam apenas no Estado, mas estão presentes, inclusive, no interior dos grupos de mídia e no próprio exercício da profissão de jornalista” (LIMA, 2010, p. 116). Essa concepção vai ao encontro de Warren Breed (2016):

no entanto, o proprietário tem naturalmente muito a dizer (muitas vezes na forma de veto) tanto nas decisões de políticas a seguir a longo prazo como nas imediatas (que partido apoiar, se destacar ou enterrar uma notícia sobre iminentes questões laborais, quanto espaço livre dar às “notícias” das atividades dos publicitários, etc.). Finalmente, a orientação política é disfarçada devido à existência de normas éticas de jornalismo: a orientação política transgride estas normas muitas vezes. Nenhum executivo está disposto a arriscar sofrer humilhações por ser acusado de dar ordens para distorcer uma notícia. (BREED, 2016, p. 153)

Segundo Breed (2016), o veículo possui vários mecanismos para constranger os repórteres e assim adequá-los a sua linha editorial, desde a insegurança em contratos de trabalho até o sentimento de valor pessoal ao pautar os assuntos que serão debatidos pela sociedade.

Venício Lima (2010) ainda denuncia que a autonomia do jornalismo brasileiro também é atingida por oligarquias políticas locais e regionais que possuem concessão pública de radiodifusão, beneficiando-se de brechas da lei de imprensa não regulamentada na Constituição Federal de 1988 (LIMA, 2010, p. 115).

Venício Lima considera muito importante a articulação em relação ao financiamento de mídia. Conta que, na construção do Fórum Mídia Livre, em junho de 2008, no Rio de Janeiro, em decorrência, inclusive, da crise pela qual passava a Carta Maior, formatou-se um Manifesto que tem como base a garantia da liberdade de expressão assegurada pelo Estado, bem como, que as verbas de publicidade e propaganda tenham como princípio a distribuição justa pelos veículos de distintas naturezas e perspectiva ideológicas (LIMA, 2010, p. 108).

O autor argumenta que há um repasse gigantesco para veículos da grande imprensa, enquanto veículos locais, regionais ou alternativos sofrem com a falta de recursos financeiros. “A mídia alternativa que sobreviveu aos anos de autoritarismo ou nasceu nos últimos anos, em boa parte, mendiga apoio oficial ou sobrevive da ajuda esporádica de entidades internacionais e/ou patrocínios irregulares de origem privada ou pública” (LIMA, 2010, p. 108).

O motivo de o governo destinar grandes quantias de dinheiro para a grande imprensa, segundo Venício Lima, se dá pelas justificativas mercadológicas e técnicas, como os números relacionados à audiência. “Ignora-se, por exemplo, que há países na Europa onde leis contrárias à monopolização garantem recursos financeiros para a mídia alternativa e independente” (LIMA, 2010, p. 108).

Para o autor, é importante debater este assunto de financiamento da mídia alternativa porque diz respeito diretamente à questão da liberdade de expressão. Ele considera que a pluralidade de vozes e a diversidade temática que podem circular estão atreladas aos “princípios básicos da democracia representativa” (LIMA, 2010, p. 109). Outro ponto importantíssimo debatido por Venício A. Lima se refere ao controle descentralizado dos meios de comunicação, pois, uma vez pluralizado, tal controle favorece a democracia, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania (LIMA, 2010, p. 110).

No próximo capítulo, abordaremos o conceito de narrativas, narrativas jornalísticas e narrativas jornalísticas independentes. Ainda, trazemos o modelo pragmático de análise proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013), bem como, as categorias de análise e, por fim, discutiremos as teorias do enquadramento, do *frame contest* e do *re-frame*,

5 AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: SEUS CONCEITOS E SUAS ESTRATÉGIAS PARA GERAR EFEITOS DE SENTIDOS

As expressões comunicativas e o ato de narrar acompanham o homem desde os primórdios da humanidade. Desde quando os indivíduos passaram a desenhar pinturas rupestres, em cavernas, e o xamã começou a reunir seu povo em volta de uma fogueira para contar histórias sobre a origem do mundo (SEVCENKO, 1998). Inúmeras foram as narrativas que marcaram presença durante o desenvolvimento dos povos: bíblicas, míticas ou históricas, sendo elas textuais, orais ou imagéticas. Porém, essa experiência da narrativa somente se tornou possível após o salto filogenético que a humanidade realizou quando deixou de promover a sua integração social através de gestos e sons, período em que os indivíduos não se distinguiam dos demais animais vertebrados, e passou a realizar a sua integração e regulação social por meio do compartilhamento de símbolos com significado idêntico através de uma linguagem assertiva (MEAD, 1967; HABERMAS, 2012).

A partir da capacidade adquirida de se comunicar através da linguagem e organizar os fatos em uma sucessão narrativa, a vida humana se tornou coerente, pois “a narrativa é constitutiva da experiência, estabelece uma visão integrada do mundo, determina conexões, põe em marcha a ligação entre eventos e organiza o sentido reunindo elementos dispersos” (MOTTA, 2017, p. 239). Há sucessão e linearidade na experiência da narrativa, tanto na condição de narratário, de receptor das narrativas, visível quando os atores sociais entram em contato com as histórias por meio da cognição mediada pela linguagem; como enquanto narrador, quando outro ator social organiza os fatos para facilitar a compreensão de quem o ouve ou o lê.

A narrativa continua sendo uma forma importante (se não a principal) de experimentação do mundo. Ela nos oferece um teste coerente para a complexidade da vida, da política, da economia, das tragédias e comédias. Mais que representar, as narrativas interpessoais e midiáticas constituem intersubjetivamente a textura geral da experiência. Permitem instituir, mais provisória que solidamente, o mundo imediato, a política, a economia, a vida social. (MOTTA, 2017, p. 237)

A narrativa está presente no cotidiano das pessoas. Os atores sociais narram em diversos momentos da vida, seja no divã, em casa, no trabalho ou comentando fatos jornalísticos divulgados na imprensa. A narrativa é uma necessidade humana

através da qual o homem dá sentido a sua vida. É por meio dela que se aprende os códigos sociais nos primeiros anos de vida.

As milhares de narrativas de nosso cotidiano, como relato interpessoais, contos, filmes e biografias são constructos culturais que representam nossas experiências e nossas ações de uma forma ordenada, coerente e compreensível, e nos ajudam a organizar nossas vidas em sociedade, estabelecer consensos e memórias, entender enfim a complexa aventura humana. (MOTTA, 2017, p. 224)

Munidos dessa vontade de narrar, na sociabilidade, os atores sociais contam aos demais a sua própria história, a partir de uma perspectiva intencional para gerar determinados efeitos de sentido. “Aquilo que incluímos ou excluímos de nossas narrações depende da imagem moral que queremos construir e repassar. Através das narrativas recobrimos nossas vidas de significado” (MOTTA, 2013, p. 18-19).

No âmbito jornalístico, Luiz Gonzaga Motta (2013) estuda as estratégias argumentativas do jornalista no papel de narrador e analisa como o mesmo direciona suas intenções para atuar na construção social da realidade. “Narrar é uma técnica de enunciação dramática da realidade, de modo a envolver o ouvinte na estória contada. Narrar não é, portanto, apenas contar ingenuamente uma história, é uma atitude argumentativa” (2013, p. 74).

O jornalismo tem como atividade primordial o processo de narração. Justifica-se, portanto, que um acontecimento possa ser narrado sob diversas perspectivas, ou seja, distintas versões, e que a análise da narrativa jornalística tenha como enfoque a versão e não a história. “A afirmação de que o texto narrativo é aquele em que se relata uma história implica que o texto não é a história” (BAL, 1998, p. 13).

No entanto, não é convenção entre os teóricos que pensam o campo da narrativa que o texto jornalístico pode ser considerado sempre uma narrativa. Walter Benjamin (1994) acredita que o formato do texto jornalístico significou o fim das narrativas. O autor busca mostrar que, atualmente, as narrativas foram desvirtuadas do seu propósito anterior que era narrar com profundidade as experiências longínquas a partir da narrativa oral, especialmente enquanto as pessoas fiavam ou teciam; ao contrário do que se observa nos dias atuais, quando as pessoas passam a se interessar por fatos superficiais e geograficamente próximos. Atualmente, as narrativas jornalísticas se diferem daquelas contadas por marinheiros migrantes e

camponeses que possuíam um vasto e denso repertório cultural e objetivava, no processo de narração, aconselhar seu receptor (BENJAMIN, 1994).

Embora saibamos que exista uma narratividade no texto jornalístico, ao encontro de Benjamin (1994), o próprio Luiz Gonzaga Motta (2013) esclarece que, nas notícias *hard* do dia a dia, nem sempre é possível observar uma narrativa com início, meio e fim. Sendo necessário, portanto, que se observe o surgimento de novos episódios do acontecimento através de um modelo de análise já citado da narrativa jornalística criado pelo autor. Após observados todos os episódios, é necessário analisar cada item narrativo de modo a desconstruir a versão para reconstruí-la. Quando a narrativa se prolonga, é pertinente que o analista decida a hora de deixar a coleta, ou seja, quando houver informações suficientes para gerar a reconstituição da versão da história.

A lógica da narrativa só se revelará nas duras e cruas notícias do dia a dia se observarmos como elas lidam com o tempo e o organizam. O tempo no relato jornalístico é difuso, anárquico e invertido. Por isso, a lógica e a sintaxe narrativas só despontarão se pudermos reconfigurar os relatos como unidades temáticas, intrigas que contenham princípio, meio e final de uma estória (como aliás fazem, de maneira natural, os leitores, ouvintes e telespectadores nos atos de recepção). (MOTTA, 2013, p. 96-97)

Na obra *Tempo e Narrativa*, no tomo I, Paul Ricoeur (1994) traça uma relação entre os textos “As confissões” e “Poética”, respectivamente de Santo Agostinho e Aristóteles. O autor explica em seu primeiro capítulo que o tempo é caro para Agostinho, mas não é para Aristóteles; assim como para Aristóteles o espaço é importante, mas não é para Agostinho. Ao discutir o tempo e o espaço na narrativa e todo o dilema sobre a dificuldade que se tem de medir o tempo e a percepção do presente, passado e futuro, Ricoeur (1994) explica que é através da narrativa que se pode pensar na possibilidade de humanizar o tempo: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOUER, 1994, p. 85).

A união do tempo e do espaço no jornalismo e na literatura é conhecida como *cronotopo*, que em sua etimologia tem o seguinte significado: *crono* – tempo - e *topo* – espaço; podendo ser identificado nos dêiticos espaço-temporais, a partir de advérbios de tempo e de lugar. A importância do espaço se deve ao fato de o mesmo ter “como funções principais situar as ações dos personagens e estabelecer

com eles uma interação, quer influenciando suas atitudes, pensamentos ou emoções, quer sofrendo eventuais transformações provocadas pelos personagens” (GANCHO, 2002, p. 23). Já sobre a relevância do tempo, Motta acrescenta: “as narrativas (e a narrativa jornalística em particular) nos permitem explorar permanentemente nossa experiência temporal, compor enredos e histórias superpostas, compreender quem somos e onde estamos em cada momento”. (MOTTA, 2017, p. 239)

Para Cândida Gancho (2002), juntamente à compreensão do lugar e do tempo em sua divisão de início, meio e fim, é, igualmente importante, observar o conflito, uma vez que o mesmo é o item estruturador da narrativa: “conflito é qualquer componente da história (personagem, fatos, ambiente, ideias, emoções) que se opõe a outro, criando uma tensão que organiza os fatos da história e prende a atenção do leitor” (GANCHO, 2002, p. 11).

O centro de qualquer fato narrado é a intriga ou o que, no jornalismo, Gonzaga Motta chama de “acontecimento-intriga”. Esse pode ser identificado quando se observa a palavra caso na frente: *Caso Impeachment*, *Caso Lava-jato*, *Caso Cunha*, etc (MOTTA, 2013). Ao fazer a reconstituição da intriga e observar o acontecimento-intriga, é possível perceber o conflito dramático, caracterizado como: “conflitos sociais e psicológicos de origem econômica, política, ideológica, religiosa, etc. São continuamente apoderados pelo discurso narrativo como um *frame* demarcador da realidade a ser recortada e contada” (MOTTA, 2013, p. 169). O acontecimento-intriga é, finalmente, “o *frame* estruturador fundamental de qualquer narrativa porque é ele que dispõe as ações e as personagens na estória. É ele que tece a trama através do relato dos incidentes, peripécias, rupturas, descontinuidades, transgressões ou anormalidade” (MOTTA, 2013, p. 169).

A intriga, o enredo, o narrador e a personagem são componentes da narrativa jornalística e exercem funções de modo semelhante à narrativa literária. Uma diferença importante é a posição do narrador. No jornalismo, o autor e o narrador não se distinguem; já na literatura, o narrador é uma criação do autor, podendo falar em primeira ou em terceira pessoa (CALADO; ROCHA, 2017) .

Ao trabalhar a relação da literatura com o jornalismo, Luiz Gonzaga Motta (2013) classifica as narrativas em fáticas e fictícias. As primeiras estão associadas ao jornalismo por trabalhar o factual e estarem fundamentadas na ideia de real; já as segundas são identificadas na literatura, porque trazem para si a criação de

distintos universos míticos, embora seja possível encontrar o insólito e o fantástico²⁵ no jornalismo também.

Ressaltamos, ainda, que a perspectiva da narrativa jornalística identifica a impossibilidade de se perceber a totalidade das realidades sociais. Os fatos chegam até os receptores de modo fragmentado e salientando a personificação de figuras importantes.

Os receptores do jornalismo conhecem as figuras públicas e do espetáculo através de fragmentos que delas veicula o jornalismo. A mídia constrói personagens de acordo com seus critérios jornalísticos de verossimilhança. A personificação da vida política e social na mídia constitui o verso e reverso da mesma medalha, prossegue o autor. (MOTTA, 2013, p. 195)

A verossimilhança é “a lógica interna do enredo, que o torna verdadeiro para o leitor, é, pois, a essência do texto de ficção” (GANCHO, 2002, p. 10). Nas notícias fantásticas identificadas por Motta (2006), há aspectos que se relacionam tanto ao insólito, quanto ao real. Cândida Gancho (2002) pondera que “os fatos de uma história não precisam ser verdadeiros, no sentido de corresponderem exatamente a fatos ocorridos no universo exterior ao texto, mas devem ser verossímeis. Isto quer dizer que, mesmo sendo inventados, o leitor deve acreditar no que lê” (GANCHO, 2002, p. 10).

A evidência da verossimilhança mostra que, no jornalismo, os fatos não bastam ser verdadeiros, necessitam parecer ser verdadeiros. A percepção dessa característica no jornalismo e conjuntamente com a ideia de enquadramento narrativo quebram a ideia estabelecida durante muito tempo sobre o jornalismo como espelho da realidade.

5.1 AS VOZES PRESENTES DA NARRATIVA

Na narrativa jornalística, é possível observar as relações de poder que são expressadas nas falas das personagens escolhidas pelos repórteres e nas pistas deixadas por essas na condução do enredo e no enquadramento do acontecimento.

Baseado em Gerard Genette (1989), Luiz Gonzaga Motta diferencia três tipos de narradores dentro da perspectiva da diegese, ou seja, dentro da virtualidade narrativa ou universo ficcional, são eles: o veículo (extra-diegético), que está fora da

²⁵ O fantástico é “uma manifestação irracional enquanto expressão de algo irreal, estranho ou sobrenatural percebido por nós. Efeitos sem causa aparente, suas manifestações trazem a ideia do misterioso, do inexplicável, daquilo que é estranho ao familiar” (MOTTA, 2006, p. 57).

narrativa; o narrador-jornalista (intradiegético) e a fonte-personagem (intradiegética), que estão dentro da narrativa. Motta (2013) busca analisar como se dá o processo de subordinação entre essas vozes, justificando que: “delimitar claramente as vozes da plurivocal narrativa jornalística proporciona um exercício metodológico prático e útil. Permite observar em situações empíricas as relações e hierarquia dos narradores, identificar seus papéis e as negociações de sentido e de poder entre eles” (MOTTA, 2013, p. 222). O autor acrescenta:

Na produção jornalística, os três níveis de domínio de voz de modelo de Genette se manifestam através de uma escala de subordinação relativamente nítida (embora haja sempre situações controversas e complexas). Parece evidente que o primeiro narrador é o veículo (jornal, telejornal, revista, portal), que detém maior poder de voz e subordina o narrador-jornalista, que por sua vez, detém mais poder e subordina as personagens da história reportada. Ou seja, há uma nítida hierarquia de fora para dentro do nível diegético, enquanto na literatura essa relação depende mais do tipo de relato, gênero, etc. (MOTTA, 2013, p. 223)

O primeiro narrador extra-diegético possui sua própria voz, na grande mídia, atua em prol da atenção da audiência que resultará em maiores possibilidades de anúncios publicitários; na mídia independente, atua como termômetro decidindo os conteúdos relevantes segundo seu enquadramento em prol do engajamento da militância ou buscando se tornar jornalisticamente relevante. No primeiro caso, procura ditar o que o repórter vai abordar e investigar, mas isso não significa que não haja abertura para as distintas perspectivas. No segundo caso, os repórteres possuem maiores liberdades, mas dentro do enquadramento previsto, estando submetidos, muitas vezes, à edição.

O segundo narrador é o narrador-jornalista que tem, segundo Luiz Gonzaga Motta, uma relativa autonomia. Ele apresenta ao leitor o mundo da narrativa, articula e estrutura as vozes que se farão presente no texto, conforme cita Paul Ricoeur. “Como incorporar as noções de ponto de vista e de voz narrativa ao problema da composição narrativa? Essencialmente, vinculando-as às categorias de narrador e de personagem: o mundo contado é o mundo do personagem e é contado pelo narrador” (RICOEUR, 1995, p. 147). O jornalista negocia com as outras vozes ali presentes e age estrategicamente para que o conteúdo que deseja ressaltar seja recebido segundo suas pretensões preestabelecidas. “Qualquer ponto de vista é o convite dirigido a um leitor para que oriente seu olhar na mesma direção que o autor

ou o personagem; por sua vez, a voz narrativa é a palavra muda que apresenta o mundo do texto ao leitor” (RICOEUR, 1995, p. 148).

O veículo decide a linha editorial ou os seus compromissos sociais, mas a forma de conduzir a matéria é feita pelo repórter, o qual, vez ou outra, acha brechas que podem contradizer o que o veículo defende. Para Breed (2016), existem possibilidades de o jornalista ultrapassar a barreira imposta pelo veículo e essa ultrapassagem se dá pela via dos códigos de ética profissional ainda presentes nas redações. Há, então, uma autocompreensão normativa que é comprometida com a autoridade do público. Portanto, o veículo precisa ceder, não raras vezes, ao enquadramento do repórter por receio de sua manobra de ocultação ser descoberta pelo público e assim perder sua autoridade diante do mesmo.

Na mídia corporativa, outro fator que favorece o repórter é a linha editorial do veículo ser implícita, pois dentro do processo de simulação e dissimulação, o jornalista encontra algumas aberturas que o ajudam a trazer as questões da natureza pessoal e ideológica, contrariando a orientação do veículo. O repórter que vai às ruas e seleciona fatos possui seus próprios critérios específicos de seleção e pode destacar aquilo que considera mais válido, subvertendo, muitas vezes, a política editorial da empresa para a qual trabalha.

Ainda, dependendo da posição do jornalista, é possível interferir diretamente no enquadramento quando se tem condições de sugerir pautas; e há aqueles que conseguem se posicionar em um patamar hierárquico de destaque, possuindo liberdade de contrariar os interesses de seus superiores sem sofrer as sanções negativas peculiares à área.

Existe também, nessa relação, a evidência da “prova forjada”, ou seja, mesmo que o repórter não publique determinada matéria no veículo em que trabalha devido à decisão de seus patrões, ele pode repassar tal informação para que outros veículos façam isso. Durante o desenrolar do acontecimento, muitas vezes, o veículo se vê obrigado a também noticiar o fato repassado para não ser avaliado como manipulador, como capaz de ocultar notícias por interesses ideológicos e econômicos (BREED, 2016).

Nesse sentido, Luiz Gonzaga Motta (2013) afirma que o repórter tem a capacidade de negociar com o veículo, selecionar e incluir fontes.

Ainda que subordinado ao jornal na condição de narrador, o jornalista é um ator social que tem uma relativa autonomia de voz. Ele negocia

a configuração da estória com o jornal e com as fontes a partir de sua posição e *ethos* profissional: todo jornalista é possuído de forte *ethos* e age em função dele – o desejo de contar uma boa estória (uma estória coerente, equilibrada, verídica). Imbuído desse desejo, ele negociará com os outros poderes movido pela exigência profissional de configurar uma boa narrativa. (MOTTA, 2013, p. 229)

Nessa perspectiva, para Gonzaga Motta (2013), existe um valor-notícia denominado de valor-narrativa. Esse critério de noticiabilidade está relacionado ao esforço do jornalista para desenvolver o texto a partir dos seus aspectos estéticos e narrativos. “O valor-narrativa, desejo de ordenar uma estória coerente, atraente e verídica rege, portanto, a sua ação. Do ponto de vista da configuração da estória jornalística, o valor-narrativa é o valor maior, do qual decorrem os outros valores subordinados, chamados de valores-notícia na teoria do jornalismo” (MOTTA, 2013, p. 229). O autor lembra que o jornalista age para contar uma boa estória, para comover e intensificar as emoções do receptor, procura, então, desenvolver um texto coerente e dramático para gerar os efeitos de sentido previamente estabelecidos. Esse profissional, portanto, está comprometido com a narrativa em si.

O narrador-jornalista não é uma entidade trans-histórica como observa Luiz Gonzaga Motta (2013), é um ser real, com intencionalidade, que busca trazer para a sua narrativa pontos que considera relevantes e, assim, demarcar características negativas ou positivas de personagens segundo suas proposições ideológicas, religiosas ou políticas. Igualmente, como na literatura, o jogo dramático à disposição de personagens se dá pelo narrador, o qual decide como descrever as pessoas envolvidas na trama. Temos, portanto, o acesso às qualidades e defeitos das personagens com base na mediação desenvolvida pelo narrador. As falas escolhidas para compor a narrativa são também de responsabilidade do narrador-jornalista, o que não quer dizer que outros tipos de enquadramentos não possam compor a narrativa. Conforme Luiz Gonzaga (2013) comenta, as pessoas que falam para o jornalista contam também a sua versão dos fatos, são outros potenciais narradores. As pessoas não são ingênuas, predominantemente, sabem da visibilidade que pode chegar a ter a partir da mediação midiática.

Mas o fato é que, independentemente de como a pessoa, seja ela política ou empresária, se comporta em seu papel social na “vida real”, o jogo dramático articulado pelo narrador visa construir uma personagem que em sua essência é ficção. Tal afirmação pode ser confirmada ou construída pela própria personagem

que, discursivamente, pode atuar com um conjunto de enunciados intencionalmente desenvolvidos numa performance que resultará em sentidos previamente planejados. O ator social pode agir de diversas maneiras para almejar finalidades estabelecidas, de acordo com Erving Goffman (2009).

Goffman pondera, no entanto, que nem sempre os atores agem de modo consciente. “Outras vezes as tradições de um papel pessoal levá-lo-ão a dar uma impressão deliberada de determinada espécie, e, contudo, é possível que não tenha, nem consciente nem inconscientemente, a intenção de criar tal impressão” (GOFFMAN, 2009, p. 15). Um político, por exemplo, sabe que a sua popularidade é importante para a manutenção de seu cargo público e se passar por herói pode ser fundamental para a construção de sua máscara profissional. Entretanto, quando um conflito dramático se dá é muito comum que o narrador desconsidere a manobra daquela figura pública e conduza a ação construindo características que mude a simulação ou dissimulação e apresente tal personagem de uma forma distinta daquela que o político ou outro qualquer anteriormente havia planejado.

No projeto dramático jornalístico, observamos as figuras do vilão, do herói e das personagens secundárias que auxiliam protagonistas e antagonistas presentes na trama. A personagem vilã é resultado do desenvolvimento desse projeto, ou seja, da construção do narrador e das práticas e proferimentos de um conjunto de enunciados moralmente inaceitáveis por parte da personagem, a qual se revela a partir desse conjunto de atitudes socialmente reprováveis e inferiores ao seu grupo. A título de conceituação, Cândida Gancho (2002) considera o antagonista como “o personagem que se opõe ao protagonista, seja por sua ação que atrapalha, seja por suas características, diametralmente opostas às do protagonista. Enfim, seria o *vilão* da história” (GANCHO, 2002).

É importante lembrar que a descrição das personagens feita pelo narrador pode estar distorcida da realidade, com tons de exagero, configurando, portanto, uma construção social. Como dito anteriormente, é comum na narrativa jornalística se desenvolver o fantástico, a ficção, em que personagens assumem o papel de seres inanimados, assim como é comum em narrativas literárias se observar aspectos humanos (MOTTA, 2013).

Além da personificação de personagens, observamos também na narrativa a presença de fontes-autoridade ou personagens-autoridade que, muitas vezes, auxiliam os protagonistas e os antagonistas. Elas não estão na narrativa de forma

gratuita. As fontes de informação são utilizadas por jornalistas não necessariamente por sua competência, mas por serem mais acessíveis e por sua posição social, especialmente as personagens-testemunha que participam da trama com suas falas indiretas ou diretas. "(...) O texto jornalístico está permeado de falas diretas ou indiretas das inúmeras personagens-testemunhas, que também se digladiam no relato, trazendo para o dramatismo da estória a ótica de seus próprios pontos de vista sobre os incidentes que presenciaram ou de que participaram" (MOTTA, 2013, p. 220).

Lembramos que nem sempre o jornalista tem a primazia da fala no texto jornalístico. Cada figura, a exemplo do editor e da personagem, traz o seu enquadramento ou o seu *ponto de vista*, parte de uma voz social, segundo a concepção de Ricoeur (1995). Entretanto, como bem observado por Luiz Gonzaga Motta, há níveis de poderes em um processo hierárquico de subordinação, especialmente na grande mídia.

Ao questionar quem é o narrador e como o mesmo atua para constituir o discurso de suas personagens, Motta (2013) lança mão do conceito de "*Poética plurivocal da composição*", a partir da qual "a obra pode revelar outras vozes que não somente a do autor e assinalar várias mudanças organizadas do ponto de vista narrativo, manobras estas acessíveis por sua vez a um estudo formal" (RICOEUR, 1995, p. 155).

Motta (2013) argumenta que o texto jornalístico é um produto plurivocal, pois há distintas vozes inseridas, a partir de uma pluralidade de interesses. "As estórias jornalísticas são, por isso, polissêmicas: cada notícia ou reportagem oferece uma multiplicidade de vozes e de interesses que abre uma multiplicidade de interpretação" (MOTTA, 2013, p. 221-222). O autor (2013) acredita que, embora haja poderes superiores ou inferiores, há diversas negociações e jogos de intenções. A diferenciação entre os poderes de voz se dá conforme a hierarquia do componente da narrativa.

Um texto plurivocal indica que há uma composição de várias vozes envolvidas na história, que essas vozes são distintas, inclusive, do posicionamento do narrador, uma vez que este pode partir da mesma perspectiva de enquadramento de suas personagens. O jornalista que possui esta clareza oferece à opinião pública versões múltiplas e traz mais espaço de fala a outras pessoas envolvidas na história.

Todavia, é necessário enfatizar que nem sempre um texto que apresenta várias personagens demonstra uma plurivocalidade. É muito comum observarmos discursos que atribuem ao jornalismo a capacidade de, ao utilizar diferentes fontes, ser mais democrático e plural. Entendemos, no entanto, que esse tipo de argumento precisa ser problematizado. As narrativas não são plurivocais pelo simples argumento de ter muitas vozes no texto, mas sobretudo pela presença de diferentes vozes, as quais partem de enquadramentos distintos.

No jornalismo há uma metodologia para aperfeiçoar a técnica descritiva, com o intuito de deixar o texto impessoal e camuflar as intencionalidades. É muito comum mesmo existindo dois ou mais locutores no texto jornalístico observarmos um texto monofônico, conforme explica Márcia Benetti (2010, p. 119):

No jornalismo, podemos pensar no exemplo de uma reportagem que ouça, digamos, quatro fontes. Em princípio, teríamos cinco locutores: o jornalista (L1) e as fontes (L2, L3, L4, L5). Aparentemente, é um texto polifônico. No entanto, é preciso, depois de identificar os locutores, ir às perspectivas de enunciação. Se todas as quatro fontes enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configura um único enunciador (E1). Se, além disso, o jornalista se posicionar ao lado dessas fontes, então também ele está regido pelo mesmo enunciador (E1). Teríamos, assim, um texto aparentemente polifônico, pois claramente constituído por cinco vozes diferentes (os cinco locutores), que na verdade é monofônico, pois é constituído por um único enunciador (E1). (BENETTI, 2010, p. 119)

O jornalista, por exemplo, recebe a informação da fonte e muitas vezes não a cita diretamente, tal atitude faz com que recaia sobre si a responsabilidade pela informação. “Tomemos o exemplo de um texto que o jornalista reproduz o enunciado de uma fonte, sem, no entanto, citá-la. O autor real ou empírico é a fonte, mas quem se apresenta como locutor do discurso é o jornalista – e a responsabilidade sobre a veracidade ou não recai sobre o produtor” (BENETTI, 2010, p. 118);

Essa situação de monofonia é muito comum no jornalismo. Há coberturas jornalísticas de manifestações de rua em que se incluem várias falas de manifestantes, representantes de sindicatos, entre outros. Há também casos em que se observa reportagens sobre política em que não se inserem as falas de acusados, vítimas, entre outros. Observamos, portanto, que o fato de haver várias falas denota uma situação em que Edward Herman (2016) classifica de diversidade reprimida ou

marginalizada, ou seja, verificam-se mais de uma fonte, mas dentro da mesma versão.

Essa plurivocalidade pode ser revelada também a partir da inclusão de uma personagem autônoma em relação ao narrador. Luiz Gonzaga Motta (2013) afirma que o narrador terciário ou a personagem-fonte que está sendo criado e mediado pelo jornalista não é ingênuo, ele sabe que terá visibilidade ao ter sua voz difundida pela mídia e atuará para alcançar determinados resultados mediante exposição. “As fontes estão mais conscientes das disputas simbólicas e se preparam mais para a mídia” (MOTTA, 2013, p. 230). Elas sabem que a mediação possibilitada pelos meios de comunicação poderá trazer resultados positivos a sua imagem.

Grande parte dos atores sociais regularmente consultados possui hoje preparo técnico para lidar com os jornalistas, encaixar seus pronunciamentos nos interesses dos profissionais e desenvolver estratégias para obter espaço e tempo *espontâneo* na mídia, assim como para se posicionar na condição de personagem das estórias. (MOTTA, 2013, p. 230-231)

Tomando consciência de seu papel na história, a fala da personagem visa a demarcar e exaltar o seu *status* diante do acontecimento narrado, de acordo com Goffman (2009).

Afirmo que, quando um indivíduo chega diante de outros, suas ações influenciarão a definição da situação que vai apresentar. Às vezes, agirá de maneira completamente calculada, expressando-se de determinada forma somente para dar aos outros o tipo de impressão que irá provavelmente levá-los a uma resposta específica que lhe interessa obter. (GOFFMAN, 2009, p. 15).

A hierarquia entre o veículo, o narrador e a personagem se distingue da mídia independente para a grande mídia e, dentro da própria mídia independente, há diferentes formas de inclusão de vozes. Especialmente os veículos que têm como perfil o ativismo. Ativistas de mídia por meio de reportagens ou documentários abordaram conteúdos noticiosos ao longo dos anos e, agora, utilizam os meios de comunicação na internet para divulgar suas ações e produtos e estimulam a participação entre os demais atores coletivos. Desse modo, as fronteiras entre o ativista e o profissional de mídia estão cada vez menores de acordo com Kelly Prudêncio (2009b). Através da internet, os atores coletivos que compõem movimentos sociais diversos podem se tornar tanto fonte de informação como ser o próprio comunicador, ou os dois ao mesmo tempo. Essa fronteira, entre fonte e

comunicador, visível em alguns veículos da grande mídia ou da mídia independente, não se observa em veículos como Jornalistas Livres.

Para Prudêncio (2009b), há diversos tipos de mídia ativista porque cada uma define o que acredita ser a melhor forma de utilização da internet, a exemplo de como potencializar os recursos disponíveis na rede mundial de computadores. A autora vislumbra duas modalidades de profissionais na mídia ativista ou, especificamente, na cibercomunicação política. A primeira delas é a dos “ativistas de mídia” e a segunda é a dos “jornativistas”. “Os ativistas de mídia utilizam uma linguagem mais combativa e claramente contrária ao enfoque comumente difundido sobre os temas, enquanto os jornativistas apostam na linguagem referencial do jornalismo para obter mais credibilidade e interferir pragmaticamente nos rumos das decisões políticas” (PRUDÊNCIO, 2009b, p. 101). A autora argumenta que, “para os ativistas de mídia, o conteúdo prevalece sobre a forma, e para os jornativistas é a forma que antecede o conteúdo” (PRUDÊNCIO, 2009b, p. 101).

Kelly Prudêncio (2009b) explica que os ativistas de mídia participam de organizações cujas críticas tecidas são direcionadas para assuntos como neoliberalismo e as corporações midiáticas. A partir disso, eles “organizam a produção da informação para o fortalecimento dos seus pontos de vista e utilizam uma linguagem claramente militante, a qual predomina sobre o código legitimado do jornalismo” (PRUDÊNCIO, 2009b, p. 101). A estudiosa conceitua ainda os ativistas de mídia como “aqueles que empreendem projetos de contrainformação como extensão da sua ação política” (PRUDÊNCIO, 2009b, p. 101).

O texto oriundo da mídia ativista, quanto mais próximo se torna do modelo jornalístico, mais legível e mais abrangente fica. Por outro lado, também os “jornativistas” constroem seus projetos pautados em seus critérios de noticiabilidade e independência e estabelecem uma outra relação com o conteúdo. “Ainda que questionem os procedimentos da imprensa, utilizam-nos para noticiar os acontecimentos que julgam negligenciados. Dessa forma, constroem seus próprios critérios de noticiabilidade, os quais vão orientar a seleção das informações que podem virar notícia” (PRUDÊNCIO, 2009b, p. 102). A autora traz a discussão sobre o que significa o “jornativismo”, definindo- como: “um espaço de atuação intermediário entre a perícia e o engajamento. Os jornativistas atuam ao mesmo tempo como profissionais da informação sem, contudo, aderir ao princípio da

imparcialidade, assumindo claramente seu posicionamento” (PRUDÊNCIO, 2009b, p. 102).

5.2 OS SETE MOVIMENTOS DO MODELO DE ANÁLISE DA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Para fins de análise, o texto pode ser dividido em três planos: de expressão, representada pelas figuras de linguagem, por exemplo; o plano da metanarrativa ou temas de fundo; e o plano da estória ou representação: denominado diegese ou campo virtual, ou seja, é o plano da projeção mental e se realiza quando o narrador lança mão de recursos argumentativos, imagéticos e de linguagem. O mesmo é possível a partir do trabalho da representação e dos universos simbólicos. A separação, entretanto, é apenas do ponto de vista analítico, pois todos eles estão imbricados nas narrativas. Assim, com o intuito de tornar mais clara a sua reflexão, Luiz Gonzaga Motta (2013), ao criar um modelo de análise pragmática da narrativa, elenca sete movimentos que orientam o analista a identificar como esses planos se dão no texto jornalístico.

O primeiro movimento, que consiste em “compreender a intriga como síntese do heterogêneo”, analisa como o enredo funciona, pois é ele quem organiza as partes. Nele, o analista é convidado a observar como são utilizadas as figuras de linguagem, recursos visuais, e a partir de qual lógica a narrativa é tecida. “Uma análise da comunicação narrativa só pode ser realizada quando se conhece muito bem a estória integral e o enredo no qual se estrutura. Só assim o analista poderá identificar o seu princípio, meio e final, e sua inteligibilidade como totalidade” (MOTTA, 2013, p. 140). O autor acrescenta que, como toda narrativa possui início, meio e fim, é necessária sua identificação para sua compreensão e análise.

O segundo movimento, que envolve o esforço de “compreender a lógica do paradigma narrativo”, orienta a observação da estrutura da intriga, no sentido de verificar como se dá seu estado inicial de equilíbrio e o que acontece quando surge uma força perturbadora. O autor recomenda que sejam atribuídos nomes à sequência e que seja construído um gráfico indicativo do momento em que surge a tensão, pois facilita a comparação. Sugere também uma construção da linha do tempo a fim de identificar o ponto de virada. Tais pistas podem elucidar a essência da narrativa e identificar o projeto dramático que atua na construção social da realidade, definido como:

Um abstrato modelo canônico de intriga, a uma sequência-tipo. Embora abstrato, narrador e receptor reconhecem fácil e intuitivamente o modelo. Autores diferentes se referem a este ciclo de sequência-tipo com nomes diversos. Em resumo, ele começa com uma situação estável interrompida por uma perturbação que leva a transformações da situação. Ações da personagem principal enfrentam as forças da perturbação a fim de solucionar o problema e recuperar a estabilidade. Outras personagens podem ajudar a solucionar ou complicar o problema e antagonizar a personagem principal. Isso gera jogos de ações cada vez mais intensas até que a perturbação é solucionada. (MOTTA, 2013, p. 126)

A força perturbadora se apresenta na sucessão de fatos, pois “narrar é relatar eventos de interesse humano, enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho. Implica, portanto, narratividade, uma sucessão de estados de transformação responsável pelo sentido. A palavra-chave é sucessão” (MOTTA, 2013, p. 71). Essa articulação diz respeito ao modo como semanticamente a narrativa é dividida e a partir de quais forças o enredo é construído. “Quais são as sequências possíveis, ou sequências-tipo? A sequência-tipo mais básica é uma sequência tríplex, de três ciclos ou blocos semanticamente coesos: 1) perturbação, 2) transformação e 3) resolução” (MOTTA, 2013, p. 153). Esse é apenas um exemplo dentre tantos possíveis. “Recomendo como procedimento analítico produtivo identificar a introdução de pontos de virada no enredo, momentos de inflexão associados à montagem das sequências. Esse procedimento pode desvelar um truque ardiloso do narrador a fim de produzir efeitos pretendidos” (MOTTA, 2013, p. 153).

Claud Bremond (2011) aborda a importância da sucessão dos fatos na narrativa sem a qual, segundo ele, não há narrativa. “Toda narrativa consiste em um discurso integrando uma sucessão de acontecimentos de interesse humano na unidade de uma mesma ação” (BREMOND, 2011, p. 118). Ao encontro de Bremond (2011), Motta (2013) afirma que é fundamental que a sequência da narrativa seja analisada pelo analista. “O sujeito narrador dispõe tática e estrategicamente a sucessão dos fatores (encadeamento, sequências, aproximação ou distanciamento do referente, etc) com o objetivo de tecer uma totalidade compreensiva. A enunciação narrativa é uma atitude intencional e argumentativa” (MOTTA, 2013, p. 38).

No terceiro movimento que é o de “deixar surgirem novos episódios”, o autor enfatiza que é necessário identificar e nomear os episódios para facilitar a

compreensão do todo. É preciso colocar em evidência que os episódios são unidades pertencentes à narrativa e estão articulados de modo relativamente independente, embora interligados. Eles são responsáveis por movimentar a narrativa de modo progressivo. “Os episódios são unidades temáticas narrativas intermediárias, semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da história” (MOTTA, 2013, p. 160). Nessa perspectiva, os episódios serão observados conforme o papel que ocupa na narrativa. “Os episódios devem ser identificados e nomeados pelo analista de acordo com a relação sintagmática deles no interior da história, e podem ter extensão variável, diluir-se em momentos diferentes da intriga, não necessariamente se sucedendo linearmente” (MOTTA, 2013, p. 161).

No quarto movimento, que implica em “permitir ao conflito dramático se revelar”, o autor argumenta que, quando encontramos o conflito ou intriga, encontramos também o projeto dramático. O conflito é central e pode ser ideológico, social, psicológico, entre outros. Motta (2013) considera o conflito dramático essencial por ser o enquadramento cognitivo a partir do qual o narrador organiza a realidade que quer apresentar.

No quinto movimento, denominado por “a personagem, metamorfose de pessoa à persona”, Gonzaga Motta (2013) mostra o jogo discursivo que é feito para criar máscaras e personagens em torno de características percebidas. O autor aponta que as pessoas são tipificadas conforme enquadramento feito pelo narrador, o qual formula suas pretensões baseado nas motivações pessoais ou profissionais, seja de modo consciente, uma vez que deseja criar um efeito de sentido específico, seja inconscientemente. “A comunicação narrativa gera, assim, certo tipo de relação entre sujeitos interlocutores: consciente ou inconsciente, o narrador investe na organização narrativa do seu projeto dramático e solicita uma determinada interpretação de parte do seu destinatário” (MOTTA, 2013, p. 126).

Há construção de “personagens-mitos” que podem ser herói, anti-herói, antagonistas ou personagens secundárias, segundo Cândida Gancho (2002). A personagem pode ser descrita como “um ser fictício que é responsável pelo desempenho do enredo; em outras palavras, é quem faz a ação. Por mais real que pareça, o personagem é sempre invenção, mesmo quando se constata que

determinados personagens são baseados em pessoas reais” (GANCHO, 2002, p. 14).

O autor (2013) deixa claro que o narrador atua para enfatizar determinadas características, inclusive porque está impossibilitado de descrever a pessoa em sua totalidade, de reproduzir fielmente a realidade. Desse modo, age para sobressair determinadas características das personagens envolvidas.

Luiz Gonzaga Motta (2013) pondera que as personagens são componentes-chave na narrativa, em torno das quais a mesma se desenrola. “As personagens vivem e realizam as ações, são elementos-chave na projeção da estória e na identificação dos leitores com o que está sendo narrado: toda história é intriga entre personagens (MOTTA, 2013, p. 173). O autor complementa:

A identificação do conflito central da estória e das personagens que o protagonizam é um passo determinante para identificar no texto o projeto dramático, as estratégias e manobras argumentativas do narrador, os efeitos de sentido e as possíveis identificações da audiência com heróis e heroínas (MOTTA, 2013, p. 173).

A personagem, segundo Motta (2013), é objeto do narrador. É ele o responsável pela sua criação tendo em vista suas intencionalidades, escolhas argumentativas e projeto dramático, conforme dito anteriormente. Sua atuação, enquanto narrador, está direcionada para receber algum retorno do destinatário. “(...) É ele [o narrador] quem impõe força à personagem, que a faz mover-se na estória, que a transforma em um sujeito simpático ou antipático, que lhe impõe ciladas, conquistas, derrotas, prêmios, etc...” (MOTTA, 2013, p. 177).

A análise da personagem mostra como se dá esse processo de construção da narrativa, como as pessoas reais se tornam *personas*. “O primeiro ponto a considerar é que, em todas as narrativas, mesmo nas narrativas fáticas, não estamos nos referindo a pessoas reais, mas a personagens, figuras fabricadas pelo discurso” (MOTTA, 2013, p. 188). Luiz Gonzaga Motta (2013) afirma que a personagem se torna uma pessoa transformada: “(...) guardadas as diferenças do palco do teatro, quando falamos em personagens estamos lidando com *máscaras* ou *dramatis personae*. (...) A personagem é uma categoria linguística, uma figura da dramaturgia (do conto, da novela, da narrativa jornalística, etc)” (MOTTA, 2013, p. 188).

O narrador, através de seus atos de fala, expõe suas intencionalidades e enquadra a personagem da forma que deseja; utiliza figuras de linguagem e

adjetivos para caracterizar a personagem a partir de enquadramentos específicos e imputar ao seu discurso veracidade e legitimação. “O uso de designantes das personagens, como os nomes próprios os identificadores (cargos, funções, etc.) e as correferências (competência para realizar certas ações ou declarar tal coisa, etc.) devem ser levados em conta na análise pragmática” (MOTTA, 2013, p. 188). Tais estratégias são utilizadas pelo narrador para produzir efeito de real.

Conforme bem colocado pelo autor, a narrativa jornalística, mesmo em seu *status* de narrativa fática, possui personagens e figuras de papel. A figura de papel, embora represente alguém de verdade, desempenha função de personagem. “Como personagem do discurso, elas representam pessoas, mas não são pessoas, são representações das pessoas. (...) Na narrativa, personagem é sempre *um ente*, não um indivíduo, e assim deve ser analisada” (MOTTA, 2013, p. 190). O autor acrescenta que, como as personagens são criadas, elas se tornam figuras-tipo e os enquadramentos de suas falas buscam desenvolver sentimentos como rejeição, admiração, entre outros.

Motta (2013) esclarece que o importante não é o que a pessoa é e como atua, mas como é representada e descrita no contexto da narrativa. Ele (2013) questiona em que momento o narrador cria personagem (figuras de heróis e seus antagonistas) e onde a fábula se inicia no receptor. “Os receptores do jornalismo conhecem as figuras públicas e do espetáculo através de fragmentos que delas veicula o jornalismo. A mídia constrói personagens de acordo com seus critérios jornalísticos de verossimilhança” (MOTTA, 2013, p. 195).

O sexto movimento, que condensa “as estratégias argumentativas”, mostra que o narrador possui um poder singular de conduzir a narrativa a partir de argumentos que expressam o desejo de definir a situação, de conduzir o leitor a acreditar na veracidade daquilo que noticia. Esse movimento busca trazer a discussão do narrador para o centro do debate.

Luiz Gonzaga Motta (2005) elenca uma série de estratégias utilizadas pelos repórteres para fazer parecer que não há mediação, que as fontes falam por si só. Ao consultar documentos e apresentar dados, procuram evidenciar que tal conteúdo não possui recorte e, portanto, eles retratam a realidade. Esses recursos os auxiliam em suas rotinas produtivas e os conduzem ao ideal de credibilidade e veracidade. “As citações encobrem muito bem a subjetividade porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. (...)”

Dissimulam a mediação” (MOTTA, 2005, p. 10). Tais recursos também são utilizados pelos narradores da mídia independente.

Outras pistas podem ser observadas pelo analista: dêiticos espaço-temporal, ou seja, itens linguísticos utilizados para situar a estória no tempo e no espaço, a exemplo do “aqui” e “agora”; figuras de linguagem; ou o próprio formato de consulta às fontes e a utilização de dados estatísticos. “O abundante uso de números e estatísticas nas narrativas jornalísticas confere também precisão ao relato (idades, quantias, volumes, porções, dimensões, etc.). São, igualmente, estratégias de linguagens cujo objetivo é repassar uma ideia de rigor, veracidade” (MOTTA, 2013, p. 202). Todos esses recursos são usados para mostrar ao leitor que o narrador-jornalista explicita a verdade. Esse, por sua vez, ainda entrevista fontes que, hierarquicamente, possuem legitimidade para falar por exercerem específicos papéis sociais e, por isso, são consideradas certas, verdadeiras, inquestionáveis.

Como o narrador se utiliza dos efeitos estéticos de sentido para produzir o efeito de real, o autor defende que sejam analisadas as pistas que evidenciam tais efeitos. Gonzaga Motta (2013) afirma que toda narrativa traça um jogo permanente entre os efeitos de real, sua capacidade de transmitir a verdade e os sentimentos que deseja provocar, entre os quais: dor, ódio, revolta, ironia, entre outros. O drama comumente encontrado é, geralmente, exacerbado para enfatizar suas pretensões.

Gonzaga Motta (2013) acrescenta que o narrador é discreto e procura construir seu texto baseado numa “retórica da narrativa realista” a partir de recursos linguísticos e advérbios. O efeito de real também está relacionado ao tempo presente, “*aqui e agora*”, enfatizado no jornalismo, mesmo quando se refere ao passado ou ao futuro. “A *identificação sistemática* de lugares (onde) e de personagens (quem) também cumpre uma função argumentativa: localiza, situa, transmite a ideia de precisão, causa a impressão de que o narrador fala de coisas verídicas, realisticamente situadas” (MOTTA, 2013, p. 202). Motta dá o exemplo de nomes de lugares, a exemplo de cidades como: Brasília, São Paulo, etc, ou nomes de instituições como ministérios, polícia, entre outros. Para ele (2013), tais referências trazem a sensação de reconhecimento e confirmação (MOTTA, 2013, p. 202).

Nesse sentido, Luiz Gonzaga Motta desenvolve o conceito de “referencialidade temporal” para fazer alusão aos recursos relacionados ao tempo como ontem, hoje e amanhã, pela manhã, etc. “São *dêiticos espaço-temporais* que

precisam ser identificados e cujas funções táticas devem ser descortinadas pelo analista” (MOTTA, 2013, p. 202). O autor afirma que o uso de dêiticos no jornalismo traz confiabilidade ao receptor.

No sétimo movimento, que almeja “permitir o florescimento de metanarrativas”, o autor mostra que existe um fundo cultural por trás de qualquer notícia. Uma vez que nenhuma narrativa é ingênua, ela sempre tem um sentido para existir, há sempre algum fundo moral ou ético por trás dela. O fundo cultural e social seria a moral da história nas fábulas. “Em outras palavras, estou afirmando que as fábulas contadas e recontadas pelas narrativas cotidianas (...) revelam os mitos mais profundos que habitam as metanarrativas culturais, tipo *a individualidade precisa ser respeitada, o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida*” (MOTTA, 2013, p. 202). Neste contexto, cabe ao analista observar as características que direcionam a narrativa para a defesa de determinadas ideologias. “Os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito jurídico, ético ou moral, algum consenso cultural. (...) Nenhuma notícia está nas páginas e telas sem que haja uma razão ética ou moral que justifique seu relato” (MOTTA, 2013, p. 205-206). Se o fato é extraordinário, se envolve personalidade, se possui relevância dentro do que se denomina de importante na redação, ou se fere à moral de determinado grupo merece ser noticiado.

5.3 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE A PARTIR DA FIGURA DO NARRADOR

O narrador na mídia independente possui aproximações e distanciamentos em relação ao narrador-jornalista idealizado por Luiz Gonzaga Motta. O enquadramento narrativo daquele ator social demarca uma defesa pautada nas demandas de grupos socialmente excluídos. Seu objetivo não é julgar, igualmente, os lados distintos da história e oferecer espaços iguais de fala dentro do texto jornalístico, como se o narrador estivesse em um “não lugar” criticado por Young (2012), pelo contrário, devido à exclusão de determinados atores do debate público proposto pela grande mídia, os narradores da mídia independente têm por compromisso social incluir as vozes dos atores sociais não contemplados no espaço *mainstream*. Essa inclusão se dá, inclusive, sem processo de mediação como no caso do Jornalistas Livres.

Assim, partindo da construção de uma linha editorial pautada na defesa dos direitos humanos, os narradores dos veículos aqui analisados desenvolvem diferentes “estratégias argumentativas” para provocar os efeitos de sentido conforme seu enquadramento político. Seu papel e ação social, portanto, são tipificados e guiados, intencionalmente, por quadros que promovem uma contra-comunicação em um panorama composto pelo oligopólio midiático responsável por enquadramentos que reforçam a manutenção do *status quo* e os estereótipos de determinados grupos. Em contraposição à postura da grande mídia, eles formulam seus valores e se apropriam de diferentes estratégias para provocar em seus leitores reações de indignação, revolta, nostalgia, etc.

Nesse sentido, analisar as características das estruturas noticiosas desses grupos nos possibilita compreender a heterogeneidade, suas diferenças e semelhanças. Para tanto, dividimos nossa análise em três categorias dispostas no quadro abaixo.

5.3.1 Categorias de análise

Narrador	
Estratégias argumentativas	<p>Cada mídia independente, a sua maneira, estabelece o conjunto de recursos que possam associar maior veracidade ao seu conteúdo, a exemplo do uso de dados e datas que indicam precisão e confiabilidade; ou referencialidade temporal e espacial, “aqui e agora”, “naquele momento histórico”, “naquele dia simbólico”, ou seja, dêiticos espaço-temporais responsáveis por situar o leitor no tempo e no espaço da narrativa. Assim como na grande mídia, os narradores de veículos de mídia independente se apropriarem de distintos recursos linguísticos: figuras de linguagem (metáfora, ironia), adjetivos, entre outros. Todos esses recursos objetivam provocar nos leitores sentimentos diversos, a exemplo de rejeição e espanto.</p> <p>Nessa categoria de análise, buscamos identificar nas narrativas analisadas quais eram os recursos, acima citados, usados pelos narradores, para compreender quais eram seus critérios de noticiabilidade e seu enquadramento narrativo. Aproximamos os narradores identificados às figuras: ativista</p>

	de mídia ou jornalista, conforme categorização de Kelly Prudêncio.
Temática	Observar os temas da mídia independente nos possibilita entender, com maior profundidade, quais são os quadros priorizados pelo veículo, quais deles possuem saliência (ENTMAN), ou seja, quais assuntos são urgentes e como se configura a moral da história da narrativa (MOTTA, 2013). Na análise do <i>impeachment</i> , várias temáticas estiveram presentes e formularam o enquadramento político de cada veículo.
Personagens	Entender os mecanismos de atuação das personagens e as intencionalidades dos narradores sobre elas, nos possibilita perceber quais atores são relevantes para a mídia independente e quais efeitos de sentido os narradores buscam gerar ao construírem antagonistas, protagonistas e personagens secundárias. Verificamos a partir da categorização do vilão, do herói e de seus auxiliares, que os mesmos não estão dispostos à-toa, que sua disposição na narrativa possui sentidos específicos para destacar determinadas figuras no texto jornalístico.

Fonte: elaborado pela autora.

5.4 ENQUADRAMENTOS NARRATIVOS NA MÍDIA INDEPENDENTE

Erving Goffman (2009) retrata a relação das expressões de si que o ator social elabora para simular ou dissimular subjetividades, almejando provocar determinados efeitos de sentido. Portanto, não necessariamente o que um determinado ator social profere reflete suas subjetividades, quem ele é, o que quer; mas a atuação em prol de uma finalidade específica. Apesar de o indivíduo ter um *Self*, uma essência, ele pode ter vários papéis sociais.

O “eu” é construído intersubjetivamente, mas é possível enfatizar determinados estados do eu, a partir dos quais, gera-se efeitos específicos junto aos interlocutores. Goffman (2009) traz a perspectiva do palco na vida cotidiana, onde se apresentam fatos que são simulações. “No palco um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores” (GOFFMAN, 2009, p. 9). Goffman (2009) faz referência à atuação do indivíduo

enquanto ator social quando faz essa alusão ao palco, e pondera que o indivíduo busca agir de forma a receber uma reação ou resposta almejada em relação ao observador, embora também evidencie que as pessoas atuam de modo inconsciente, uma vez que têm suas ações e comportamentos alterados pelos grupos nos quais participam.

A perspectiva de Goffman está fundamentada em Gregory Bateson, William James, Harold Garfinkel e Alfred Schutz, a partir da concepção de quadros, da pragmática, da etnometodologia e da fenomenologia. Foi o antropólogo Gregory Bateson quem primeiro formatou a discussão sobre os quadros ao associar a forma como o indivíduo recebia a informação e como interpretava a partir de uma percepção, ou seja, como se percebe alguns elementos e não outros.

Ao dar enfoque à interação micro, Goffman (2012) formula a pergunta: “o que está acontecendo aqui?”. Segundo esse autor, o enquadramento é capaz de responder tal questão, especialmente na interação individual. O quadro é a forma individual de compreender determinados fenômenos sociais a partir do sentido conferido aos objetos disponíveis através do ato cognitivo.

As experiências dos indivíduos são formatadas pelo modo que os mesmos enquadram a realidade. O que se torna real para o indivíduo é aquilo que ele conseguiu dar sentido a partir da interação social e da sua subjetividade. Portanto, é por meio desse sentido que se elabora a compreensão do mundo. A interação, a experiência e a codificação condicionarão a atenção de cada indivíduo no processo de enquadramento. Mesmo com o quadro comprometido, Goffman (2012) ressalta que há uma tensão entre o que está emoldurado e o que não está, o que está dentro e fora do quadro. Nesse sentido, a percepção está segmentada pela moldura.

Influenciado pelo interacionismo simbólico, Goffman acredita que o indivíduo age de acordo com o significado acolhido no processo de interação, e os indivíduos interpretam a realidade exterior que lhe é apresentada. Em uma situação de interação há um compartilhamento de quadros ou esquemas, em uma relação interpessoal. Para Goffman (2012), os quadros são primários e divididos entre naturais ou sociais. Os primeiros se referem ao tipo de conteúdo que aparece como novo, sem conhecimento prévio, apresentado como nunca visto antes; e os segundos são os que permitem que outros quadros sociais sejam formulados. Os quadros primários sociais são construídos com base no repertório de orientações já formuladas.

Os quadros são responsáveis por construir a realidade e definir a situação. Na perspectiva da *definição de situação*, então, os posicionamentos dos indivíduos estarão comprometidos com os quadros previamente estabelecidos, embora Goffman (2012) argumente que há possibilidade de regras e convenções se transformarem. Um quadro primário se atualiza por meio da concepção de “chaves” ou “tonalizações” e pode se transformar e se sobrepor a outros quadros que virão posteriormente.

No jornalismo, falamos de enquadramento quando emolduramos um fato passível de ser noticiado. O mundo funciona a partir desses quadros criados. A narrativa se cria e se desenvolve a partir dessa noção de quadro. Teresa Sádaba (2001) acrescenta que, antes de atuar, o indivíduo faz uma ideia da situação que tem diante dele, consultando suas atitudes e conhecimentos prévios. A autora (2001) também discute o enquadramento tendo em vista a atuação dos movimentos sociais a partir da possibilidade de enquadrar suas pautas e conseguir mais adeptos e, assim, demandar quadros que contribuam com a formação da opinião pública. Os enquadramentos desses movimentos buscam formas, tanto para integrar os membros dos seus grupos como para incluir mais pessoas. “A existência dos movimentos encontra sua razão de ser na possibilidade de que seus objetivos sejam considerados em instâncias sociais e institucionais, o que torna importante o acesso à agenda política e a opinião pública” (SÁDABA, 2001, p. 152).

Com base em William Gamson, Teresa Sádaba considera que a mídia não possui um poder absoluto, sendo necessário pautar os veículos. “O discurso público e as identidades coletivas influenciam a agenda dos meios: para que um problema passe a ser motor de protesto, tem que ocupar um espaço no discurso” (SÁDABA, 2001, p. 154).

Para a autora, o estudo dos quadros é relevante porque problematiza o conceito de objetividade no jornalismo, embora ela concorde que “a questão da objetividade como prática jornalística, como atitude informativa ou como referencial ético é uma premissa aceitável do ponto de vista da corrente acadêmica do objetivismo” (SÁDABA, 2001, p. 156). Ao problematizar se o jornalismo consegue transmitir a realidade tendo como base teórica o enquadramento, Sádaba diz que não é possível incluir todas as fontes e é mito a crença na possibilidade de dar todos os detalhes possíveis ou se aproximar do real. A autora acrescenta que o enquadramento é necessário e não está apenas no texto, mas também remete ao

emissor, ao receptor ou ao canal da mensagem, pois os quadros são inerentes às percepções das pessoas.

Gaye Tuchman (1983) defende o enquadramento no jornalismo como estrutura ou esquema que organiza os acontecimentos e a vida cotidiana. "(...) El marco de las noticias organiza la realidad cotidiana, pues, (...) el carácter público de la noticia es una característica esencial de la noticia" (TUCHMAN, 1983, 207). Ao encontro de Entman (1993), segundo Tuchman (1983), a notícia relata a realidade social ao mesmo tempo que é produto dela, e proporciona que os leitores possam fazer seus recortes e adicionar seus próprios detalhes. "Cuando los consumidores de noticias leen o ven noticias, les añaden detalles, pero no necesariamente aquellos detalles que han sido suprimidos al producir el relato" (TUCHMAN, 1983, 207). Nesse sentido, Luiz Gonzaga Motta (2013) acrescenta que, mesmo que o indivíduo seja direcionado pelo produtor da notícia aos diferentes interesses particulares dos narradores e ocupe diferentes espaços na internet ou no âmbito da sociabilidade, é o indivíduo que interpreta, que finaliza a compreensão da narrativa por meio de seu processo cognitivo (MOTTA, 2013).

Robert Entman (1993) propõe um paradigma para analisar o enquadramento na comunicação. De acordo com esse autor, há duas características dos quadros na notícia: seleção e saliência, as quais ele descreve como forma de destacar determinadas informações para o público, de modo que seja mais fácil o mesmo perceber e memorizar. Uma vez selecionados alguns aspectos da realidade segundo sua percepção, desenvolve-se a "definição de problema", o "diagnóstico de causas", a "identificação das forças que criam o problema", a "determinação do que um agente causal está fazendo, com quais custos e benefícios", a "avaliação moral", a "avaliação de agentes causais e seus efeitos", a "sugestão de solução", a "doação e justificativa de tratamentos para os problemas e prevenção de seus efeitos prováveis". Essa discussão também foi proposta por Robert Park (1941) ao mostrar que os meios de comunicação contribuem para mobilizar a comunidade e criar o desejo coletivo para a ação, bem como finalizar a discussão.

A partir da análise da Guerra Fria, Entman enfatiza que há quatro locais no quadro noticioso: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. "Os comunicadores fazem julgamentos de enquadramento conscientes ou inconscientes ao decidir o que dizer, guiados por quadros (frequentemente chamados de esquemas) que organizam seus sistemas de crenças" (ENTMAN, 1993, p. 52). O autor (1993)

também descreve algumas características desse tipo de enquadramento, a exemplo de ausência ou presença de fontes de informação, frases e palavras-chave, as quais a partir de temáticas abordadas reforçam julgamentos.

Comprometidos culturalmente, os quadros noticiosos trazem à tona saliências relacionadas aos símbolos que se tornam reconhecíveis com a repetição. Nesse sentido, Entman (1993) afirma que é possível alguns fenômenos obscuros ou levemente mencionados serem perfeitamente compreendidos pelos receptores, enquanto outros enfatizados e destacados podem ter sua compreensão dificultada por conta dos quadros do sistema de crenças do receptor. O enquadramento não traz a certeza da influência sobre o receptor, nem que há um efeito universal sobre todos. Entman (1993, p. 52), no entanto, afirma que há um efeito comum em “grandes partes do público receptor”.

Neste sentido, o teórico alerta para o fato de que a omissão é um enquadramento tão grave quanto a inclusão. “A maioria dos quadros é definida pelo que eles omitem e incluem, e as omissões de possíveis definições de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas quanto as inclusões na orientação do público” (ENTMAN. 1993, p. 54) Tal proposição converge com a denúncia feita por Edward Ross (2008) na primeira década do século passado sobre a supressão das notícias importantes nos jornais diários. Nesse sentido, Robert Entman (1993) argumenta que os receptores respondem conforme a influência da emissão e que a exclusão não oferece alternativas, comprometendo, por sua vez, a interpretação dos indivíduos. “Este retrato de enquadramento tem implicações importantes para a comunicação política. Quadros chamam a atenção para alguns aspectos da realidade, enquanto obscurecem outros elementos, o que pode levar o público a ter reações diferentes” (ENTMAN. 1993, p. 55).

Semelhante ao posicionamento de Sádaba (2001), anteriormente citado, Robert Entman (1993) esclarece que a teoria do enquadramento traz luz para a compreensão do comprometimento dos quadros que o texto jornalístico possui, e coloca em xeque também importantes ideias consagradas no jornalismo como a questão da objetividade *versus* a construção social da realidade. A partir da noção de enquadramento, as características do texto, seus detalhes e saliências passam a ser observadas.

As narrativas jornalísticas independentes, embora se assemelhem às notícias da grande mídia em alguns aspectos, trazem um outro foco para o palco social. Elas

buscam fazer um enquadramento noticioso de acordo com os temas das demandas sociais e, assim, utilizam seus próprios critérios de noticiabilidade. Seus textos possuem uma narratividade que enfatiza determinadas personagens cruciais para construir efeitos de sentido alternativos em relação à grande mídia. Elas possuem seus heróis, seus adjetivos e suas fontes que legitimam seu papel na sociedade. Nessas, ainda é perceptível a repetição de palavras-chave, inclusão de determinadas fontes estratégicas; inclusão de temáticas bastante específicas; e divulgação de eventos da ação coletiva (ENTMAN, 1993).

As narrativas dessa mídia pesquisada não têm a menor pretensão de serem imparciais, neutras ou objetivas. Procurando demarcar seu lugar social, baseada em seu próprio enquadramento, esse tipo de narrativa traz as marcas da luta simbólica para estabelecer seus próprios significados. Seu objetivo é tornar a comunicação mais plural e horizontal e que o enquadramento seja transparente tanto para quem emite a notícia quanto para quem a recebe.

O jogo discursivo desenvolvido pelos grupos independentes busca trazer ao debate as questões não problematizadas no jornalismo da grande mídia. Porta-voz dos movimentos sociais, boa parte da mídia independente media as diferentes abordagens trazidas pelos coletivos sobre temas como direitos humanos, reforma agrária, falta de moradia, entre outros. Porém, como veremos adiante, a mídia independente é multifacetada, há diferenciação na abordagem do conteúdo tanto em termos de formato da mensagem, quanto de abordagem temática.

Em alguns casos, os grupos independentes procuram aproximar sua mensagem da grande mídia. Mostram-se imparciais, respeitam o *lead*, ouvem fontes variadas e trazem dados estatísticos. Tais mecanismos são estratégias em prol da legitimidade, da veracidade e da credibilidade. Há também um outro tipo de mídia que busca desenvolver uma comunicação mais aberta, priorizando opinião e ativismo.

A diferença entre o jornalismo da grande mídia e jornalismo da mídia independente é o discurso da despretensão de ser uma mídia imparcial e procurar utilizar o espaço midiático como veículo de conscientização e participação, com exceção de grupos como Agência Pública. Vemos que os enquadramentos são utilizados para ressignificar os enquadramentos sociais feitos pela grande mídia, também para trazer denúncias e problematizar as questões relacionadas às

demandas dos grupos silenciados e sistematicamente excluídos da representação simbólica da indústria das notícias.

Kelly Prudêncio (2012) afirma que os *frames* dessa mídia passam a ser os *frames contests* dos grupos independentes que entram na luta para legitimar seus quadros. “A maneira pela qual essa interação se dá é pelo concurso de enquadramentos interpretativos dos atores em disputa (*frame contest*). Os *frames* são dispositivos enfatizadores de significados atribuídos pelos atores sociais às injustiças de uma condição que compartilham” (PRUDÊNCIO, 2012, p. 9). A autora acrescenta que os *frames contests* dos grupos independentes desempenham “o trabalho de nomear descontentamentos e construir quadros de significado mais amplos que orientem a ação em contextos particulares. O momento em que esses *frames* ficam visíveis é no confronto político aberto” (PRUDÊNCIO, 2012, p. 9).

Por fim, a narrativa da mídia independente mais do que uma abordagem que preza pela estética e valorização textual, preocupa-se em trazer seu foco para os enquadramentos da ressignificação social ao tematizar assuntos caros à sociedade e ao incluir grupos socialmente excluídos. Portanto, a questão do *frame*, do *reframe* e do *frame contests* vêm elucidar as formas de desenvolver uma narrativa não mais com o viés da ideologia positivista da imparcialidade, mas com a preocupação de contribuir com a formação da opinião pública para a mudança social.

Como veremos no próximo capítulo, a mídia independente procura incluir diversos pontos de vista e atores sociais e, assim, retratar a pluralidade de realidades existentes no âmbito social.

6 A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: ESTRATÉGIAS E ENQUADRAMENTOS EM TRÊS DIFERENTES VEÍCULOS

O nosso capítulo de análise está dividido em três partes, cada uma delas está destinada a um veículo pesquisado. A divisão se justifica devido às diferenças existentes nos mesmos e porque as categorias analíticas foram aplicadas, individualmente, na Agência Pública, no Marco Zero Conteúdo e na rede Jornalistas Livres. A descrição das categorias “narradores”, “temáticas” e “personagens” é apresentada em cada uma dessas partes citadas e nelas estão as subcategorias que evidenciam as estratégias argumentativas para gerar efeitos de real e efeitos estéticos de sentido: figuras de linguagens, dêiticos espaço-temporais, dados estatísticos, adjetivos, além das figuras do herói e do vilão.

Como falado anteriormente, a nossa pesquisa tem como recorte temático o acontecimento-intriga “*impeachment*” da ex-presidente Dilma, a partir do qual pudemos mapear o *frame contest* ou o re-frame, ou seja, o enquadramento diferenciado que elucida as intencionalidades dos narradores desses grupos midiáticos investigados. Esses, por sua vez, estão comprometidos com diversas causas e buscam legitimar o seu enquadramento ou reenquadramento, a partir de uma contra-comunicação que inclui atores sociais e temáticas, rotineiramente, excluídas da agenda dos grandes meios de comunicação. Portanto, sua postura evidencia uma luta para promover uma reconstrução social da realidade.

Conforme veremos a seguir, os narradores buscam utilizar da liberdade que possuem para desenvolver uma maneira diferenciada de relatar os fatos, partindo de uma linguagem que ora é analítica, ora é informacional, mas sempre a partir da defesa de suas causas, explicitamente ou implicitamente. Na narrativa sobre o *impeachment*, observamos que as matérias atuaram em defesa do governo, trazendo vários aspectos, a exemplo de valores como exaltação e figuras de linguagem, adjetivos superlativos, entre outros. Durante esse período pesquisado, as matérias analíticas, poéticas ou informativas se esforçaram para alertar sobre a perda de direitos que poderia ocorrer caso o *impeachment* se concretizasse.

A partir desse acontecimento-intriga, pudemos perceber várias forças perturbadoras na narrativa, a exemplo da votação do processo de *impeachment* na Câmara Federal, a aprovação do relatório pelo senador Antonio Anastasia, além de assuntos diversos que se relacionavam ao fato de Dilma estar afastada e, como consequência, o Brasil ter a má gestão do presidente interino, na época, Michel

Temer. Foram abordados, também, os abusos de poder por parte da justiça, a parcialidade da mídia corporativa e as pretensões do Legislativo, bem como, a cobertura do cotidiano do Congresso Nacional e as manifestações contrárias ao *impeachment*. Todos esses episódios atuaram para perturbar a história que transcorria.

6.1 JORNALISTAS LIVRES

A rede Jornalistas Livres surgiu em 12 de março de 2015, como uma iniciativa de mídia independente para cobrir as manifestações relacionadas ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, nos dias 13 e 15 daquele mês, conforme cita a jornalista e integrante do grupo, Carolina Trevisan²⁶. Segundo ela, o veículo JL queria que as pessoas presentes em ambos os dias pudessem falar sobre as reivindicações de cada ato.

Com o estímulo de desenvolver conteúdos plurais, abrangentes, éticos e de qualidade, um coletivo de pessoas, entre as quais, profissionais de mídia, propuseram uma campanha de *crowdfunding* na plataforma Catarse para que as pessoas interessadas naquele tipo de jornalismo pudessem ser, elas mesmas, as financiadoras daquele projeto. A campanha foi bem-sucedida e ultrapassou os 100% da meta estabelecida de R\$ 100 mil, totalizando R\$ 132.730.

De acordo com as informações disponíveis em seu perfil, na rede social Twitter, esse dinheiro arrecadado sustenta o veículo até os dias atuais, até porque, ele não remunera os profissionais que produzem conteúdo, todos são voluntários e não necessariamente precisam ser jornalistas. O dinheiro que se repassa ao produtor de conteúdo se restringe ao transporte e à alimentação em ocasião de deslocamento para realização de coberturas, quando há necessidade. “Não recebemos dinheiro de ninguém, nem de partido, nem de organizações. Nossos maiores investidores são os próprios jornalistas livres que investem, além do seu tempo, também custeando, na maioria das vezes, a própria passagem, alimentação e equipamento” (@J_LIVRES, 2019)²⁷. Ao todo, 94 autores, espalhados em países como Argentina, Brasil, Estados Unidos e Portugal, produzem conteúdo para o site;

²⁶ Fala da jornalista no vídeo criado para a campanha no Catarse. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/como-surgiu/> > Acesso em 12 de dezembro de 2018.

²⁷ Twitter dos Jornalistas Livres. Disponível em: < https://twitter.com/J_LIVRES/status/1083795443216248832 > Acesso em 19 janeiro de 2016.

ainda 37 pessoas administram a conta do Twitter e mais de 80 pessoas editam a página do veículo no Facebook.

O site foi além daquelas manifestações citadas e, nos dias atuais, se tornou um dos maiores veículos de mídia independente no Brasil. Sua linha editorial está direcionada ao direito das pessoas de todas as raças, regiões e orientação sexual se expressarem a partir do envio colaborativo de vídeos, textos e fotos. Sua produção parte de ativistas das mais distintas causas, em áreas como: economia, educação, direitos dos povos indígenas, questões raciais, de gênero, etc. Igualmente como nos demais tipos de veículos independente, o JL possui seu próprio enquadramento relacionado às pautas dos atores socialmente excluídos, sejam elas relacionadas à origem, etnia, crença, gênero, classe ou raça. A participação desses atores está condicionada, apenas, ao envio da notícia através do e-mail do veículo²⁸.

Ao demarcar seus compromissos sociais, o veículo não se mostra preocupado com critérios jornalísticos relacionados à imparcialidade e objetividade, conforme descrição em seu site²⁹.

Não observamos os fatos como se estivéssemos deles distantes e alienados. Sabemos que a mídia, o jornalismo e os jornalistas interferem diretamente naquilo que documentamos, reportamos e interpretamos. Não nos anulamos, não nos apagamos das fotografias, não nos escondemos atrás dos fatos para manipulá-los. Nós assumimos como participantes ativos dos fatos que reportamos. Participamos da realidade como cidadãos e cidadãs movidos pelo interesse coletivo: transparentes, francos, abertos, democráticos. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Este depoimento visa, portanto, esclarecer, que a rede Jornalistas Livre descarta, completamente, esses preceitos ideológicos que evidenciam ser possível mediar fatos a partir da objetividade, da neutralidade e da imparcialidade.

Tendo em vista sua proposta de apoiar manifestações e advogar sobre determinadas causas, podemos associar sua ação coletiva a partir da luta da sociedade civil, pelo modelo de iniciativa externa descrito por Habermas (1997) que, a partir da consciência de crise, e pela teoria do reconhecimento (HONNETH, 2003), uma vez que os indivíduos em situação de desigualdade entram na luta por

²⁸ E-mail: contato@jornalistaslivres.com. Disponível em: < https://twitter.com/J_LIVRES/status/1083795443216248832 > Acesso em 19 janeiro de 2016.

²⁹ Jornalistas Livres (quem somos). Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/quem-somos/> > Acesso em 19 janeiro de 2016.

reconhecimento e encontram nesse veículo um espaço de mediação ou ativismo em prol de suas reivindicações.

As pautas de grupos socialmente excluídos são visíveis, inclusive, quando se elege um tema central para análise como foi o caso do *impeachment*. A cada reportagem surgida sobre o *impeachment*, identificamos uma comparação do governo de Michel Temer, então presidente interino na época, com os governos de Dilma e Lula, sobretudo, quando fazia referência à elaboração de programas sociais e discussões sobre classe, reforma da previdência, corte de gastos no campo social e políticas raciais.

Durante a coleta, novos episódios com o foco nas lutas sociais surgiram a partir das coberturas de atos pró e, especialmente, contrários ao *impeachment*, a exemplo de manifestação de rua; palestras de juristas e psicólogos pela democracia; parada do orgulho LGBT; eventos na Catedral da Sé e na região do Anhangabaú, em São Paulo; nas periferias; em Salvador; em Belo Horizonte; em Brasília; em acampamentos; entre outras coberturas sobre abuso de autoridade nos atos pela democracia, em universidades.

A produção noticiosa do coletivo Jornalistas Livres é desenvolvida a partir de um cunho não convencional e assume declaradamente sua parcialidade e seu viés militante. Tal constatação pode ser revelada nas variadas estratégias para gerar efeitos de sentido, entre as quais: enquadramento temático, recursos linguísticos ou disposição hierárquica de personagens na estrutura da narrativa.

Essa evidência pode ser discutida com base nas reflexões propostas por Robert Park (2008) e Noelle-Neumann (2003), segundo os quais o jornalismo deve ser guiado pelos interesses coletivos, não havendo problema, portanto, em se tornar parcial ou militante desde que se tenha o compromisso democrático com as liberdades e o bem comum. Essa perspectiva é também compartilhada por Rousiley Maia (2002) quando diz que é o jornalismo um importante meio para a democracia, sendo “agente de mobilização” e geradora de “engajamento cívico”.

6.1.1 Os narradores

O narrador nos Jornalistas Livres explicita seus posicionamentos enquanto ator social a partir de um enquadramento jornalístico pautado no ativismo social e no engajamento em defesa das minorias, podendo ser considerado um “ativista de

mídia” segundo a categorização de Kelly Prudêncio (2009), uma vez que não está preocupado com a estética e o estilo do texto, mas com a causa defendida.

Esse “ativista de mídia” que assume a condição de narrador pode ser qualquer pessoa. O veículo propõe uma abertura para qualquer ator social participar de forma livre enquanto criador de conteúdo, mas desde que seja respeitado o “*frame contest*” (PRUDÊNCIO, 2009), ou seja, desde que esteja de acordo com os enquadramentos estabelecidos pelo Jornalistas Livres.

Lutamos pela democratização da informação, da comunicação e da vida em sociedade, contra a ditadura de pensamento único instalada dentro das redações convencionais. Agimos por espírito público, jamais por interesses privados. Produzimos reportagem, crônica, análise, crítica, nunca publicidade ou lobby privado. Somos jornalistas-cidadãs e jornalistas-cidadãos, comprometidos a informar sob a égide da cidadania e do combate às desigualdades. Trazemos notícias dos fracos e oprimidos, sabendo que individualmente também somos fracos e oprimidos, mas TODOS JUNTOS SOMOS FORTES. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

A oferta de espaço de fala para distintos tipos de ativistas-narradores vai ao encontro do que John Downing (2002) aconselha quando diz que, em vez de mediar a fala, por que não permitir que o próprio ator possa se expressar. Partindo dessa premissa, os Jornalistas Livres mostram que sua liberdade se expande para promover uma redação bastante horizontal: “não agimos orientados por patrão, chefe, editor, marqueteiro ou censor. Somos nossos próprios padrões/patroas, somos nossos próprios empregados. Almejamos viver em liberdade e vivemos na busca incessante por liberdade” (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

Essa forma de conduzir a integração entre os participantes evidencia uma influência da comunicação popular citada por Cicilia Peruzzo (1998), segundo a qual, nessa modalidade, os membros gerenciam, produzem e disseminam conteúdo sem subordinação e sem almejar a autopromoção. Os interesses coletivos são a finalidade máxima para a inclusão e permanência nesse tipo de grupo.

Propondo essa participação horizontal entre os membros e um engajamento voltado para os grupos socialmente excluídos, o enquadramento narrativo do JL sobre o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff focou nas vozes de atores sociais que propuseram uma conscientização, através de atos, análises e produção midiática, visando sensibilizar seus leitores em torno dos riscos que o Brasil corria ao legitimar o que o veículo denominou por “golpe”. Inclusive, esse termo é utilizado em toda a narrativa do *impeachment* como estratégia para gerar efeito de sentido.

Os narradores buscaram, ainda, explorar os medos dos leitores fazendo comparações entre os governos do ex-presidente Lula, da ex-presidente Dilma e do ex-presidente Michel Temer. Para tanto, lançaram mão de estratégias como o uso das figuras de linguagem que revelam as mais sutis ou evidentes intencionalidades do narrador. Na narrativa do *impeachment*, figuras como ironia e metáfora foram constantemente encontradas no período da análise.

O texto a seguir se refere ao dia da votação do *impeachment* na Câmara Federal, cujo título é: “O perfil de quem estava de cada lado do muro em Brasília”³⁰. Seu objetivo é gerar um comparativo que evidencie características negativas de manifestantes favoráveis ao *impeachment*, enquanto manifestantes contrários têm suas qualidades exaltadas. É importante destacar que, tal postura é oposta a abordada pela grande mídia, durante o mesmo período, quando indivíduo e atos pró-*impeachment* eram destacados de maneira positiva. A narradora traz o recurso linguístico da *comparação* para ressaltar o comportamento dos manifestantes contrários ao *impeachment* que se distinguiam dos demais manifestantes.

Do lado direito do muro da vergonha, camisetas amarelas estampavam mais que o símbolo da CBF. Manifestantes a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff carregavam no peito mensagens como “quero meu Brasil limpo”, “Cunha, meu malvado favorito”, “Super Moro”, além das tradicionais “Basta” (com a imagem de uma mão com quatro dedos) e “Fora PT”. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

A metáfora “muro da vergonha” explicita um comparativo que denota uma distinção por parte da repórter pelos que estavam do lado direito da parede montada para separar os manifestantes que foram até Brasília acompanhar a votação do *impeachment* na Câmara. Em cada lado, um objetivo diferente. À esquerda, estavam os manifestantes que reivindicam que o *impeachment* contra a ex-presidente Dilma Rousseff fosse barrado. Alinhada a esses, a narradora evidencia características positivas dos mesmos através de palavras cujo efeito de sentido busca despertar a comoção do leitor. Ela afirma que esses manifestantes sempre estiveram na defesa de pautas progressistas. “Para quem sempre esteve na luta por direitos humanos e sociais, a etapa atual é mais um motivo para resistir” (JORNALISTAS LIVRES, 2016). E acrescenta:

³⁰ O perfil de quem estava de cada lado do muro em Brasília. Disponível em: < [http://jornalistaslivres.org/o-perfil-de-quem-estava-de-cada-lado-do-muro-em-brasilia/](http://jornalistaslivres.org/o-perfil-de-quem-estava-de-cada-lado-do-muro-em-brasil/) > Acesso em 17 de abril de 2016.

Ao mesmo tempo, do lado esquerdo do muro, um telão também mostrava a votação do processo de *impeachment*. Milhares de trabalhadores rurais, assistiam a todo o tempo deputados evocando palavras como “sonho”, “família”, “filhos” e “esperança” para, justamente, tolherem as expectativas por um país mais justo. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Os manifestantes se tornam personagens e são citadas de modo estratégico, buscando evidenciar a diferenciação de um lado em relação ao outro. Um é mais consciente, é o dos movimentos sociais, que grita por “sonho” e “esperança” ao contrário do outro que xinga. Ao se referir a uma das personagens contrárias ao *impeachment* que evidencia os avanços em sua vida após os governos Lula e Dilma, a narradora comenta: “ela sabe que o impedimento é uma ameaça aos direitos conquistados e que a troca de presidentes – cujo programa de governo não é objeto de escolha da população, mas, sim, uma imposição – significa um retrocesso que terá impacto direto na sua vida e de seus filhos” (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

A narradora mostra que é oposto o comportamento de quem esteve de cada lado da barreira do muro; afirma que o primeiro grupo era agressivo e descreve os palavrões que fizeram parte do vocabulário desse quando se dirigia a deputados que eram contrários e votavam “não” ao prosseguimento do *impeachment*. Ela ainda relata e enfatiza os gritos de guerra que configuraram xingamentos contra aqueles deputados. Do lado esquerdo do muro, ressalta a comemoração com punho cerrado e os gritos de guerra de esperança dos militantes contrários ao *impeachment*.

Mais um exemplo da utilização de metáfora para provocar efeito de sentido pode ser percebido no texto “O autoritarismo mostra as garras de novo: procuradores querem proibir manifestações na Universidade Federal de Goiás”³¹. Vejamos como enunciado “grave agressão” qualifica de modo negativo a atuação de procuradores que tentaram proibir manifestações relacionadas ao *impeachment* na Universidade Federal de Goiás. “O caso de Goiás é uma grave agressão ao direito de manifestação e expressão. Não há porque se iludir. O golpe tem como objetivo rasgar a Constituição de 1988. A liberdade de expressão e manifestação corre riscos cada vez maiores. Veja o que está acontecendo em Goiás” (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

³¹ O autoritarismo mostra as garras de novo: procuradores querem proibir manifestações na Universidade Federal de Goiás. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/o-autoritarismo-mostra-as-garras-de-novo-procuradores-querem-proibir-manifestacoes-na-universidade-federal-de-goias/> > Acesso em 7 de abril de 2016.

A seguir, os enunciados “rasgar a constituição”, “O texto, de 4 de abril, é um panfleto contra o governo Dilma” e “o autoritarismo mostra as garras de novo”, no próprio título da matéria, há a utilização de figura de linguagem que busca convencer os leitores sobre a forma abusiva com que os procuradores trataram as manifestações, especialmente as movimentações contrárias ao *impeachment*. “Sob a capa de uma 'recomendação', eles torpedeiam a Constituição sem esconder que o objetivo é apenas proibir manifestações contra o golpe. O texto, de 4 de abril, é um panfleto contra o governo Dilma”. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Durante o período em que observamos o conteúdo desse veículo, também pudemos notar que há divulgação constante de atos que aconteceriam nos próximos dias, bem como, cobertura ao vivo e transmissão online sob o título “acompanhe conosco”. Ao cobrir manifestações relacionadas ao *impeachment*, os narradores utilizam a quantidade de pessoas presentes, de forma enfática, com o intuito de legitimar tal evento, uma vez que números configuram credibilidade e, no caso de manifestações políticas de rua, há associação ao fenômeno de adesão a causas defendidas. O critério numérico é utilizado pela mídia convencional e apropriado pela mídia independente, confirmando, portanto, a perspectiva de Prudêncio (2009) quando descreve que a aproximação do conteúdo da mídia independente ao padrão convencional configura credibilidade ao texto.

Os números são utilizados tanto para legitimação quanto para deslegitimação. Em manifestações pró-*impeachment*, observamos que os narradores atuam para mostrar que a quantidade de pessoas descrita não traduz a realidade, e que há exagero por parte da grande mídia e pelos organizadores do ato, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL). Por outro lado, em manifestações contrárias, contesta-se a abordagem que a grande mídia dá, observando que ela mente ao destacar um número menor de pessoas em relação ao que de fato aconteceu.

No texto “Mineiros vão às ruas contra o golpe e escracham Anastasia”³², que relata uma manifestação contrária ao *impeachment* e descreve o protesto contra Antonio Anastasia, relator do processo no Senado, utiliza-se a quantidade de pessoas para legitimar o evento, para trazer relevância ao mesmo:

³² Mineiros vão às ruas contra o golpe e escracham Anastasia. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/05/mineiros-vaio-as-ruas-contrao-golpe-e-escracham-anastasia/> > Acesso em 1 de maio de 2016.

O protesto começou com a concentração às 10h, na praça Afonso Arinos. Por volta das 11h eram **5 mil** e às 12h somavam **10 mil**.

(...) E Anastasia também recebeu seu recado. Um dos senadores por Minas Gerais, Antonio Anastasia (PSDB) é considerado um golpista por suas posições pessoais e de seu partido. Ele é relator do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, porém, teve seu governo investigado por cometer o crime do qual Dilma é acusada, com a diferença de que não beneficiou programas sociais, mas sim retirou dinheiro da saúde e investiu em vacinas para cavalo. Ou seja, uma “cavalgada fiscal”, disse o Levante Popular da Juventude. (JORNALISTAS LIVRES, 2016, grifo nosso)

Conforme vimos, em outro momento do texto, observamos que a quantidade de pessoas é usada para trazer a importância ao ato, ao falar sobre os jovens que foram até o prédio do Anastasia para protestar contra o mesmo: “na fachada do seu prédio, em um bairro de classe alta de BH, em segundos apareceram os pixos 'PSDB golpista' e 'Anastasia golpista', enquanto 500 jovens cantavam e denunciavam seus esquemas de corrupção” (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

Como falado acima, os números podem dar uma conotação negativa, inclusive, para dar o sentido de fracasso ao evento. No texto analítico “Preto no branco”, o narrador faz uma análise sobre as manifestações de 13 e 18 de março e enfatiza que a primeira estava destinada a brancos e ricos e a segunda estava destinada a negros e pobres. De todo modo, procura mostrar que os números em relação à quantidade de pessoas no ato favorável ao *impeachment* não eram tão grandes quanto se veiculou na mídia.

O primeiro preto no branco que é preciso colocar diz respeito às multidões bíblicas que os apresentadores da Globo enxergaram nas ruas no dia 13. O portal G1 fala em 3,6 milhões de manifestantes. Para um país de mais de 204 milhões de habitantes, temos que admitir, embora isso vá magoar os Marinheiros, que é um número ridículo. É menos de 2% da população total. Isso com números hiperinflados. Números tão absurdos que chegamos a deparar a seguinte situação: para a avenida Paulista, o DataFolha dá 500 mil, a polícia militar, 1 milhão e 400 mil, e os organizadores do Vem Pra Rua, 2 milhões e meio.

(...) O mais provável é que, em lugar dos 3,6 milhões comemorados pela Globo, tenham ido às ruas no país inteiro algo entre 1,5 e 2 milhões de pessoas. Isso é pouco menos de 1% da população. Enfim, números que só parecem monumentais com o zoom deformador da mídia em sua ânsia de derrubar a democracia. Na verdade, considerados a frio, como números, não assustam. É só o nosso velho e conhecido 1% que condena o Brasil a ser um país estagnado, violento, gerido pelo totalitarismo policial e pela autocracia dos muito ricos. Ou seja, o 1% da população brasileira que possui metade da riqueza do país. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Em outro texto que questiona a quantidade de seguidores do MBL, movimento que ganhou projeção ao organizar manifestações favoráveis ao *impeachment*, há um questionamento sobre o número de pessoas que aparecem durante as manifestações organizadas por ele em comparação com a quantidade de seguidores que o mesmo possui nas redes sociais. O narrador propõe que o MBL usa esquema fraudulento com empresas que atuam na compra de seguidores, o que justifica, segundo o narrador, essa discrepância entre a grande quantidade de pessoas seguindo tais perfis em redes sociais e a pequena quantidade que, efetivamente, vai aos atos favoráveis ao *impeachment*.

Dados são também bastante usados na narrativa do *impeachment* do coletivo Jornalistas Livres para provocar distinção, especialmente os estatísticos. O uso desses números procura trazer o foco para as ações dos governos Lula e Dilma, objetivando demonstrar a relevância da permanência do governo de Dilma Rousseff para as classes menos favorecidas. São evidenciados, então, valores e números estatísticos de beneficiados de programas sociais: Minha Casa, Minha Vida, Programa Universidade para Todos (Prouni), Bolsa Família, fortalecimento das estatais e reajustes de salários-mínimos. Como recurso, são utilizados gráficos, tabelas e links para outros sites como IBGE, Dieese, entre outros institutos de pesquisa.

Durante o período investigado, observamos o surgimento de séries como “Por que eles querem tomar o poder?” e “Jéssicas reais: o que está em jogo?”. Na primeira, o economista César Locatelli faz uma análise do ponto de vista econômico sobre os avanços obtidos nos governos Lula e Dilma. Ele se apropria de uma série de dados estatísticos sobre diversas áreas a partir da implementação de programas como Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida; Prouni; salário-mínimo; emprego; privatização; entre outros. Na segunda série citada, são entrevistadas várias filhas de empregadas domésticas que ascenderam devido ao Prouni. O nome desta faz alusão ao filme “Que horas ela volta?”. A criação dessas séries se assemelha ao modelo tradicional de jornalismo que, com o intuito de chamar a atenção da audiência, desenvolve séries com conteúdos específicos.

No texto, abaixo, “Por que eles querem tomar o poder: emprego”³³, o narrador dá ênfase aos dados para legitimar seu enquadramento analítico.

Em primeiro lugar, constatamos que a taxa de desemprego vinha bastante mais alta entre 2001 e 2003, na casa dos 12%. É no final de 2004 que o desemprego começou a cair marcadamente. O menor desemprego da série medida pelo IBGE se deu em 2014, atingindo 4,6% em abril, junho e outubro. Esse gráfico demonstra bastante claramente que tivemos dez anos de melhoria do emprego. Sendo correta nossa proposição de que o emprego é a principal fonte de bem-estar da população, houve sensível ganho para os trabalhadores nesse período. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Outro recurso também utilizado pelos Jornalistas Livres é o dêitico espaço-temporal. Ele situa a narrativa no tempo e espaço, de modo simbólico, a exemplo de como a localidade recebe destaque do narrador no momento em que ele faz referência a contextos históricos.

No ato contra o *impeachment* acontecido na igreja da Sé, a ênfase é a de que aquele espaço foi símbolo de luta durante a ditadura militar. Na PUC de São Paulo, no ato pela democracia e também contrário ao *impeachment*, houve destaque³⁴ para os estudantes que foram presos durante a ditadura. “Há quase 40 anos, na noite de 22 de setembro de 1977, 500 homens da tropa de choque e agentes do Dops – a polícia política – invadiram o campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC) em São Paulo e prenderam 700 estudantes, arrastados a golpes de cassetete e pontapés” (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

O texto procura situar o espaço onde aconteceu o evento, o quanto foi truculento e ao mesmo tempo o quanto aquele lugar é relevante para a luta do movimento pela democracia:

Na noite desta segunda-feira, 21 de março, um pequeno grupo de alunos da PUC-SP realizou um ato de apoio ao *impeachment*. Estudantes a favor da democracia e contra o golpe repudiaram a ação e protestaram com projeções nos prédios vizinhos que pediam o fim da PM e a manutenção da democracia. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

O espaço em referência no texto é específico e descrito como importante para o movimento, para a democracia e, portanto, para a resistência, por ser contrário ao

³³ Por que eles querem tomar o poder: Emprego. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/por-que-eles-querem-tomar-o-poder-emprego/> > Acesso em 13 de abril de 2016.

³⁴ Polícia intervém com bombas contra estudantes na PUC-SP. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/policia-intervem-com-bombas-contr-estudantes-na-puc-sp/> > Acesso em 22 de março de 2016.

impeachment. “A PUC-SP é tradicionalmente um espaço de combate à repressão. Na semana passada, um ato com intelectuais lotou o TUCA, teatro da universidade, em apoio à democracia” (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

Do mesmo modo como o narrador se apropria do espaço para legitimar o ato, torná-lo simbólico e gerar efeito de sentido positivo, pode buscar gerar efeito de sentido negativo. Nos textos “Onde estavam os negros da Paulista³⁵” sobre ato a favor do *impeachment*, em 13 de março, e “A crise política nacional em Manaus - como foram as manifestações na cidade³⁶” que compara as duas manifestações a favor, no dia 13, e contrária, no dia 18, ambos evidenciam que os atos aconteceram em espaços estratégicos associados à elite, cuja finalidade era favorecer a mesma. Os narradores trazem lugares demarcados bastante significativos para gerar efeitos de sentidos previamente pretendidos, são associados ao sentido que eles buscam estabelecer para gerar uma associação negativa aos lugares. Vejamos trechos do segundo texto citado, abaixo:

Março de 2016 também teve seus momentos históricos para Manaus. Acompanhando as manifestações que ocorreram no Brasil, a capital amazonense reuniu milhares de pessoas no dia 13 de março na Ponta Negra – um dos bairros mais ricos da cidade -, a favor do *impeachment* da presidenta Dilma e no dia 18 de março, contra o *impeachment* e em defesa da democracia, no centro histórico da cidade. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

(...) As diferenças sociais são evidentes. Enquanto no dia 13 o ato foi realizado em um complexo turístico, atraindo sobretudo a classe média manauara que compareceu de forma despolitizada, reduzindo seus anseios a uma espécie de festa colorida e xingamentos rasteiros, no dia 18, negros, indígenas, brancos e pardos caminharam lado a lado durante mais de 3 horas pelas principais ruas do centro entoando rimas afirmativas. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

O seu enquadramento busca deslegitimar o espaço em que foi realizado o evento do dia 13 de março. Como o veículo se situa a partir da concepção das minorias, quando coloca que o espaço onde se realizou a manifestação é um espaço da elite, está enquadrando o mesmo em um patamar inferior ou ilegítimo.

³⁵ Onde estavam os negros na Paulista? Disponível em:

< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/15612/> > Acesso em 21 de março de 2016.

³⁶ A crise política nacional em Manaus- como foram as manifestações na cidade. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/crise-politica-nacional-em-manaus-como-foram-as-manifestacoes-na-cidade/> > Acesso em 23 de março de 2016.

Por outro lado, utiliza a caracterização de outro espaço para legitimar o evento que aconteceu dia 18, porque o considera mais relevante.

No dêitico-temporal também encontramos evidências que se referem, não a qualquer tempo, mas a um tempo que está relacionado à característica factual do jornalismo. Por mais que a notícia se refira ao passado ou ao futuro, a narração acontece no “aqui e agora”, acontece no momento presente, e mais, no momento ainda em que o leitor faz a leitura do texto, de acordo com Gonzaga Motta (2013).

Há outras referências que vão para além do texto jornalístico comum, como segunda-feira, terça-feira ou período do dia: manhã, tarde ou noite, naquele instante, naquele horário. Em alguns casos, quando a cobertura é ao vivo a exemplo da prisão coercitiva de Lula, busca-se fazer uma cronologia e destaca-se os detalhes da ação durante aquele dia.

O tempo é demarcado pela afinidade de enquadramento do veículo e, novamente, é repleto de simbologia. O 13 de março, dia da manifestação favorável ao *impeachment*, foi relacionado à espetacularização da elite veiculada pelos grandes meios de comunicação. O discurso da ex-presidente Dilma no dia primeiro de maio, dia do Trabalhador, na região do Anhagabaú, em São Paulo, destacou o fortalecimento do salário-mínimo e as ameaças do governo Temer. A narradora contextualiza a fala da ex-presidente, faz referência à criação do salário-mínimo por Getúlio Vargas e à necessidade de continuidade de fortalecimento do mesmo com a permanência de Dilma Rousseff na Presidência da República.

As manifestações do dia 13 de março, favoráveis ao *impeachment*, receberam bastante críticas em diversos textos dos Jornalistas Livres. A primeira atribuição no texto “Ato anti-Dilma em Manaus tem jeito de micareta”³⁷ mostra, por exemplo, que aquele dia específico está associado às festas de rua ao som de trio elétrico, denominadas de micaretas, portanto, não possui legitimidade política e está direcionado, conforme visto anteriormente, à elite branca.

A direita brasileira se supera a cada ato antigoverno que realizada. Surpreende por sua logística e também pela falta de tom político em suas manifestações. Desta vez os atos que marcaram o último domingo (13/3) em todo Brasil, tiveram alguns diferenciais que distanciavam o ato de uma manifestação contra a corrupção e mais lembravam as festivas micaretas em tempos de carnaval. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

³⁷ Ato anti-Dilma em Manaus tem jeito de micareta. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/ato-anti-dilma-em-manaus-tem-jeito-de-micareta/> > Acesso em 15 de março de 2016.

Houve também associação a um ato meramente festivo e espetacularizado no texto “Preto no Branco – as ruas nos dias 13 e 18”³⁸, a partir do qual, o narrador faz a seguinte descrição: “a manifestação do dia 13 foi pensada, em grande parte, como um espetáculo para causar impacto político. E a cobertura dedicada, um dia inteiro em todas as mídias, deixou muita gente convencida” (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

Além da referencialidade temporal apontada por Gonzaga Motta (2013), há também associada a esta a evidência de referencialidade histórica, a exemplo da reportagem sobre a importância do programa Bolsa Família para o Sertão da Bahia, em Canudos. Nessa, faz-se uma analogia ao escritor Euclides da Cunha. Sob título “Canudos contra o Golpe”³⁹, a narradora situa o leitor no tempo e no espaço e produz uma contextualização histórica.

Mônica voltou no fim de março à região de Canudos. Tinha estado lá em 1989, nos 80 anos da morte de Euclides, como repórter do Estadão, como Euclides fora antes dela. Fotografou o povo da região toda para um caderno especial. Encontrou então um povo muito semelhante ao que o primeiro repórter encontrara em 1897.

Uma frase de Euclides da Cunha tornou-se famosa, como a definir o povo do sertão nordestino: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Mas esta força era a sobrevivida imersa na miséria. “É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. (...) É o homem permanentemente fatigado” - escreveu igualmente Euclides. Foi este sertanejo e sertaneja que Mônica encontrou 92 anos depois do primeiro repórter. Por iniciativa própria, ela decidiu voltar agora, para um projeto de livro/fotos/vídeo que reapresenta o mesmo povo, 27 anos depois. Ficou muito emocionada com o que testemunhou. O povo, que em 1989 havia mudado quase nada em relação ao encontrado por Euclides em 1897, agora mudou. Especialmente nos governos do PT. Tudo mudou nos últimos 15 anos. Onde havia miséria e fome mais que centenárias há saúde e vida digna. Onde reinava isolamento choveu internet e wi-fi e zapzap. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

³⁸ Preto no Branco – as ruas nos dias 13 e 18. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/preto-no-branco-o-projeto-das-ruas-no-dia-18/> > Acesso em 14 de março de 2016.

³⁹ Canudos contra o Golpe. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/canudos-contra-o-golpe-2/> > Acesso em 14 de abril de 2016.

Mostra, desse modo, que a partir dos governos Lula e Dilma essa situação de pobreza e fome foi modificada. A repórter, então, pode constatar tal evidência ao voltar àquele lugar em 2016.

Outros elementos linguísticos são também utilizados pelo veículo, a exemplo dos adjetivos, os quais são também constantemente inseridos para descrever e qualificar as personagens. Atrelado também à perspectiva do enquadramento, as personagens presentes no *Jornalistas Livres* exercem um papel social simbólico dentro do espectro político defendido por esse veículo. São aqueles que, de algum modo, se mostram significativos para a construção da narrativa desenvolvida.

O emprego dos adjetivos descreve pessoas e situações. Por exemplo, vários superlativos são usados para caracterizar a situação em que o país se encontrava no período dos governos Lula e Dilma e as ameaças que surgem a partir do governo de Michel Temer; ou ainda para detalhar a emergência da economia que resultou na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Esses recursos linguísticos provocam sentimentos diversos. Na narrativa do *impeachment*, muitos adjetivos qualificam positivamente quando tecem elogios ao governo ou, negativamente, quando fazem apelos emotivos que desenvolvem sentimentos como o medo, caso o *impeachment* realmente se concretizasse.

No texto “O golpe venceu: o país ficará ingovernável”⁴⁰ o narrador utiliza adjetivos para impactar os leitores e deixá-los em estado de alerta. Frases de efeito que provocam o sentimento do medo são evocadas naquele momento para mostrar aos leitores o risco que eles correm ao serem governados pelo presidente Michel Temer. Também observamos como a caracterização do sentimento de vergonha está posta ao fazer referência ao dia de votação do *impeachment*, na Câmara Federal. O narrador vai além de sua atribuição enquanto repórter e se expressa como ativista, ao chamar seus leitores à resistência e ao enfrentamento.

Uma noite vergonhosa. O golpe sufocou a democracia. Mas não instalou um novo governo. Haverá uma nova batalha no Senado a partir de agora, numa condição politicamente mais difícil. A guerra não está encerrada. O golpe não se consolidará. A partir desta segunda-feira o país acorda incendiado. Manifestações, atos, greves, trancamentos, luta nas ruas.

⁴⁰ O golpe venceu: o país ficará ingovernável. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/o-golpe-venceu-o-pais-ficara-ingovernavel/> > Acesso em 17 de abril de 2016.

1. A denúncia do golpe – é preciso denunciar o golpe em todos os cantos do país e do mundo. Apresentar a todo o povo que ainda não entendeu direito o que está acontecendo e a toda comunidade internacional a verdadeira face dos golpistas. Denunciar a violência contra os pobres, as agressões ao Estado de Direito e as políticas econômica, social e cultural que os golpistas pretendem implementar. “Coloca-se aqui uma posição de atuação enquanto alguém que tem um lado”. O lado do mais fracos.

Viabilizar nas redes sociais uma contranarrativa à versão das mídias golpistas. A luta do povo contra a Rede Globo e a mídia golpista entrará num novo período, ainda mais crítico

Mesmo sem o governo federal nas mãos, a direita provocará uma escalada, a partir dos governadores de direita e suas PMs e dos jagunços e capangas de fazendeiros e mesmo industriais.

(...) 4. As redes de solidariedade – os golpistas buscarão restringir e mesmo enterrar todos os programas sociais que significaram distribuição de uma fatia da renda nacional aos pobres a partir de sua maioria no Congresso.

Neste momento, importa pouco apontar quem errou. O que interessa é barrar os adversários da democracia.

Os jornalistas Livres estão na luta, ao lado do povo, da verdade, da democracia. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

O final da matéria, o narrador revela o quanto o veículo está comprometido com a defesa do governo de Dilma Rousseff e com as causas associadas à luta pela democracia. Diferentemente da grande mídia que constrói perspectivas de enquadramento em cima da imparcialidade e da objetividade, os JL explicitam seu enquadramento.

Outro texto, já citado anteriormente, bastante revelador em relação ao uso da emoção, dos adjetivos, dos sentimentos para provocar efeito de sentido é “O perfil de quem estava de cada lado do muro em Brasília” que, de modo comparativo, busca mostrar a diferença entre os manifestantes contrários e favoráveis ao *impeachment*.

6.1.2 As temáticas

O veículo Jornalistas Livres trabalha com vários temas que não são abordados na grande mídia. Como foi criado a partir da lógica de financiamento coletivo e funciona por meio da colaboração e descentralização de narradores, acreditamos que há uma abertura maior para atuar em defesa de uma diversidade temática mais ampla. De acordo com o que Andrea Hunter (2015) propõe, o jornalista busca autonomia para advogar sobre temas diversos porque não há espaço para tais temas na grande mídia, e o financiamento coletivo proporciona essa liberdade.

Os Jornalistas Livres enquadram seu conteúdo a partir de variados tipos de temas, a exemplo de questões como: racial, indígena, classe, etnia, entre outros. A abordagem desse veículo vai além da medição de temáticas oriundas das demandas sociais, ele opta por atuar enquanto militante, declaradamente:

Combatemos frontalmente a misoginia, o racismo, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, as fobias, os preconceitos de origem social, o fascismo, a desigualdade, o ódio à democracia e à coexistência democrática. Defendemos a liberdade religiosa individual como defendemos a laicidade do Estado. Somos libertários (as) e prezamos a memória, a verdade, a justiça, a solidariedade.

(...) Nos indignamos profundamente com a desigualdade racial vigente neste país de maioria afrodescendente que teima em afirmar que “não somos racistas”. Afirmamos a urgência do combate à discriminação racial e social, ao genocídio da população negra, à desumanidade carcerária.

(...) Temos lado (cada uma de nós tem seus próprios lados). Individualmente, não somos neutros, isentos, apartidários, brancos ou nulos. Nossa pluralidade é resultado do agrupamento de todos nós, não da ruptura interna de nossos corpos e mentes individuais. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Para o grupo Jornalistas Livres, diferente do acontece com o jornalismo convencional em que se defende a ideia da objetividade, parcialidade e neutralidade, ele procura ir além da oportunidade de colaborar com a formação da opinião pública e atua enquanto militância em prol das causas que considera mais pertinentes para a coletividade. Não está preocupado com o factual, com um suposto distanciamento necessário para associar o seu conteúdo aos ideais basilares do jornalismo convencional. Preocupa-se com a ação para a militância e em formar grupos capazes de se articular enquanto movimento para gerar os resultados desejados.

Os Jornalistas Livres buscam conseguir mais adeptos a partir de uma visão muito semelhante àquela exposta por Cicilia Peruzzo (1998), relacionada à linguagem da comunicação popular que busca informar pessoas das mais variadas classes e, ao mesmo tempo, advogar em torno de temas diversos em uma linguagem próxima à sindical. Eles buscam também uma isonomia na participação no processo comunicacional.

Conforme dito anteriormente, observamos que vários temas estiveram permeando a grande narrativa do *impeachment*. Esses, por sua vez, são basilares e formam a “espinha dorsal” das causas defendidas pelos Jornalistas Livres. Como bem colocou Kelly Prudêncio (2009), a mídia ativista por mais que se pretenda livre, ela possui o seu enquadramento e os seus próprios critérios de noticiabilidade.

Portanto, é necessário narrar a partir da perspectiva formulada pelo veículo, obedecendo seu enquadramento político. Não se trata de censura, mas de conseguir propor pautas alternativas em um panorama permeado pelo oligopólio midiático.

As narrativas do *impeachment* do veículo JL se distanciaram do que estava sendo veiculado pela grande mídia, enquanto o primeiro denunciava a atuação da mídia convencional, a segunda direcionava seu foco para a operação Lava Jato, corrupção, crise financeira do país e possíveis crimes de responsabilidade cometidos por Dilma Rousseff, promovendo uma demonização do PT como causa única de todos os males do país. O JL abordava o tema corrupção quando seu objetivo era desconstruir a perspectiva proposta pela grande mídia. Seu foco era fazer uma leitura crítica dessa mídia e denunciá-la.

A questão racial foi um tema bastante utilizado como pano de fundo das narrativas sobre o *impeachment*, e para legitimar as manifestações através de seus participantes. Na cobertura de atos favoráveis ao *impeachment*, dois textos que cobriram o ato do dia 13 de março tiveram como tema de fundo o racismo. O primeiro cujo título era “Onde estavam os negros da Paulista” que discutiu como aquele ato foi tomado pela elite branca na Avenida Paulista, em São Paulo:

“Entre as milhares de pessoas que invadiram a avenida Paulista neste domingo (13/3), quase não havia negros”.

(...) Esse quadro trata de reproduzir a posição subalterna dessa parcela da sociedade brasileira, desde a escravidão até hoje”.

(...) Entre as demandas por honestidade, havia zero cartazes pedindo igualdade de direitos, cotas ou conquistas trabalhistas das empregadas domésticas. Ao contrário. O que se viu na avenida Paulista foi a representação do desejo da classe média alta e da elite branca do Brasil em manter seus privilégios. A manifestação está para a justiça social assim como a casa grande está para a senzala. Idêntico e escancarado”. Faz nesse item um juízo crítico de valor

O que se viu em alguns lugares foram cenas de racismo explícito: um homem pintado de negro (os “blackfaces”, movimento teatral escravocrata que tem por objetivo ridicularizar a população negra) simulava uma “Força da Inconfidência”.

(...) Atualmente, corresponde a 53,6% da população total do Brasil. Significa dizer que **mais de 110 milhões de pessoas não estavam retratadas nos atos pró-impeachment**. “Andei duas horas na manifestação. Não tinha pobres nem negros”, constatou a advogada Eliane Dias, produtora do grupo de rap Racionais MC's. Outra personagem tem sua profissão destacada e fala a partir de um enquadramento de apoio em relação aos demais. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

O outro texto “Preto no Branco – as ruas nos dias 13 e 18”, já citado no tópico anterior, traz a problematização do racismo e sugere que as manifestações foram marcadas pelo recorte racial. O narrador propõe uma diferenciação entre as manifestações do dia 13 e 18 a partir da cor dos participantes de cada ato:

(...) O segundo preto no branco diz respeito aos negros e sua ausência na festa branca do dia 13. A questão, que já foi posta por Maria Carolina Trevisan, retomo aqui por outra ponta.

(...) O país sem negros que almeja, nada mais é que a expressão do horror de perder privilégios de quem quer de volta uma universidade sem cotas, um aeroporto sem mistura (“aeroporto ou rodoviária?”), a empregada doméstica escrava, o fim da impertinência dos cabelos negros (“baixar a crista dessa gente”), etc. E que teme, sobretudo, que o pior ainda esteja por vir. Isso vem a confirmar a questão da crise política do governo devido ao fato de ter mexido com privilégios. Pano de fundo é o racismo, apesar de estarmos falando sobre o *impeachment* (manifestação). (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Observamos que outros temas também apareceram no site Jornalistas Livres, a exemplo das pautas: feminista, LGBT ou indígena. Por exemplo, durante a cobertura da Parada do Orgulho LBGTT, observamos que houve ênfase em relação ao grito “Fora Temer”, contra o presidente Michel Temer.

Os grupos socialmente excluídos estiveram sempre presentes nas manifestações contrárias ao *impeachment*, eles são citados nas narrativas como forma de legitimar tais atos. É fator positivo de distinção a presença de grupos LGBT, periféricos, negros ou indígenas. No texto “O povo no espelho”⁴¹ o narrador deixa evidente sua parcialidade e sua luta em favor das minorias citadas.

Foram espetaculares manifestações de força os atos deste dia 18 de março de 2016. Não do PT, não da esquerda, mas da Democracia. Quando todos achavam que o jogo estava perdido, que a ala golpista do Judiciário e da mídia conseguiria cravar o punhal da negação das conquistas sociais e da participação popular no peito do povo brasileiro, eis que centenas de milhares de pessoas tomaram as principais avenidas do país—do Norte e Nordeste ao Sul— e também na Argentina, México e Paris.

O povo pobre, os favelados, as mulheres, os gays, as lésbicas, os operários, os sem-terra, os sem-teto, os explorados e oprimidos, os intelectuais, os artistas, os universitários, os produtores culturais, as famílias, as crianças, os jovens e os idosos foram para as ruas do país defender um país de amor, de inclusão social, de solidariedade, de oportunidades, de cultura e alegria.

E, então, exatamente às 19h30, em uma avenida Paulista lotada de toda a diversidade humana do povo brasileiro (quanta diferença em

⁴¹ O povo no espelho. Disponível em: < <https://medium.com/jornalistas-livres/o-povo-no-espelho-ebe3945d78b4#.whu9xk7oc> > Acesso em 21 de março de 2016.

relação ao protesto pelo *impeachment* do dia 13/3), eis que surge o maior líder operário da história do Brasil, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, atual ministro-chefe da Casa Civil do governo da presidente Dilma Rousseff. Ao lado dele, a sambista do povo, Leci Brandão. Apoteose. Com uma camisa vermelha, como a maioria dos presentes na avenida, Lula era a própria representação do povo brasileiro. Como assim se ele não conseguiu assumir? (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Em outros textos, cobrindo atos contrários ao *impeachment* que aconteceram em Brasília, o pano de fundo é a questão indígena. Na reportagem “Não, pode mais meu coração”, por meio de uma linguagem poética, o narrador faz o registro de grupos de mulheres indígenas que ali estiveram presentes a favor da democracia e contra a PEC 215 que pretende transferir a demarcação de terra para o legislativo.

A capital é meu destino e o tempo é pouco. Procuo entender o que une movimento por moradia e movimento indígena em um governo de esquerda, a morada como direito de aldeia e sonho das famílias urbanas.

No sábado parti para Brasília em carona com o movimento pela moradia e ao encontro dos índios, sempre em movimento, contra o impedimento da presidente e contra a PEC 215. Casa é coisa feminina e moradia é coisa séria, e as mulheres, em maioria, ocupam o ônibus, deixando seus maridos, filhos e tanques em defesa da democracia. Ah, as mulheres, sempre as mulheres a rimar coração com valentia. O vermelho delas aqui é vida, fardo que se carrega na cabeça apaixonada e no interior das opções, não é dor nem confronto. Valentia é sangue de aorta e regra, é urucum na pele e batom na boca, esmalte de unhas.

O tempo dessa gente é acostumado aos ventos contrários e ao sol quente do campo, viver sempre foi um grande sertão. Os indígenas que aqui encontro estão sem muito entender essa confusão dos brancos, tempo de índio é outro e aqui estão preocupados com suas terras e protestam contra a PEC 215. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

O conceito de valor-narrativa basilar para a grande mídia, na concepção de Gonzaga Motta (2014), não é a regra dos Jornalistas Livres. Encontramos muitos textos elaborados por profissionais da comunicação cuja finalidade é envolver o leitor e tornar aquela experiência da narrativa marcante ou impactante, despertando sentimentos como revolta ou nostalgia pelo passado frutífero de um governo de esquerda e futuro amedrontador a partir de um governo de direita. Porém, mais do que a estética, importa o engajamento em torno das causas defendidas, identificando-se, portanto, com a categoria “ativista de mídia” proposto por Kelly Prudêncio (2009), conforme citado anteriormente.

6.1.3 As personagens

A classificação de personagens nos *Jornalistas Livres* pode ser dividida em dois grupos. Existe a personificação de figuras que se tornaram centrais na trama do *impeachment*, personagens que são protagonistas e antagonistas, e as personagens auxiliares ou secundárias, de acordo com a categorização de Cândida Gancho (2002). Dilma Rousseff e Lula estão inseridos no primeiro grupo, o segundo está destinado à mídia, ao judiciário, ao legislativo e à vice-presidência, a partir da atuação de *personas* como Rede Globo, revista *Veja*, *Jornal Folha de S.P.*, juiz Sérgio Moro, senador Antônio Anastasia, Aécio Neves, ex-deputado Eduardo Cunha e o vice-presidente Michel Temer. O terceiro grupo é composto por atores sociais que se manifestaram contrários ou favoráveis ao *impeachment* e tiveram suas falas incluídas na narrativa.

O texto abaixo “Aécio é escorraçado da Paulista e PSDB perde as ruas para a direita”⁴² ilustra a atuação das figuras que estão no cerne da narrativa sobre o *impeachment*. O narrador problematiza a forma como o juiz Sérgio Moro se transformou no grande herói do movimento pró-*impeachment*, associando-o à figura de justiceiro e, ao mesmo tempo, monstro. Abordados ainda como vilões são: o senador Aécio Neves, citado como político anão que não aceitou o resultado das urnas em 2014 e os meios de comunicação Globo e *Veja*, porque intencionaram conduzir suas reportagens a partir de um enquadramento em apoio ao Sérgio Moro e reprovando os governos Lula e Dilma com disseminação de ódio à esquerda.

O 13 de março ficará marcado como o dia em que os tucanos e os peemedebistas do golpe perderam as ruas para a extrema-direita. Moro virou um semi-deus, ou um monstro, que ameaça a democracia porque já não se submete a ela: tem à disposição massas furiosas que servem a seu ímpeto justiceiro.

Com exceção do Rio de Janeiro (onde nitidamente mais gente foi às ruas dessa vez), nas demais cidades o comparecimento não saiu do que se esperava durante a manhã: **a classe média em fúria dava as caras – num misto de delírio, autoritarismo e ódio longamente semeados pela Globo/Veja e pelo próprio “líder” da oposição, Aécio Neves** (um anão e político que pôs em risco a estabilidade democrática, ao não aceitar a derrota nas urnas em 2014).

Acima de todos eles, no entanto, está a figura de Sergio Moro. **Transformado numa espécie de semideus da moral e dos costumes, apoiado pela Globo de Ali Kamel, Moro poderia**

⁴² Aécio é escorraçado da Paulista e PSDB perde as ruas para a direita. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/aecio-e-escoracado-da-paulista-e-psdb-perde-as-ruas-para-a-direita/> > Acesso em 13 de março de 2016.

instalar guilhotinas em Curitiba já na semana que vem e transmitir execuções públicas pela TV. Seria apoiado pela massa cheirosa que tomou as ruas.

Lula, de vilão, pode virar o fiador de um novo arranjo que impeça o caos e o desmoronamento do sistema político. Traz vários adjetivos. Vários recursos linguísticos para causar efeito de sentido. Esse texto traz a confirmação do texto anterior, busca-se deslegitimar os meios de comunicação, especialmente a TV Globo, tornando-a também uma vilã para enfatizar seu enquadramento. Seu autor é um blogueiro. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Observamos que outras personagens atuam na grande trama do *impeachment* de modo a confirmar o enquadramento já estipulado pelo veículo. As pessoas que participam das reportagens são pessoas estratégicas, a exemplo de representantes de sindicatos ou movimentos como integrantes do MTST, do MST, ocupações distintas, manifestações, atos, palestras e outros eventos semelhantes.

Nas coberturas dos JL, geralmente, as falas estão de acordo com o enquadramento feito nas matérias. Verificamos poucos casos em que há inclusão de vozes de personagens discordantes em relação ao enquadramento proposto pelo narrador, a exemplo da cobertura da manifestação em Manaus, em 13 de março, já citada anteriormente; ou a cobertura do ato no dia da votação do *impeachment*, na Câmara Federal, em que a narradora traz falas discordantes. Porém, mesmo nesses casos, há outras estratégias de enquadramento.

Outro exemplo é a reportagem sobre “Orçamento seletivo”⁴³. Nessa, a repórter procura mostrar que o governo de Michel Temer fez uma opção errada ao priorizar pagar a dívida pública e congelar gastos em detrimento da população mais necessitada dos serviços assistenciais. Ela traz a fala da ex-ministra Tereza Campello que apresenta o site “Alerta Brasil – qual direito você perdeu hoje?”, a partir do qual é possível monitorar quais direitos as pessoas têm perdido. Nesse texto, há outras personagens como o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão que convergem com o enquadramento selecionado pela narradora,

Há quase três meses no poder, o governo provisório decidiu adotar a lupa do equilíbrio das contas públicas para determinar suas prioridades. Esse caminho tem implicações importantes, não apenas em impactos econômicos. As consequências serão sentidas pela parcela mais vulnerável de brasileiros.

A justificativa é uma retórica simplista que afirma que “a Constituição não cabe no Orçamento”.

⁴³ Orçamento seletivo. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/orcamento-seletivo/> > Acesso em 27 de agosto de 2016.

(...) É o “Alerta Social – Qual Direito Você Perdeu Hoje?”, que detectou, até o final de julho, mais de 40 ameaças à área social. Cumpre o papel de registrar esses acontecimentos em uma linha do tempo.

(...) O ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, que ocupou o cargo de 2007 a 2011, considera “uma barbárie” essas sinalizações do governo Temer. “Pela primeira vez temos um ministro que fala de maneira clara que quem vai ditar uma política de Saúde é o mercado”, constata Temporão, que foi um dos criadores do SUS. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Texto semelhante é a reportagem sobre os rumos que Temer tem tomado no âmbito da Assistência Social, “Ofensiva conservadora de Temer põe em risco a Assistência Social”⁴⁴, o qual traz denúncias em relação ao projeto neoliberal em curso que prevê fiscalização do Bolsa Família e desmonte dos programas de assistência social, demonstrando desrespeito à Constituição Federal de 1988.

Cada personagem possui uma função, nenhum está disposto à-toa na narrativa, o que torna evidente o critério de noticiabilidade que seleciona determinadas personagens-chave para conduzir o leitor ao efeito desejado (TRAQUINA, 2016). Entretanto, o jornalismo da mídia independente possui seus próprios valores-notícia para tornar legítimo o seu enquadramento.

O herói na narrativa jornalística aparece a partir do momento em que o narrador age estrategicamente para fazer sobressair determinadas características heroicas do mesmo. Surge, a partir de então, uma personagem com qualidades superiores, com características distintas em relação às demais pessoas na sociedade (GANCHO, 2002). Igualmente como o vilão, o tempo de exposição dessa personagem também é diferenciada. Tomemos, por exemplo, a quantidade de vezes e a forma como o juiz Sérgio Moro aparece na grande mídia. Ele é visto como principal representante da Operação Lava Jato, alguém que está “contra o mal”, que está “eliminando a corrupção”. Enquanto Lula, visto como vilão, é o expoente da corrupção, é alguém que precisa ser combatido.

Na mídia independente, o cenário muda, pouco se vê Lula ou Dilma como vilões. Durante a análise desses veículos, percebemos críticas pontuais. Já a figura de Sérgio Moro é vista como contrária à justiça, alguém que age de forma parcial, partidária e que abusa do poder. Observamos, portanto, o dia em que Lula foi preso

⁴⁴ Ofensiva conservadora de Temer põe em risco a Assistência Social. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/ofensiva-conservadora-de-temer-poe-em-risco-assistencia-social/> > Acesso em 22 de agosto de 2016.

em uma condução coercitiva, que provocou uma mobilização e esquema de protesto para gerar o efeito de sentido de exagero por parte da Polícia Federal e de inocência em relação a Lula. Na reportagem “Caso Lula ao vivo: acompanhe o que está acontecendo”⁴⁵ está explícita a indignação do veículo e do narrador que, por meio do recorte, busca gerar uma comoção frente ao leitor.

A reportagem atualiza o leitor a partir do desenrolar das ações sobre a prisão coercitiva do ex-presidente. Há, então, uma cobertura ao vivo, com disponibilização de vídeos e áudios de políticos e pessoas influentes, além de citações diretas e vídeo de manifestantes com o seguinte título “Apoiadores do Presidente Lula se manifestam em frente ao Diretório Nacional do PT, na Sé, em São Paulo”. E enquanto mostra o áudio do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, disponibiliza o vídeo de manifestantes contra e pró Lula no aeroporto de Congonhas.

O narrador traz uma sequência de fatos que ocorreram nesse dia e oferece uma estruturação cronológica, ao disponibilizar fatos por minuto, a partir da entrevista com um funcionário do Instituto Lula, em uma sequência temporal de tudo o que aconteceu durante o dia. “Na manhã desta sexta-feira (4), por volta das 6h, a Polícia Federal invadiu a casa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em ação da 24ª fase da Operação Lava Jato, batizada de Aletheia”.

8h– Em entrevista para os Jornalistas Livres, Paulinho Vieira, funcionário do Instituto Lula, fala sobre a operação de guerra montada pela PF:

“Estamos aguardando a polícia desde sexta passada, mas não pensaríamos que fosse dessa forma. Parece que eles estão procurando o Pablo Escobar. A gente nunca viu uma ação de busca e apreensão dessa forma”.

Assista!

8:30h – CUT do Rio de Janeiro aciona reunião dos movimentos sociais às 15h no auditório do Sindicato dos Bancários (prédio da CUT Rio).

8h40 – Receita Federal entra na casa onde ficam guardados documentos do ex-presidente, local próximo ao Instituto Lula. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

A reportagem é construída com o intuito de desenvolver a figura do herói na pessoa de Lula. Nela, observamos várias falas, de diversas personagens, todas elas ressaltando o abuso por parte da Polícia Federal ou a inocência de Lula. Há distintas

⁴⁵ Caso Lula ao vivo: acompanhe o que está acontecendo. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/caso-lula-ao-vivo-acompanhe-o-que-esta-acontecendo/> > Acesso em 4 de março de 2016.

vozes que partem de um mesmo enquadramento. Portanto, percebemos que a fala do herói está presente de forma enfatizada em todo o texto.

Na página da matéria há link para a transmissão ao vivo e também toda a fala de Lula descrita após depoimento da PF, em um discurso que proferiu para movimentos sociais, partidos e para o povo brasileiro de uma maneira geral.

Nesse tipo de reportagem o destaque é dado para a fala de quem é a personagem marcado como heroína. O caso Lula ilustra como a fala e a imagem são valorizadas no texto, sua fala possui grande espaço e suas qualidades são exaltadas.

(...) Pois bem, eu deixei a presidência e achei que tinha cumprido com a minha tarefa. Achei que ao eleger a Dilma eu tinha consagrado a minha vida, porque eu tinha duas teses: presidente bom é aquele que se reelege e “bi” bom é aquele que faz sucessor. Então eu já me considerava “bi” bom e até “tri” bom quando reelegemos a Dilma. E eles estão desde o dia 26 de outubro de 2014 não permitindo que a Dilma governe esse País.

(...) Eu deixei a presidência como o melhor governante do País. O Brasil era motivo de orgulho. E por isso eu virei um conferencista importante. Ninguém queria que eu discutisse o sexo dos anjos, ninguém queria que eu discutisse o cosmo. O que as pessoas queriam? Que o Lula falasse das coisas que foram feitas no Brasil. Que milagre que vocês fizeram para aprovar as cotas colocando negros nas universidades? Que milagre que vocês fizeram para aprovar o ProUni? Que milagre que vocês fizeram para aprovar o FIES? Que milagre vocês fizeram para levar energia a 15 milhões de pobres nesse País? Ou seja, que milagre vocês fizeram para aumentar o salário mínimo todos esses anos? (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Na fala do ex-presidente Lula há uma demarcação em relação aos fatos heroicos feitos por ele. O conjunto de enunciados revela seu enquadramento, ao divulgar a mensagem que conseguiu fazer algo inatingível que, até então, ninguém havia conseguido. Expressa que exerceu uma atitude heroica para com o povo brasileiro e que isso incomodou profundamente a elite brasileira, incomodou os vilões que atualmente têm “entrado no combate” para derrotar sua imagem. Há várias figuras que estão na posição de vilãs ou coadjuvantes a exemplo da Rede Globo, o juiz Sérgio Moro, a revista Veja, entre outros. De forma sutil, a fala do ex-presidente Lula sugere que a ameaça de *impeachment* contra a ex-presidente Dilma se dá por conta de “intriga da oposição”.

Lula se torna herói nas narrativas jornalísticas de grande parte da mídia independente e o espaço para a fala, na roupagem de herói, é profundamente

sintomático. Diferentemente do papel do vilão, as falas que são destacadas denotando heroísmo configuram um enquadramento feito pelo repórter, o que se se torna importante, visto a escassez de espaço dado a partidos ditos de esquerda, como o dos Trabalhadores (PT). Nesse caso, o conflito dramático em torno dessa personagem se torna positivo.

Na trama do *impeachment* de Dilma Rousseff, o ex-deputado Eduardo Cunha é tratado como vilão. No texto “*Simpathy for the Devil: O diabo pode ser golpista*”⁴⁶ fez-se um relato associando Eduardo Cunha à imagem do Diabo e mesmo não havendo uma referência direta a Eduardo Cunha, fica subentendido que se trata do mesmo.

O Maligno tem muitos nomes e se você não souber o nome dele, não irá reconhecê-lo, quando, no século XXI, ele assumir a forma do Presidente da Câmara dos Deputados do seu país e comandar processos de condenação de inocentes e ainda gastar dinheiro roubado e depositado em contas correntes na Suíça e viver feliz para sempre na companhia de sua linda esposa de olhos sempre arregalados. (JORNALISTAS LIVRES, 2016)

Esse texto é finalizado, acentuando mais uma vez sobre a quem o narrador está se referindo. “Se você não souber o nome do Diabo, ele zombará eternamente de sua ingenuidade, fará mesuras, jurará inocência, rirá alto, invocará o nome de Deus e, na pele de um pastor evangélico, ensinará os incautos que nele creem a orar por ele e pagar um dízimo para afastar as maldades do mundo” (JORNALISTAS LIVRES, 2016).

6.2 MARCO ZERO CONTEÚDO

À frente no âmbito do jornalismo investigativo pernambucano, o Marco Zero Conteúdo foi criado em 2015 por sete profissionais com ampla experiência no mercado. Hoje, depois de uma reconfiguração, quatro permaneceram como editores e participam ativamente do cotidiano do veículo e os outros três estão no MZC enquanto consultores, não participam do dia a dia, mas discutem o cotidiano junto aos demais membros. Após contratação, mais cinco pessoas estão compondo o quadro de profissionais do veículo, totalizando em nove.

⁴⁶ *Simpathy for the Devil: O diabo pode ser golpista*. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/simpathy-for-the-devil-o-diabo-pode-ser-golpista/> > Acesso em 20 de abril de 2016.

Seu foco tem sido em reportagens investigativas e analíticas, divulgação de eventos de interesse público, crônicas, entre outros. Também possui uma editoria chamada “Diálogos” que agrega textos analíticos de colaboradores, bem como, de jornalistas de seu próprio veículo. As colaborações se dão também no campo de reportagens. Um dos fundadores do MZC, o jornalista Laércio Portela, comentou⁴⁷ que a equipe inicial pretendia escrever e publicar apenas seus textos, pois queriam imprimir sua identidade naquele meio, mesmo assim, aceitaram colaborações específicas. Hoje, após consolidado seu perfil jornalístico, a tendência é receber mais colaborações.

O formato da hierarquia desse veículo é horizontal. Segundo Portela, todos os membros discutem as pautas e participam da edição das matérias, uma vez que os fundadores tomaram a decisão de não publicar nada antes de alguns deles leem o material jornalístico. Desse modo, cada membro vai sendo editor do outro, e os fundadores, por conta da experiência profissional, vão se tornando editores dos demais jornalistas mais novos no MZC. Não há edição de artigos de colaboradores, apenas uma leitura prévia antes da publicação. Já as reportagens oriundas de colaboradores são conduzidas desde a pauta e passam por edição.

A gente não tem editoria, então ninguém é responsável por um setor específico. Todos nós nos consideramos repórteres no sentido de apurar e escrever. Essa é a essência do nosso trabalho. Alguns de nós, especialmente os fundadores, por conta do tempo de experiência, vamos adquirindo o papel de editores, mas antes de editores somos também repórteres. (PORTELA, 2018)

Ao apostar na independência do veículo, o financiamento se dá por meio de doações de pessoas físicas do seu público leitor, através de assinaturas individuais e editais de fundações; não aceitando, portanto, anúncios publicitários de empresas e governos. “Nossa sobrevivência depende de parcerias com algumas fundações e organismos internacionais, com a prestação de serviços editoriais, consultorias, realização de cursos, palestras e, principalmente, com a colaboração e doações voluntárias dos leitores”⁴⁸.

Ao longo dos anos, o Marco Zero Conteúdo conquistou uma visibilidade que possibilitou fechar parcerias com a Agência Pública para o Truco, um projeto de

⁴⁷ PORTELA, Laércio. Entrevista concedida a Karolina Calado. Recife, 20 de dezembro de 2018.

⁴⁸ Marco Zero Conteúdo. Disponível em: < <http://marcozero.org/sobre/> > Acesso em 08 de novembro de 2019.

checagem de informações proferidas pelos candidatos à prefeitura do Recife e ao governo do estado de Pernambuco, respectivamente em 2016 e 2018. O financiamento da Pública permitiu a contratação de profissionais durante o período de execução do Truco.

Em 2018, o MZC fez o projeto de *crowdfunding* no Catarse, Adalgisas⁴⁹, para cobrir o espaço dado à mulher nas eleições, em Pernambuco. A campanha de financiamento foi bem-sucedida e ultrapassou a meta estabelecida de R\$ 20 mil. Atualmente, o veículo também conta com as seguintes formas de sustentação: financiamento da Fundação OAK pelo segundo ano consecutivo, estando os recursos disponíveis até meados de 2019, caso o contrato não se renove. Ainda, há parceria com o veículo Gênero e Número para execução de um projeto jornalístico voltado para questões que envolvem mulher, religião e política no Brasil; além de receber recursos do Fundo Brasil de Direitos Humanos através do edital que selecionou 18 projetos jornalísticos a serem financiados durante 12 meses. Entretanto, o grande objetivo do Marco Zero é ser financiado apenas pela contribuição dos leitores, uma vez que os editais de financiamento possuem prazo de término.

Ao questionar se houve interferência na produção ou divulgação em decorrência do recebimento de recursos dessas fontes citadas, Laércio Portela respondeu que não: “não há interferência de nenhum dos atores em relação ao conteúdo. Não sentamos para discutir pautas. O que há é a prestação de contas, um balanço no final do ano ou no final do projeto. Não há ingerência no conteúdo”. Ele acrescenta:

Nós tomamos a decisão certíssima de ser sem fins lucrativos, porque temos liberdade para fazer os conteúdos que produzimos. Fazemos o jornalismo que a gente deseja fazer e isso só é possível porque as nossas energias de busca de financiamento são energias no campo do jornalismo. São parcerias ou editais nas temáticas que a gente sempre defendeu. O diálogo entre as parcerias se dá de jornalista para jornalista e não de jornalista para anunciante. O jornalismo está acima de tudo. Ser sem fins lucrativos é o caminho que nos garante independência editorial. (PORTELA, 2018)

Na narrativa do *impeachment*, seu foco se deu na leitura crítica da mídia, desenvolvendo um ativismo contra o oligopólio da grande mídia e a parcialidade com

⁴⁹ Projeto Adalgisas. Disponível em: < <http://marcozero.org/projetoadalgisas/> > Acesso em 08 de novembro de 2019.

que a mesma tratou as temáticas políticas. Os narradores desse veículo fazem uso de estratégias argumentativas que permitem evidenciar aspectos de seu enquadramento narrativo, de modo explícito. Para Laércio, esse sempre foi o objetivo do MCZ. “A gente queria escrever o que a gente quisesse, e escrever em primeira pessoa. Aqui se escreve em primeira pessoa, se é o modelo que a gente entende como essencial para se contar determinada história”. Esse jornalista também diz que foi importante abordar a mídia no processo do *impeachment*, especialmente pela construção da narrativa da grande mídia, porque sabia que era um assunto que não seria foco da mídia pernambucana e porque falta autocrítica na mesma.

6.2.1 Os narradores

Dentro da categorização desenvolvida por Kelly Prudêncio (2009b), podemos dizer que os narradores do Marco Zero Conteúdo, diferentemente dos ativistas de mídia do Jornalistas Livres, são jornativistas, pois apesar de estarem comprometidos com algumas causas, buscam trazer o valor-narrativa para o centro de suas narrativas, respeita a estrutura da notícia e o padrão noticioso para associar veracidade ao fato, embora reconheça que o discurso da imparcialidade gere uma ideia de falso equilíbrio.

Laércio Portela argumenta que o jornalismo do Marco Zero Conteúdo, mesmo que faça análise, a faz de forma embasada, com dados e números contextualizados, diferente de ser meramente opinativa. Mesmo os artigos da seção “Diálogos” e os seus editoriais são análises com embasamento, pois essa é uma exigência do veículo.

O conteúdo sobre o *impeachment* é analítico e se divide entre a editoria “Diálogos” e reportagens, com textos oriundos de colaboradores, bem como, de jornalistas do próprio veículo. Boa parte dessa produção foi elaborada pelo jornalista Laércio, com a pretensão de ser publicada na revista pernambucana Continente, mas foi censurada sob a justificativa do atual “cenário político da época”. Especificamente no conteúdo do *impeachment*, o tom do texto não se diferencia por conta da mudança de seção, conforme veremos adiante.

Os narradores deste veículo se mostram indignados com a parcialidade e manipulação da grande mídia, a qual se torna também responsável, juntamente à politização do judiciário, pela concretização do *impeachment*. O MZC faz uma série

de entrevistas com professores da área da comunicação e, em seus textos, trazem o pensamento de teóricos da mídia, a exemplo de Perseu Abramo.

São utilizadas também figuras de linguagem de forma significativa pelo veículo para gerar efeito estético de sentido, especialmente a metáfora para fazer comparações; e a ironia, para destacar exatamente o contrário do que descreve em seu enunciado, e, assim, no caso do *impeachment*, ridicularizar as intenções midiáticas de manipulação, ocultação ou enquadramento.

A ironia desenvolvida em um dos parágrafos do texto “A judicialização do jornalismo: quando a mídia só fala nos autos”⁵⁰, abaixo, mostra que o narrador busca propor uma afirmação contrária à escrita, e faz uma crítica à judicialização incorporada pela produção midiática que não se dá ao trabalho de investigar mais. Ele defende que a investigação é uma atividade peculiar e primordial do jornalismo.

Muito se tem falado nos últimos anos sobre a judicialização da política. Mas o que estamos vivendo de fato é a judicialização do jornalismo. Diante do mais grave cenário político da história recente do País e de uma das mais profundas investigações sobre as relações entre o Poder Público e o Poder Privado, é de espantar que a grande mídia não esteja fazendo o seu trabalho. Um fato gravíssimo neste momento de turbulência.

(...) O pilar da técnica jornalística para identificar e explicar a notícia respondendo “quem, como, quando, onde e por que” não faz sentido já que ele não se altera. Já está pré-definido. Quem? O governo e o PT, ora. Como? Metendo a mão no dinheiro público, ora. Quando? Agora e sempre, ora. Onde? No Palácio, nos ministérios, no sítio, no triplex, em todo o lugar. Por quê? Porque são corruptos e querem destruir o Brasil.

Moldada e veiculada a sentença, ou melhor, a notícia, os jornalistas entram em cena para enfatizá-la, reiterá-la, enquadrá-la antes que o leitor/telespectador tenha tempo de pensar por seus próprios meios. As análises funcionam menos para explicar a realidade, contextualizar os fatos, ponderar as possíveis soluções. Elas cumprem o papel de incendiar o mundo político, convulsionar as ruas. Feito isso, a mídia pode “colher os depoimentos” de políticos e autoridades jurídicas para corroborar suas teses. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

O uso das metáforas “moldada e veiculada a sentença” ao se referir à notícia, bem como, “incendiar o mundo político” e “convulsionar as ruas”, ao associar a análise da grande mídia ao *impeachment*, traz consigo um efeito de sentido estético

⁵⁰ A judicialização do jornalismo: quando a mídia só fala nos autos. Disponível em: < <http://marcozero.org/a-judicializacao-do-jornalismo-quando-a-midia-so-fala-nos-autos/> > Acesso em 19 de março de 2016.

que produz exagero e resulta no sentimento que simboliza indignação, enganação, entre outros. Já o uso da ironia ao problematizar as questões do *lead*, no jornalismo, denota perseguição política ao PT e questionam a postura da mídia frente ao seu enquadramento parcial.

No texto “Guia prático do ódio: como o pseudojornalismo da grande mídia nos trouxe até aqui”⁵¹ traz o recurso da figura de linguagem ironia para provocar o efeito de sentido pretendido. O narrador elenca uma série de “recomendações” sobre como a mídia deve proceder, no entanto, querendo dizer exatamente o contrário, a exemplo de um dos trechos, “Divida o mundo em heróis e bandidos”, a partir do qual o narrador prossegue:

Cubra a realidade como um filme de hollywood, estrelado por mocinhos e bandidos. Os heróis vão sempre se dar bem no noticiário. A palavra do delegado de polícia vale ouro. Ao “bandido” negro e pobre da periferia cabe o julgamento unilateral e devastador das manchetes. O método agora foi exportado para a cobertura política. Qualquer coincidência com a cobertura da Operação Lava-Jato não é mera coincidência. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

O Marco Zero Conteúdo também busca precisão ao inserir dados estatísticos e números absolutos em suas reportagens investigativas, conforme ressaltado por um de seus fundadores.

Diariamente, a gente vai às ruas, lê relatórios, lê dados organizados, dados de universidade, dados de saúde, mortalidade e violência; entra no sistema do Portal de Transparência e faz uso da Lei de Acesso à Informação. O grosso do material da gente é o jornalismo. (PORTELA, 2018)

No texto “Mídia e democracia: nada a ver? Cobertura política coloca em xeque objetividade e imparcialidade da grande imprensa brasileira”⁵², o narrador traz a evidência de vários dados que comprovam a parcialidade da grande mídia, no momento em que cita a quantidade (73) de matérias negativas sobre “Dilma, Governo Federal e PT”.

Este desequilíbrio de que fala Christofolletti fica evidente ao observarmos os dados estatísticos coletados pelo projeto Manchetômetro, que mensura diariamente, desde 2014, o viés da

⁵¹ Guia prático do ódio: como o pseudojornalismo da grande mídia nos trouxe até aqui. Disponível em: < <http://marcozero.org/guia-pratico-do-odio-como-o-pseudojornalismo-da-grande-midia-nos-trouxe-ate-aqui/> > Acesso em 24 de março de 2016.

⁵² Mídia e democracia: nada a ver? Cobertura política coloca em xeque objetividade e imparcialidade da grande imprensa brasileira. Disponível em: < <http://marcozero.org/midia-e-democracia-nada-a-ver-cobertura-politica-coloca-em-xeque-objetividade-e-imparcialidade-da-grande-imprensa-brasileira/> > Acesso em 27 de maio de 2016.

cobertura da grande mídia em relação ao governo Dilma, à oposição e aos principais partidos políticos brasileiros. Considerando as capas dos jornais Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo e as reportagem do Jornal Nacional, foram publicadas/veiculadas 73 matérias negativas em relação à Situação (Dilma, Governo Federal e PT) e apenas 3 sobre a Oposição (PSDB, PSB e Aécio Neves), entre os dias 19 e 26 de abril, ou seja, logo após a votação da admissibilidade do *impeachment* pela Câmara dos Deputados. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

Evidenciamos, ainda, a inclusão de dados históricos ao trazer a análise contextual para o seu conteúdo. Por meio da utilização de dêiticos espaço-temporais, os narradores propõem explicações de fenômenos através da análise de períodos anteriores. Na narrativa do *impeachment*, eles buscam no passado, a exemplo de ditaduras militares ou governos anteriores, as explicações para os fenômenos atuais. Usam, portanto, o embasamento analítico.

No texto “o que a 'malandragem' nos ensina sobre o golpe (e os golpistas)?”⁵³, o narrador problematiza o termo “malandragem” combatido durante o regime ditatorial de Vargas. Esse termo era associado à vadiagem e, nos dias atuais, descreve as espertezas daqueles que estão por trás do “golpe” em 2016. A partir de uma análise teórica, o narrador traz autores como Antonio Candido, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda e inclui a análise do livro Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antônio de Almeida.

Brevemente, esse narrador faz uma referência ao panorama atual de “golpe”, a partir do sentido da palavra malandragem associada à esperteza ao PSDB.

Acoossada por **quatro** derrotas seguidas, era, aliás, essa a situação em que se encontrava a oposição dos artífices da agenda neo-liberal radical e extremamente conservadora com a última eleição de Dilma. E, nesse sentido, quem não se sustenta pelos votos, precisou encontrar outros caminhos. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

Vincula também o malandro à personagem Zé Carioca, do Walt Disney, e acrescenta:

Entretanto, esse personagem circula nas ruas e passa a ocupar uma posição desconfortável na vida social de um país que procurava se inserir internacionalmente como República “civilizada”. É o que se pode interpretar da repressão que o Estado brasileiro passou a

⁵³ O que a “malandragem” nos ensina sobre o golpe (e os golpistas)?. Disponível em: < <http://marcozero.org/o-que-a-malandragem-nos-ensina-sobre-o-golpe-e-os-golpistas/> > Acesso em 22 de junho de 2016.

realizar, por meio do Departamento Nacional de Propaganda, a partir de 1938, sobre as formas de representação do trabalho e do trabalhador. Essa repressão se intensifica em 1939 por meio de portaria que proibia em todo território nacional a exaltação da malandragem; e, a partir de 1940, o próprio Departamento de Imprensa e Propaganda passou a intervir junto aos compositores no sentido de produzirem “temas de exaltação ao trabalho e de condenação à boemia”, com evidentes reflexos sobre a produção musical – essa determinação fez surgir várias composições que, ironicamente, narram personagens “ex-malandros”, bem comportados, que questionam sua origem ou natureza malandra. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

O narrador também aborda o silenciamento da classe média frente ao desmonte dos programas sociais, tornando-se, portanto, seletivas em relação ao governo Dilma e ao governo interino; bem como, denunciando as manifestações de deputados e senadores na votação do *impeachment* e as associando ao jogo de poder configurado como malandragem.

Outros recursos linguísticos, a exemplo dos dêiticos são utilizados para demarcar o cenário da narrativa do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Ao direcionar a culpabilização a fenômenos como a não aceitação da oposição em relação ao resultado das eleições em 2014 e a perseguição da grande mídia, o narrador procura analisar a conjuntura daquele momento a partir do dia da eleição, em 26 de outubro de 2014. Em “Mídia e democracia: nada a ver? Cobertura política coloca em xeque objetividade e imparcialidade da grande imprensa brasileira”, ele situa no tempo e no espaço o percurso feito pela grande mídia para deslegitimar o governo da presidente Dilma e apoiar o “golpe” meses depois da eleição, fazendo uso, portanto, da referencialidade temporal.

A noite do dia 26 de outubro de 2014 começava com um país dividido e em transe, aguardando a primeira parcial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições presidenciais. A quatro dias da eleição, a Revista Veja tinha estampado na capa as fotos de Lula e Dilma com a manchete: “*Eles sabiam de tudo*”, uma referência ao desvio de verbas da Petrobras. O Jornal Nacional e a grande mídia repercutiram intensamente a matéria nas horas que antecederam a abertura das urnas. Na madrugada do domingo de votação, um boato se espalhou como rastilho de pólvora pelas redes sociais: o doleiro Alberto Youssef havia sido envenenado. Era mentira, mas a vitória certa de Dilma estava agora em xeque. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

Cada dia mencionado pelo narrador é relevante para a construção da trama do *impeachment* naquele veículo. Nesse texto, ele descreve a votação do *impeachment* na Câmara, bem como a construção do ódio ao PT desde quando o

presidente Lula foi eleito em 2003. Segundo o narrador, o ódio saiu do controle quando Dilma se reelegeu em 2014, e 565 dias após o dia da eleição, o Senado aprovou seu afastamento. O repórter detalha todo o trabalho de disseminação de boatos feito pela grande mídia e situa, no tempo e no espaço, todo o projeto dramático do *impeachment*. O efeito de sentido busca trazer a grande mídia como responsável pelo processo ao elaborar enquadramentos para a retirada da ex-presidente Dilma Rousseff.

Conforme evidenciado no parágrafo abaixo, a referencialidade temporal e espacial no âmbito do contexto histórico é usada para confirmar seu enquadramento.

É notória a falta de investigação primária dos jornalistas, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, no processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992, quando a descoberta, por parte da Revista Istoé, da identidade do motorista Eriberto França e da documentação de compra do Fiat Elba utilizado por ele foi fundamental para comprovar parte das acusações de corrupção feitas por Pedro Collor, irmão do presidente, à Revista Veja. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

De modo analítico, o narrador busca trazer dados diversos contextualizados para gerar compreensão e direcionar o foco de sua narrativa para o sentido previamente pretendido que é a consciência de fazer uma crítica à grande mídia. Para tanto, os adjetivos nos textos do Marco Zero Conteúdo também são utilizados para demarcar sua posição em relação à narrativa do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Vários deles qualificam a concepção de mídia que manipula e oculta.

No texto “Manual para ler a mídia em tempos sombrios: as lições de Perseu Abramo”⁵⁴ há também alguns recursos que são utilizados para construir efeito de sentido, seja adjetivo, seja substantivo. Na pergunta presente naquela reportagem “você já se perguntou por que um assunto é manchete e outro notinha de pé de página?”, a palavra “notinha” possui uma carga simbólica cujo peso orienta o leitor a buscar questionar a parcialidade a partir da qual os meios de comunicação tratam os assuntos, sugerindo, portanto, manipulação.

⁵⁴ Manual para ler a mídia em tempos sombrios: as lições de Perseu Abramo. Disponível em: < <http://marcozero.org/manual-para-ler-a-midia-em-tempos-sombrios-as-licoes-de-perseu-abramo/> > Acesso em 17 de março de 2016.

Ainda, o termo “sombrio” busca qualificar o tempo atual como ruim e negativo, especialmente por conta da atuação midiática que pauta suas matérias em delações e informações da polícia ou do judiciário sem fazer o trabalho de investigação.

As delações premiadas da Operação Lava-Jato se tornaram a maior fonte de versões que ganharam o status de fatos jornalísticos nestes tempos sombrios. É o triunfo do jornalismo declaratório do qual agora o jornalista sequer participa porque não é ele quem entrevista, ao contrário, recebe tudo pronto, dado, entregue oportunamente (ou oportunisticamente) pelas autoridades judiciais ou policiais. Tudo, entenda-se, que pode servir ao programa de desestabilização e enfraquecimento do governo, por que é disto que se trata a pauta. O bombardeio de delações judiciais/versões jornalísticas ganha as manchetes e se torna dado de realidade. As delações terão que ser comprovadas em juízo para terem validade legal, mas nos jornais, revistas e no noticiário de TV elas já são verdade, sem checagem, sem apuração, sem cuidado. Sem jornalismo.

Dividir a cobertura (o Brasil) entre o Bem e o Mal foi desde o início o principal objetivo da grande mídia, em que pesem os eventuais discursos em favor da paz e da civilidade. Costumamos falar na judicialização da política, mas na verdade o que existe hoje no país é a judicialização do jornalismo, que diariamente aponta o dedo e dá sua sentença sobre quem é e quem não é bandido. Quem pode e quem não pode ter acesso à plena liberdade de expressão. Neste tribunal-noticiário falam primeiro as autoridades policiais e judiciais, depois os jurados da oposição e, em seguida, perto do final do julgamento-matéria, os réus e suas breves notas de repúdio. Mas a sentença quem determina é a grande mídia, em forma de editorial, como o jornal Estado de São Paulo fez recentemente – pedindo um Basta! e insuflando o *impeachment* – ou como a Revista Veja faz desde sempre. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

O autor caracteriza o processo do *impeachment* e tudo o que estava por trás dele como consequência do ódio ao PT e do enquadramento anti-corrupção a partir do que ele chama de “judicialização do jornalismo”. Várias figuras de linguagem marcam o texto citado a partir de enunciados como “tribunal-noticiário”, “aponta o dedo e dá sua sentença sobre quem é e quem não é bandido”, “julgamento-matéria”, entre outros.

6.2.2 As temáticas

Assumidamente, o Marco Zero Conteúdo possui uma linha editorial voltada para as questões de poder que envolvem sociedade civil e poder público, sociedade civil e poder privado, justiça social, semiárido, direito à cidade, entre outros; mas, segundo Portela, o “guarda-chuva” desse veículo é democracia e direitos humanos. Mesmo em uma temática como o *impeachment*, todas essas questões estiveram

presentes como pano de fundo da narrativa. Ao falar sobre os enquadramentos narrativos do MCZ, Laércio acrescenta: “no jornalismo independente, há transparência de onde vêm os recursos, de posicionamento e de enquadramento”.

Laércio Portela questiona se não seria um descompromisso com os direitos fundamentais, inclusive, garantidos constitucionalmente, essa ideia de imparcialidade. O jornalista corrobora o argumento de Iris Young (2012) que critica a ideia de “não lugar” ou “lugar nenhum” possível no jornalismo, sobre a falsa ideia de objetividade e imparcialidade, conceitos tidos como atributos “naturais” do jornalista, ao qual cabe o papel de falar sobre qualquer assunto sem comprometer a reportagem com seu enquadramento.

Na narrativa do *impeachment*, os textos do Marco Zero Conteúdo buscam o enfoque da crítica midiática, sobretudo, denunciando os processos de manipulação. Portela mostra que a mídia independente deve direcionar sua perspectiva aos fatos ausentes no debate público proposto pela grande mídia a partir dos parâmetros do jornalismo. Ele justifica que o enfoque da cobertura da grande mídia era importante naquele momento histórico, pois foi a atuação da mesma junto ao judiciário e setores conservadores da política que foram determinantes no processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma.

O narrador traz as questões de regulamentação da grande mídia, a perspectiva da desigualdade e dos programas sociais e suas ameaças a partir do governo de Michel Temer.

Para que serve a imprensa? Há um certo consenso nas redações pelo Brasil e o mundo afora de que a grande mídia é uma espécie de cão de guarda do interesse público, um xerife a postos para proteger a sociedade e fornecer – com isenção, imparcialidade e equilíbrio – as informações e fatos mais relevantes para que o público possa criar seu juízo de valor e tomar as suas próprias decisões. Mas se esses ideais podem ser questionados no seu dia a dia, em tempos sombrios, como os que vivemos agora, eles estão definitivamente em xeque. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)⁵⁵

O MCZ busca ressaltar que a mídia não está fazendo o seu papel, que precisa ser investigada e analisada e, para confirmar o seu enquadramento narrativo, vários teóricos da área da comunicação são entrevistados ou abordados na perspectiva analítica.

⁵⁵ Manual para ler a mídia em tempos sombrios: as lições de Perseu Abramo. Disponível em: < <http://marcozero.org/manual-para-ler-a-midia-em-tempos-sombrios-as-licoas-de-perseu-abramo/> > Acesso em 17 de março de 2016.

Várias temáticas estiveram sob o pano de fundo da narrativa do *impeachment*, a exemplo da questão de gênero ou do impacto em relação às minorias, de acordo com Portela.

O *impeachment* não se tratava apenas de uma disputa política, mas sobre quem vai comandar, para quem vai comandar e como se dará esse comando. Toda a nossa cobertura esteve atrelada ao impacto da política sobre o cotidiano das pessoas, do ponto de vista de raça, classe, gênero, de território: periferia, centro, entre outros. A gente cobriu o *impeachment* para além do que estava acontecendo no Congresso Nacional, com foco na repercussão na vida das pessoas. (PORTELA, 2018)

6.2.3 As personagens

A partir de sua prioridade temática, diversos tipos de personagens estão presentes nas reportagens do Marco Zero Conteúdo, sobretudo aqueles atores sociais ausentes nas narrativas da grande mídia. Ao problematizar o preceito de ouvir os dois lados da história, o jornalista Laércio Portela comenta que a crítica de que a mídia independente não ouve os dois lados é meramente política, pois é um argumento usado para deslegitimá-la.

Portela acrescenta que os narradores da MZC fazem os contatos, sempre que necessário, com todos os lados envolvidos, mas muitas vezes não obtém resposta.

Durante muito tempo, os poderes público e privado não falavam com a Marco Zero. Eles fazem isso para deslegitimar e enfraquecer a mídia independente. Ignoram. A partir da seguinte lógica: eu não te chamo para as coletivas, eu não te passo os releases e as pautas, eu não respondo tuas demandas; torcendo para que isso acabe. Eu vou esvaziar, eu controlo as informações. Outra que a fala está sempre intermediada por assessores, eu nunca consigo falar diretamente com os atores. Então, essa técnica foi utilizada nos primeiros anos da Marco Zero. Ignora. Não responde. Não fala. (PORTELA, 2018)

Laércio pondera que é preciso que esses poderes dialoguem com a mídia independente, e ele reconhece que esse diálogo se dá quando essa mídia se torna jornalisticamente relevante a partir de sua visibilidade. “A gente sabe que tem uma conta. Qual? Ele [público ou privado] só vai falar com a mídia independente quando no cálculo dele deixar de falar estiver custando mais para a imagem dele do que falar. Isso só acontecerá quando o veículo estiver fortalecido”. Portela enfatiza que, atualmente, a postura desses poderes com a MZC tem mudado. “A gente demanda estado, prefeitura ou empresas privadas, eles podem até não responder, mas

pedem dois ou três dias, porque estão discutindo se vão falar conosco ou se vão emitir, simplesmente, uma nota” (PORTELA, 2018).

As personagens da narrativa do *impeachment* igualmente como nos demais veículos são muito parecidas, a exemplo da mídia, especialmente a Rede Globo, a Veja, Época e Folha de SP. Essas personagens são vistas como as verdadeiras responsáveis pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff juntamente ao judiciário, após a operação Lava Jato; e parte do PSDB, por não se conformarem com o resultado das urnas em 2014. Além destas, na trama, evidencia-se a atuação de Eduardo Cunha e Temer, entre outros políticos.

O grau de virulência e espetacularização da cobertura das denúncias contra o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma comparado ao silêncio condescendente em relação a acusações envolvendo personagens como FHC, Geraldo Alckmin, José Serra e Aécio Neves é notório. O critério de noticiabilidade que funciona no caso dos petistas não serve para as lideranças tucanas. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)⁵⁶

Nesse texto, ao comentar os padrões de manipulação do teórico Perseu Abramo, o narrador busca destacar como cada um é encontrado nos meios de comunicação.

A descontextualização é a filha mais velha da fragmentação. A construção diária e continuada, desde a reeleição da presidenta Dilma, de um cenário de “fim de mundo” foi obstinadamente perseguida pela grande imprensa. O noticiário negativo serviu frequentemente como pauta política para os agentes do capital financeiro (o tal “mercado”) e a oposição radical. Dados econômicos foram e são apresentados fora do contexto internacional, as “expectativas” do mercado se transformaram em “dados de realidade”. A especulação com o dólar e a flutuação da bolsa de valor ganham o status de humor da opinião pública nacional. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

Em oposição aos vilões, as personagens Lula e Dilma aparecem como protagonistas em todo o enredo do *impeachment*. As mesmas aparecem na condição de heroína.

É curioso que durante os anos da gestão presidencial de Lula e no primeiro mandato da presidenta Dilma os ganhos sociais e econômicos alcançados tenham sido sistematicamente apresentados pela grande mídia fora do seu contexto, parecendo no mais das vezes não estarem vinculados a ações efetivas de governo, mas resultado natural de um momento de bonança mundial. Assim, os problemas econômicos de hoje estão relacionados a ações internas

⁵⁶ Manual para ler a mídia em tempos sombrios: as lições de Perseu Abramo. Disponível em: < <http://marcozero.org/manual-para-ler-a-midia-em-tempos-sombrios-as-licoas-de-perseu-abramo/> > Acesso em 17 de março de 2016.

de má gestão e o sucesso de ontem ao cenário positivo internacional. Um veneno meticolosa e fragmentariamente inoculado na consciência do leitor/telespectador ao longo dos últimos anos. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

Eduardo Cunha é evidenciado nesse texto como o responsável pelo complô para a retirada de Dilma Rousseff da presidência. “Justamente ele, Cunha, o personagem central e permanente do 'projeto' de desestabilização do governo Dilma” (MARCO ZERO, 2016). Corroborar, portanto, com a perspectiva da imagem do personagem vilão.

Há ainda personagens secundárias de modo semelhante como observamos no grupo Jornalistas Livres. Elas são integrantes de movimentos sociais ou professores universitários. Sobre essas personagens inclusas nas matérias, Laércio Portela ressalta:

Outra coisa importante é legitimar os atores que estão na disputa da narrativa. Não basta ouvir o outro lado, qual o lugar que você dá ao outro lado, é um lugar de legitimidade ou de deslegitimidade? O equilíbrio não está em ouvir, mas em qual lugar você está colocando esse outro. A gente legitima esses atores que tradicionalmente são deslegitimados pela política, pela economia, pelo mercado financeiro e pelo jornalismo tradicional. (PORTELA, 2018)

Diferentes personagens professores falam na matéria “Manual para ler a mídia em tempos sombrios: as lições de Perseu Abramo” e problematizam o papel da mídia e as questões relacionadas ao *impeachment*. O narrador articula o ponto de vista de cada professor de comunicação que tece críticas sobre como a cobertura midiática se deu naquele contexto, concluindo que a mídia agiu com parcialidade.

Na citação, abaixo, vê-se que a primeira personagem está preocupada com o fato de não haver espaço para que grupos de “esquerda” possam falar, para que movimentos sociais tenham abertura na grande mídia. Tece ainda uma crítica ao fato de que grupos ditos de direita tenham ganhado espaço, a exemplo do líder do MBL, que passa desde então a ser colunista na Folha de S. Paulo.

Qual o papel dos veículos de comunicação? Dar espaço desproporcional a estes grupos de pensamento de direita. E aí surgem os Kim Kataguiri (jovem líder do MBL) sem trajetória popular e que se torna uma celebridade (mais novo colunista do jornal Folha de S. Paulo) ao passo que movimentos sociais do Brasil não conseguem furar o bloqueio dos grandes jornais. Os meios de comunicação deliberadamente abrindo espaço e alavancando o discurso da direita. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

A segunda personagem propõe que a imparcialidade midiática está sendo descreditada. Segundo essa personagem, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff não seria possível sem a união entre judiciário e a mídia; denominando-o, assim, de “golpe jurídico-midiático”.

O que houve foi um golpe jurídico-midiático. Uma combinação de ação do Poder Judiciário, com ativismo claro da Primeira Instância que violou, inclusive, alguns direitos dos investigados e de seus advogados. E que garantiu a manutenção de Eduardo Cunha até o fim do processo de *impeachment* na Câmara, seguida de sua saída posterior feita de forma cirúrgica pelo STF. O sistema jurídico estava armado para esse desfecho, mas sem a mídia o processo junto à opinião pública não andaria como andou. Sem a mobilizando das ruas e a cobertura da Lava-Jato toda centrada em cima do PT. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

A terceira personagem também concorda com o fato de que há uma união entre a mídia e o judiciário para perseguir determinados políticos e, enfim, também ser favorável ao *impeachment*.

Há um bombardeio constante desde o mensalão até o golpe recém-desfechado. Ele mostra, inclusive, como funciona esse sistema em que o Ministério Público ou o juiz usa a mídia para divulgar informações que vão criar o clima propício para alimentar a investigação que lhes interessa. Mas não foi o juiz do Paraná que disse que era preciso usar a mídia? Nenhuma surpresa nisso, a não ser pelo fato de que as instituições supostamente republicanas são coniventes com esses desvios de função, às vezes criminosos. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

Esse trecho é uma evidência do que denuncia a pesquisadora Elisabeth Noelle-Neumann sobre a legitimação dos desvios realizados pela grande mídia quando não condenados com veemência.

A quarta personagem critica a ideia de contraponto atribuída à internet, mas concorda que a grande mídia atua de modo a ocultar, apagar e sonegar informações. Corroborar, desse modo, com as demais personagens em relação às escolhas parciais que a grande mídia faz.

A ideia de contraponto não me agrada. Acredito que o jornalismo da internet e a sociedade civil organizada podem produzir informações que são ocultadas, apagadas e sonegadas pela grande imprensa. Podem ser um lugar para o debate e a reflexão de temas que não são debatidos em outros lugares. Contraponto remete-me a algo que responde a alguma coisa. Entendo que não é este o papel da produção de informações na internet. Ela deve se abrir às muitas vozes, às diferenças, às diversidades”. (MARCO ZERO CONTEÚDO, 2016)

Por fim, ao discutir sobre a inclusão de personagens contrárias ao enquadramento do veículo, Portela afirma que o equilíbrio no preceito de ouvir os dois lados no jornalismo convencional é falso, pois é preciso levar em consideração as outras características estruturais na narrativa, a exemplo do título, da foto, da posição que se coloca cada personagem e o enquadramento.

6.3 AGÊNCIA PÚBLICA

A Agência Pública foi fundada em 2011 e tem como foco o jornalismo investigativo voltado para a defesa dos direitos humanos, a investigação dos poderes públicos, a denúncia de abusos contra populações socialmente excluídas, entre outros temas de interesse público. Suas reportagens são aprofundadas com dados diversos e os documentos usados para embasar a matéria, geralmente, são disponibilizados, a exemplo de planilhas, teses, links para outras reportagens, vídeo, *podcast* e foto.

Atualmente, a AP possui 17 profissionais: quatro são editores, dos quais, duas pessoas delas são as diretoras, Natália Viana e Marina Amaral. Os editores são também repórteres em algum momento e, além deles, há ainda oito repórteres.

Esse veículo atua como agência de conteúdo e oferece para outros sites de notícia a livre republicação sem nenhum custo. Ele funciona por meio de financiamento coletivo, ao criar campanhas para arrecadação de dinheiro, bem como, por meio de recursos oriundos de patrocínio, editais e financiamento de organizações como Fundação Ford, Fundação OAK, Fundação Open Society, entre outras. Em seu site⁵⁷, declara que apenas 3% de seus recursos são provenientes de *crowdfunding*, 67% são das organizações, 9% são de patrocínios e 21% são de projetos. A coordenadora de comunicação da Agência Pública, a jornalista Marina Dias (2019)⁵⁸, acrescenta que, a longo prazo, a meta da AP é aumentar o financiamento do público.

Dias (2019) explica que há dois tipos de financiamento provenientes de fundações. “Um é institucional, sendo este direcionado para a Agência Pública; e o outro funciona a partir de financiamento por projetos; neste, nós apresentamos um

⁵⁷ Transparência da Agência Pública. Disponível em: < <https://apublica.org/transparencia/> > Acesso em 08 de janeiro de 2019.

⁵⁸ DIAS, Marina. Entrevista concedida a Karolina Calado. Recife, 21 de janeiro de 2019.

projeto de investigação e a fundação pode financiar ou não” (DIAS, 2019). Ela afirmou que o veículo sempre teve esse modelo de financiamento, desde a sua criação. A princípio, teve o apoio de fundações e, após dois anos, passou a fazer campanhas de *crowdfunding*. Questionada sobre a viabilidade econômica de seu formato financeiro, ela explica que esse é um modelo viável porque garante a independência editorial da AP.

Na seção “transparência” disponível no site, a Agência Pública enfatiza que sua política de financiamento respeita a “independência editorial” e a “integridade jornalística”, e que sua política “determina que nenhum financiador pode interferir nas investigações ou ter acesso ao conteúdo produzido antes da publicação no nosso site”.

Esse veículo também explicita em seu site o enquadramento narrativo que pauta as reportagens da Agência Pública. “Todas as nossas reportagens são feitas com base na rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos”, a partir do qual ela investiga:

A administração pública, incluindo todos os níveis de governo e as casas legislativas; os impactos sociais e ambientais de empresas, suas práticas de corrupção e de antitransparência; o Poder Judiciário, sua eficácia, transparência e equidade; e a violência contra populações vulneráveis na cidade e no campo. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018)

Ao ser perguntada sobre como se dá a escolha das pautas do veículo, a jornalista Marina Dias responde que é realizada a discussão das pautas a fim de saber se as mesmas estão dentro da proposta da Agência Pública, e se há viabilidade de execução. “A gente investiga temas de interesse público, violação dos direitos humanos e, muitas vezes, essas pautas partem dos próprios repórteres ou de discussões mesmo que a gente tem aqui, sobre o que está acontecendo no país e tal. A gente faz um debate e distribui as pautas” (DIAS, 2019). Esse depoimento reflete a discussão do *frame contest* proposta por Prudêncio (2009b).

Por ser uma agência de jornalismo investigativo, o formato de suas reportagens se aproxima do perfil do Marco Zero Conteúdo e se distancia do Jornalistas Livres. Nas matérias de cobertura do *impeachment*, observamos que grande parte delas se volta para o factual, para a sucessão dos fatos de modo cronológico, evidenciando cada novo episódio que surge na Câmara e no Senado Federal.

Nesse mesmo espaço independente surge, então, a oportunidade de fazer um jornalismo mais aprofundado, sem a preocupação com o tamanho dos textos. Nele, espectadores financiam e participam da produção jornalística de maneira dinâmica e plural. A Agência Pública, por exemplo, permite que as pessoas que doam em campanhas de *crowdfunding* se tornem membros do conselho editorial do veículo. Mensalmente, é solicitado desses membros o voto na pauta que será executada pelos repórteres e qual assunto será investigado. Essa atitude demonstra ser uma estratégia de aproximação com o leitor/financiador.

6.3.1 Os narradores

O narrador na Agência Pública de Jornalismo Investigativo, semelhante ao do Marco Zero Conteúdo, busca zelar pelo padrão jornalístico do jornalismo convencional, no sentido estilístico do texto, a exemplo do mecanismo de “ouvir os dois lados”. “A gente busca uma gama grande de fontes, a gente busca ouvir todo mundo que está envolvido na questão para fazer a matéria. A gente se preocupa muito com a nossa credibilidade, mesmo” (DIAS, 2019).

A AP não se mostra militante em sua escrita e procura explicitar que seu conteúdo é diferenciado por ser pautado na investigação e na qualidade da informação. “A Pública distingue-se por aliar preocupação social com jornalismo independente e de credibilidade. Nossa missão é produzir jornalismo investigativo e fomentar o jornalismo independente na América Latina” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2018). Acrescenta que tem por princípios editoriais os seguintes valores: “Independência editorial”, “promoção dos direitos humanos e do direito à informação e qualificação do debate democrático”, “jornalismo investigativo e inovador, com apuração isenta e criteriosa, baseada em fontes primárias”, “construção da igualdade de gênero”, “ambiente cooperativo, com estímulo à formação de jornalistas éticos e competentes”.

Tendo em vista seu perfil jornalístico, poderíamos, então, enquadrar o narrador da Agência Pública na categoria “jornativista” (PRUDÊNCIO, 2009b), uma vez que a apresentação noticiosa tem um valor-notícia cujo enfoque está no valor-narrativa, ou seja, no impacto através de sua qualidade narrativa.

Em sua escrita, o narrador da Agência Pública procura transparecer que não narra, que não usa estratégias para causar efeito de sentido, mas tal atitude revela sua estratégia de atuação no palco social, segundo conceito de Goffman, almejando

tornar sua produção legítima e confiável, assim como é percebida a produção da grande mídia. “Tudo o que a gente faz é jornalístico, já é investigativo. A gente não faz opinião. Apesar de a gente ter essa linha [voltada para a defesa dos direitos humanos e assuntos de interesse público], a gente tenta ser imparcial. A gente tenta não ser partidário” (2019, DIAS). Há, nessa fala, uma tensão em relação ao perfil de jornalista identificado, ao procurar trazer os enquadramentos de grupos vulneráveis e a reprodução do mito da imparcialidade do jornalismo objetivista, que tem a objetividade como sinônimo de honestidade de intenções, quando, na verdade, não é, funcionando como uma cortina ideológica para ocultar suas pretensões.

Diferentemente dos outros veículos analisados, a Agência Pública foi mais cautelosa em desenvolver uma escrita militante que demarque os seus posicionamentos na narrativa do *impeachment*. Apesar de declarar que sua produção se volta para a defesa dos direitos humanos, em sua cobertura, somente é possível observar as pistas deixadas pelos narradores a partir da análise de seu enquadramento e das suas escolhas minuciosas durante o percurso narrativo.

Na narrativa citada, observamos que a AP não utilizou a palavra golpe ao se referir ao processo que resultou na retirada da ex-presidente Dilma Rousseff da Presidência da República. Em sua matéria “Conversa Pública #5: Foi Golpe?”, que cobre um dos eventos idealizados por esse veículo, os participantes questionam se o *impeachment* é golpe e descrevem toda a atuação parcial da grande mídia. Mesmo assim, a Agência Pública busca o distanciamento ao promover esse debate.

Em uma seção do site denominada “De olho”, constantemente, saíam informações sobre o andamento do *impeachment* no Congresso Nacional, bem como, outros assuntos em pauta naquele ambiente. O texto “Últimos passos do *impeachment* marcam semana no Senado”⁵⁹ ilustra as características do jornalismo convencional, a exemplo do *lead*.

O plenário do Senado recebeu, na quinta-feira (4), o parecer – aprovado por 14 votos a 5 pela comissão especial – que pede a continuidade do processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff. Agora, o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG) precisa ser aprovado pela maioria simples (dos presentes em plenário) para que o julgamento prossiga. Uma vez

⁵⁹ Últimos passos do *impeachment* marcam semana no Senado. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/08/truco-de-olho-ultimos-passos-do-impeachment-marcam-semana-no-senado/> > Acesso em 7 de agosto de 2016.

admitido pelo plenário, em sessão marcada para terça-feira (9), Dilma enfrentará o julgamento final, previsto para o final do mês.

Na terça (9), a Presidência do Senado será transferida ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, a quem caberá a coordenação dos trabalhos, na fase conhecida como “juízo de pronúncia”. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Observamos, então, que esse veículo zela pelas perguntas componentes do *lead*: “o que, como, quem, onde, por que e como”, e se apropria dos termos jurídicos referentes ao processo de *impeachment*, a exemplo dos enunciados “juízo de pronúncia” e “libelo acusatório”: “Assim que for recebida a contraposição ao libelo acusatório, a sessão de julgamento será agendada e as partes deverão ser notificadas com antecedência de 10 dias. A previsão é que a votação final do *impeachment* seja realizada entre os dias 25 e 26 de agosto”. Portanto, a utilização de termos jurídicos configura também estratégias argumentativas, uma vez que se aproximar da linguagem jurídica pode gerar um efeito de real almejado pelo veículo.

Algumas frases de impacto também são usadas pela AP para provocar efeito de sentido e conduzir os leitores ao enquadramento desejado, a exemplo da matéria sobre as pedaladas fiscais, “Pelo menos 17 governadores pedalaram impunemente”⁶⁰, na qual o narrador relata a impunidade das pedaladas nos estados:

A adoção de malabarismos contábeis em que se baseou o pedido de *impeachment* da presidente afastada, Dilma Rousseff, não é exclusividade do governo federal. A Agência Pública analisou pareceres prévios dos Tribunais de Contas dos estados (TCEs), votos de alguns de seus conselheiros e manifestações dos Ministérios Públicos de Contas (MPCs) de 20 unidades da Federação, entre 2013 e 2014, e concluiu que, na interpretação geral do conceito, pelo menos 17 governos teriam praticado pedaladas fiscais”. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Esse narrador utiliza a metáfora “malabarismos contábeis” para se referir às manobras fiscais feitas pela presidenta Dilma e conduzir o leitor a seguinte conclusão: grande parte dos estados pedalou, mas ficou impune, diferentemente da presidente Dilma Rousseff.

A Agência Pública busca situar seu foco no jornalismo investigativo e desenvolve vários aspectos para construir o seu enquadramento baseado na investigação. Ela se assemelha à boa parte do jornalismo convencional com foco na

⁶⁰ Pelo menos 17 governadores pedalaram impunemente. Disponível em: < <http://apublica.org/2016/06/truco-pelo-menos-17-governadores-pedalaram-impunemente/> > Acesso em 8 de junho de 2016.

investigação, a partir dos aspectos de inclusão de dados, sejam eles numéricos, históricos e estatísticos. Contudo, não se omite de fazer um enquadramento, uma interpretação, um juízo sobre os acontecimentos, como defendem Entman (1993), Park (2008) e Neumann (2003).

A busca pela veracidade da informação e pelo aprofundamento a partir da qualidade da investigação é uma das características mais fortes do jornalismo desse veículo. Várias Planilhas são analisadas e incorporadas às matérias, bem como, apresentação de dados estatísticos. Com tais aspectos vimos surgir o Truco, a partir do qual, a Agência Pública desenvolveu um projeto de fact-facking⁶¹ para saber se as informações que circulam ou que são proferidas por parlamentares no Congresso Nacional são exageradas, falsas, verdadeiras, etc.

Durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, pudemos verificar a checagem de informações com dados para comprovar ou questionar a fala de deputados em plenário. Para tanto, os dados eram analisados, sistematizados e expostos na AP, a exemplo da informação sobre gastos nos governos de Dilma e Lula, cujo título da matéria era “Deputado blefa ao acusar Lula e Dilma de gastar o dobro da receita”⁶².

“O governo gastou, no mínimo, duas vezes mais do que a receita nos últimos oito anos” – deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), em discurso na Câmara no dia 16.

(...) O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) interpretou de forma equivocada números apresentados pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. (...) O Truco no Congresso – projeto de fact-checking da Agência Pública, feito em parceria com o Congresso em Foco – verificou a frase e descobriu que isso não aconteceu, o que torna a afirmação falsa. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Com números sistematizados e detalhados, esse projeto busca explicar o porquê de a acusação ser falsa:

O que houve, portanto, foi um aumento do gasto (51,1%) a uma taxa que excedeu em duas vezes a da arrecadação (16,4%). Trata-se de uma comparação entre índices de crescimento, e não entre os valores absolutos dos recursos. Se o governo tivesse gastado “duas vezes mais do que a receita”, como disse o parlamentar, em 2015, por exemplo, dada a arrecadação de R\$ 1,12 trilhão, as despesas

⁶¹ Truco. Disponível em: < <https://apublica.org/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/> > Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

⁶² Deputado blefa ao acusar Lula e Dilma de gastar o dobro da receita. Disponível em: < <http://apublica.org/2016/06/truco-deputado-blefa-ao-acusar-lula-e-dilma-de-gastar-o-dobro-da-receita/> > Acesso em 28 de junho de 2016.

teriam sido de R\$ 3,36 trilhões. Assim, o rombo histórico registrado no ano passado, de R\$ 115,6 bilhões, teria sido quase 20 vezes maior, de R\$ 2,24 trilhões. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Nos textos factuais de informação sobre a rotina no Congresso Nacional, durante o *impeachment*, esse veículo respeita o *lead* e cita falas de algumas personagens; buscando informar e certificar sua veracidade através de números. Para tanto, utiliza bastante infográficos para ilustrar os dados.

Outro recurso também usado pela AP é o adjetivo, empregado para situar, abordar ou meramente caracterizar as ações e indivíduos descritos. Na narrativa do impeachment, pouco vimos frases de efeito tão explícitas, com o viés analítico, como vimos em outros veículos analisados, mas isso não quer dizer que a AP seja mais neutra ou objetiva, significa dizer que a mesma desenvolve um outro tipo de enquadramento com a intenção de provocar no leitor um sentido de veracidade e confiabilidade.

Assim como nos outros veículos analisados, o recurso “figura de linguagem” também é usado pela Agência Pública. No texto “Votação do impeachment eleva tensão no Congresso”, a metáfora “prova de fogo” caracteriza a divulgação do parecer do relator Jovair Arantes (PTB-GO) na Câmara Federal.

Depois de cinco anos e três meses de mandato, a presidente Dilma Rousseff terá nesta semana uma prova de fogo definitiva no Congresso – e que, na pior das hipóteses para ela, pode resultar na interrupção de seu segundo mandato nos próximos meses. O teste fatal tem data marcada. Na sexta-feira (15), caso seja obedecido o cronograma da Comissão do Impeachment, deputados votarão em plenário o parecer do relator Jovair Arantes (PTB-GO) pela admissibilidade do processo de deposição presidencial. Pode ocorrer uma ofensiva judicial do Palácio do Planalto, que ameaça recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o texto de Jovair. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Em relação aos dêiticos espaço-temporais, durante o período de análise, observamos que a utilização se dá para situar os leitores na narrativa, tornando-se, portanto, de caráter descritivo. O narrador procura utilizar com precisão os horários de cada evento sobre o impeachment, a exemplo do dia de votação, reuniões ou apresentação de relatórios, e relata quanto tempo tem cada parlamentar para acusar ou defender a presidente. No trecho do texto “Bancadas de investigados e empreiteiras votaram para afastar Dilma”, observamos que o narrador situa a narrativa no espaço do Senado Federal e descreve como foi a aprovação da abertura do processo de impeachment.

O plenário do Senado Federal aprovou, pouco depois das 6h30 desta quinta-feira (12), a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff (PT). Com isso, ela fica afastada da Presidência da República até a conclusão do julgamento de crime de responsabilidade pelos senadores, o que pode levar até 180 dias. Com 55 votos favoráveis, o apoio ao processo foi manifestado por 67,9% dos 81 senadores, porcentual próximo do obtido na Câmara (71,54%). No Senado, conseguiram votos a favor do impeachment acima do índice geral as bancadas do agronegócio (87,1%), empresarial (80,65%), dos parentes (80,39%), investigados (75%), evangélica (75%), da saúde (75%) e das empreiteiras (68,75%). (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Em outros textos, observamos que o narrador também situa a narrativa a partir do efeito que deseja provocar, a exemplo do texto sobre como os empresários e industriais que apoiaram o impeachment. Nele, a narradora demarca os espaços simbólicos incluídos para provocar o efeito de sentido que deseja. Ela apresenta a trama da classe política com a classe empresarial; e os espaços, então, como o prédio da FIESP e a Avenida Paulista, são citadas como símbolos dos movimentos pró-impeachment. Vê-se, portanto, aqui, mais uma evidência de dêiticos espaço-temporais.

6.3.2 As temáticas

Os temas da Agência Pública também são mais focados naquilo que está sendo abordado, mas há algumas evidências do pano de fundo. Apesar de sabermos que ela trabalha com temáticas mais abrangentes como direitos humanos, África, Olimpíadas, conforme visto durante a análise, quando se trata da cobertura do impeachment, a abordagem girou em torno desse processo e em torno das personagens que estão envolvidas na trama, no projeto dramático.

No entanto, a série de notícias “De olho” traz o dia a dia do que acontece na Câmara e Senado e busca descrever os projetos de lei que estão em pauta, suas discussões e seu trâmite. A discussão no plenário diz respeito a temas variados, não necessariamente aos relacionados ao impeachment. Vejamos no trecho do texto “Votação do impeachment eleva tensão no Congresso”⁶³:

Depois de cinco anos e três meses de mandato, a presidente Dilma Rousseff terá nesta semana uma prova de fogo definitiva no Congresso – e que, na pior das hipóteses para ela, pode resultar na interrupção de seu segundo mandato nos próximos meses. O teste

⁶³ Votação do *impeachment* eleva tensão no Congresso. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/04/truco-de-olho-votacao-do-impeachment-eleva-tensao-no-congresso/> > Acesso em 10 de abril de 2016.

fatal tem data marcada. Na sexta-feira (15), caso seja obedecido o cronograma da Comissão do Impeachment, deputados votarão em plenário o parecer do relator Jovair Arantes (PTB-GO) pela admissibilidade do processo de deposição presidencial. Pode ocorrer uma ofensiva judicial do Palácio do Planalto, que ameaça recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o texto de Jovair. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Nesse tipo de texto, há temas específicos como aprovação de emenda constitucional e sua linguagem é pautada no modelo de jornalismo tradicional que se adequa ao *lead* e ao modelo de notícia tradicional e utiliza algumas citações diretas de políticos do Congresso Nacional. Dentro desse padrão noticioso que informa sobre os rumos da política do país, observamos uma multiplicidade de assuntos que são, superficialmente, citados e possui o objetivo de informar, como o projeto de lei para favorecimento dos agricultores e do agronegócio, bem como, a informação sobre a meta fiscal. Adelmo Genro Filho (1996) critica o *lead* por deixar o texto jornalístico superficial e evitar o pensamento crítico dos leitores. No entanto, observamos que a Agência Pública utiliza esse modelo com a pretensão de mostrar-se condizente com o padrão jornalístico da imparcialidade e objetividade; buscando evitar erros e penalizações conforme cita Gaye Tuchman (2016).

No truco, já citado anteriormente, outros temas surgem como pano de fundo temático, uma vez que as informações proferidas por políticos diversos são checadas e as explicações que fundamentam tais investigações são diversificadas e contextualizadas.

6.3.3 As personagens

Nos textos da Agência Pública, há inclusão de vozes das vítimas e dos vilões que compõem a narrativa. Quando esse veículo não consegue o contato, expõe tal dificuldade no texto. Entretanto, por conta da estratégia de enquadramento, as falas e exposição não se dão de modo igualitário, comprovando que não existe essa isonomia possível tão difundida pela grande mídia.

A AP é exaustiva na relatoria do *impeachment*, apresentando, detalhadamente, os nomes das pessoas envolvidas naquele processo. Ela não restringe as personagens e inclui, sempre que possível, a fala das personagens envolvidas na trama. Em um dos textos, por exemplo, descreve como se comportam as bancadas no Congresso Nacional, qual o posicionamento dos partidos políticos e de cada deputado, se são favoráveis ou contrários aquele processo. Apresenta,

ainda, as personagens auxiliares que vão surgindo, como os professores universitários da UERJ ou ex-presidente da OAB que prestaram esclarecimentos ao colegiado sobre o *impeachment*.

Muitas personagens que surgem no decorrer da narrativa ocupam cargos técnicos e são auxiliares de pessoas protagonistas ou antagonistas. Tais personagens vêm à tona a partir da cobertura interna sobre o que acontece no Congresso Nacional. Sua abordagem não se restringe a figuras como Eduardo Cunha e Aécio, por exemplo.

Identificamos que o leque de personagens foi exponencialmente ampliado para gerar o efeito de sentido de imparcialidade, direcionando seu enquadramento para assuntos como a investigação contra Temer e a investigação e condenação dos senadores Ivo Cassol (PP-RO) e Renan (PMDB-AL). Também traz entrevistas com o ex-ministro do Paraguai e com Dilma e busca direcionar seu enquadramento para os perigos do *impeachment*, ao dar oportunidade de voz a quem considera inocente. Entretanto, os narradores deste veículo fazem uso de várias estratégias para ouvir os vários lados envolvidos na trama.

Na reportagem financiada pelo coletivo “Como as federações empresariais se articularam pelo *impeachment*”⁶⁴, a narradora investiga como o processo de *impeachment* foi resultado de uma articulação previamente pensada por sindicatos representantes de empresas e indústrias ou distintos empresários que, meses antes, a exemplo da FIESP, colocou anúncios em jornais e distribuiu patos com o lema “eu não vou pagar o pato”, relacionando às políticas de impostos do governo Dilma. Nesse texto citado, a narradora observa como 10 federações estiveram em relação ao *impeachment*, comprovando que mais da metade participaram ativamente do movimento em prol do *impeachment*.

A repórter acompanha e explicita como, nos estados, cada federação se comportou frente à ameaça de *impeachment*, se em apoio ou ficando neutro, embora grande parte de seus presidentes já se declarasse favorável ao *impeachment*. A narradora procura as personagens envolvidas na trama, buscando questionar como esses empresários foram acolhidos em Brasília, como foram recepcionados pelos políticos em seu gabinete e, por outro lado, mostra o descaso

⁶⁴ Como as federações empresariais se articularam pelo *impeachment*. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/> Acesso em 25 de agosto de 2016.

com que grupos indígenas são tratados por tais políticos. A dualidade condenada está explícita na reportagem.

Sob o subtítulo “Acesso privilegiado à casa do povo”, a narradora mostra que os povos indígenas não possuem a mesma abertura no Congresso Nacional em relação aos empresários.

Se para eles a “Casa do Povo” está aberta e o acesso aos deputados e senadores não oferece obstáculos, para outras classes da sociedade brasileira a recepção é outra. (...) Eles chegaram à Câmara na hora marcada, mas só foram recebidos duas horas depois, por volta de 12h30 do dia 10. Isso porque antes deles, às 11h, Rodrigo Maia recebeu o diretor-presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, e parlamentares da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Cita também a voz de uma de uma das personagens indígenas.

“Quando chegamos aqui nessa Casa que tem uma obrigação de nos receber, enfrentamos dificuldades para entrar”, afirmou o cacique enquanto aguardava a reunião com Maia. “Às vezes a gente se sente muito constrangido porque há uma má-fé em relação a nos receber e em relação à aceitação de nossa reivindicação”, acrescentou. “A forma que o empresário chega e tem espaço para dialogar na Casa, tem espaço para entrar na Casa, para sair da Casa na hora que eles querem. Mas nós, comunidades tradicionais, quando entramos aqui, existe ali fora uma barreira para impedir a nossa entrada. Ai de nós se não trouxermos documentos, se não viermos com a roupa adequada, porque se não nós não vamos entrar”, disse a representante da Articulação Nacional de Quilombos, Fátima Barros. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

A narradora traz toda a discussão que mostra o quanto os empresários interferiram na decisão de os parlamentares serem favoráveis ao *impeachment*. Há entrevista com o senador Romero Jucá, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) e a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), para saber até que ponto os parlamentares foram influenciados pelos empresários. A narradora mostra a contradição na fala de ambos e evidencia a influência dos empresários nas decisões de deputados e senadores. Aqueles fazem um considerável número de representantes que compõem a comissão/assessoria responsável por acompanhar o andamento de projetos de lei e emendas de seu interesse.

Apesar de a Agência Pública estar na tentativa de “ouvir os dois lados” da trama, sabemos que ela possui um lado. Essa parcialidade é valorizada por Park (2008) e Neumann (2003) que mostram que não somente é preciso trazer os

diferentes lados, bem como fazer um juízo que permita ao cidadão formar uma “vontade política”. A narradora explicita que há uma injustiça em curso, tramada pela classe empresarial juntamente a alguns atores políticos. Tal proposição, confirma-se na matéria sobre as pedaladas nos estados, ressaltada anteriormente. Seu enquadramento situa a presidente Dilma em uma posição de vítima, de injustiçada.

Empresários de todos os cantos do país desembarcaram em Brasília nos meses de março e abril com uma missão definida: visitar deputados de seus estados e convencê-los a votar pela abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT). Eles se espalharam discretamente pelos corredores do Congresso em busca de votos, principalmente os dos parlamentares indecisos. E, na avaliação dos representantes dos empresários, o lobby, liderado pelos sindicatos patronais, surtiu efeito.

“Foi uma viagem muito produtiva não só pelos resultados como pela mobilização em si. Fizemos um trabalho de corpo a corpo com os parlamentares paranaenses e chegamos a ir à casa de um deles, que estava indeciso”, relatou Elaine Rodrigues de Paula Reis, diretora do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná (Sinqfar). Ela integrou a comitiva da Fiep, formada por 50 lideranças empresariais, à capital federal no dia 17 de abril, quando a votação na Câmara abriu caminho para o processo de *impeachment*. De acordo com o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, pelo menos seis votos foram revertidos “graças à mobilização da população e ao trabalho dos empresários”. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Aqui, relata como as federações votaram, começa com a CNI, Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Federação das Indústrias do Espírito Santo, Federação das Indústrias de Goiás, Federação das Indústrias de Minas Gerais, Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, Federação das Indústrias do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Federação das Indústrias de Santa Catarina e Federação das Indústrias de São Paulo.

A narradora descreve como essas federações apoiaram, estiveram neutra ou não apoiaram oficialmente o *impeachment*. As que apoiaram, ela mostra como o fez, seja através de entrevista à imprensa, manifesto ou carta aberta. Por meio de um gráfico, mostra toda a movimentação: entrevistas, telão para a votação, distribuição de pato, no caso da Fiesp, entre outras festas. A Fiesp recebeu um destaque maior dado o seu empenho em, inclusive, colocar anúncios em 21 estados em defesa do *impeachment*.

Liderou a campanha “Não vou pagar o pato”. Em 13 de dezembro, durante manifestações favoráveis ao *impeachment*, distribuiu vários patos e colocou um pato de 12 metros de altura na Avenida Paulista, em frente ao prédio da entidade. No dia seguinte, em 14 de dezembro, anunciou apoio formal ao pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff. Em 29 de março, a Fiesp e centenas de entidades publicaram nos principais jornais do país anúncio percorrendo 14 páginas do primeiro caderno dos jornais, defendendo “*Impeachment Já*”. Outra rodada de anúncios foi feita em 21 estados com a divulgação de foto, telefone, páginas no facebook, dos parlamentares. (...) E seguiu repetindo bordões que soaram como música no ouvido do empresariado: “A iniciativa privada tem que ser prestigiada porque ela garante o emprego do nosso país”; “A iniciativa privada que é a força motriz do próprio governo”. Destaca a fala de Temer e traz a metáfora. (...) O primeiro representante dos empresários a defender o *impeachment* foi um aliado de Temer, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Paulo Skaf, em declaração feita no dia 14 de dezembro do ano passado. Desde então, tornou-se um militante da causa e articulador do processo junto ao empresariado. A sede da Fiesp se transformou em ponto de manifestações favoráveis ao *impeachment*, e o famoso pato inflável, criado para a campanha contra aumento de impostos, virou símbolo contra o governo da petista. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Uma das personagens bastante citada na matéria é o presidente da FIESP, Paulo Skaf. Sua fala está presente no texto e é apontado pela repórter como o articulador junto aos empresários pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma. Ao se referir ao Skaf como cacique do governo Temer, o termo se revela pejorativo.

A diretoria da CNI conta ainda com Paulo Skaf na vice-presidência, que também está à frente da Fiesp e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Aliado de Michel Temer, Skaf tornou-se “cacique” peemedebista já no comando das instituições paulistas, onde está desde 2004. Em 2014, ele chegou a disputar uma vaga ao governo de São Paulo e recebeu R\$ 236,3 mil de doação de dirigentes da Fiesp. A Pública fez um levantamento na diretoria das dez maiores federações para entender as relações dos dirigentes com os partidos políticos. Em todas, há diretores que fizeram doações nas últimas eleições. Em Minas e São Paulo, o número de doadores foi mais expressivo, 12 e 26, respectivamente. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

Observamos que o papel exercido por Eduardo Cunha nas narrativas de mídia analisada está em oposição ao papel exercido por Dilma Rousseff, por exemplo. O discurso presente orienta que o *impeachment* de Dilma é consequência da atitude do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Enquanto Dilma, inocente, está pagando por um crime que não cometeu, Eduardo Cunha continua com suas articulações e privilégios e com risco de ainda não ser cassado.

Ao deixar o papel do narrador de lado, percebemos que a própria personagem constrói a sua persona, a sua máscara; e o seu conjunto de enunciados é capaz de provocar várias reações no público. Em diversos momentos, no texto analisado, identificamos no ex-deputado Eduardo Cunha tentativas da prática de atos perlocucionários (HABERMAS, 1999), porém, malsucedidos devido à desconstrução promovida pelo posicionamento da mídia independente.

A personagem do ex-deputado federal cassado é construída com características negativas que o tornam vilão. Na reportagem analisada, grande parte do espaço é ocupado pelas falas defensivas de Cunha. Nela, observamos poucos adjetivos que marcam a natureza vilã do mesmo, no entanto, toda a construção anterior e posterior de outras reportagens nos permite desenvolver tal afirmação. Na citação abaixo, temos um exemplo da forma como o aliado do ex-deputado Eduardo Cunha é descrito na reportagem⁶⁵.

Não é de hoje que se sabe que o deputado federal André Moura (PSC-SE) faz parte da tropa de choque de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na Câmara dos Deputados. Moura em diversas ocasiões mostrou-se como um fiel aliado. Quando Cunha decidiu romper com o governo federal, no ano passado, o parlamentar – que responde a processos no Supremo Tribunal Federal (STF) e é acusado de tentativa de homicídio – estava ao seu lado. (AGÊNCIA PÚBLICA)

No texto em que Eduardo Cunha tem a oportunidade de falar, existe uma dualidade, há um predomínio da fala dele enquanto “inocente”, que se defende, e há também uma seleção de falas tanto de deputados que o defendem, quanto que o acusam. Essa estratégia da Agência Pública nos dá sensação de que ela se revela imparcial. “O truste não tem dono, não é conta, não é investimento, não é patrimônio; o truste é uma benção. É uma expectativa divina, é um dinheiro que nasce do nada, pena que não para todos os brasileiros’. 'Não existe benção', refutou Cunha” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

Mais adiante, o narrador faz uso de adjetivos para qualificar ações da personagem vilã. “Aparentemente ansioso, balançando as pernas, disse que há um 'jogo político' contra ele, inclusive no repúdio às manobras de aliados do peemedebista que protelaram os trabalhos a ponto de o processo se tornar o mais longo da história do conselho” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016). A partir dos

⁶⁵ 3 frases que mostram o poder de Cunha. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/05/truco-3-frases-que-mostram-o-poder-de-cunha/> > Acesso em 20 de maio de 2016.

questionamentos, Eduardo Cunha coloca outras falas na direção da perspectiva de inocência: “O patrimônio não me pertence, não podia movimentar e nem sequer dispor dos bens. Considerar isso uma conta bancária, igual à que qualquer um dispõe livremente, é uma comparação absurda que não tem comprovação” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

O narrador acrescenta outras descrições. “Apesar de ironias ou de provocações pontuais, o tom do presidente afastado da Câmara, em geral, poucas vezes se alterou” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016). E continua: “aos seus primeiros julgadores – os conselheiros – o peemedebista repetiu exaustivamente que possui um truste na Suíça, não uma conta bancária, e se esforçou para destacar as diferenças entre os dois para, assim, convencer os colegas de que não mentiu à CPI” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

O repórter estende seu texto e complementa:

Sempre combativos, os aliados de Cunha no colegiado não deixaram de se manifestar hoje. “Cumprir o regimento passa a ser crime, na Câmara Federal”, lamentou Carlos Marun (PMDB-MS) sobre o afastamento de Cunha pelo STF. O deputado foi autor de parte dos sucessivos recursos apresentados ao Conselho para protelar os trabalhos ou, como alega, para fazer valer o Regimento Interno da Câmara. (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)

O espaço dado para várias falas dessa personagem é considerável e a seleção feita pelo narrador indica a defensiva de Eduardo Cunha. “O patrimônio não me pertence, não podia movimentar e nem sequer dispor dos bens. Considerar isso uma conta bancária, igual à que qualquer um dispõe livremente, é uma comparação absurda que não tem comprovação” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

7 CONCLUSÃO

Optamos por analisar a narrativa porque entendemos que é na materialidade textual que é possível observar, de forma minuciosa, as intencionalidades, seus critérios de noticiabilidade e seus enquadramentos. Então, a partir de recursos linguísticos como dêiticos espaço-temporais, adjetivos, figuras de linguagem; construção, hierarquia e personificação das personagens como heroínas ou vilãs, conseguimos mapear as estratégias de efeitos de sentidos usadas pelos narradores da mídia independente e, assim, pudemos testar nossa hipótese central.

Ao finalizar nossa análise, constatamos que a mídia independente, de modo estratégico, procura abordar assuntos não pautados pela grande mídia e insere um número acentuado de personagens que reflete as distintas realidades do Brasil e do mundo, mesmo que essas personagens não apresentem o dissenso. Ainda, diante de uma postura de reconhecimento, os veículos pesquisados incluem os grupos socialmente excluídos em suas reportagens de modo a gerar uma valorização, uma distinção positiva; a exemplo do destaque para negros, mulheres, povos indígenas ou comunidade LGBT.

Esses grupos de mídia atuam para legitimar os temas e os atores sociais que não possuem visibilidade na grande mídia. Entretanto, a pluralidade de vozes e a diversidade temática estão condicionadas aos enquadramentos dos veículos, os quais possuem seus próprios *frames*, suas intencionalidades; e sua narrativa jornalística é marcada por quadros previamente estabelecidos.

Verificamos, também, que não existe um padrão universal de mídia independente cuja fonte de renda não esteja vinculada a anúncio publicitário, de forma unificada. Cada veículo cria o seu próprio modelo de negócio e seu projeto a partir de seus interesses, objetivando funcionar apenas por doação de espectadores ou mesclando a abertura para angariar recursos através de fundações; sendo que, conforme visto, as recomendações teóricas afirmam não ser possível obter sucesso em campanhas de *crowdfunding* que não respeitem um considerável intervalo de tempo entre o lançamento da primeira e o lançamento da segunda campanha.

De modo particular, cada mídia aqui analisada possui projeto e objetivos específicos, especialmente na cobertura do *impeachment*, seja por se mostrar mais engajada na militância, seja pelo viés analítico, seja pelo viés investigativo. Dos três

veículos aqui analisados, um é declaradamente ativista e os outros dois trabalham associando investigação ao ativismo, embora nas notícias do *impeachment* tais veículos tenham se comportado de diferentes formas.

A rede Jornalistas Livres é um veículo que desde a sua criação foi formada a partir da ideia de financiamento coletivo; investiu o dinheiro arrecadado e, até os dias atuais, usufrui do mesmo. Ela pauta sua ação no ativismo e se mostra contrária aos ideais de imparcialidade e objetividade defendidos pela grande mídia. Sua parcialidade revela seu engajamento em favor das pessoas socialmente excluídas e da participação coletiva horizontal em seu processo de gerenciamento, produção e disseminação de conteúdo, tornando seu formato muito próximo da comunicação popular. A exigência do veículo para com os colaboradores é a obediência ao *frame contest*, uma vez que existem critérios de noticiabilidade idealizados pelo JL e as pessoas que desejam participar com colaboração do conteúdo devem se adequar a tal enquadramento.

Esse sentido de participação coletiva, em uma esfera pública pautada pelos temas das demandas sociais é fundamental para tematizar os assuntos de interesse público. A inclusão dessas reivindicações dos movimentos sociais e das demandas sociais como um todo se justifica também porque a ausência dessas ocasiona um “vácuo” ou um desequilíbrio democrático.

Os indivíduos que não se veem representados nas pautas dos grandes meios de comunicação sentem a necessidade de construir espaços de visibilidade para que suas questões possam ser contempladas e debatidas e assim conquistem o reconhecimento justo; porque mais do que pensar a inclusão, é necessário pensar como a mesma se configura.

Após os veículos da mídia independente passarem a expor tais reivindicações, é possível que a opinião pública seja mobilizada e os grandes meios de comunicação se sintam obrigados a incluir os reenquadramentos desses grupos sociais ou mesmo a utilizar o próprio conteúdo do veículo, a exemplo da Agência Pública que tem suas reportagens republicadas por grandes portais de notícia brasileiros

A Agência Pública faz outro tipo de jornalismo que se diferencia de outros veículos de mídia independente e da grande mídia. Ela recebe dinheiro de patrocínios, editais e fundações que financiam a mídia com foco nos direitos humanos, e possui uma linguagem diferenciada tanto em relação à grande mídia

quanto à mídia independente, por mais que percebamos o uso de recursos para gerar efeitos estéticos de sentido, o foco de sua produção busca credibilidade e imparcialidade, embora estabeleça também seus enquadramentos. A AP se denomina como um jornalismo de fôlego, que investiga: analisa planilha, lê tese e apresenta dados; e ressalta que não faz “opinião”. Essa postura é configurada como uma contradição, pois a AP pretende defender os interesses coletivos da sociedade, mas adere à conceituação do jornalismo objetivista que busca legitimar o *status quo*.

Na narrativa do *impeachment*, a Agência Pública fez um enquadramento evidenciando a injustiça do processo contra Dilma, a partir de entrevistas com a ex-presidente e com o ex-ministro do Paraguai, além de matérias sobre as pedaladas em outros estados, sobre a nova direita no Brasil e sobre como a classe empresarial se articulou para promover o *impeachment*. Por outro lado, não há uma escrita militante, não há palavras como “golpe” e “presidenta”. Tais evidências mostram que a AP, apesar do seu *frame* e dos seus critérios de noticiabilidade voltados aos direitos humanos, busca criar efeitos de sentido em sua produção noticiosa que ressalte sua imparcialidade, sua objetividade e veracidade.

O Marco Zero Conteúdo, também veículo de jornalismo investigativo, busca fontes, analisa planilhas, procura ouvir os dissensos presentes nas vozes da narrativa e se apresenta flexível à escrita livre. Conforme vimos na fala do jornalista Laércio Portela, esse veículo acredita que a imparcialidade é um discurso usado para deslegitimar a mídia independente, uma vez que ela preza pela liberdade, embora acredite muito no jornalismo com embasamento, seja analítico ou factual.

O MCZ é financiado por fundações, editais, assinaturas e *crowdfunding*. Nas matérias elaboradas sobre o *impeachment*, percebemos um viés analítico, mais do que investigativo, porque, como vimos na fala de Portela (2018), havia necessidade de uma autocrítica da mídia e era evidente que os jornais pernambucanos não abordariam esse tema com a perspectiva do Marco Zero Conteúdo.

Consideramos, portanto, que as características desses veículos de comunicação são pautadas em enquadramentos para provocar efeitos de sentido no leitor e na comunidade como um todo. O Marco Zero Conteúdo fez análise na cobertura do *impeachment* baseado na crítica da mídia; a Agência Pública cobriu os assuntos factuais surgidos no Congresso Nacional e o Jornalistas Livres cobriu, com viés ativista, as mobilizações favoráveis e, principalmente, contrárias aquele processo.

A Agência Pública parte da concepção de que a forma relevante de fazer jornalismo é se pautar na veracidade, na credibilidade, na investigação, na análise dos dados, na imparcialidade, etc. Já os Jornalistas Livres criticam tais valores defendidos pela grande mídia; seu enquadramento e seus critérios de noticiabilidade geram determinados efeitos de sentido e provocam engajamento para promover a mudança social. O MZC trabalha com a ideia do jornalismo investigativo, mas quando há necessidade de produzir pautas em primeira pessoa, não vê problema. Traz consigo o ideal de jornalismo pautado na credibilidade e na investigação. Seus critérios também buscam gerar efeitos de sentido de real em seu público-alvo, pois quer se tornar cada vez mais jornalisticamente relevante.

Acreditamos que a imparcialidade é um discurso construído pelo ideal da positividade científica. Tal discurso é fundamentado na ideia de “não lugar” ou lugar nenhum, a partir do qual é possível um jornalista isento, capaz de despir-se de suas ideologias e, enquanto sujeito, conseguir construir uma reportagem baseada na vontade da maioria. Essa concepção contribui para ocultar as diferenças existentes, pois, se não se reconhece o lugar de fala, o lugar de privilégio, não se percebe as diferenças, percebe-se o outro como igual e não como semelhante, contribuindo assim para a manutenção do *status quo*. Não há possibilidade de se situar em um lugar onde se possa colocar todas as pautas possíveis, todos os lados possíveis. O reconhecimento desse lugar limitado contribui para que se possa produzir um conteúdo mais justo, reconhecendo nesse lugar as limitações, mediante posição social. A mídia independente geralmente reconhece o seu lugar de fala em relação aos grupos socialmente excluídos, embora ainda persista em alguns veículos o ideal de acesso à parte da realidade através de alguns instrumentos metodológicos.

A pluralidade pode encontrar na esfera pública associada à mídia independente um espaço de difusão do pensamento múltiplo, promovendo uma realidade que não seja pautada apenas pelos interesses da maioria ou pelos interesses do oligopólio midiático, mas pelas reivindicações das pessoas socialmente excluídas que passam a ter reconhecimento e pautar o debate público. Inclusive, em alguns casos, sem ter a mediação de repórter ou editor.

Nós entendemos que esses grupos de mídia demarcam o seu espaço a partir da imagem que desejam construir no seu meio social, objetivando gerar efeito de sentido e mudança social, mas sem aquelas perspectivas da grande mídia de aproximação da realidade ou de acesso à mesma.

A mídia independente traz mais uma perspectiva de uma realidade distinta, importante de ser contemplada; uma realidade demarcada pelo *frame*, seja consciente ou inconsciente, mas que apresenta uma alternativa às perspectivas comumente vistas nos grandes meios de comunicação, entretanto, não deixa de ser um recorte, uma contribuição para reconstrução social da realidade.

Longe de finalizar a discussão, propomos que, para pesquisas futuras, se questione como a participação acontece na produção de financiamento coletivo, e o que faz determinados atores sociais participarem na contribuição financeira e na produção de conteúdo. Indicamos também um estudo dos editais das fundações que financiam o jornalismo independente, observando as contrapartidas, ou seja, um estudo sobre as motivações de fundações para despendem recursos para a mídia com foco nos direitos humanos.

Propomos também um estudo que busque dimensionar a dificuldade de visibilidade que veículos da mídia independente encontram no meio social. Certamente, o gerenciamento da atenção realizado pelas grandes corporações midiáticas no meio digital é algo prejudicial ao sistema democrático, pois acaba suprimindo a pluralidade de ideias que forma uma opinião pública crítica. Tal opinião depende de uma mídia pautada no juízo valorativo, consciente do seu papel cívico, capaz de atuar no controle social e retratar as múltiplas realidades na sociedade, evitando, assim, que determinados grupos burlem o sistema democrático e legitimem suas transgressões.

Finalmente, é importante ressaltar que, por mais que percebamos a evidência desse tipo de mídia emergente e fortalecida com financiamentos coletivo e de fundações, tendo cada vez mais liberdade para traçar seus *frames contests* e incluir atores socialmente excluídos, nós percebemos que a visibilidade e audiência dessa mídia ainda é bastante inferior quando comparadas com os grandes veículos de comunicação. A abrangência associa ao veículo relevância e capacidade para direcionar a opinião pública segundo as pretensões de sua política editorial. O caso *Impeachment* é um exemplo de que existe ainda uma desproporcional disputa de narrativas.

REFERÊNCIAS

A dor deles não aparece no jornal: demissões no JC empobrecem o jornalismo pernambucano. Disponível em: < <http://ombudspe.org.br/a-dor-deles-nao-aparece-no-jornal-demissoes-no-jc-empobrecem-o-jornalismo-pernambucano/> > Acesso em 09 de janeiro de 2019.

AITAMURTO, Tanja. The impact of crowdfunding on journalism: Case study of Spot. Us, a platform for community-funded reporting. *Journalism Practice*, v. 5, n.4, p. 429-445, dez. 2011.

BAL, Mieke. **Teoría de la Narrativa**: una introducción a la narratología. Madrid: 1998.

BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: BARTHES, Roland; et al. **Análise Estrutural da Narrativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 1. p. 19-62.

BENETTI, Márcia. **Análise do Discurso em jornalismo**: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (orgs.) Metodologia de pesquisa em jornalismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 107-122

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Revista Opinião Pública** [online]. 2012, vol.18, n.1, pp.22-43.

BREED, Warren. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular, 2016.

BREMOND, Claud. A Lógica dos Possíveis Narrativos. In: BARTHES, Roland; et al. In: BARTHES, Roland; et al. **Análise Estrutural da Narrativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. cap. 1. p. 114-141

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____ Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura. **Obras escolhidas**, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BERGER, P. I., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CABRERA, María Ángeles. La audiencia como promotora de la innovación periodística a través del crowdfunding. Repositório Institucional de la Universidad de Málaga, Málaga, 2014. Disponível em: < <https://riuma.uma.es/xmlui/bitstream/handle/10630/7954/SEP14.pdf?sequence=1> > Acesso em abril de 2017.

CALADO, Karolina de Almeida. Narrativas jornalísticas no tablet: aspectos estruturais em produtos de notícia, com estudos de caso do O Globo a Mais e Jornal do Commercio. Recife, 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

_____. Como contam os narradores: estratégias argumentativas em narrativas da agência pública. **Revista Espaço e Tempo Midiáticos**, Palmas, v.2, n. 2, p. 166-187, jul-dez. 2017

_____. As práticas coletivas e a promoção do bem comum. Disponível em: < <https://issuu.com/revistajornalismoecidadania/docs/ed3> > Acesso em setembro de 2016.

_____. ROCHA, Heitor Costa Lima da. Narrativas jornalísticas sob a luz da pragmática: uma análise das implicações ideológicas a partir da perspectiva de Motta e Habermas. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; QUATRIN; Fabiana (Orgs.) **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. 313 p. p. 12-21.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O poder da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

Catarse. Disponível em: < <https://www.catarse.me/> > > Acesso em 30 de janeiro de 2019.

DIAS, Marina. **Entrevista concedida a Karolina Calado**. Recife, 21 de janeiro de 2019.

DONINI, Marcela. **A vaquinha não foi pro brejo**: como o financiamento coletivo pode ajudar o jornalismo. Porto Alegre: Farol, 2014.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: Mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical**: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

Economia Solidária. Disponível em: < <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria> > Acesso em 30 de janeiro de 2019.

ENTMAN, Robert M. **Framing**: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, dez. 1993.

FELINTO, Erick. Crowdfunding: entre as multidões e as corporações. **Revista Comunicação, mídia e consumo**. v. 9, n.26 p.137-150, nov.2012

FELITTI, Guilherme; SAAD, Elizabeth. O crowdfunding no Brasil: configuração de um canal midiático ou uma simples modalidade econômica? [S.l.: s.n.], 2014. Disponível

em: < <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002669020.pdf> > Acesso em fevereiro de 2018.

FERREIRA, Gil Baptista. **Novos media e vida cívica**: Estudos sobre deliberação, internet e jornalismo. Covilhã: LabCom, 2012.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, out. 2002. p. 7-20.

_____. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. In: CALHOUN, Craig. In: "**Habermas and the Public Sphere**". Cambridge, The MIT Press, 1992. Disponível em: < http://estudios.sernam.cl/img/uploads/fraser_esfera_publica.pdf > Acesso em abril de 2016.

GANCHO, Cândida. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

GENETTE, Gerard. **Figuras III**. Barcelona: Editora Lumen, 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. In: Revista da Fenaj. Brasília, Fenaj. ano I, n.1. maio 1996.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012, v. 1.

HALL, S; et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, N (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular, 2016. p. 309-341.

HERMAN, Edward S. A diversidade de notícias: “marginalizando” a oposição. In: TRAQUINA, N (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 295-307.

HOHLFELDT, Antonio. Objetividade: categoria jornalística mitificada. In: **Anais...** XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande, 3 a 7 set. 2001.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**; tradução de Luiz Reppa. São Paulo: Ed. 34, 2003. 296 p.

HOWE, Jeff. The Rise of Crowdsourcing. 2006. Disponível em: <<http://archive.wired.com/wired/archive/14.06/crowds.html>>. Acesso em abril de 2015.

HOWE, Jeff. **O poder das multidões: por que a força da coletividade está remodelando o futuro dos negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HUNTER, Andrea. Crowdfunding independent and freelance journalism: Negotiating journalistic norms of autonomy and objectivity. **New Media & Society**, vol. 17 (2), p. 272- 288, 2015.

Jornalistas Livres (quem somos). Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/quem-somos/> > Acesso em 19 janeiro de 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da Conversação: Princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MAIA, Rousiley C. M. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 11., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: COMPÓS, 2002. Disponível em: < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_754.pdf > Acesso em abril de 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A PRODUÇÃO DA IMPARCIALIDADE: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, junho de 2010.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio – Opinião Pública: nossa pele social**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2003.

_____. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.

MOTTA, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013. 254 p.

_____. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. São Paulo: Intercom, 2005.

_____. Notícias do Fantástico: **Jogos de Linguagem na Comunicação Jornalística**. Florianópolis: Sulinas, 2006.

_____. Narrativas jornalísticas e conhecimento do mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 223-246.

PARK, Robert E. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 71-83, v. 2.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares - a Participação na Construção da Cidadania**. Petópolis: Vozes, 1998

_____. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. In: **Revista ECO-Pós**, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PORTELA, Laércio. **Entrevista concedida a Karolina Calado**. Recife, 20 de dezembro de 2018.

Por que o crowdfunding pode manter o jornalismo fiel ao seu compromisso? Disponível em: < <http://abraji.org.br/noticias/por-que-o-crowdfunding-pode-manter-o-jornalismo-fiel-ao-seu-compromisso> > Acesso em abril de 2018.

Projeto Adalgisas. Disponível em: < <http://marcozero.org/projetoadalgisas/> > > Acesso em 08 de novembro de 2019.

PRUDÊNCIO, Kelly. MOBILIZAR A OPINIÃO PÚBLICA: sobre a comunicação dos ativistas políticos. In: **Anais... XVIII Encontro da Compós**, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009.

_____. Comunicação e mobilização política na internet. In: **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 4, p. 97-105, jul./dez. 2009b.

_____. Mobilizar é comunicar estruturas interpretativas: apontamentos para discussão e pesquisa sobre a comunicação dos atores coletivos. In: **Anais... XXI**

Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50. **Anais... XI Congresso da Compós**. Rio de Janeiro, 4 a 7 jun. de 2002,

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **Tempo e narrativa**. Tomo II. Campinas: Papirus, 1994.

ROCHA, Heitor. Verdade e rigor no Jornalismo: A intersubjetividade como referência na construção da notícia. In: **Revista Estudos em Comunicação**, n. 2, p. 171-183, dez. de 2007.

ROSS, Edward. A supressão das notícias importantes. In BERGER, C; MAROCCO, B. (orgas.) **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 87-102, v. 2.

SÀDABA, Teresa. Origen, aplicacion e limites de la “teoria del encuadre”. **Comunicación y Sociedad**. V. XIV, n. 2, p. 143-175, Pamplona, 2001.

SCHUTZ, A; LUCKMANN, T. **Las estructuras del mundo de la vida**. Buenos Aires: Amorrurtu, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. No princípio era o ritmo: as raízes xamânicas da narrativa. In: PRADO JÚNIOR, Bento et al. (org). **Narrativa: ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1998, p. 120-136.

SODRÉ, Nelson Weneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Sobre o Marco Zero Conteúdo. Disponível em: < <http://marcozero.org/sobre/> > Acesso em 08 de novembro de 2019.

SPONHOLZ, Liriam. As objetividades do jornalista brasileiro. In: **Revista Líbero** - Ano XI – n. 21 – Jun de 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo Cívico**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10316.2/36658> > Acesso em maio de 2018.

TRÄSEL, Marcelo; FOUNTOURA, Marcelo. Microfinanciamento e pluralização: comparação das coberturas do webjornal participativo Spot.Us e da imprensa americana. **Intexto**, Porto Alegre, n. 27, p.38-54, dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/30384/23477>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

Transparência da Agência Pública. Disponível em: < <https://apublica.org/transparencia/> > Acesso em 08 de janeiro de 2019.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983.

Twitter dos Jornalistas Livres. Disponível em: < https://twitter.com/J_LIVRES/status/1083795443216248832 > Acesso em 19 janeiro de 2016.

VIZEU, Alfredo; ROCHA, Heitor. Telejornalismo, ciência e ideologia: a dificuldade de reconhecimento do estatuto científico da comunicação. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (Orgs). **O Brasil (é)ditado. Coleção Jornalismo Audiovisual**, V.1. Florianópolis: Insular, 2012. p. 89-101.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. In: **Revista Lua Nova**, São Paulo, 67: 263-269, 2006.

_____. Categorias desajustadas: Uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 193-214.

_____. O ideal da imparcialidade e o público cívico. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 169-204.

Corpus da pesquisa

Agência Pública

Truco. Disponível em: < <https://apublica.org/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/> > Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

Últimos passos do *impeachment* marcam semana no Senado. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/08/truco-de-olho-ultimos-passos-do-impeachment-marcam-semana-no-senado/> > Acesso em 7 de agosto de 2016.

Como as federações empresariais se articularam pelo *impeachment*. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/> > Acesso em 25 de agosto de 2016.

Semana de expectativa para votação final do *impeachment*. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/08/truco-de-olho-semana-de-expectativa-para-votacao-final-do-impeachment/> > Acesso em 21 de agosto de 2016.

Senado decide sobre *impeachment* de Dilma. Disponível em: < <https://apublica.org/2016/08/truco-de-olho-senado-decide-sobre-impeachment-de-dilma/> > Acesso em 28 de agosto de 2016.

Cunha vai acionar STF contra cassação. Disponível em:

< <https://apublica.org/2016/07/truco-de-olho-cunha-vai-acionar-o-stf-contracassacao/> > Acesso em 31 de agosto de 2016.

Recesso branco paralisa votações da Câmara. Disponível em:

< <https://apublica.org/2016/08/truco-de-olho-recesso-branco-paralisa-votacoes-dacamara/> > Acesso em 14 de agosto de 2016.

Recesso branco paralisa votações da Câmara. Disponível em:

< <https://apublica.org/2016/08/truco-de-olho-recesso-branco-paralisa-votacoes-dacamara/> > Acesso em 21 de agosto de 2016.

Caso Cunha trava as vésperas do recesso. Disponível em:

< <https://apublica.org/2016/07/truco-de-olho-caso-cunha-trava-as-vesperas-do-recesso/> > Acesso em 3 de julho de 2016.

PMDB só virou governo por causa da Lava Jato diz filósofo Marcos Nobre.

Disponível em: < <https://apublica.org/2017/07/pmdb-so-virou-governo-por-causa-da-lava-jato-diz-filosofo-marcos-nobre/> > Acesso em 10 de julho de 2016.

Partido não fez nada pelas mulheres no Congresso. Disponível em:

< <https://apublica.org/2016/07/truco-partido-nao-fez-nada-pelas-mulheres-no-congresso/> > Acesso em 26 de julho de 2016.

Briga pela sucessão de Cunha esquento o clima na Câmara. Disponível em:

< <https://apublica.org/2016/07/truco-de-olho-briga-pela-sucessao-de-cunha-esquento-o-clima-na-camara/> > Acesso em 10 de julho de 2016.

Pelo menos 17 governadores pedalarão impunemente. Disponível em:

< <http://apublica.org/2016/06/truco-pelo-menos-17-governadores-pedalaram-impunemente/> > Acesso em 8 de junho de 2016.

Deputado blefa ao acusar Lula e Dilma de gastar o dobro da receita. Disponível em:

< <http://apublica.org/2016/06/truco-deputado-blefa-ao-acusar-lula-e-dilma-de-gastar-o-dobro-da-receita/> > Acesso em 28 de junho de 2016.

Impeachment de Dilma e cassação de Cunha têm novos capítulos. Disponível em:

< <http://apublica.org/2016/05/truco-de-olho-impeachment-de-dilma-e-cassacao-de-cunha-tem-novos-capitulos/> > Acesso em 30 de junho de 2016.

Dilma e Cunha continuam sob os holofotes no Congresso. Disponível em:

< <http://apublica.org/2016/06/truco-de-olho-dilma-e-cunha-continuam-sob-os-holofotes-no-congresso/> > Acesso em 19 de junho de 2016.

A tensão indígena com a gestão Temer. Disponível em:

< <http://apublica.org/2016/05/a-tensao-indigena-com-a-gestao-temer/> > Acesso em 30 de maio de 2016.

Marco Zero Conteúdo

Impeachment ganha novo impulso no Congresso. Disponível em: < <http://marcozero.org/impeachment-ganha-novo-impulso-no-congresso/> Acesso em 14 de março de 2016.

MANIFESTO: Jornalistas pernambucanos em defesa da democracia. Disponível em: < <http://marcozero.org/manifesto-jornalistas-pernambucanos-em-defesa-da-democracia/> > Acesso em 14 de março de 2016.

Marcelo Neves: “As instituições estão corrompidas. As mudanças devem vir de ‘baixo’”. Disponível em: < <http://marcozero.org/as-instituicoes-politicas-e-judiciais-dominantes-estao-corrompidas-as-mudancas-devem-vir-de-baixo/> > Acesso em 17 de março de 2016.

Golpe, versão 2016. Disponível em: < <http://marcozero.org/golpe-versao-2016/> > Acesso em 15 de março de 2016.

O que a “malandragem” nos ensina sobre o golpe (e os golpistas)? Disponível em: < <http://marcozero.org/o-que-a-malandragem-nos-ensina-sobre-o-golpe-e-os-golpistas/> > Acesso em 22 de junho de 2016.

São João de luta para a agricultura familiar. Disponível em: < <http://marcozero.org/sao-joao-de-luta-para-a-agricultura-familiar/> > Acesso em 23 de junho de 2016.

Esquerda e direita já escrevem nas ruas um conflito anunciado. Disponível em: < <https://marcozero.org/esquerda-e-direita-ja-escrevem-nas-ruas-um-conflito-anunciado/> > Acesso em 28 de agosto de 2016.

A judicialização do jornalismo: quando a mídia só fala nos autos. Disponível em: < <http://marcozero.org/a-judicializacao-do-jornalismo-quando-a-midia-so-fala-nos-autos/> > Acesso em 19 de março de 2016.

Manual para ler a mídia em tempos sombrios: as lições de Perseu Abramo. Disponível em: < <http://marcozero.org/manual-para-ler-a-midia-em-tempos-sombrios-as-licoes-de-perseu-abramo/> > Acesso em 17 de março de 2016.

Guia prático do ódio: como o pseudojornalismo da grande mídia nos trouxe até aqui. Disponível em: < <http://marcozero.org/guia-pratico-do-odio-como-o-pseudojornalismo-da-grande-midia-nos-trouxe-ate-aqui/> > Acesso em 24 de março de 2016.

Padrões de manipulação na grande imprensa, um manual para tempos de crise. Disponível em: < <http://marcozero.org/padroes-de-manipulacao-na-grande-imprensa-um-manual-para-tempos-de-crise/> > Acesso em 27 de maio de 2016.

Rogério Christofolletti: “A mídia deve fiscalizar os poderes, mas não pode pré-julgar e perseguir”. Disponível em: < <http://marcozero.org/rogerio-christofolletti-a-midia-deve-fiscalizar-os-poderes-mas-nao-pode-pre-julgar-e-perseguir/> > Acesso em 27 de maio de 2016.

Mídia e democracia: nada a ver? Cobertura política coloca em xeque objetividade e imparcialidade da grande imprensa brasileira. Disponível em: < <http://marcozero.org/midia-e-democracia-nada-a-ver-cobertura-politica-coloca-em-xeque-objetividade-e-imparcialidade-da-grande-imprensa-brasileira/> > Acesso em 27 de maio de 2016.

“As grandes redações há muito tempo substituíram o jornalismo pela propaganda”. Disponível em: < <http://marcozero.org/sylvia-moretzsohn-as-grandes-redacoes-ha-muito-tempo-substituiram-o-jornalismo-pela-propaganda/> > Acesso em 31 de maio de 2016.

Luís Felipe Miguel: “Mídia contribui para desconstruir dois consensos: o da necessidade do combate à desigualdade e o da democracia eleitoral”. Disponível em: < <http://marcozero.org/luis-felipe-miguel-midia-contribui-para-desconstruir-dois-consensos-o-da-necessidade-de-combate-a-desigualdade-e-o-da-democracia-eleitoral/> > Acesso em 3 de junho de 2016.

Nilson Lage: “Por toda parte, jorrou propaganda. A mídia deixou de fornecer dados confiáveis ao historiador do futuro”. Disponível em: < <http://marcozero.org/nilson-lage-por-toda-parte-jorrou-propaganda-a-midia-deixou-de-fornecer-dados-confiaveis-ao-historiador-do-futuro/> > Acesso em 6 de junho de 2016.

Alfredo Vizeu: “Cabe a cada cidadão protestar, ir para as ruas e mudar as leis da comunicação social”. Disponível em: < <http://marcozero.org/alfredo-vizeu-cabe-a-cada-cidadao-protestar-ir-para-as-ruas-e-mudar-as-leis-da-comunicacao-social/> > Acesso em 15 de junho de 2016.

Jornalistas Livres

Frei Betto: “O *impeachment* a Dilma é um golpe branco, à semelhança dos que ocorreram recentemente”. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/frei-betto-o-impeachment-a-dilma-e-um-golpe-branco-a-semelhanca-dos-que-ocorreram-recentemente-em-honduras-e-no-paraguai/> > Acesso em 21 de março de 2016.

Serra age nas sombras e já discute cargos num governo Temer. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/rodrigo-vianna-serra-age-nas-sombras-e-ja-discute-cargos-num-governo-temer/> > Acesso em 22 de março de 2016.

Por que eles querem tomar o poder: Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/por-que-eles-querem-tomar-o-poder-minha-casa-minha-vida/> > Acesso em 29 de março de 2016.

Por que eles querem tomar o poder: Privatização. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/por-que-eles-querem-o-poder-privatizacao/> > Acesso em 30 de março de 2016.

As propostas econômicas do golpismo. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/as-propostas-economicas-do-golpismo/> > Acesso em 30 de março de 2016.

Por que eles querem tomar o poder: Salário Mínimo. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/por-que-eles-querem-o-poder-salario-minimo/> > Acesso em 4 de abril de 2016.

Por que eles querem tomar o poder: Bolsa Família. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/por-que-eles-querem-o-poder-bolsa-familia/> > Acesso em 4 de abril de 2016.

O editorial de capa na “Folha de S.Paulo” é a perfeita união da arrogância com a indigência lógica. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/o-editorial-de-capa-na-folha-de-s-paulo-de-hoje-3-de-abril-e-perfeita-uniao-da-arrogancia-com-indigencia-logica/> > Acesso em 3 de abril de 2016.

Este ato é uma continuidade a luta pela Diretas Já. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/eduardo-suplicy-fala-sobre-luta-pela-democracia/> > Acesso em 1 de abril de 2016.

Democracia Corinthiana Contra o Golpe. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/democracia-corinthiana-contra-o-golpe/> > Acesso em 1 de abril de 2016.

Moro e mendes são pontos fora da curva. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/moro-e-mendes-sao-pontos-fora-da-curva/> > Acesso em 1 de abril de 2016.

Democracia com arte e cultura pra barrar o golpe. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/democracia-com-arte-e-cultura-pra-barrar-o-golpe/> > Acesso em 1 de abril de 2016.

O sal da terra e as cores dos ventos. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/o-sal-da-terra-e-as-cores-dos-ventos/> > Acesso em 1 de abril de 2016.

Por que o corinthianista fomenta sedições? Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/por-que-o-corinthianista-fomenta-sedicoes/> > Acesso em 1 de abril de 2016.

Em defesa da Petrobras. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/em-defesa-da-petrobras/> > Acesso em 1 de abril de 2016.

Canto da Democracia em BH: periferia presente! Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/canto-da-democracia-em-bh-periferia-presente/> > Acesso em 31 de março de 2016.

Manaus contra o Golpe. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/manaus-contr-o-golpe/> > Acesso em 31 de março de 2016.

Salvador contra o golpe. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/salvador-contr-o-golpe/> > Acesso em 31 de março de 2016.

Mãe, artista, negra. Para ela o que está em curso é um golpe à democracia.
|Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/mae-artista-negra-para-ela-o-que-esta-em-curso-e-um-golpe-democracia/> > Acesso em 31 de março de 2016.

Acompanhe o #BrasilContraOGolpe. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/acompanhe-o-brasilcontraogolpe/> > Acesso em 31 de março de 2016.

O que dá Ibope? Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/o-que-da-ibope/> > Acesso em 31 de março de 2016.

Brasilia contra o Golpe. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/brasilia-contr-o-golpe/> > Acesso em 31 de março de 2016.

Começou! Isto você não vai ver na TV Globo. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/comecou-isto-voce-nao-vai-ver-na-tv-globo/> > Acesso em 31 de março de 2016.

Juristas se unem contra o golpe e a justiça relativa. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/juristas-se-unem-contr-o-golpe-e-justica-relativa/> > Acesso em 30 de março de 2016.

Por que eles querem tomar o poder: Direitos Trabalhistas. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/por-que-eles-querem-o-poder-direitos-trabalhistas/> > Acesso em 30 de março de 2016.

MBL ganha quase 400 mil curtidas em 15 dias. Milagre ou fraude? Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/mbl-ganha-quase-400-mil-curtidas-em-15-dias-milagre-ou-fraude/> > Acesso em 30 de março de 2016.

Por que eles querem tomar o poder: Prouni. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/por-que-eles-querem-tomar-o-poder-prouni/> > Acesso em 30 de março de 2016.

Sem Terra foram mortos com tiros nas costas. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/sem-terra-foram-mortos-com-tiros-nas-costas/> > Acesso em 8 de abril de 2016.

Jorge: mais um retrato da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/jorge-mais-um-retrato-da-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-no-brasil/> > Acesso em 8 de abril de 2016.

Ocupe os corações. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/ocupe-os-coracoes/> > Acesso em 13 de abril de 2016.

O Golpe é Ficha Suja. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/o-golpe-e-ficha-suja/> > Acesso em 14 de abril de 2016.

Canudos contra o Golpe. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/canudos-contra-o-golpe-2/> > Acesso em 14 de abril de 2016.

Simpathy for the Devil: O diabo pode ser golpista. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/simpathy-for-the-devil-o-diabo-pode-ser-golpista/> > Acesso em 20 de abril de 2016.

Não, pode mais meu coração. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/nao-pode-mais-meu-coracao/> > Acesso em 20 de abril de 2016.

Caravana a Brasília. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/caravana-a-brasilia/> > Acesso em 20 de abril de 2016.

Juíza proíbe estudantes de direito da UFMG de debaterem o *impeachment*. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/juiza-proibe-estudantes-de-direito-da-ufmg-de-debaterem-o-impeachment/> > Acesso em 30 de abril de 2016.

Brasil terá presidente arrolado como testemunha de defesa de torturador? Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/05/brasil-tera-presidente-arrolado-como-testemunha-de-defesa-de-torturador/> > Acesso em 1 de maio de 2016.

Mineiros vão às ruas contra o golpe e escracham Anastasia. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/05/mineiros-vaao-as-ruas-contra-o-golpe-e-escracham-anastasia/> > Acesso em 1 de maio de 2016.

Golpe nas conquistas sociais. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/05/golpe-nas-conquistas-sociais/> > Acesso em 1 de maio de 2016.

Quem vai julgar Dilma? Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/05/quem-vai-julgar-dilma-serie/> > Acesso em 1 de maio de 2016.

Seja no Direito, no Social ou no Futebol, TEMER jamais. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/06/direitosocialfutebol/> > Acesso em 23 de junho de 2016.

É a ambição do capital que não cabe no orçamento do governo. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/e-ambicao-do-capital-que-nao-cabe-no-orcamento-do-governo/> > Acesso em 28 de agosto de 2016.

Orçamento seletivo. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/orcamento-seletivo/> > Acesso em 27 de agosto de 2016.

Médicos questionam o Golpe em Carta Aberta aos Senadores. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/medicos-divulgam-carta-aberta-aos-senadores/> > Acesso em 27 de agosto de 2016.

É hora de lutar! Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/e-hora-de-lutar/> > Acesso em 25 de agosto de 2016.

Acompanhe ao vivo – julgamento do golpe no senado. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/acompanhe-ao-vivo-julgamento-do-golpe-no-senado/> > Acesso em 25 de agosto de 2016.

Maioria dos paranaenses são contra Michel Temer. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/maioria-dos-paranaenses-sao-contramichel-temer/> > Acesso em 22 de agosto de 2016.

Ofensiva conservadora de Temer põe em risco a Assistência Social. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/ofensiva-conservadora-de-temer-poe-em-risco-assistencia-social/> > Acesso em 22 de agosto de 2016.

Desmonte do Brasil por frei Betto. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/desmonte-do-brasil/> > Acesso em 22 de agosto de 2016.

Quando a fala do aliado cabe na boca do inimigo. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/quando-fala-do-aliado-cabe-na-boca-do-inimigo/> > Acesso em 18 de agosto de 2016.

Desemprego cresce no período de Michel Temer. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/desemprego-cresce-no-periodo-de-michel-temer/> > Acesso em 18 de agosto de 2016.

Respostas ao senador golpista, ex-senador da educação. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/respostas-ao-senador-golpista-ex-senador-da-educacao/> > Acesso em 16 de agosto de 2016.

O sonho da retomada da confiança na economia. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/o-sonho-da-retomada-da-confianca-na-economia/> > Acesso em 16 de agosto de 2016.

Começou o quarto turno. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/comecou-o-quarto-turno/> > Acesso em 10 de agosto de 2016.

Programa de Temer jamais teria sido eleito nas urnas, afirma Dilma. Disponível em: < <https://medium.com/jornalistas-livres/programa-de-temer-jamais-teria-sido-eleito-nas-urnas-afirma-dilma-613b6e1dda7f> > Acesso em 9 de agosto de 2016.

A serviço do golpe, Revista Veja declara guerra aos professores. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/servico-do-golpe-revista-veja-declara-guerra-aos-professores/> > Acesso em 30 de julho de 2016.

Dois pesos e duas medidas. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/dois-pesos-duas-medidas/> > Acesso em 29 de julho de 2016.

“Nossa luta não é só por democracia, mas por outra civilização”, diz Mujica. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/nossa-luta-nao-e-so-por-democracia-mas-por-outra-civilizacao-diz-mujica/> > Acesso em 28 de julho de 2016.

Comunicar para lutar pela democracia. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/comunicarparalutarpelademocracia/> > Acesso em 28 de julho de 2016.

Menos tocha, mais educação, saúde e #fora temer. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/tocha-educacao-saude-e-fora-temer/> > Acesso em 21 de julho de 2016.

“Democracia é respeitar identidade de gênero: não nos apaguem com a política”. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/democracia-e-respeitar-identidade-de-genero-nao-nos-apaquem-com-politica/> > Acesso em 18 de julho de 2016.

Povo Kariri Xocó pede ajuda e solidariedade na luta pela suas terras. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/povo-kariri-xoco-pede-ajuda-e-solidariedade-na-luta-pela-suas-terras/> > Acesso em 13 de julho de 2016.

Confiança e degradação do Brasil. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/confianca-e-degradacao-do-brasil/> > Acesso em 16 de julho de 2016.

A Democracia é inegociável! Fora Temer! Volta, Querida! Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/democracia-e-inegociavel-fora-temer-volta-querida/> > Acesso em 11 de julho de 2016.

DILMA discursa em defesa das Entidades do Minha Casa Minha Vida. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/22065/> > Acesso em 8 de julho de 2016.

Dilma comparece em ato em defesa do Minha Casa, Minha Vida Entidades e Contra o Golpe. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/dilma-visita-o-condominio-joao-candito-em-ato-em-defesa-do-minha-casa-minha-vida-entidades-e-contra-o-golpe/> > Acesso em 8 de julho de 2016.

Onde estavam os negros na Paulista? Disponível em:

< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/15612/> > Acesso em 21 de março de 2016.

O povo no espelho. Disponível em: < <https://medium.com/jornalistas-livres/o-povo-no-espelho-ebe3945d78b4#.whu9xk7oc> > Acesso em 21 de março de 2016.

Sonhos suspensos. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/so/> > Acesso em 22 de março de 2016.

Polícia intervem com bombas contra estudantes na PUC-SP. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/policia-intervem-com-bombas-contra-estudantes-na-puc-sp/> > Acesso em 22 de março de 2016.

Censura Teatro pela democracia. Disponível em:

< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/teatro-pela-democracia/> > Acesso em 22 de março de 2016.

Povo nas ruas dá um chega-para-lá no golpe. Disponível em:

< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/povo-nas-ruas-da-um-chega-para-la-no-golpe/> > Acesso em 19 de março de 2016.

Guilherme Boulos em ato pela legalidade democrática. Disponível em:

< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/guilherme-boulos-em-ato-ato-pela-legalidade-democratica/> > Acesso em 17 de março de 2016.

Ato anti-Dilma em Manaus tem jeito de micareta. Disponível em:

< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/ato-anti-dilma-em-manaus-tem-jeito-de-micareta/> > Acesso em 15 de março de 2016.

Preto no Branco – as ruas nos dias 13 e 18. Disponível em:

< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/preto-no-branco-o-projeto-das-ruas-no-dia-18/> > Acesso em 14 de março de 2016.

Aécio é escorraçado da Paulista e PSDB perde as ruas para a direita. Disponível em:

< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/aecio-e-escoracado-da-paulista-e-psdb-perde-as-ruas-para-a-direita/> > Acesso em 13 de março de 2016.

A rua sempre foi nossa! Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/rua-sempre-foi-nossa/> > Acesso em 23 de março de 2016.

Periferias se levantam contra o Golpe. Disponível em:

< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/periferias-se-levantam-contra-o-golpe/> > Acesso em 26 de março de 2016.

Luta à sombra de um pão com mortadela. Disponível em:

< <http://jornalistaslivres.org/2016/03/luta-sombra-de-um-pao-com-mortadela/> > Acesso em 25 de março de 2016.

TRANSMISSÃO AO VIVO –Atos contra o golpe. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/transmissao-ao-vivo-atos-contr-o-golpe-24032016/> > Acesso em 24 de março de 2016.

Ao vivo: coletiva de imprensa da Frente Povo Sem Medo sobre o ato do dia 24. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/03/coletiva-de-imprensa-frente-povo-sem-medo/> > Acesso em 22 de março de 2016.

A crise política nacional em Manaus- como foram as manifestações na cidade. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/03/crise-politica-nacional-em-manaus-como-foram-as-manifestacoes-na-cidade/> > Acesso em 23 de março de 2016.

Professora e socióloga Camila Savassa contra o golpe. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/professora-e-sociologa-camila-savassa-contr-o-golpe/> > Acesso em 2 de abril de 2016.

“Para nós, governos de direita sempre significaram bala, chumbo e sangue”. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/para-nos-governos-de-direita-sempre-significaram-bala-chumbo-e-sangue/> > Acesso em 2 de abril de 2016.

O autoritarismo mostra as garras de novo: procuradores querem proibir manifestações na Universidade Federal de Goiás. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/o-autoritarismo-mostra-as-garras-de-novo-procuradores-querem-proibir-manifestacoes-na-universidade-federal-de-goias/> > Acesso em 7 de abril de 2016.

Datafolha desmoraliza o golpe. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/datafolha-desmoraliza-o-golpe/> > Acesso em 10 de abril de 2016.

Por que eles querem tomar o poder: Emprego. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/por-que-eles-querem-tomar-o-poder-emprego/> > Acesso em 13 de abril de 2016.

Decisão que colocaria fim à violência da PM em protestos é adiada. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/decisao-que-colocaria-fim-violencia-da-pm-em-protestos-e-adiada/> > Acesso em 13 de abril de 2016.

Lutar! Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/lutar/> > Acesso em 13 de abril de 2016.

Jéssicas reais: o que está em jogo. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/jessicas-reais-o-que-esta-em-jogo-primeiro-capitulo-claudia/> > Acesso em 13 de abril de 2016.

Mães militantes criam esquema de rodízio para cuidar dos filhos. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/maes-militantes-criam-esquema-de-rodizio-para-cuidar-dos-filhos/> > Acesso em 14 de abril de 2016.

Ato cultural pela democracia no teatro nacional na Esplanada. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/ato-cultural-pela-democracia-no-teatro-nacional-na-esplanada/> > Acesso em 14 de abril de 2016.

Dona Matilde – Sertão da Bahia. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/dona-matilde-sertao-da-bahia/> > Acesso em 14 de abril de 2016.

Por que eles querem tomar o poder: Minha Casa, Minha Vida. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/por-que-eles-querem-tomar-o-poder-minha-casa-minha-vida-2/> > Acesso em 14 de abril de 2016.

Caso Lula ao vivo: acompanhe o que está acontecendo. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/03/caso-lula-ao-vivo-acompanhe-o-que-esta-acontecendo/> > Acesso em 4 de março de 2016.

Lula no acampamento pela Democracia e contra o Golpe. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/lula-no-acampamento/> > Acesso em 16 de abril de 2016.

Dilma se junta às mulheres no palácio do planalto. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/dilma-se-junta-as-mulheres-no-palacio-do-planalto/> > Acesso em 19 de abril de 2016.

As mulheres estão com Dilma. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/as-mulheres-estao-com-dilma/> > Acesso em 17 de abril de 2016.

Os rostos das mulheres que caminham na luta pela democracia. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/mulheres-na-luta-pela-democracia/> > Acesso em 19 de abril de 2016.

Escândalo: deputado do Ceará confessa que votou pelo *impeachment* apesar de estar convicto de que Dilma não cometeu crime nenhum! Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/escandalo-deputado-do-ceara-confessa-que-votou-pelo-impeachment-apesar-de-estar-convicto-de-que-dilma-nao-cometeu-crime-nenhum/> > Acesso em 19 de abril de 2016.

Manifestantes gritam "Fora, Cunha" no Anhangabaú em ato contra o golpe. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/manifestantes-gritam-fora-cunha-no-anhangabau-em-ato-contr-o-golpe/> > Acesso em 19 de abril de 2016.

Ministro da Cultura, Juca Ferreira diz que independente do resultado a população se mobilizará pela democracia. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/ministro-da-cultura-juca-ferreira-diz-que-independente-do-resultado-populacao-se-mobilizara-pela-democracia/> > Acesso em 17 de abril de 2016.

O perfil de quem estava de cada lado do muro em Brasília. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/o-perfil-de-quem-estava-de-cada-lado-do-muro-em-brasil> > Acesso em 17 de abril de 2016.

O golpe venceu: o país ficará ingovernável. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/o-golpe-venceu-o-pais-ficara-ingovernavel/> > Acesso em 17 de abril de 2016.

Tem cara de legal e tem jeito de legal, mas não passa de um golpe velhaco. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/tem-cara-de-legal-e-tem-jeito-de-legal-mas-nao-passa-de-um-golpe-velhaco/> > Acesso em 17 de abril de 2016.

Érika Kokay segue na luta. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/erika-kokay-segue-na-luta/> > Acesso em 18 de abril de 2016.

O dia 17 e a certeza que a luta continua. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/o-dia-17-e-a-certeza-que-a-luta-continua/> > Acesso em 18 de abril de 2016.

O que vem por aí. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/o-que-vem-por-ai/> > Acesso em 20 de abril de 2016.

O crime de não ser bela, recatada e do lar. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/o-crime-de-nao-ser-bela-recatada-e-do-lar/> > Acesso em 20 de abril de 2016.

Escracho na Casa do Vice-Presidente Michel Temer. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/escracho-na-casa-do-vice-presidente-michel-temer/> > Acesso em 21 de abril de 2016.

Dilma promete lutar até a última trincheira. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/dilma-promete-lutar-ate-ultima-trincheira/> > Acesso em 21 de abril de 2016.

Multidão espontânea toma Av. Paulista contra o golpe. Disponível em:
< <http://jornalistaslivres.org/2016/04/multidao-espontanea-toma-av-paulista-contr-o-golpe/> > Acesso em 22 de abril de 2016.

Juventude nas ruas #naoaogolpe. Disponível em:
< <https://jornalistaslivres.org/2016/04/juventude-nas-ruas-naoaogolpe/> > Acesso em 22 de abril de 2016.

Como Temer e Cunha construíram o golpe contra 54 milhões de votos. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/como-temer-e-cunha-construiram-o-golpe-contr-a-54-milhoes-de-votos/> > Acesso em 24 de abril de 2016.

Movimentos sociais prometem acampar na Praça da Liberdade a partir de 1º de maio. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/04/movimentos-sociais-prometem-acampar-na-praca-da-liberdade-partir-de-1o-de-maio-2/> > Acesso em 27 de abril de 2016.

Vencedor do Prêmio Pulitzer, Maurício Lima denuncia golpe e critica Rede Globo durante discurso. Disponível em: < <http://jornalistaslivres.org/2016/04/vencedor-do-premio-pulitzer-mauricio-lima-denuncia-golpe-e-critica-rede-globo-durante-discurso/> > Acesso em 29 de abril de 2016.

Jornalista britânica que criticou a mídia brasileira em evento em Londres é chamada de petista por Otávio Frias Filho. Disponível em: < <https://jornalistaslivres.org/2016/06/jornalista-britanica-que-criticou-midia-brasileira-em-evento-em-londres-e-chamada-de-petista-por-otavio-frias-filho/> > Acesso em 24 de junho de 2016.